DIÁRIO OFICIAL
do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

SUMÁRIO

GOVERNADORIA....3
CASA CIVIL....27
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE....29
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE....32
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP....38
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC....39
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG....40
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP....41
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL....57
SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT....59
CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES....60
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN....61
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC....67
POLÍCIA MILITAR - PM....77
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM....99
POLÍCIA CIVIL - PC....101
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS....107
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - POLITEC....119
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU....120
HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP....138
HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - HPSJP-II....141
HOSPITAL INFANTIL SÃO COSME E DAMIÃO - HICD....142
POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC....143
CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON....144
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - LACEN....145
FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON....146
AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA....146
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - IESPRO....148
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC....150
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER....388
INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP....399
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS....404
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FEASE....421
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI....423
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM....424
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC....427
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP....427
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER....430
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER....432
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPEM....432
FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E À PESQUISA - FAPERO....435

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN....441
ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER....446
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON....446
SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH....464
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS....464
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE....464
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA....465
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´OESTE....470
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA....471
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS....471
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA....473
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO....473
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEREJEIRAS....475
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES....475
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAISO....477
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO....477
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA....478
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA....479
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI....479
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS....480
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO....481
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA....483
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA....483
SOCIEDADE FOGAS LTDA....484
GRUM PUBLICIDADE LTDA....484
DECISAO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - ME....485

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DIÁRIO OFICIAL
do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 5 de outubro de 2026 Edição 191

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA

DECRETO N° 32.106, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera dispositivos do Decreto n° 29.095, de 9 de maio de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°O art. 1°, inciso VII, alíneas “a” e “b”, do Decreto n° 29.095, de 9 de maio de 2024, que “Dispõe sobre nomeação do Conselho Penitenciário do Estado de Rondônia - Copen.”, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 1°.....

.....

VII - .....

a) Eiko Danieli Araki Vieira, titular; e

b) Evandro Araújo Oliveira, suplente;

.....” (NR)

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 76856674

DECRETO N° 32.107, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Cede Oficial da Polícia Militar de Rondônia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica cedido o Coronel da Polícia Militar de Rondônia - PMRO do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, matrícula ******001, PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA, para exercer funções de interesse policial militar na Casa Civil, com ônus para o Órgão de destino, no período de 8 de setembro a 31 de dezembro de 2026, em conformidade com o art. 46 da Lei n° 4.302, de 25 de junho de 2018, que “Dispõe sobre a Organização Básica e as atribuições dos Órgãos da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.”, combinado com art. 1°, *caput*, inciso VI, da Lei Complementar n° 237, de 20 de dezembro de 2000, que “Dispõe sobre função de natureza policial militar.”.

Parágrafo único. O Policial Militar, quando necessário e devidamente requisitado pelo Comandante-Geral da PMRO, atuará na Polícia Militar no período de estado de calamidade pública, em policiamento extraordinário, especial, em grandes eventos, para compor comissões e instruir procedimentos apuratórios no âmbito da Instituição, bem como concorrer em escalas de serviços compatíveis com seu Posto.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 2°O Oficial ficará agregado ao Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, pelo mesmo período de sua cedência, em consonância com o art. 79, § 1°, inciso I, do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

Art. 3°O Policial Militar será transferido para o Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia - QEPM/QEBM, durante o intervalo de sua cedência, conforme estabelecido no art. 2° da Lei n° 3.514, de 5 de fevereiro de 2015, que “Cria o Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia - QEPM/QEBM, no âmbito das Corporações Militares, e dá outras providências.”.

Art. 4°O Oficial encontrar-se-á adido à Coordenadoria de Pessoal para efeitos de alterações e remuneração, de acordo com o art. 80 do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982.

Art. 5°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros, a contar de 8 de setembro de 2026.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77083753

DECRETO N° 32.094, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera, acresce e revoga dispositivos do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e o disposto na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021,

D E C R E T A:

Art. 1°Os dispositivos do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que “Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e revoga os Decretos n° 12.234, de 13 de junho de 2006, n° 16.089, de 28 de julho de 2011, n° 18.340, de 6 de novembro de 2013, n° 21.349, de 21 de outubro de 2016 e n° 26.182, de 24 de junho 2021.”, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1°A contratação pública e os processos a ela relacionados têm por objetivo assegurar a aquisição e a execução do objeto contratual da forma mais vantajosa para a administração pública, preservando um mercado livre, saudável e competitivo, a fim de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional e regional, observadas as diretrizes, os requisitos e as etapas fixados na legislação neste Decreto.

§ 1°O contrato público constitui operação econômica disciplinada pelo Direito, circunstância que deve orientar todos os processos relacionados à sua formação e execução, devendo a Administração Pública pautar-se pela boa-fé contratual e pelo dever de manter comportamento íntegro como contratante.

§ 2°A contratação pública é instrumento do Estado para a efetivação dos objetivos constitucionalmente atrelados às suas funções, devendo ser empregada para a proteção e a promoção dos direitos fundamentais.

§ 3°Nos contratos públicos, a Administração buscará a qualidade dos bens e serviços adquiridos, aliada à economicidade, sendo o preço pago apenas um dos componentes da equação que determina o custo total do contrato, a qual deve considerar também os custos operacionais de fiscalização e de gestão contratual.

§ 4°Os atos e processos de contratação pública são, em regra, integralmente públicos, ressalvados aqueles expressa e fundamentadamente declarados restritos ou sigilosos, bem como os trechos ou atos cuja restrição seja necessária à proteção de dados pessoais sensíveis.

.....

Art. 50.A pesquisa de preços é a etapa da fase preparatória que se destina a apresentar valor aproximado da dimensão econômico-financeira de eventual contrato e estimar previamente seu valor de mercado, devendo ser observado o seguinte:

.....

Art. 51.A pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais adequada possível e de acordo com o regramento do art. 23 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, observado o disposto neste artigo.

§ 1°Adotar-se-ão como fonte primária para elaboração de estimativa de valor veículos oficiais de divulgação de valores referenciais, tais como bancos ou painéis de preços.

§ 2°É preferencial, válida e suficiente a pesquisa feita por meio de automação ou interoperabilidade, ainda que obtida por intermédio de fornecedor tecnológico único, desde que as estimativas apresentadas componham uma cesta de preços que atenda aos requisitos deste artigo.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 3°A realização de estimativa de valor exclusivamente por meio de pesquisa de mercado somente será admitida em caso de expressa justificativa do setor responsável, demonstrando a impossibilidade de utilização de outro método, devendo ser observadas a pluralidade e a atualidade das propostas, com a correspondente justificativa da escolha dos agentes econômicos pesquisados.

§ 4°Não serão admitidas propostas para pesquisa de mercado que tenham sido elaboradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para publicação do edital ou que estejam despidas da justificativa de escolha do proponente.

§ 5°A estimativa orçamentária deverá levar em consideração os parâmetros definidos para o objeto a ser licitado, incluindo quantitativos, prazos e locais de entrega, obrigações acessórias, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas, economia de escala, custos logísticos, instalação, montagem e demais fatores capazes de alterar significativamente o preço, de modo a evitar distorções de preço.

§ 6°Deverão ser registrados nos autos do processo de contratação, tanto os resultados obtidos quanto eventuais empecilhos para a realização da estimativa orçamentária, como a certificação de não localização de dados ou a relação de fornecedores consultados e que não enviaram propostas.

§ 7°Quando a contratação envolver total ou parcialmente recursos da União, decorrentes de transferências voluntárias para o Estado, deverão ser observados os procedimentos para realização de pesquisa de preço previstos nas normas do ente federal concedente.

§ 8°A pesquisa de preços para obras e serviços de engenharia obedecerá ao procedimento previsto no art. 54.

.....

Art. 53.A pesquisa de preço gerará documento denominado mapa de preços, que apontará a data e a metodologia utilizada para sua realização, bem como a mediana, a média, a máxima e a mínima dos preços obtidos, permitindo a visualização do custo direto da contratação, observando-se o seguinte:

I - o orçamento estimado da contratação será preferencialmente a mediana dos preços, podendo esta ser substituída, justificadamente, pela média ou pela mínima dos preços pesquisados;

II - para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, deverá ser realizada análise crítica dos preços pesquisados, a fim de verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados e, ainda, verificar a similaridade com o objeto, especificações, qualidade, prazos e garantias definidos pela Administração;

.....

Art. 55.Nas contratações diretas, a pesquisa de preços será feita:

Parágrafo único.Para a hipótese do art. 74, *caput*, inciso I, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, fica vedada a contratação direta por inexigibilidade, caso haja qualquer comprovação que demonstre a possibilidade de competição, inclusive a obtenção de cotações ou pesquisas de preços.

.....

Art. 57.Em caso de alteração relevante das características da contratação, deverá ser repetida a pesquisa de preços, anexando-se à solicitação de cotação o novo projeto básico, termo de referência ou documento equivalente.

.....

Art. 125.O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 deste Decreto.

§ 1°Na prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderão ser renovados os quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo originalmente registrado.

.....

Art. 146.Os contratos de fornecimento ou serviços contínuos poderão ser prorrogados, até o limite da legislação, observado o disposto neste artigo.

.....

§ 1°A prorrogação dos prazos de contratos de serviços e fornecimentos contínuos será processada no mesmo processo original de contratação, devendo ser juntados aos autos:

§ 2°Após a instrução prevista no parágrafo anterior, deverá o pedido ser encaminhado à PGE para a elaboração do termo aditivo a ser celebrado, observada a possibilidade de padronização.

§ 3°Presume-se economicamente vantajosa, sem a necessidade de formalização de nova pesquisa de preços, a prorrogação feita pelo valor atualizado pelo índice de equilíbrio econômico-financeiro contratualmente previsto.

§ 4°A gestão do contrato deverá notificar o contratado para prorrogar a garantia da execução contratual, caso esta tenha sido exigida.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 5°Em caso de desmembramento do processo principal, deverá o demandante anexar os documentos do processo apartado ao processo principal, sob pena de não ser analisado pela PGE.

.....

Art. 150.O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público e essencial para a materialização do princípio da boa administração pública e para a continuidade do serviço público.

.....

Art. 151.A escolha do índice de reajuste previsto no contrato deverá ser feita de modo a melhor refletir a realidade econômica do objeto contratual, prestado ou fornecido no local e modo exigido pela Administração, podendo ser escolhido:

§ 1°Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário mínimo, somente poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

.....

Art. 152.O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos deverá ser mantido, preferencialmente, apenas pela aplicação de índice contratualmente previsto para este fim.

.....

Art. 153.O reajuste, assim considerada a aplicação do índice contratualmente previsto, será feito de ofício pela Administração, mediante simples apostila ao contrato.

.....

Art. 154.O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser restabelecido, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, sempre que o reajuste não for suficiente para manter as condições efetivas da proposta, por meio de repactuação ou de revisão, quando configurada álea extraordinária contratual.

.....

Art. 155.A repactuação deverá ser utilizada para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

.....

Art. 156.O reequilíbrio econômico-financeiro por meio da repactuação será precedido de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

.....

Art. 157.O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser feito por meio da revisão contratual - de preços ou recomposição, diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor do contratado quanto da Administração contratante.

.....

Art. 158.O reequilíbrio econômico-financeiro por meio da revisão será precedido de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços inicial e atualizada do contrato; documentação hábil e idônea, demonstrando a variação dos custos que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual.

.....

§ 1°São dispensadas de prova de ocorrência, a critério da Administração, fatos públicos e notórios.

Art. 159.O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro na forma de repactuação ou revisão deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do fato gerador de seu direito.

.....

§ 1°Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no *caput*, os efeitos financeiros serão calculados a partir da data-base, mas terão efeitos apenas a partir da data de recebimento do pedido pela contratante.

Art. 160.A decisão sobre o pedido de repactuações ou revisões deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

Art. 161.Serão consideradas datas-base para repactuações ou revisões, conforme o caso:

§ 1°Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações e revisões terão efeitos:

.....

Art. 162.O reequilíbrio econômico-financeiro poderá, a critério da Administração Pública, ser implementado de forma provisória nos casos em que a contratada demonstrar relevante impacto financeiro na execução contratual

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

decorrente da alteração dos aspectos econômicos da execução do contrato, devendo a compensação econômica ser revista e ajustada por ocasião da decisão definitiva do pedido, com a compensação dos valores pagos a menor ou a maior durante a aplicação da medida.

.....

Art. 163.A Administração Pública poderá iniciar, de ofício, o procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio da repactuação ou revisão quando constatada a redução potencial do preço do contrato.

Art. 164.As repactuações não interferem no direito das partes de obter, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base nas alterações quantitativas contratuais previstas na Lei.

.....

Art. 190.O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1°O decurso do prazo previsto para o pagamento constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2°Os encargos financeiros da mora de que trata o § 1° deste artigo corresponderão, como índice único de atualização monetária e de compensação da mora, à Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Taxa Selic, incidente desde o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo previsto no *caput* deste artigo até a data do efetivo pagamento, calculada de forma acumulada e *pro rata die*, conforme metodologia divulgada pelo Banco Central do Brasil, vedada sua cumulação com qualquer outro índice de correção monetária ou taxa de juros.

§ 3°Nos contratos em que as partes tenham pactuado, de forma expressa, específica e justificada, índice de atualização monetária e taxa de juros distintos da prevista no § 2° para a hipótese de mora da Administração, prevalecerá a cláusula contratual, observado o disposto no art. 92, *caput*, inciso V, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. ” (NR)

Art. 2°Ficam acrescidos os dispostivos ao Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1°.....

.....

§ 5°São asseguradas ao licitante e ao contratado as garantias de liberdade econômica, presumindo-se sua boa-fé, sendo que a interferência da Administração nas atividades do contratado ou em sua dinâmica própria de gestão somente se justifica quando necessária ao atingimento dos objetivos do contrato e do interesse público.

§ 6°Este Decreto aplica-se à administração estadual direta, autárquica e fundacional, submetendo-se as empresas estatais, públicas ou de economia mista integrantes da Administração Estadual Indireta à legislação específica, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário do estado de Rondônia, bem como ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, ao Ministério Público do Estado de Rondônia - MPRO e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE, a adoção deste regulamento na condução de processos de contratação fundados na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, que dispõe sobre a “Lei de Licitações e Contratos Administrativos.”, podendo, ainda, estabelecer fluxos e manuais próprios, desde que observadas as normas gerais estabelecidas naquela Lei.

§ 7°A outorga de uso de bem público estadual a terceiro observará as regras previstas em regulamento próprio, sendo que, havendo licitação, será observado o procedimento previsto na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, regulamentada por este Decreto.

.....

Art. 50.....

I - as peculiaridades regionais, especialmente as atinentes à logística e ao mercado de trabalho, devendo as comparações ser efetivadas com a consciência de que o mercado relevante para determinada contratação pode ser geograficamente limitado;

II - que o tempo é um custo relevante para a contratação pública, sendo necessária a celeridade e a simplicidade do processo de contratação como um todo e na pesquisa de preços em especial, sem prejuízo da fidedignidade das informações; e

III - é natural e esperada a ocorrência de algum nível de imprecisão no resultado das pesquisas de preço.

§ 1°O orçamento estimado feito por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá ser utilizado em processo de contratação realizado por outra entidade, observada a validade de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2°Na hipótese de dispensa de licitação com base no art. 75, incisos I e II da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, a estimativa de preços pode ser realizada concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 3°Aplicam-se às adesões a atas de registro de preços as disposições previstas nesta parte.

Art. 51.....

.....

§ 9°Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, o preço estimado será definido em planilha aberta de composição de custos, que deverá ser utilizada como referência para formulação das propostas.

§ 10.Existindo contratação sobre o mesmo objeto, é permitido o uso do valor atualizado da contratação vigente ou extinta nos últimos 90 (noventa) dias como um dos itens da cesta de preços.

.....

Art. 53.....

.....

III - o responsável deverá fazer um balizamento entre o resultado obtido e os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, mediante a análise de contratos recentes ou vigentes, Atas de Registro de Preços e outros meios para verificar se o resultado apresenta o preço praticado no mercado.

.....

Art. 55.....

.....

I - pelo preço publicamente disponibilizado e fixado, para objetos disponibilizados amplamente ao mercado, tais como cursos, capacitações, eventos, *software* como serviço ou outros;

II - pela verificação dos valores de contratações de objetos idênticos ou semelhantes, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, devidamente atualizados, emitidos dentro de 1 (um) ano da data do orçamento, ou por outro meio idôneo de demonstração dos custos de execução;

III - pelo valor fixado no credenciamento;

IV - nos demais casos, pelo mesmo procedimento do art. 51.

Art. 57.....

§ 1°Considera-se relevante a alteração que demande a revisão do Estudo Técnico Preliminar e/ou do Termo de Referência.

§ 2°Caso a alteração se refira apenas a quantitativos, poderá ser realizada a estimativa por cálculo proporcional dos valores.

§ 3°O processo licitatório poderá ser invalidado por divergência entre a pesquisa de preços e o preço fixado na licitação quando, na forma de justificativa circunstanciada do gestor, houver incongruência na metodologia da pesquisa de preços ou divergência relevante entre o objeto pesquisado e aquele licitado.

§ 4°O processo licitatório poderá ser revogado ou não firmado o contrato dele decorrente quando o preço fixado na licitação for incompatível com a disponibilidade orçamentário-financeira do órgão licitante.

.....

Art. 124 - A.Os órgãos e entidades da administração pública do estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços dos órgãos e entidades da União, dos Estados e do Distrito Federal, e de municípios ou consórcios intermunicipais com o quantitativo populacional igual ou superior a Rondônia, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.

§ 1°Os atos praticados no âmbito do Processo Administrativo que deu origem ao registro de preços possuem presunção de legalidade e legitimidade, sendo desnecessária a realização de diligências para esse fim.

§ 2°É legal a adesão à Ata de Registro de preços independentemente do critério de julgamento escolhido pela Ata de Registro de preço formadora, consoante o estabelecido nos art. 33 a art. 39 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

§ 3°Na análise da legalidade da adesão à Ata de Registro de Preços de outra entidade, não se aplicará os prazos, critérios e procedimentos exigíveis especificamente na legislação rondoniense para a formação da Ata de Registro de Preços.

Art. 125.....

§ 1° .....

§ 2°A prorrogação independe da existência de saldo remanescente em relação aos itens que compõem a ata.

§ 3°Antes do término da vigência da ata, quando houver o esgotamento de, ao menos, um dos itens registrados, admitir-se-á a prorrogação antecipada, com a renovação dos quantitativos, observado o disposto neste artigo.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 4°O prazo de prorrogação será único para todos os itens da ata e, na hipótese de prorrogação antecipada, será contado da data de sua formalização, aplicando-se o novo período de vigência a todos os itens.

§ 5°Para a formalização do termo aditivo de prorrogação deverá:

I - comprovar que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos; e

II - indicar expressamente o termo inicial e final do prazo de prorrogação e o quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

§ 6°A prorrogação de que trata este artigo deverá ser formalizada durante a vigência da ata e observará o limite máximo de 2 (dois) anos de vigência.

§ 7°Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

.....

Art. 146.....

§ 1°.....

I - justificativa para a prorrogação pretendida, esclarecendo os motivos que ensejam a manutenção da necessidade administrativa e sua vantajosidade, a ser subscrita pelo gestor do contrato e ratificada pela autoridade competente;

II - relatório circunstanciado emitido pela fiscalização do contrato administrativo, atestando a regularidade e adequação da prestação do serviço ou do fornecimento, observadas as especificidades dos contratos que envolvem terceirização de mão de obra, quando for o caso;

III - comprovação de manutenção das condições e requisitos de habilitação do contratado;

IV - concordância do contratado; e

V - demonstrativo da compatibilidade orçamentário-financeira da despesa com a prorrogação.

.....

Art. 151.....

I - por especialidade e setorialidade, analisando-se se, para o objeto contratual, há índice específico de reajuste;

II - mediante cesta de índices que melhor reflita a realidade econômica específica do objeto contratado, conforme verificado a partir do processo de planejamento contratual ou em contratações passadas da Administração.

.....

Art. 152.....

Parágrafo único.Caso o índice contratualmente previsto não seja suficiente para cobrir a variação econômica do objeto contratado, o valor do objeto contratado poderá ser alterado mediante a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, compensando-se com eventual reajuste concedido.

Art. 153.....

§ 1°O cálculo dos valores e a efetivação do reequilíbrio deverão ser feitos preferencialmente por meio de sistema eletrônico automatizado da PGE.

§ 2°O valor será reajustado anualmente, tendo como data-base, para a primeira oportunidade de concessão, a data do orçamento estimativo à contratação e, para as subsequentes, a data dos efeitos do último evento de reequilíbrio econômico-financeiro realizado.

§ 3°É vedada a realização desta modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro antes de um ano da data-base.

§ 4°Caso não seja concedido pela Administração, o contratado poderá requerer o reequilíbrio decorrente do presente dispositivo, que não será objeto de preclusão até a extinção contratual.

.....

Art. 155.....

§ 1°A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir adequadamente a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

§ 2°Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantas forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 3°A repactuação contratual em razão de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho deve levar em conta a integralidade do aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

§ 4°Havendo repactuação, a data de início dos efeitos será considerada a nova data-base para aplicação de eventuais novos eventos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 156.....

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 1°É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

§ 2°A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, e de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, sendo vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública;

§ 3°As repactuações pela variação de custos de mão de obra não decorrentes de acordo, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos de mercado, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do contrato em vigência;

III - a nova planilha com variação dos custos apresentada; e

IV - tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

§ 4°O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

.....

Art. 158.....

§ 1° .....

§ 2°Não se considera prova idônea a mera declaração do contratado ou de pessoa física ou jurídica a ele relacionada;

§ 3°Realizado o procedimento de que trata este artigo, ato da autoridade competente, ouvido o gestor do contrato, deverá analisar fundamentadamente o pedido do contratado, verificando:

I - se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pelo contratado efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexo causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

II - se foram apresentados documentos que comprovam que o contratado efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

III - quando o pedido se embasar na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos do contratado, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do contrato como um todo;

IV - se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no contrato sob a responsabilidade do contratado;

V - se houve culpa do contratado pela majoração dos seus encargos e/ou se ele deu causa a atrasos injustificáveis no cronograma da obra ou serviço; e

VI - qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

§ 4°A Pasta deverá cotejar os preços alegados pelo contratado com a realidade do mercado, realizando sua própria pesquisa, na forma deste Decreto.

§ 5°A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

Art. 159.....

§ 1°.....

§ 2°O cálculo do percentual de reajuste será feito sempre pela última ocorrência de data-base verificada no contrato, observado o art. 152, parágrafo único.

§ 3°A repactuação ou revisão que o contratado fizer *jus* e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, houver requerimento prévio pendente de análise.

§ 4°O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

§ 5°A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia *jus* à empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 160.....

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 1°O prazo referido no *caput* ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

§ 2°Caso a contratada se recuse ou não apresente os documentos exigidos, a Administração deverá indeferir o pedido formulado.

§ 3°A decisão de reequilíbrio econômico-financeiro deverá expor os motivos que caracterizam o evento econômico extraordinário, bem como apontar o cálculo da recomposição, com a indicação expressa do índice e valores após a atualização.

Art. 161.....

I - a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos;

II - a data da entrada em vigor de medidas de aumento ou redução de carga tributária, considerando-se afetadas apenas as parcelas dos objetos adquiridos ou executados pelo contratado após essa data;

III - a data do orçamento-base para o procedimento licitatório; e

IV - nos eventos de equilíbrio econômico-financeiro subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último evento de reequilíbrio.

§ 1°.....

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação ou do pedido da contratada, na forma do art. 159, § 1°;

II - em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

.....

Art. 163.....

§ 1°Aplicam-se ao disposto neste artigo os limites e prazos previstos nos art. 157 e art. 161 deste Decreto.

§ 2°A Administração deverá assegurar a manifestação da contratada, no prazo mínimo de 8 (oito) dias, acerca do reequilíbrio pretendido.

§ 3°O reequilíbrio, neste caso, poderá ser efetivado por meio de apostila ao contrato.

.....

Art. 190.....

.....

§ 4°Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o disposto nos § 1° a § 3° deste artigo.

§ 5°O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação.” (NR)

Art. 3°O parágrafo único do art. 125 do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, passa a ser § 1°.

Art. 4°O parágrafo único do art. 158 do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, passa a ser § 1°.

Art. 5°O parágrafo único do art. 159 do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, passa a ser § 1°.

Art. 6°As disposições do art. 125 do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, na redação apresentada, aplicam-se às atas de registro de preços vigentes na data de sua publicação, desde que a respectiva prorrogação seja formalizada durante a vigência da ata e observado o limite máximo de 2 (dois) anos de vigência.

Art. 7°Ficam revogados do Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024:

I - os § 7° e § 8° do art. 124;

II - os incisos I a VII do *caput* do art. 146;

III - os § 1° e § 2° do art. 150;

IV - os § 2° e § 3° do art. 151;

V - os incisos I a IV do *caput* do art. 152;

VI - os § 1°, § 2°, § 3°, § 4°, § 5°, § 6°, § 7° e § 8° do art. 154;

VII - os incisos I e II do art. 155;

VIII - os § 1°, § 2°, § 3°, § 4° e§ 5° do art. 157;

IX - os incisos I e IIdo art. 158;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

X - os incisos I a III do *caput* do art. 159;
XI - os § 2°, § 3° e § 4° do art. 161;
XII - os § 1° e § 2° do art. 162; e
XIII - os incisos I a V do *caput* e os § 1°, § 2°, § 3°, § 4° e § 5° do art. 164.
Art. 8°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rondônia, 29 de setembro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA
Procurador-Geral do Estado

Protocolo 77106492

DECRETO N° 32.098, DE 1° DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 40.000,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 14 da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES, de acordo com a autorização para reprogramação de dotações oriundas de Emendas Parlamentares Individuais, para atendimento de despesas de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 1° de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I
CRÉDITO POR ANULAÇÃOREDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			
17.012.10.302.2084.4007	APOIAR PREFEITURAS E ENTIDADES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE	335041	1.500.0	40.000,00
TOTAL				**R$ 40.000,00**

ANEXO II
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**40.000,00**
17.012.10.302.2084.4007	APOIAR PREFEITURAS E ENTIDADES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE	445042	1.500.0	40.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TOTAL	**R$ 40.000,00**

Protocolo 77209730

DECRETO N° 32.099, DE 1° DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 116.805,00, em favor das unidades orçamentárias Secretaria de Estado da Agricultura - Seagri e Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 14 da Lei Complementar n° 1.322, de 27 de março de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 116.805,00 (cento e dezesseis mil oitocentos e cinco reais), em favor das unidades orçamentárias Secretaria de Estado da Agricultura - Seagri e Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, de acordo com a autorização para reprogramação de dotações oriundas de Emendas Parlamentares de Comissão, para atendimento de despesas corrente e de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 1° de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃOREDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG			**36.000,00**
13.001.28.846.0000.0256	ATENDER EMENDAS PARLAMENTARES	444042	1.500.0	36.000,00
	ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - EMATER/RO			**80.805,00**
19.025.20.606.2024.2019	PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	335041	1.500.0	80.805,00
TOTAL				**R$ 116.805,00**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI			**80.805,00**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

19.001.20.608.2179.2485	FOMENTAR A AGRICULTURA EM PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA	445042	1.500.0	80.805,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**36.000,00**
32.001.27.812.2094.4212	JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS	335041	1.500.0	36.000,00
TOTAL				**R$ 116.805,00**

Protocolo 77211830

DECRETO N° 32.101, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera dispositivo do Decreto n° 30.578, de 21 de agosto de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°O art. 1°, inciso I, alínea "a", do Decreto n° 30.578, de 21 de agosto de 2025, que "Nomeia membros para compor o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon e revoga o Decreto n° 26.910, de 22 de fevereiro de 2022.", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1°.....

I - .....

a) Luana Luiza Gonçalves de Abreu Hey, a datar de 21 de setembro de 2026; e

....." (NR)

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros, a partir de 21 de setembro de 2026.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77225789

DECRETO N° 32.102, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 58.053,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 14 da Lei Complementar n° 1.322, de 27 de março de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 58.053,00 (cinquenta e oito mil cinquenta e três reais), em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, de acordo com a autorização para reprogramação de dotação oriunda de Emenda Parlamentar de Comissão, para atendimento de despesa corrente, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.O recurso necessário à execução do disposto no *caput* decorrerá de anulação parcial da dotação orçamentária, indicada no Anexo I e no valor especificado.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃO REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**58.053,00**
32.001.27.812.2094.4212	JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS	445042	1.500.0	58.053,00
TOTAL				**R$ 58.053,00**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**58.053,00**
32.001.27.812.2094.4212	JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS	335041	1.500.0	58.053,00
TOTAL				**R$ 58.053,00**

Protocolo 77257572

DECRETO N° 32.103, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 214.239,23, em favor das unidades orçamentárias Fundo Estadual de Saúde - FES e Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 14 da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 214.239,23 (duzentos e quatorze mil duzentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos), em favor das unidades orçamentárias Fundo Estadual de Saúde - FES e Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, de acordo com a autorização para reprogramação de dotações oriundas de Emendas Parlamentares Individuais, para atendimento de despesas correntes e de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃO REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR			**4.000,00**
11.004.23.695.2108.2194	PROMOVER ATIVIDADES DE APOIO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO DE RO	335041	1.500.0	4.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG			**57.805,00**
13.001.28.846.0000.0256	ATENDER EMENDAS PARLAMENTARES	444042	1.500.0	57.805,00
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**104.894,23**
17.012.10.302.2084.4007	APOIAR PREFEITURAS E ENTIDADES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE	334141	1.500.0	104.894,23
	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI			**5.500,00**
19.001.20.608.2179.2485	FOMENTAR A AGRICULTURA EM PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA	445042	1.500.0	5.500,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP			**1.640,00**
27.001.15.451.2183.2428	EFETUAR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	445042	1.500.0	1.640,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**40.400,00**
32.001.13.392.2093.4211	FOMENTAR A PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	334041	1.500.0	14.000,00
32.001.27.811.2094.4217	DESENVOLVER O DESPORTO DE RENDIMENTO	335041	1.500.0	20.000,00
32.001.27.812.2094.4212	JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS	335041	1.500.0	6.400,00
TOTAL				**R$ 214.239,23**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**104.894,23**
17.012.10.302.2084.4007	APOIAR PREFEITURAS E ENTIDADES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE	444142	1.500.0	104.894,23
	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**109.345,00**
32.001.13.392.2093.4211	FOMENTAR A PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	445042	1.500.0	50.000,00
32.001.27.811.2094.4217	DESENVOLVER O DESPORTO DE RENDIMENTO	339033	1.500.0	59.345,00
TOTAL				**R$ 214.239,23**

Protocolo 77258880

DECRETO N° 32.105, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 2.145.970,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado, e nos termos do art. 8°, *caput*, inciso I, da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 2.145.970,00 (dois milhões cento e quarenta e cinco mil e novecentos e setenta reais), em favor das unidades orçamentárias Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron, Superintendência Estadual do Indígena - SI e Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - Fecoep, para atendimento de despesas correntes, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃOREDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO			**505.000,00**
11.025.26.122.2179.2428	EFETUAR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	444042	1.500.0	505.000,00
	AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON			**20.000,00**
19.023.28.846.0000.0205	REALIZAR PAGAMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO DO PASEP (PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	339047	1.753.0	20.000,00
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INDÍGENA - SI			**8.510,00**
23.002.14.128.1015.2096	FORMAR, QUALIFICAR, TREINAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS.	339039	1.500.0	8.510,00
	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DE RONDÔNIA - FECOEP			**1.612.460,00**
23.011.08.244.2087.1494	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	339030	1.761.0	1.612.460,00
TOTAL				**R$ 2.145.970,00**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - DER/RO			**505.000,00**
11.025.26.122.1015.2935	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS DAS RESIDÊNCIAS E USINAS REGIONAIS	339030	1.500.0	505.000,00
	AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON			**20.000,00**
19.023.28.846.0000.0112	REALIZAR PAGAMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA	339093	1.753.0	20.000,00
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INDÍGENA - SI			**8.510,00**
23.002.08.423.2188.4152	FORTALECER E DESENVOLVER A POLÍTICA ESTADUAL PARA OS POVOS INDÍGENAS	339014	1.500.0	8.510,00
	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DE RONDÔNIA - FECOEP			**1.612.460,00**
23.011.08.244.2087.2197	PROMOVER ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	339032	1.761.0	1.612.460,00
TOTAL				**R$ 2.145.970,00**

Protocolo 77291680

DECRETO N° 32.104, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 110.000,00, em favor da unidade orçamentária Contabilidade Geral do Estado - Coges, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado, e nos termos do art. 8°, *caput*, inciso I, da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), em favor da unidade orçamentária Contabilidade Geral do Estado - Coges, para atendimento de despesa corrente, no presente exercício, indicada no Anexo II.

Parágrafo único.O recurso necessário à execução do disposto no *caput* decorrerá de anulação parcial da dotação orçamentária, indicada no Anexo I e no valor especificado.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITOPOR ANULAÇÃOREDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES			**110.000,00**
11.020.04.122.1015.4000	PROMOVER AÇÕES PREVENTIVAS DE SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	339039	1.500.0	110.000,00
TOTAL				**R$ 110.000,00**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES			**110.000,00**
11.020.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	1.500.0	110.000,00
TOTAL				**R$ 110.000,00**

Protocolo 77293382

DECRETO N° 32.108, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Cede Praça da Polícia Militar de Rondônia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica cedido o Terceiro-Sargento da Polícia Militar de Rondônia - PMRO do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPM, matrícula ******640, MARCEL SALES HERON, para exercer funções de interesse policial militar na Casa Civil, com ônus para o Órgão de destino, no período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2026, em conformidade com o art. 46 da Lei n° 4.302, de 25 de junho de 2018, que "Dispõe sobre a Organização Básica e as atribuições dos Órgãos da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.", combinado com o art. 1°, *caput*, inciso VI, da Lei Complementar n° 237, de 20 de dezembro de 2000, que "Dispõe sobre função de natureza policial militar.".

Parágrafo único.O Policial Militar, quando necessário e devidamente requisitado pelo Comandante-Geral da PMRO, atuará na Polícia Militar no período de estado de calamidade pública, em policiamento extraordinário, especial, em grandes eventos, para compor comissões e instruir procedimentos apuratórios no âmbito da Instituição, bem como concorrer em escalas de serviços compatíveis com sua Graduação.

Art. 2°O Praça ficará agregado ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPM, pelo mesmo período de sua cedência, em consonância com o art. 79, § 1°, inciso I, do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.".

Art. 3°O Policial Militar será transferido para o Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia - QEPM/QEBM, durante o intervalo de sua cedência, conforme estabelecido no art. 2° da Lei n° 3.514, de 5 de fevereiro de 2015, que "Cria o Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia - QEPM/QEBM, no âmbito das Corporações Militares, e dá outras providências.".

Art. 4°O Praça encontrar-se-á adido à Ajudância-Geral para efeitos de alterações e remuneração, de acordo com o art. 80 do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982.

Art. 5°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros, a contar de 16 de setembro de 2026.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77303269

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 6 de outubro de 2026, ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77328600

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Cessar, a partir de 6 de outubro de 2026, os efeitos do decreto do dia 23 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial Nº.76 de 23 de abril de 2025, que nomeou interinamente, ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário-Chefe, da Casa Civil, cumulativamente com as funções que já exerce.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329004

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário-Chefe, da Casa Civil.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329103

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329217

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 6 de outubro de 2026, EDER ANDRE FERNANDES DIAS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Diretor-Geral, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo 77329290

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Diretor-Geral, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329382

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 6 de outubro de 2026, PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329490

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, GODOFREDO GONCALVES NETO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329582

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 6 de outubro de 2026, ALLEN LUNA NERES DOS SANTOS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-17, de Secretário Adjunto da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329693

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, LETICIA CRISTINA MACHADO BATISTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-17, de Secretária Adjunta da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329770

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 6 de outubro de 2026, LUCAS LUCENA ARAUJO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessor VII, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329870

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 6 de outubro de 2026, FABRICIA MALINOSKI, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, da Casa Civil.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77329974

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, ALLEN LUNA NERES DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Casa Civil.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77330067

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, EDER ANDRE FERNANDES DIAS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessor VII, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77330170

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Nomear, a partir de 6 de outubro de 2026, PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-15, de Assessor XV, da Casa Civil.

Rondônia, 5 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77330285

DECRETO DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 28 de setembro de 2026, CARLOS NUNES DE ALMEIDA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessor VI, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 30 de setembro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77211802

DECRETO DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 28 de setembro de 2026, ADRIANA MARQUES RAMOS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Secretaria de Estado da Educação. .

Rondônia, 30 de setembro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77212233

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 28 de setembro de 2026, GUILHERME DINIZ SOUZA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Agricultura.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77229076

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 28 de setembro de 2026, VINICIUS MOREIRA ROCHA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Agricultura.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77230085

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 24 de setembro de 2026, CEL PM DIEGO BATISTA CARVALHO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Corregedor-Geral, da Polícia Militar.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77244904

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, NAIANE KEREN GONCALVES FERREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Agricultura.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77248012

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, ITALO VANDER SANTIAGO DE ALMEIDA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77252007

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, ALESSANDRO VIEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77249336

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 7 de outubro de 2026, DANIELA CAROLINE CAPOBIANCO COSTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Casa Civil.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77251065

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 30 de setembro de 2026, MATHEUS SANTOS ALVES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado de Finanças.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77259387

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de outubro de 2026, GRACIELE COSTA CORDEIRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado de Finanças.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77259557

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 1.209, de 18 de dezembro de 2023,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, ALMIR MIQUILES PEDROSA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Membro de Comissão de Defesa Prévia de Autos de Infração da Capital, do Departamento Estadual de Trânsito.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77261192

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 1.209, de 18 de dezembro de 2023,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de outubro de 2026, JACSON HENRIQUE ROSA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Membro de Comissão de Defesa Prévia de Autos de Infração da Capital, do Departamento Estadual de Trânsito.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77261438

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, MIRELE REBOUÇAS DE QUEIROZ JUCA DAS CHAGAS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessora VII, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77252858

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 14 de setembro de 2026, ANCHILES LIMA DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77258506

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 14 de setembro de 2026, CRISTIANE GUAQUEREBA DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Chefe de Núcleo III, da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77259463

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 15 de setembro de 2026, SCARLETH OHANA DE OLIVEIRA PESSOA LIMA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Chefe de Núcleo III, da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

Rondônia, 1 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77260476

Portaria nº 426 de 01 de outubro de 2026

O COORDENADOR-GERAL DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS DO GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições legais, delegadas pela Lei Complementar nº 1.215, de 29 de dezembro de 2023, publicada no DOE n. 245 de 29 de Dezembro de 2023.

Pelo exposto, no que consta no Processo SEI n° 0014.002877/2026-23.

RESOLVE,

Convalidar a remarcação de 11 (onze) dias de férias, para o período de 24 de setembro a 04 de outubro de 2026, do servidor CLEITON SOUZA XAVIER, cedido com ônus para o Estado, pertencente ao quadro de servidores da Governadoria, matrícula ******601, referente ao exercício de 2026, período interrompido anteriormente por motivo de superior interesse público, de 20 a 30 de setembro de 2026, conforme Portaria de férias nº 13962 de 22 de setembro de 2026.

FLAVIO DERZETE DA MOTA
Coordenador-Geral das Secretarias Executivas Regionais
Gabinete do Governador

Protocolo 77266843

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 424 de 01 de outubro de 2026

A Secretária-Executiva do Gabinete do Governador, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como pelo Decreto n. 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n. 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta e, considerando o solicitado no Processo nº 0029.054618/2026-19.

R E S O L V E:

Art. 1º Disponibilizar, a contar de 25 de setembro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, a servidora Bruna Alves da Costa, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessor VI, do Gabinete do Governador, para desenvolver suas atividades laborais junto a Secretaria de Estado da Educação - Seduc.

Parágrafo Único. A renovação da lotação para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão acerca de cessar a lotação.

Art. 2º Fica de inteira responsabilidade da Secretaria solicitante encaminhar à SUGESP-CGP, com cópia ao Gabinete do Governador para ciência, as folhas de frequência da servidora mencionada no Art. 1º, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata, no 1º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º Em relação às férias da servidora disponibilizada, a Secretaria solicitante deverá providenciar a elaboração e publicação da Portaria de Férias, enviando posteriormente à Unidade de Recursos Humanos - RH do Gabinete Governador, através de Processo Sei, conforme orientações contidas no Ofício n. 798/2023/SEGEP-REOF.

Registre-se. Publique-se.

Cumpra-se.

RUTE CARVALHO SILVA PEDROSA

Secretária-Executiva do Gabinete do Governador

Protocolo 77245318

CASA CIVIL

Portaria nº 1052 de 01 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **06 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 529 de 14 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 94 de 15 de maio de 2026, que disponibilizou a servidora **VILMARA MACIEL CHIULLO**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Secretaria de Estado da Saúde - Sesau, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77256620

Portaria nº 1028 de 21 de setembro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0009.010208/2026-02; e

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar de o efetivo exercício, o servidor **ICARO GABRIEL RODRIGUES FERREIRA PAIVA**, ocupante do Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto à Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - Der.

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** do servidor acima mencionado **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias do servidor disponibilizado, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 76846979

Portaria nº 1041 de 28 de setembro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0014.002819/2026-08; e

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar de 14 de setembro de 2026, o servidor **LUCAS CAUÃ ZERFFAZ RODRIGUES**, ocupante do Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto à Secretária Executiva Regional - Região VIII (Rolim de Moura).

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** do servidor acima mencionado **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias do servidor disponibilizado, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77093971

Portaria nº 1044 de 29 de setembro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0015.014356/2026-17; e

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar de 28 de setembro de 2026, o servidor **EVANILSON PEREIRA BATISTA**, ocupante do Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron.

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** do servidor acima mencionado **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias do servidor disponibilizado, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo 77125190

Portaria nº 1053 de 01 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **01 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 536 de 15 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 96 de 20 de maio de 2026, que disponibilizou o servidor **PABLO DE SOUZA MOURA**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto ao Gabinete do Governador, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77257482

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

EXTRATO

1-EXTRATO: PID Nº 12/2026/PGE-SEDUC 2-VINCULANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC 3-VINCULADA: RRE PRODUTORA LTDA, CNPJ: 11.468.883/0001-85. 4-OBJETO: O DEVEDOR, por meio deste instrumento, reconhece a existência de despesa em favor do CREDOR, no valor de R$ 3.872.706,31,decorrente do reajuste contratual retroativo relativo ao Contrato nº 207/PGE-2020, referente à prestação de serviços técnicos especializados de produção audiovisual e transmissão de conteúdo educacional para o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica da SEDUC/RO, não formalizado durante a vigência contratual. 5-DESPESA: Cód. U.O.: 16001 - Programa de Trabalho: 12.362.2157.4041.404101 - Fonte de Recursos: 150000 1.001 - Natureza de Despesa: 339093-01. **6-PRAZO:** 30 dias, a partir da data de sua assinatura. **7-PROCESSO:** 0029.053742/2026-67 **8-DATA DA ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 77268070

EXTRATO

1- EXTRATO: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 557/2025/PGE-DERADM; **2- CONCEDENTE:** DER; **3-CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO; **4- DO OBJETO:** Prorrogação de prazo; **5- CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do **Convênio nº** 557/2025/PGE-DERADM até a data de 30 **de março de 2027** (180 dias a contar de 01/10/2026), nos termos do Plano de Trabalho de Id. 77100210; **6-** CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em vigor as Cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas; **7- PROCESSO:** 0009.008681/2025-31; **8- ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 77233918

EXTRATO

1- EXTRATO: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 67/2024/PGE-DERADM; 2- CONTRATANTE: DER; 3- CONTRATADA: TCAR LOCACAO DE VEICULOS LTDA; 4-OBJETO: Acréscimo de valor; 5- CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica autorizado o acréscimo contratual anual no montante de R$2.829.669,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e sessenta e nove reais), correspondente ao limite de 25% do valor contratual atualizado após a aplicação do 3º reajuste, passando o valor global contratual para R$14.148.345,00 (quatorze milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais), com a inclusão de 25 (vinte e cinco) veículos, totalizando 125 (cento e vinte e cinco) veículos; 6- CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em vigor as Cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas; 7- PROCESSO: 0009.014817/2023-80; 8- DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026.

Protocolo 77290662

EXTRATO

1-EXTRATO: Termo de Contrato nº 1066/2026/PGE-DERADM; **2-CONTRATANTE:** DER/RO; **3-CONTRATADA:** NEW ROADS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ/MF n.º 20.585.488/0001-73; **4-OBJETO:** Contratação de empresa

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

especializada para a capacitação e desenvolvimento de 12 (doze) servidores do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), que atuam direta ou indiretamente na execução e na fiscalização de pavimentação asfáltica; 5-VALOR: R$38.772,00 (trinta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais); **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 11025 - Programa de Trabalho: 26 122 1015 2087 208741 - Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 - Natureza da Despesa: 33.90.39.26; **7-PROCESSO:** 0009.009439/2026-65; **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Inexigibilidade de licitação; **9-VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias; **10-DATA DA ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 77291382

EXTRATO

1-EXTRATO: 3º TAFOM Nº 65/2025/PGE-SESAU **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-VINCULADA:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE CEREJEIRAS, CNPJ/MF Nº: 15.893.704/0001-08 **4-OBJETO:** Fica prorrogada a vigência do termo de fomento, firmado pelos partícipes, por mais 180 dias, a contar do dia 25/09/2026. **5-PROCESSO:** 0036.087409/2022-39 **6-DATA DA ASSINATURA:** 28/09/2026.

Protocolo 77296580

EXTRATO

1-EXTRATO: 9º TACNT Nº 876/PGE-2021 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL **3-CONTRATADA:** LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ/MF Nº: 03.587.444/0001-63 **4-OBJETO:** Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução do Contrato por mais 120 dias, a contar de 26 de setembro de 2026, compreendo neste prazo a dilação da execução física do objeto contratual por mais 15 dias. **5-PROCESSO:** 0026.410365/2020-11 **6-DATA DA ASSINATURA:** 25/09/2026.

Protocolo 77297339

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TACNV Nº 77/2025/PGE-SEDUC **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO **3-VINCULADA:** MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA, CNPJ/MF Nº: 04.394.805/0001-18 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Convênio por mais 365 dias, a contar de 13/10/2026. **5-PROCESSO:** 0029.059043/2024-69 **6-DATA DA ASSINATURA:** 30/09/2026.

Protocolo 77297938

EXTRATO

1-EXTRATO: 4º TACNT Nº 755/2024/PGE-SESAU **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** ARAUNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ/MF Nº: 04.900.474/0001-40 **4-OBJETO:** Fica autorizada a prorrogação de prazo do Termo de Contrato por mais 9 meses, a contar do dia 03/10/2026. **5-PROCESSO:** 0036.113434/2021-02 **6-DATA DA ASSINATURA:** 02/10/2026.

Protocolo 77298482

EXTRATO

1-EXTRATO: 6º TACNT/0356/SEDEC/PGE/2022 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC **3-CONTRATADA:** FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, CNPJ/MF Nº: 44.315.919/0001-40 **4-OBJETO:** A vigência do Contrato fica prorrogada por 248 dias corridos, com início em 25 de setembro de 2026 e término em 30 de maio de 2027. Durante o período de vigência prorrogado, a atuação da CONTRATADA ficará restrita às seguintes obrigações, vinculadas ao objeto originalmente pactuado: I – apresentar o Relatório de Encerramento previsto no item 8 do Termo de Referência, contendo o resumo dos processos analisados e de seus resultados; e II – prestar, quando solicitados pelo CONTRATANTE, esclarecimentos e demonstrações técnicas, fornecer documentos e informações complementares e sanar divergências referentes aos produtos anteriormente apresentados. A prorrogação não autoriza a abertura de novas frentes de trabalho, a realização de novos trabalhos analíticos ou a ampliação do objeto contratual. **5-PROCESSO:** 0041.391263/2021-73 **6-DATA DA ASSINATURA:** 24/09/2026.

Protocolo 77299944

EXTRATO

1-EXTRATO: 5º TACNV Nº 510/2024/PGE-SEJUS **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS **3-VINCULADA:** MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, CNPJ/MF Nº: 05.903.125/0001-45 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

vigência do presente Termo de Convênio, por mais 12 meses, a contar de 16/10/2026. **5-PROCESSO:** 0033.018667/2024-67 **6-DATA DA ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 77303020

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TAFOM Nº 791/2025/PGE-SEAS **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL **3-VINCULADA:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALVORADA DO OESTE, CNPJ/MF Nº: 63.788.434/0001-18 **4-OBJETO:** Fica autorizada a prorrogação da vigência do Termo de Fomento, por mais 60 dias, a contar de 21 de setembro de 2026. **5-PROCESSO:** 0026.009384/2025-02 **6-DATA DA ASSINATURA:** 30/09/2026.

Protocolo 77303538

EXTRATO

1-EXTRATO: 6º TACNT Nº 614/PGE-2021 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO **3-CONTRATADA:** PROTEÇÃO MÁXIMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF Nº: 07.719.705/0001-02 **4-OBJETO:** Fica autorizada a repactuação de valores com base na CCT 2025/2026, conforme o disposto na Informação, perfazendo o valor mensal de R$ 25.696,56 e o valor total anual no montante de R$ 308.358,72. A despesa decorrente da presente repactuação, referente ao período compreendido entre 6 de outubro de 2025 e 18 de outubro de 2026, corresponde ao montante de R$ 17.502,65, limitado à vigência do Contrato n. 614/PGE-2021, conforme Autorização do Ordenador de Despesas (75867262). **5-PROCESSO:** 0029.011270/2026-75 **6-DATA DA ASSINATURA:** 10/09/2026.

Protocolo 77304193

EXTRATO

1-EXTRATO: FOM Nº 467/2026/PGE-SEJUCEL **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL **3-VINCULADA:** ASSOCIACAO BUSHIDO DE CULTURA E ARTES MARCIAIS, CNPJ/MF Nº: 30.395.706/0001-60 **4-OBJETO:** Aquisição de material esportivo, locação de ônibus, Seminário técnico feminino, para realização do projeto denominado Reaja Mulher", a ser realizado nas etapas, 1°- 01 de Outubro a 05 de novembro de 2026, a ser realizado no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, 2° - 03 de Novembro de 2026 a 08 de novembro de 2026, Participação da delegação da esportiva da associação no campeonato denominado "Brasília Open ", a ser realizado no Município de Brasília/DF, 3 ° - 27 de Novembro a 28 de Novembro de 2026, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia. **5-REPASSE:** R$ 139.231,20 **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 32001 - Programa de Trabalho: 2781220944212421201 - Fonte de Recurso: 00001500007001 - Natureza da Despesa: 33504105 **7-CONTRAPARTIDA:** R$ 288,00 **8-VIGÊNCIA:** Até 30/12/2026, a partir da data da liberação dos recursos **9-PROCESSO:** 0032.001036/2026-81 **10-DATA DA ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 77304997

EXTRATO

1-EXTRATO: Termo de Contrato nº 1018/2026/PGE-DERADM; **2-CONTRATANTE:** DER/RO; **3-CONTRATADA: DISBRAL - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA**, CNPJ/MF n.º 26.917.005/0001-77; **4-OBJETO: Aquisição de Emulsão asfáltica modificada por polímero** para execução de serviços de micro revestimento, em várias rodovias estaduais, conforme especificações deste instrumento, sob o regime de fornecimento parcelado, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, por um período de 1 (um) ano; **5-VALOR: R$ 924.057,60** (novecentos e vinte e quatro mil cinquenta e sete reais e sessenta centavos); **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 14011 - Programa de Trabalho: 26 782 2106 1386 138601 - Fonte de Recurso: 2.759.0.08028 - Natureza da Despesa: 44.90.30.69 e Cód. U.O.: 14011 - Programa de Trabalho: 26 782 2106 1386 138601 - Fonte de Recurso: 1.759.0.08028 - Natureza da Despesa: 44.90.39.74; **7-PROCESSO:** 0009.009085/2026-59; **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Pregão Eletrônico; **9-VIGÊNCIA:** 01 (um) ano, contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF); **10-DATA DA ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 76971389

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TAFOM Nº 22/2026/SEOSP-NFEF **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP **3-VINCULADA:** ASSOCIAÇÃO DOS MOTOTAXISTAS DE ARIQUEMES - AMOTA, CNPJ/MF Nº: 03.374.696/0001-04 **4-OBJETO:** Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Fomento, cujo objeto

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

é a aquisição e instalação de energia fotovoltaica na AMOTA, por mais 60 dias, a contar de 04 de outubro de 2026. **5-PROCESSO:** 0069.001678/2025-81 **6-DATA DA ASSINATURA:** 01/10/2026.

Protocolo 77308621

EXTRATO

1-EXTRATO: TCU Nº 71/2026/PGE-SESDEC **2-CEDENTE:** SESDEC **3-CESSIONÁRIA:** POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ nº 04.562.872/0001-02 **4-OBJETO:** Cessão de uso do veículo pertencente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, marca Renault, modelo Sandero SIC16CVT, placa SGP4J28, placa de segurança SLI6J01 e patrimônio nº 400.021.482, à Polícia Militar do Estado de Rondônia – PMRO. **5-VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da data de sua assinatura. **6-PROCESSO:** 0021.043463/2026-65 **7-DATA DA ASSINATURA:** 05/10/2026.

Protocolo 77321994

EXTRATO

1-EXTRATO: 4º TACNT/0869/SESAU/PGE/2023 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA, CNPJ/MF Nº: 34.597.955/0015-95 **4-OBJETO:** Fica prorrogada a vigência do contrato pactuado entre as partes por mais 12 meses, a contar da data de 03/10/2026. **5-PROCESSO:** 0036.040957/2023-86 **6-DATA DA ASSINATURA:** 05/10/2026.

Protocolo 77327523

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE

Instrução Normativa nº 14/2026/CGE-DI

Regulamenta os procedimentos e critérios para o monitoramento da elaboração e da implementação dos Planos de Integridade no âmbito do Programa Rondoniense de Integridade - PROIN.

O **CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 51 da Lei Complementar nº 758, de 2 de janeiro de 2014, o art. 10, inciso V, do Decreto nº 31.279, de 23 de fevereiro de 2026, e os arts. 35, 39 e 40 do Decreto nº 30.487, de 24 de julho de 2025, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 758, de 02 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional e as funções institucionais da Controladoria-Geral do Estado de Rondônia - CGE/RO como órgão central do Sistema Estadual de Controle Interno;

CONSIDERANDO o Decreto n° 31.279, de 23 de fevereiro de 2026, que regulamenta o Sistema Estadual de Controle Interno e dispõe sobre a competência da CGE/RO em elaborar e implementar políticas de transparência, monitoramento e avaliação da gestão pública, bem como realizar atividades de monitoramento dos programas de integridade dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual;

CONSIDERANDO o Decreto nº 30.487, de 24 de julho de 2025, que institui o Programa Rondoniense de Integridade - PROIN na Administração Pública direta e indireta vinculada ao Poder Executivo do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO, especialmente, o disposto no art. 35 do Decreto nº 30.487, de 24 de julho de 2025, que determina a regulamentação dos procedimentos e critérios para o monitoramento da execução do PROIN nas unidades estruturais, bem como a definição dos critérios de consolidação e gerenciamento das informações recepcionadas, com vistas a assegurar a uniformidade e a efetividade na supervisão das ações implementadas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a confiabilidade, rastreabilidade, comparabilidade e integridade das informações relativas ao monitoramento do PROIN;

R E S O L V E:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos, critérios e instrumentos aplicáveis ao monitoramento da elaboração e da implementação dos Planos de Integridade no âmbito do Programa Rondoniense de Integridade - PROIN, em observância às disposições do Decreto n° 30.487, de 24 de julho de 2025.

Art. 2º Esta Instrução Normativa aplica-se:

I - aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo do Estado de Rondônia, abrangidos pelo *caput* do art. 1º do Decreto nº 30.487, de 24 de julho de 2025; e

II - às empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Pública indireta estadual e aos municípios do Estado de Rondônia que aderirem voluntariamente ao PROIN, nos limites e condições

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

estabelecidos no respectivo Acordo de Cooperação Técnica ou instrumento congênere.

Parágrafo único. A aplicação desta Instrução Normativa aos aderentes voluntários observará os termos e limites estabelecidos no respectivo instrumento de adesão, sua natureza jurídica, autonomia administrativa e as responsabilidades nele previstas.

Art. 3º O monitoramento tem por finalidade:

I - estabelecer critérios objetivos, rastreáveis e verificáveis de mensuração das ações realizadas;

II - verificar o cumprimento dos cronogramas, metas, indicadores e resultados previstos;

III - identificar riscos e desvios que possam comprometer os objetivos do Programa, bem como subsidiar a adoção de medidas corretivas;

IV - acompanhar o andamento do Programa em âmbito estadual;

V - promover a transparência, a participação social e a melhoria contínua da gestão pública; e

VI - assegurar a qualidade, a integridade, a rastreabilidade, a proteção e a adequada divulgação das informações relacionadas ao monitoramento, observadas as restrições legais de acesso e a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Programa Rondoniense de Integridade - PROIN: conjunto de ações, medidas, políticas, diretrizes, mecanismos e procedimentos internos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção, irregularidades ou quaisquer desvios éticos e de conduta, bem como de promoção da integridade, ética, transparência e controle, destinados a assegurar a conformidade das ações e atividades com as normas legais e regulamentos aplicáveis à Administração Pública;

II - Plano de Integridade: documento elaborado por cada órgão ou entidade, contendo as ações, medidas e procedimentos práticos e operacionais a serem implementados internamente para promover a integridade, conformidade e ética na gestão pública, incluindo prazos, metas e indicadores;

III - Plano de Ação do Plano de Integridade: instrumento integrante do Plano de Integridade que consolida as ações de controle e mitigação dos riscos de integridade, com indicação dos responsáveis, prazos, métricas, parâmetros de desempenho e demais elementos necessários ao acompanhamento de sua execução;

IV - Unidade de Gestão da Integridade (UGI): setor ou equipe designada por meio de portaria, após a adesão ao PROIN, pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade, no âmbito de cada unidade estrutural, para coordenar, supervisionar e implementar as ações e medidas relacionadas ao PROIN, assegurando a conformidade e o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Decreto nº 30.487/2025;

V - Monitoramento da Elaboração do Plano de Integridade: verificação individualizada, realizada pela CGE/RO, em relação ao avanço das etapas do PROIN em cada órgão ou entidade aderente;

VI - Monitoramento da Implementação do Plano de Integridade: verificação do cumprimento dos prazos, do *status* das ações, do desempenho e das metas estabelecidas no Plano de Ação do Plano de Integridade de cada órgão ou entidade após a sua publicação;

VII - Painel de Monitoramento do PROIN: ferramenta disponibilizada pela CGE/RO para apresentação e ~~à~~ consulta de informações consolidadas,relativas ao cumprimento das etapas de elaboração e a implementação dos Planos de Integridade;

VIII - Etapas do PROIN: etapas de elaboração do Plano de Integridade conforme previstas no art. 5º do Decreto nº 30.487/2025;

IX - Passos do PROIN: passos realizados no âmbito de cada etapa do PROIN, conforme previsto no Anexo Único desta Instrução Normativa;

X - Relatório de Monitoramento Semestral: instrumento técnico previsto no art. 33 do Decreto nº 30.487/2025, elaborado pela Unidade Setorial de Controle Interno - USCI, que consolida as informações para verificar o progresso das ações planejadas, identificar obstáculos e propor ajustes;

XI - Relatório de Fechamento de Ciclo: instrumento técnico previsto no art. 43 do Decreto nº 30.487/2025, elaborado pela UGI ao término do ciclo, que consiste em avaliação abrangente dos resultados alcançados, destacando avanços, lições aprendidas, oportunidades de melhoria e desafios; e

XII - evidência: registro íntegro, autêntico, pertinente, suficiente e verificável que demonstre a realização total ou parcial de etapa, passo, ação, entrega ou resultado; e

XIII - *status* da ação: classificação atribuída à implementação da ação do Plano de Integridade, segundo seu estágio de execução, podendo ser: não iniciada, em execução, concluída, em atraso ou encerrada.

CAPÍTULO II
DO MONITORAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE INTEGRIDADE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 5º A Controladoria-Geral do Estado de Rondônia - CGE/RO, por meio da Diretoria de Integridade, realizará o Monitoramento da Elaboração dos Planos de Integridade, mediante verificação individualizada do avanço das etapas do PROIN em cada órgão ou entidade aderente.

Parágrafo Único. As informações consolidadas relativas ao avanço da elaboração e da implementação dos Planos de Integridade serão disponibilizadas publicamente pela CGE/RO, por meio do Painel de Integridade ou de outra ferramenta institucional oficialmente disponibilizada para essa finalidade, observadas as restrições legais de acesso às informações.

Art. 6º O monitoramento será fundamentado em evidências das entregas de cada etapa, passo ou ação, registradas, juntadas ou referenciadas em processo administrativo eletrônico específico ou em sistema informatizado oficialmente disponibilizado pela CGE/RO, compreendendo, entre outros documentos, termo de adesão ao PROIN, portaria de instituição da UGI, atas de reuniões, relatórios, planilhas, notas técnicas, Plano de Integridade, registros de consulta pública, comprovantes de publicação, indicadores, registros de sistemas e demais elementos capazes de demonstrar a execução, o resultado e a qualidade das entregas.

§ 1º A evidência deverá ser íntegra, autêntica, pertinente, suficiente, verificável e vinculada à etapa, passo ou ação que pretende comprovar.

§ 2º A existência de documento no processo não implica aceitação automática da entrega, podendo a CGE/RO ou a USCI solicitar complementação, esclarecimento ou substituição da evidência.

§ 3º Compete à UGI, instituída por meio de portaria, coordenar e supervisionar a elaboração do Plano de Integridade, zelar pelo cumprimento das diretrizes do Decreto nº 30.487, de 2025, manter atualizados os registros e evidências, solicitar informações às áreas responsáveis, comunicar atrasos e obstáculos à alta administração e à USCI, bem como formalizar em processo específico as ações realizadas para comprovar o avanço do Programa no órgão ou entidade.

Art. 7º O índice de progresso da elaboração do Plano de Integridade será calculado com base nos percentuais atribuídos aos passos do PROIN, conforme a metodologia estabelecida no Anexo Único desta Instrução Normativa.

§ 1º A cada passo do PROIN será atribuído um percentual relativo, correspondente à sua participação no índice de progresso, definido com base em critérios de complexidade técnica, impacto e esforço operacional necessários à sua conclusão.

§ 2º O percentual geral de evolução de cada órgão ou entidade corresponderá à soma dos percentuais atribuídos aos passos concluídos.

§ 3º A mensuração observará o critério de conclusão integral do passo, não sendo atribuída pontuação proporcional a entregas parciais, salvo previsão expressa no Anexo Único.

CAPÍTULO III
DO MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Art. 8º O monitoramento da implementação consiste na verificação do cumprimento dos prazos, do *status* da ação, do desempenho e das metas estabelecidas no Plano de Ação do Plano de Integridade de cada órgão ou entidade após a sua publicação.

Art. 9º Compete à Unidade Setorial de Controle Interno (USCI) de cada órgão ou entidade, ou à unidade que vier a substituí-la, coordenar e executar as atividades de monitoramento da implementação do Plano de Ação do Plano de Integridade.

Art. 10. Os servidores formalmente designados para compor a UGI são responsáveis por prestar apoio técnico ao processo de monitoramento da implementação, fornecer dados e evidências requisitados pela USCI, solicitar informações às áreas executoras e registrar, de forma tempestiva, as medidas adotadas.

Art. 11. São mecanismos de registro, acompanhamento e apresentação dos resultados do monitoramento da Implementação do Plano de Ação do Plano de Integridade:

I - planilha ou sistema informatizado disponibilizado pela CGE/RO, para registro do progresso do Plano de Ação pela USCI;

II - Relatório de Monitoramento Semestral, elaborado pela USCI com base nos registros, evidências, indicadores e demais informações relativas ao período, a ser submetido à alta administração para conhecimento, avaliação e, quando cabível, adoção das medidas necessárias;

III - Relatório de Fechamento de Ciclo, elaborado pelos servidores da UGI, que formaliza o encerramento de um ciclo do PROIN e constitui o diagnóstico para orientar o planejamento do ciclo subsequente.

§ 1º O Relatório de Monitoramento Semestral deve compreender, impreterivelmente, o período do 1º semestre (01/01 a 30/06) ou do 2º semestre (01/07 a 31/12) de cada ano, devendo ser elaborado em até 15 (quinze) dias após o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

encerramento do respectivo semestre, sem prejuízo da Controladoria solicitar a elaboração de relatórios extraordinários, quando necessário.

§ 2º O Relatório de Fechamento de Ciclo deverá ser elaborado em até 30 (trinta) dias, a contar da elaboração do último relatório de monitoramento semestral do Plano de Integridade da unidade.

§ 3º A Diretoria de Integridade da CGE/RO disponibilizará os modelos padronizados para o Relatório de Monitoramento Semestral e para o Relatório de Fechamento de Ciclo.

§ 4º Os instrumentos listados no art. 11, incisos I a III, subsidiarão os dados constantes no Painel de Monitoramento da Implementação dos Planos de Integridade no portal de transparência do PROIN.

CAPÍTULO IV
DO SUPORTE TÉCNICO E ORIENTATIVO DA CONTROLADORIA

Art. 12. A CGE/RO, por meio da Diretoria de Integridade e pela Coordenação de Governança e Integridade, atuará em duas frentes de trabalho essenciais na orientação e acompanhamento da elaboração e implementação do Plano de Integridade, segundo as diretrizes práticas e metodológicas estruturantes do PROIN:

I – prestar consultoria às unidades estruturais responsáveis pela implementação do PROIN, orientando-as na elaboração do diagnóstico, na gestão de riscos, na elaboração do Plano de Integridade e na definição de metas e prazos;

II – monitorar a elaboração e a implementação do Plano de Integridade, mediante verificação individualizada do avanço das etapas do PROIN em cada órgão ou entidade aderente, conferindo transparência no Painel de Monitoramento quanto ao cumprimento das etapas e passos previstos.

Parágrafo único. O suporte técnico e o alinhamento metodológico aos órgãos ou entidades dar-se-ão conforme o cronograma de elaboração e implementação da unidade, observadas as 5 (cinco) etapas estruturantes para a elaboração do Plano de Integridade, em conformidade com o Capítulo III do Decreto nº 30.487/2025.

Art. 13. O processo de monitoramento será contínuo e sistemático, observado o âmbito de competência da CGE/RO, da USCI e da UGI.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os pesos e a sistemática de cálculo detalhada constam no Anexo Único desta Instrução Normativa.

Art. 15. Os casos omissos na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos no âmbito da Controladoria-Geral do Estado, observadas as disposições do Decreto nº 30.487, de 24 de julho de 2025, e demais normas aplicáveis.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JOSÉ ABRANTES ALVES DE AQUINO

Controlador Geral do Estado de Rondônia

ANEXO ÚNICO

Critérios de Mensuração para Aferir a Evolução da Elaboração do Plano de Integridade

Etapas	Passos	Definição	Critérios de Mensuração	Percentual	Evolução Percentual
1. Adesão e Designação	1.1 Adesão ao Programa Rondoniense de Integridade - PROIN.	Adesão ao PROIN é o ato administrativo que formaliza o compromisso institucional da Alta Gestão em apoiar e promover ativamente a cultura de integridade em toda a estrutura organizacional.	Iniciativa de alto impacto, de baixo esforço e que gera benefícios a longo prazo.	4,00%	4,00%
	1.2 Instituição de uma Unidade de Gestão de Integridade - UGI.	Setor ou equipe formalmente designada para atuar como ponto focal para a implementação do Plano de Integridade Institucional e monitoramento das ações de integridade a serem executadas pelas diversas áreas da instituição.	Implementação de alto impacto, de baixo esforço e que gera benefícios imediatos.	4,00%	8,00%

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	1.3 Sensibilização de Servidores e Colaboradores.	Disseminação dos conceitos fundamentais do PROIN por meio de palestra ou reunião geral, voltada a todo o corpo funcional da instituição.	Iniciativa de alto impacto, que exige esforço e recursos substanciais e gera benefícios significativos a longo prazo.	4,00%	12,00%
2. Diagnóstico do Cenário Atual	2.1 Caracterização da Unidade.	Levantamento de dados sobre o perfil institucional, a estrutura administrativa e o entendimento do contexto em que a unidade está inserida.	Tarefa de baixo esforço e impacto moderado, que pode ser concluída rapidamente e gera benefícios imediatos.	2,00%	14,00%
	2.2 Diagnóstico do Cenário Atual da Unidade.	Levantamento de estruturas e mecanismos de integridade existentes.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	4,00%	18,00%
	2.3 Consolidação em Relatório.	Consolidação das informações coletadas quanto à Caracterização da Unidade, à Análise de Contexto e ao Levantamento dos Mecanismos de Integridade em Vigor.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	4,00%	22,00%
3. Gestão dos Riscos de Integridade	3.1 Capacitação dos Responsáveis pela UGI.	Nivelamento técnico e metodológico dos membros da Unidade de Gestão de Integridade.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho, dedicação e esforço considerável e gera benefícios imediatos e a longo prazo.	4,00%	26,00%
	3.2 Identificação dos Riscos de Integridade.	Mapeamento dos eventos incertos, analisando suas causas e consequências, voltado à antecipação de situações que possam comprometer a cultura de integridade, os objetivos institucionais e a confiança na gestão pública.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho, dedicação e esforço substancial e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	24,00%	50,00%
	3.3 Avaliação e Tratamento dos Riscos de Integridade.	Avaliação e priorização dos riscos de integridade identificados e as proposituras de medidas de tratamento para mitigar os riscos de integridade mais relevantes à instituição.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho, dedicação e esforço substancial e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	18,00%	68,00%

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	3.4 Elaboração do Plano de Ação.	Estruturar a operacionalização das ações para a implementação dos controles planejados para execução das medidas de mitigação, com definição de responsáveis, métricas, parâmetro de desempenho e prazos.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	4,00%	72,00%
4. Participação da Sociedade	4.1 Consulta Pública.	Elaboração e disponibilização de edital de contribuição social e formulário de contribuição social, apresentando à sociedade os eventos de risco identificados na etapa anterior e as respectivas ações de mitigação propostas, a fim de obter sugestões da sociedade.	Iniciativa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos.	4,00%	76,00%
	4.2 Análise e Tratamento das Contribuições Sociais.	Encerrado o prazo da Consulta Pública, a UGI promove a análise da viabilidade das sugestões da sociedade e realiza o aprimoramento das ações de tratamento aos riscos, valida e insere ao Plano de Integridade.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	4,00%	80,00%
	4.3 Elaboração da Nota Técnica.	Consolida todas as informações levantadas nas etapas anteriores e apresenta, de forma estruturada, o planejamento e a definição de ações concretas voltadas à mitigação dos riscos de integridade identificados, bem como ao fortalecimento dos mecanismos institucionais da Unidade.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos para a estruturação do plano.	6,00%	86,00%
5. Publicação e Monitoramento	5.1 Estruturação e Aprovação do Plano.	Definição das ações, objetivos e metas claras, realistas e mensuráveis, com a indicação dos responsáveis pelas ações, identificação dos recursos e orçamento necessário para a sua execução, com indicadores de desempenho e monitoramento e o cronograma de atividades e prazos.	Tarefa de alto impacto, que exige empenho e esforço considerável e gera benefícios imediatos.	6,00%	92,00%
	5.2 Ações de Sensibilização, Comunicação e Capacitação.	Promover estratégias de sensibilização para a execução coletiva e participativa do plano de integridade, criação de canais de comunicação e disseminação dos conceitos e conteúdo para os interlocutores das diversas áreas da instituição, relativos aos principais eixos temáticos do Plano de Integridade instituído.	Iniciativa de alto impacto, que exige esforço, empenho, dedicação e recursos substanciais e gera benefícios significativos a longo prazo.	6,00%	98,00%

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	5.3 Monitoramento da Execução das Ações.	Processo contínuo e sistemático de acompanhamento, análise e avaliação das ações previstas no Plano de Integridade.	Iniciativa de alto impacto, que exige esforço, empenho, dedicação e recursos substanciais e gera benefícios significativos a longo prazo.	2,00%	100,00%

LEGENDA

Etapas: etapas de elaboração do Plano de Integridade conforme previstas no art. 5º do Decreto nº 30.487/2025;
Passos: passos realizados no âmbito de cada etapa do PROIN, conforme previsto no Anexo Único desta Instrução Normativa;
Definição: descrição detalhada do escopo, finalidade e conteúdo técnico de cada passo a ser executado pelo órgão ou entidade aderente;
Critérios de Mensuração: parâmetros qualitativos - fundamentados no impacto, esforço operacional e complexidade técnica - utilizados para justificar o peso e a pontuação atribuídos a cada passo;
Percentual: valor numérico relativo atribuído a cada passo individual, correspondente à sua participação proporcional no índice de progresso geral;
Evolução Percentual: somatória acumulada e progressiva dos percentuais à medida que os passos do PROIN são concluídos, demonstrando o avanço total do órgão ou entidade no ciclo.

NOTA EXPLICATIVA

Base Metodológica: os critérios adotados baseiam-se no Manual para a Implementação do Programa Rondoniense de Integridade, Controladoria-Geral do Estado de Rondônia, 2ª Versão, janeiro de 2026. Disponível em: https://proin.ro.gov.br/Anexo/Visualizar/b1cf8948-7bcd-4cde-be5c-1673b906c4d2.
Percentual: os percentuais atribuídos foram definidos mediante análise técnica da Equipe de Integridade da CGE/RO, considerando o impacto gerado pela ação e o esforço operacional exigido para a conclusão de cada etapa e passo do ciclo de evolução do PROIN.

Protocolo 77158388

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP

Portaria nº 452 de 01 de outubro de 2026

O Diretor Executivo da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como no Decreto n.º 23.273, 15/10/2018, alterado pelo Decreto n.º 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta.

Considerando o Art. 135 da LC 68/92, o teor do Processo nº 0042.003774/2026-43 e a Certidão de Óbito (77261254);

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 08 (oito) dias de licença por morte de familiar, no período de 21/09/2026 a 28/09/2026, ao servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS PERES GUTIERRE**, matrícula nº ******842**, ocupando cargo em comissão de Assessor IV, pertencente ao Quadro de Pessoal desta SUGESP, em razão do falecimento de sua genitora.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.
Data e Hora do sistema.

GERMANO DE SOUSA JUNIOR
Diretor Executivo
Ordenador de despesas
Portaria nº 11 de 18 de janeiro de 2024 - DOE nº 12 de 18/01/2024 (0045265210)

Protocolo 77261602

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC

Portaria nº 141 de 28 de setembro de 2026

O **DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria nº 42, de 04 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 67, de 12 de abril de 2024;

CONSIDERANDO o art. 98 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, c/c o art. 15 da Lei nº 8.868, de 14 de abril de 1994, que asseguram o direito à dispensa do serviço pelo dobro dos dias de convocação;

CONSIDERANDO que a servidora prestou serviço à Justiça Eleitoral, conforme declaração constante dos autos;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** à servidora **THAIS FERNANDA LOBATO ROCA**, Assessora, pertencente ao quadro de pessoal desta SETIC, **folga compensatória, sem prejuízo da remuneração, nos dias 28 e 29 de outubro de 2026, em razão dos serviços prestados à Justiça Eleitoral.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed. 67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

Protocolo 77092498

Portaria nº 143 de 29 de setembro de 2026

O **DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024, publicado no DOE 63 de 12/04/2024.

CONSIDERANDO o art 98 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, c/c art 15 da Lei n. 8.868, de 14 de abril de 1994, que concede direito à dispensa do serviço pelo dobro de dias de convocação.

CONSIDERANDO que o servidor prestou serviço eleitoral, conforme a **CERTIDÃO** (0064408611);

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor BRUNO TEIXEIRA DE SOUZA OLIVEIRA **-** Técnico em TIC, pertencente ao quadro de pessoal desta SETIC, folga compensatória, sem prejuízo da remuneração, no dia 05 de outubro de 2026, em razão dos serviços prestados à Justiça Eleitoral.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed. 67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

Protocolo 77154245

Portaria nº 144 de 05 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria nº 42, de 04 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 67, de 12 de abril de 2024;

CONSIDERANDO o Contrato nº 0248/SETIC/PGE/2022 (0028326629).

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, como estagiário desta Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, o estudante constante no **ANEXO I.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 2º - O provento de estágio, conforme referido no art. 12, da Lei Federal nº 11.788/2008, será no valor de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), conforme ANEXO ÚNICO do Decreto N. 27.159, de 12 de maio de 2022.

Art. 3º - Esta portaria terá efeitos a partir da data de publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed.67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

ANEXO I

ESTUDANTE	CURSO	Nº TCE	PERÍODO
JOÃO VICTOR VIEIRA BOTELHO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	TCE No.: 9958757	01/10/2026 até 30/09/2027

Protocolo 77288248

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Portaria nº 670 de 01 de outubro de 2026

Ajusta o QDD das unidades orçamentárias: Superintendência Estadual de Turismo - Setur, Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPREN e Superintendência Estadual do Indígena - SI.

A Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere no §§1° e 2º do artigo 7º da Lei n. 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º. Ajustar o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, instituído pela Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026.

AJUSTE NEGATIVO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR			**53.730,00**
11.004.23.695.2108.2194	PROMOVER ATIVIDADES DE APOIO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO DE RO	339039	1.500.0	53.730,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN			**496.420,00**
14.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339033	1.899.0	100.000,00
		339037	1.899.0	200.000,00
		339030	1.899.0	90.000,00
		339040	1.500.0	80.000,00
14.001.04.123.2007.1660	ESTIMULAR A CIDADANIA FISCAL - AÇÕES DE EDUCAÇÃO FISCAL	339030	1.753.0	14.420,00
		339036	1.753.0	3.000,00
		339039	1.753.0	9.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES - FESPREN			**15.000,00**
17.010.14.421.2039.4014	FOMENTAR A POLÍTICA SOBRE DROGAS	339036	1.500.0	15.000,00
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INDÍGENA - SI			**10.830,00**
23.002.08.423.2188.4152	FORTALECER E DESENVOLVER A POLÍTICA ESTADUAL PARA OS POVOS INDÍGENAS	339039	1.500.0	10.830,00
TOTAL				**R$ 575.980,00**

AJUSTE POSITIVO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR			**53.730,00**
11.004.23.695.2108.2194	PROMOVER ATIVIDADES DE APOIO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO DE RO	339036	1.500.0	20.000,00
		339014	1.500.0	33.730,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN			**R$ 496.420,00**
14.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339039	1.899.0	390.000,00
		339039	1.500.0	80.000,00
14.001.04.123.2007.1660	ESTIMULAR A CIDADANIA FISCAL - AÇÕES DE EDUCAÇÃO FISCAL	339014	1.753.0	26.420,00
	FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES - FESPREN			**R$ 15.000,00**
17.010.14.421.2039.4014	FOMENTAR A POLÍTICA SOBRE DROGAS	339039	1.500.0	800,00
		339014	1.500.0	14.200,00
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INDÍGENA - SI			**R$ 10.830,00**
23.002.08.423.2188.4152	FORTALECER E DESENVOLVER A POLÍTICA ESTADUAL PARA OS POVOS INDÍGENAS	339014	1.500.0	10.830,00
TOTAL				**R$ 575.980,00**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Protocolo 77242463

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37 da Constituição Federal e ao disposto no Art. 181, da Lei Complementar n. 68/1992, de 9 de dezembro de 1992 e suas alterações que lhe conferem o Art. 5º, inciso II da Lei Complementar n. 447/2008, e em consideração aos fatos que chegaram ao conhecimento desta Corregedoria-Geral, por meio do Processo Sei n. 0029.020675/2026-02, bem como consta no Processo n. 0031.007481/2026-64,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta funcional da servidora, conforme consta ao expediente supra epigrafado.

Art. 2º Determinar que a 3ª Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, constituída pela Portaria n. 983, de 05 de fevereiro de 2026, publicada no DOE n. 25, de 05 de fevereiro de 2026, proceda à instrução dos autos.

Art. 3º Este Extrato da Portaria n. 8193 de 29 de setembro de 2026, entra em vigor na data da sua publicação.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77125961

EXTRATO

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37 da Constituição Federal e ao disposto no Art. 181, da Lei Complementar n. 68/1992, de 9 de dezembro de 1992 e suas alterações que lhe conferem o Art. 5º, inciso II da Lei Complementar n. 447/2008, e em consideração aos fatos que chegaram ao conhecimento desta Corregedoria-Geral, por meio do Processo Sei n. 0014.245576/2021-88, bem como consta no Processo n. 0031.007483/2026-53,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta funcional dos servidores, conforme consta ao expediente supra epigrafado.

Art. 2º Determinar que a 4ª Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, constituída pela Portaria n. 984, de 05 de fevereiro de 2026, publicada no DOE n. 25, de 05 de fevereiro de 2026, proceda à instrução dos autos.

Art. 3º Este Extrato da Portaria n. 8194 de 29 de setembro de 2026, entra em vigor na data da sua publicação.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77139746

EXTRATO

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37 da Constituição Federal e ao disposto no Art. 181 da Lei Complementar de n. 68, de 9 de dezembro de 1992 e suas alterações que lhe conferem o Art. 5º, inciso II da Lei Complementar n. 447/2008, e em consideração aos fatos que chegaram ao conhecimento desta Corregedoria-Geral, por meio do Processo SEI n. 0035.020702/2022-26, bem como conforme consta o Processo SEI n. 0031.007492/2026-44,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para apurar a conduta funcional do servidor, conforme consta ao expediente supra epigrafado.

Art. 2º Determinar que a 5ª Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, constituída pela Portaria n. 8663, de 1º de outubro de 2021, publicada no DOE n. 197, de 1º de outubro de 2021, proceda à instrução dos autos.

Art. 3º Este Extrato da Portaria n. 8200 de 29 de setembro de 2026, entra em vigor na data da sua publicação.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77144380

Portaria nº 8301 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017 e conforme consta no Processo n. 0031.006970/2026-07,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

R E S O L V E :

Conceder de acordo com o Artigo 74 da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do Convênio nº 006 de 22.5.2002, o Adicional de Serviços Extraordinários, aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal em extinção do ex-Território Federal de Rondônia, lotados na Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, referente **ao período de setembro/2026.**

ORD.	SETOR	NOME	MATRICULA	HS.
1	NCP	ERECILDA PEREIRA DA SILVA	******124	34
2	NCP	GILMAR DAS GRAÇAS SOARES	******887	38
3	NCP	MARIA SUELY PEREIRA DOS SANTOS	******157	30

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77264645

Portaria nº 8302 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017 e conforme consta no Processo n. 0031.006970/2026-07,

R E S O L V E :

Conceder de acordo com o Artigo 92**,** Lei Complementar nº 68 de 9.12.92, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, ao servidor abaixo relacionado lotado na Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, referente **ao período de setembro/2026.**

ORD.	SETOR	NOME	MATRICULA	HS.
1	NCP	INÁCIO LOYOLA DE O. ANDRADE	******832	41

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77264660

Portaria nº 8294 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0050.007539/2026-41,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **MARIANA RODRIGUES GONDIM**, Enfermeiro, matrícula n. ******400, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JP IIPorto Velho, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.12.2026 a 31.12.2026 e 1.1.2027 a 31.1.2027**, referente ao 1º quinquênio de 7.12.2018 a 6.12.2023.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77253738

Portaria nº 8290 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0036.030563/2025-81,**

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da **Portaria n. 7836 de 8.10.2025,** à servidora **LAURA BANY DE ARAUJO PINTO**, SESAU- Administrador, matrícula n. ******855, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/ Porto Velho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ONDE SE LÊ:

no período de 1.11.2025 a 30.11.2025, 1.3.2026 a 31.3.2026 e **1.10.2026 a 31.10.2026**, referente ao 2º quinquênio de 14.5.2018 a 13.6.2023.

LEIA-SE:

no período de 1.11.2025 a 30.11.2025, 1.3.2026 a 31.3.2026 e **1.6.2027 a 30.6.2027**, referente ao 2º quinquênio de 14.5.2018 a 13.6.2023.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77252777

Portaria nº 8299 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0029.023514/2023-10,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **LIRIA CRISTINA DA SILVA MORAIS**, Tecnico Educacional Nivel 2, matrícula n. ******400, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/Vilhena, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.12.2026 a 31.12.2026 e 1.1.2027 a 31.1.2027**, referente ao 3º quinquênio de 1.9.2021 a 31.8.2026.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77255990

Portaria nº 8289 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0050.003430/2023-92,**

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade que transferiu através da **Portaria n. 2805 de 9.4.2025,** à servidora **ANGELA DE JESUS PESTANA**, Auxiliar em Enfermagem, Matrícula n. ******030, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JP/ Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

no período de 1.9.2023 a 30.9.2023, 1.9.2025 a 30.9.2025, **1.3.2026 a 31.3.2026,** referente ao 3º quinquênio de 2.8.2008 a 1.8.2013.

LEIA-SE:

no período de 1.9.2023 a 30.9.2023, 1.9.2025 a 30.9.2025, **1.11.2026 a 30.11.2026,** referente ao 3º quinquênio de 2.8.2008 a 1.8.2013.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77251162

Portaria nº 8297 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0029.050066/2026-70,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **SABRYNNE SAMPAIO DE SENA**, Professor Classe C - Ch 40, matrícula n. ******194, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Educação - SEDUC/Porto Velho, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.12.2026 a 31.12.2026 e 1.1.2027 a 31.1.2027**, referente ao 2º quinquênio de 27.3.2020 a 26.3.2025.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77254808

Portaria nº 8277 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0015.484711/2020-18,**

R E S O L V E:

RETIFICAR, os termos da **Portaria n.7995 de 22.9.2026**, que **Concedeu Licença Sem Vencimento,** para o trato de interesses particulares, pelo prazo de 03 (três) anos, de acordo com a Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, com as alterações dadas pela Lei Complementar n. 221, de 28.12.1999, publicada no DOE/RO n. 4402 de 30.12.1999, nos termos do artigo 128 e parágrafos, da servidora **MARIA IONEIDE MORAIS MOREIRA,** ocupante do cargo de Auxiliar em Enfermagem, matrícula n. ******405, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia/Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

Cessar Licença Sem Vencimento, **a contar de 1.9.2026,**

LEIA-SE:

Cessar Licença Sem Vencimento, **a partir de 1.10.2026,**

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77237912

Portaria nº 8288 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0036.019236/2026-50,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Sem Vencimento, a contar de 1.9.2026, para o Trato de Interesse Particular, pelo prazo de 3 (três) anos, de acordo com a Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, com as alterações dadas pela Lei Complementar n. 221, de 28.12.1999, publicada no DOE/RO n. 4402 de 30.12.1999, nos termos do artigo 128 e parágrafos, o servidor **HENRIQUE ALBUQUERQUE MOREIRA,** ocupante do cargo de SESAU- Motorista, matrícula n. ******294, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Secretaria de Estado da Saúde - SESAUPorto Velho.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77246534

Portaria nº 8293 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n.0036.024359/2926-11,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Sem Vencimento, a contar de 7.8.2026, para o Trato de Interesse Particular, pelo prazo de 3 (três) anos, de acordo com a Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, com as alterações dadas pela Lei Complementar n. 221, de 28.12.1999, publicada no DOE/RO n. 4402 de 30.12.1999, nos termos do artigo 128 e parágrafos, à servidora **AUCY KELSEN GOMES MAGALHAES,** ocupante do cargo de SESAU- Motorista, matrícula n. ******134, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/Porto Velho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77253623

Portaria nº 8298 de 01 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400/SEGEP-NCSR de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme consta no Processo n**. 0029.049217/2026-47,**

LOCALIZAR na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE OURO PRETO DO OESTE a contar de **1.10.2026, MARIA DO CARMO DA SILVA,** ocupante do cargo Auxiliar Operacional Serv. Diversos, SIAPE n. ****856,, pertencente ao Quadro do ex-Território Federal de Rondônia/PCC-EXT**.** Anteriormente localizado na SEDUC/PVH.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77255408

Portaria nº 8296 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e conforme consta oProcesso n. 0031.074814/2022-37,

R E S O L V E:

DESIGNAR, a servidora**LUCIA MARIA ALVES,** SIAPE n. ****247, para responder pela **Comissão de Suporte a Transposição - CEST**, da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, no período de **5.10.2026 à 3.11.2026**, em virtude da férias da Titular **MANOELA TOLEDO GUSMAN**, matrícula n. ******254**.**

JOSE MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77254154

Portaria nº 8300 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e conforme consta o Processo n. 0029.011398/2024-77,

R E S O L V E:

Autorizar o retorno em Folha de Pagamento, a contar de 21.9.2026**,** da servidora **GLAUCIANE CARVALHO SILVA**, do cargo de Técnico Educacional Nivel 2, matrícula n. ******506, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77259906

Portaria nº 8287 de 01 de outubro de 2026

O **SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS,** no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 43 c/c o artigo 120 da Lei Complementar nº 965, de20 de dezembro de 2017, publicada no DOE-RO nº 238, de 20/12/2017.

Considerando o Requerimento (76772913) e a Certidão nº 2687 (77188988), emitida pela GBP/SEGEP, constantes nos autos do Processo Administrativo SEI nº 0029.052096/2026-11;

Considerando o processo do pedido de Aposentadoria SEI nº 0029.051651/2026-97;

RESOLVE:

CONCEDER Afastamento remunerado para aguardar homologação da Aposentadoria, com base no artigo 91, da Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012, publicada no DOE-RO nº 2054, de 7/9/2012, ao servidor **JOSIAS LUIS DE SOUSA**, ocupante do cargo de Técnico Educacional Nível 1, matrícula nº ******677, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia - Secretaria de Estado da Educação-SEDUC.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Neste ato certifica-se o servidor quanto a **exclusão das verbas** e auxílios devidos exclusivamente aos servidores em atividade e, da interrupção da contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria, licença prêmioe progreção funcional, **a partir da data de publicação desta Portaria**.

Porto Velho-RO, 01 de outubro de 2026.

JOSE MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77245146

Portaria nº 8292 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e conforme consta oProcesso n. 0031.072476/2022-07,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor **KLEBSON LUIZ LAVOR E SILVA**, matrícula n. ******466, para responder pela **Gerência de Benefícios e Proventos - GBP,** da Superintendência Estadual Gestão de Pessoas, em substituição a Titular **ANDRÉIA DA SILVA LIMA FRAZÃO,** matrícula ******218, no período de **período de 5.10.2026a 9.10.2026**, em virtude da viagem para participar do Curso PREVCON 2026.

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77253435

Portaria nº 8295 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e conforme consta oProcesso n. 0031.002386/2026-74,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora **ELIANA FRANCISCA SOARES**, matrícula n. ******141, para responder pelo cargo de **Gerente do Centro de Perícias Médicas do Estado – CPMED**,em substituição à titular **LUCIANA FERREIRA FIALHO**,matrícula . ******592, no período 22.9.2026 a 29.9.2026, em virtude da licençade casamento.

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77253857

Portaria nº 8276 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3601 SESAU-NDC (77195908) e, conforme constam no Processo n. 0036.466962/2021-53,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

ANDRESSA COSTA BENIGNO DE BRITO	
Matricula: xxxxxx598	Data de Admissão: 28/08/2017
Função/Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIAO	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
04	28/08/2023 a 27/08/2025	28/08/2025

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77237824

Portaria nº 8285 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3588 SESAU-NDC (77162748) e, conforme constam no Processo n. 0036.042254/2026-35,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

ANA PAULA FERNANDES BOA SORTE BAZZI	
Matricula: xxxxxx893	Data de Admissão: 17/09/2018
Função/Cargo: Medico	
Lotação: HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
05	17/09/2024 a 16/09/2025	17/09/2025

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77243058

Portaria nº 8284 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3594 SESAU-NDC (77176600) e, conforme constam no Processo n. 0036.042174/2026-80,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

ROSICLEIDE DOS SANTOS VIEIRA BARBOSA	
Matricula: xxxxxx059	Data de Admissão: 14/04/2010
Função/Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIAO	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
09	14/04/2024 a 13/04/2026	14/04/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77242339

Portaria nº 8263 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

considerando a Informação 3561 SESAU-NDC (77107648) e, conforme constam no Processo n. 0063.001694/2026-13,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

DENISE DA SILVA CARDOSO	
Matricula: xxxxxx661	Data de Admissão: 08/06/2004
Função/Cargo: Fisioterapeuta/ESPECIALISTA EM SAÚDE	
Lotação: POLICLINICA OSWALDO CRUZ	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
12	08/06/2024 a 07/06/2026	08/06/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77231329

Portaria nº 8262 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3566 SESAU-NDC (77112385) e, conforme constam no Processo n. 0036.041421/2026-21,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

ELIANA BARROSO PASSOS DE MACEDO	
Matricula: xxxxxx701	Data de Admissão: 17/01/2006
Função/Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIAO	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
11	17/01/2024 a 16/01/2026	17/01/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77229222

Portaria nº 8273 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3560 SESAU-NDC (77103718) e, conforme constam no Processo n. 0036.041067/2026-34,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

NATALY FATIMA DO AMARAL	
Matricula: xxxxxx992	Data de Admissão: 08/04/2022
Função/Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL REG.DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
02	08/04/2022 a 07/04/2025	08/04/2025
03	08/04/2025 a 07/04/2026	08/04/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77236819

Portaria nº 8260 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3564 SESAU-NDC (77111705) e, conforme constam no Processo n. 0036.037816/2026-29,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

VALKEMAR PAULON RODRIGUES	
Matricula: xxxxxx313	Data de Admissão: 08/06/2004
Função/Cargo: Tecnico em Radiologia/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL REG.DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
09	08/06/2018 a 07/06/2020	08/06/2020
10	08/06//2020 a 07/06/2022	08/06/2022
11	08/06/2022 a 07/06/2024	08/06/2024
12	08/06/2024 a 07/06/2026	08/06/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77226156

Portaria nº 8286 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3556 SESAU-NDC (77095579) e, conforme constam no Processo n. 0036.037799/2026-20,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

FLAVIO DIAS CIRQUEIRA	
Matricula: xxxxxx867	Data de Admissão: 26/08/2010
Função/Cargo: ENFERMEIRO/ESPECIALISTA EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
09	26/08/2024 a 25/08/2026	26/08/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77243865

Portaria nº 8280 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3605 SESAU-NDC (77213403) e, conforme constam no Processo n. 0049.009065/2026-10,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

LOURDES MARIA SENA TORRES	
Matricula: xxxxxx144	Data de Admissão: 13/08/2012
Função/Cargo: Agente Atividade Administrativa/TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL DE BASE	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
08	13/08/2024 a 12/08/2026	13/08/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77239534

Portaria nº 8264 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3559 SESAU-NDC (77102779) e, conforme constam no Processo n. 0050.008426/2025-82,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

GLAZIELLE FERREIRA DA SILVA GONCALVES	
Matricula: xxxxxx873	Data de Admissão: 09/08/2017
Função/Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Lotação: PRONTO SOCORRO JOAO PAULO II

Referência	Interstício	A contar de
04	09/08/2021 a 08/08/2023	09/08/2023

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77231836

Portaria nº 8265 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3557 SESAU-NDC (77101451) e, conforme constam no Processo n. 0050.012579/2025-24,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

SEBASTIAO MARTINS DA SILVA	
Matricula: xxxxxx448	Data de Admissão: 03/08/1990
Função/Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA SAÚDE	
Lotação: PRONTO SOCORRO JOAO PAULO II	

Referência	Interstício	A contar de
18	03/08/2022 a 02/08/2024	03/08/2024

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77232803

Portaria nº 8266 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3555 SESAU-NDC (77094975) e, conforme constam no Processo n. 0053.001507/2026-11,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

ANE MOURA DOS SANTOS	
Matricula: xxxxxx365	Data de Admissão: 23/03/2006
Função/Cargo: NUTRICIONISTA/ESPECIALISTA EM SAÚDE	
Lotação: CENTRO DE MEDICINA TROPICAL	

Referência	Interstício	A contar de
09	02/02/2021 a 01/02/2023	02/02/2023
10	02/02/2023 a 01/02/2025	02/02/2025

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77235781

Portaria nº 8274 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando o Despacho SESAU-NDC 76913868 e, conforme constam nos autos do Processo n. 0049.006645/2026-47,

RESOLVE:

Retificar parte da Portaria n. 7267 de 31 de agosto de 2026, publicada no DOE n. 169 de 01 de setembro de 2026, de progressão funcional do servidor: PAULO ROBERTO ARAUJO DA COSTA, Matricula: xxxxxx190:

Onde se lê:

Referência	**Interstício**	**A contar de**
04	12/05/2019 a 11/05/2021	12/05/2021
05	12/05/2021 a 11/05/2023	12/05/2023
06	12/05/2023 a 11/05/2025	12/05/2025

Leia-se:

Referência	**Interstício**	**A contar de**
04	20/09/2023 a 19/09/2025	20/09/2025

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77237260

Portaria nº 8279 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3604 SESAU-NDC (77212594) e, conforme constam no Processo n. 0036.033773/2026-11,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

HELENA CRISTINA SILVEIRA E SILVEIRA	
Matricula: xxxxxx201	Data de Admissão: 26/07/2010
Função/Cargo: Medico	
Lotação: HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIAO	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
09	26/07/2024 a 25/07/2026	26/07/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77238822

Portaria nº 8269 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

considerando a Informação 3549 SESAU-NDC (77085581) e, conforme constam no Processo n. 0036.033077/2026-04,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

FLAVIO MARCIO MARTINS FERREIRA	
Matricula: xxxxxx582	Data de Admissão: 01/06/2004
Função/Cargo: Enfermeiro	
Lotação: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
12	01/06/2024 a 31/05/2026	01/06/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77236311

Portaria nº 8282 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3598 SESAU-NDC (77184143) e, conforme constam no Processo n. 0036.033343/2026-91,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

EDIVALDO LABORDA DOS SANTOS	
Matricula: xxxxxx761	Data de Admissão: 03/11/2009
Função/Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
08	03/11/2021 a 02/11/2023	03/11/2023
09	03/11/2023 a 02/11/2025	03/11/2025

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77241367

Portaria nº 8278 de 01 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3602 SESAU-NDC (77198023) e, conforme constam no Processo n. 0036.033602/2026-83,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que

regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

KEILA CORREIA SANTOS FERNANDES	
Matricula: xxxxxx944	Data de Admissão: 30/06/2010
Função/Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIAO	

Referência	**Interstício**	**A contar de**
09	30/06/2024 a 29/06/2026	30/06/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77238190

Portaria nº 8314 de 05 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0049.010525/2026-44,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **EDINEUSA GUSMAO RAMOS**, Tecnico em Enfermagem, matrícula n. ******190, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB/Porto Velho, no período de **1.12.2026 a 31.12.2026, 1.3.2027 a 31.3.2027 e 1.11.2027 a 30.11.2027**, referente ao 3º quinquênio de 11.12.2020 a 10.9.2026.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77313720

Portaria nº 8316 de 05 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0036.036070/2024-74,**

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da **Portaria n. 8131 de 5.12.2024,** à servidora **PATRICIA LIRA PANTA**, Enfermeiro, Matrícula n. ******701, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital Infantil Cosme e Damião/ Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

no período de 1.5.2025 a 31.5.2025, **1.10.2026 a 31.10.2026** e 1.9.2027 a 30.9.2027, referente ao 4º quinquênio de 5.7.2019 a 4.7.2024.

LEIA-SE:

no período de 1.5.2025 a 31.5.2025, 1.9.2027 a 30.9.2027 e **1.9.2028 a 30.9.2028**, referente ao 4º quinquênio de 5.7.2019 a 4.7.2024.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77317088

Portaria nº 8317 de 05 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no

Processo n. 0049.012099/2023-31,

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da **Portaria n. 7201 de 9.11.2023,** à servidora **DANIELA AUGUSTA CABRAL BALERONI**, Nutricionista,Matrícula n. ******552, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro/HB/ Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

no período de 1.12.2023 a 31.12.2023, 1.1.2025 a 31.1.2025, **1.12.2026 a 31.12.2026**, referente ao 3º quinquênio de 14.8.2014 a 13.8.2019.

LEIA-SE:

no período de 1.12.2023 a 31.12.2023, 1.1.2025 a 31.1.2025, **1.1.2027 a 31.1.2027**, referente ao 3º quinquênio de 14.8.2014 a 13.8.2019.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77318536

Portaria nº 8320 de 05 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0036.030717/2026-16,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **MARIA DIENE AGUIAR DE SOUZA**, Tecnico em Enfermagem, matrícula n. ******460, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/Porto Velho, no período de **1.1.2027 a 31.1.2027, 1.1.2028 a 31.1.2028 e 1.1.2029 a 31.1.2029**, referente ao 2º quinquênio de 28.1.2018 a 27.1.2023.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77321175

Portaria nº 8311 de 05 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400/SEGEP-NCSR de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme consta no Processo n**. 0014.002906/2026-57,**

CONVALIDAR a Localização na Governadoria do Estado de Rondônia, a contar de **1.11.2018,** o servidor **SEBASTIÃO ALVES DE QUEIROZ**, ocupante do Cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, **SIAPE n.** ****657, pertencente ao Quadro do ex-Território Federal de Rondônia/PCC-EXT**.** Para atualização funcional.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77305843

Portaria nº 8319 de 05 de outubro de 2026

Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0029.030303/2025-03,**

R E S O L V E:

CESSAR, a contar de **21.9.2026,** os termos da **Portaria n. 5076 de 1.7.2025**, que **Concedeu Licença Sem Vencimento, a partir de 1.9.2025,** para o Trato de Interesse Particular, pelo prazo de 3 (três) anos, de acordo com a Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, com as alterações dadas pela Lei Complementar n. 221, de 28.12.1999, publicada no DOE/RO n. 4402 de 30.12.1999, nos termos do artigo 128 e parágrafos, o servidor **NATALINO DE MOURA,** ocupante do cargo de Técnico Educacional Nivel 1, matrícula n. ******289, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/Jaru.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77319630

Portaria nº 8321 de 05 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0029.030303/2025-03 ,**

R E S O L V E:

LOTAR, **a contar de 21.9.2026**, na **Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/Jaru**., o servidor **NATALINO DE MOURA** , ocupante do cargo de Técnico Educacional Nivel 1 , matrícula n.******289, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77322230

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

AVISO
DE REABERTURA DO CERTAME

Numeração da Contratação no Portal Nacional de Compras: 925373-160/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90180/2026/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0036.001951/2026-36

Objeto: Registro de Preços destinado à futura e eventual aquisição de **fórmulas, dietas e suplementos pediátricos** visa atender às unidades de saúde do Estado de Rondônia, destinados à administração de dietas enterais a pacientes internados e em acompanhamento domiciliar, gerenciados pela SESAU/RO.

Para o **ITEM 4,** adota-se a **exclusiva** participação para as **ME/EPP**

Para os **DEMAIS ITENS,** aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO **com** a **reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP**

Tipo: Menor Preço Por Item

Método De Disputa: Aberto

Valor Estimado: R$ 26.603.520,60 (vinte e seis milhões, seiscentos e três mil quinhentos e vinte reais e sessenta centavos).

Nova Data deAbertura: 19/10/2026, às 10:00h **(horário de Brasília)**

Endereço Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br ou https://rondonia.ro.gov.br/supel/.

Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO,05 de outubro de 2026.

JANAINA MUNIZ LOBATO
Pregoeirada Comissão COSAU4-SUPEL/RO
Portaria nº 96 de 08 de abril de 2026

Protocolo 77306077

EXTRATO
DE HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, **HOMOLOGA** a seguinte despesa do exercício de 2026: **1-MODALIDADE/PROCEDIMENTO**: Pregão Eletrônico - Lei n. 866/93. **2-CONTRATANTE:** Superintendência Estadual de Compras e Licitações. **3-CONTRATADA:** ACRONET CORPORATIVO COMERCO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

15.512.542/0001-10. **4-OBJETO**: Contratação de empresa especializada em prestação contínua de serviços de impressão, cópia e digitalização, para atender às necessidades da SUPEL, referente ao mês de Agosto de 2026. **5-VALOR DA DESPESA:** R$ 440,87. **6-RETENÇÕES:** R$ 21,16. **7-PROCESSO**: 0043.000047/2026-14. **8-ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:** Parecer n.º 125/2026/SUPEL-CI Id. (77169866).

ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

Protocolo 77292674

EXTRATO

DE HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, **HOMOLOGA** a seguinte despesa do exercício de 2026: **1-MODALIDADE/PROCEDIMENTO**: Pregão Eletrônico - Lei n.º 14.133/2021. **2-CONTRATANTE:** Superintendência Estadual de Compras e Licitações. **3-CONTRATADA:** DS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n° 54.634.918/0001-11. **4-OBJETO:** Despesas decorrentes da realização de coffee break durante a capacitação sobre Credenciamento, com foco na Instrução Normativa (IN) nº 19/2026, destinada aos servidores do Estado, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades e contribuindo para o bom aproveitamento da capacitação. **5-VALOR DA DESPESA:** R$ 720,00. **6-RETENÇÃO:** R$ 34,56. **7-PROCESSO**: 0043.001233/2026-71. **8-ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:** Parecer n.º 124/2026/SUPEL-CI Id. (76891764).

ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

Protocolo 77258534

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90586/2025/SUPEL/RO

EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO: 925373-260/2026

Processo Administrativo: 0009.004483/2025-06

Objeto: Aquisição de duas impressoras de grande porte do tipo plotter que atendem às demandas operacionais do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Método De Disputa: Aberto

Valor Estimado: R$ 149.404,08 (Cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e oito centavos).

Data de Abertura: 14 de outubro de 2026 às 10:00 H (horário de Brasília - DF).

Endereço Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. ou https://rondonia.ro.gov.br/supel/.

Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL ALVES DA SILVA GAMA

Matrícula nº ******238

Pregoeiro da Comissão de Tecnologia - COTEC

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL|RO

Protocolo 77184156

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - PNCP: SRP 209/2026

Processo Administrativo: 0065.002398/2026-10

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de consumo, higiene e limpeza com a finalidade de atender as necessidades da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE.

Tipo: Menor Preço por Item

Método De Disputa: Aberto

Valor Estimado: R$ 376.792,04 (trezentos e setenta e seis mil setecentos e noventa e dois reais e quatro centavos)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Data de Abertura: 20 de outubro de 2026, **às 10h00** (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Endereço Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.ou https://rondonia.ro.gov.br/supel/.

Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 05 de outubro de 2026.

IVANIR BARREIRA DE JESUS
Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO
Portaria nº 191 de 09 de setembro de 2026

Protocolo 76583452

SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT

Portaria de férias nº 14371 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretor Executivo, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 121 de 04 de maio de 2026 de 04/05/2026,publicada no DOE n.05/05/2026, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 30/09/2026 a 09/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ARILENE DE OLIVEIRA FREITAS**, **SEPAT - Assessor IV - CDS-04 ***, matrícula ******451, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(30/09/2026 a 09/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

IDEL MARTINS GONÇALVES
Diretor Executivo

Protocolo DOC65077

Portaria de férias nº 14372 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretor Executivo, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 121 de 04 de maio de 2026 de 04/05/2026,publicada no DOE n.05/05/2026, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **JOSIMAR SILVA PINHEIRO,** GOV - Assessor VIII - CDS-08 *, matrícula ******453, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária, originalmente marcadas para o**02/06/2026 a 11/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**02/06/2026 a 11/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **27/10/2026 a 05/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

IDEL MARTINS GONÇALVES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Diretor Executivo

Protocolo DOC65078

Portaria de férias nº 14373 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretor Executivo, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 121 de 04 de maio de 2026 de 04/05/2026,publicada no DOE n.05/05/2026, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **VALDIVINO CARVALHO RODRIGUES ,** EXECUTOR DE PROJETOS ESPECIAIS, matrícula ******439, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária, originalmente marcadas para o**08/09/2026 a 17/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/09/2026 a 17/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **09/11/2026 a 18/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

IDEL MARTINS GONÇALVES
Diretor Executivo

Protocolo DOC65079

CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES

EDITAL Nº 1/2026/COGES-CI
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DE INTEGRIDADE - ECSI N.º 01/2026
PLANO DE INTEGRIDADE DA COGES/RO

CONSIDERANDO o Decreto n.° 30.487, de 24 de julho de 2025, que institui o Programa Rondoniense de Integridade - PROIN na Administração Pública direta e indireta vinculadas ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, e revoga o Decreto no 26.238, de 19 de julho de 2021;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas no Manual para a Implementação do PROIN, aprovado pela Portaria no 38, de 30 de janeiro de 2026 (68728359).

CONSIDERANDO o Termo de Adesão ao Programa de Fomento à Integridade Pública e à Gestão de Riscos da Contabilidade Geral do Estado - COGES/RO (0050830610), publicado e disponibilizado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 131, de 17 de julho de 2024;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 128 de 23 de julho de 2024 (0051053021), que institui a unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Contabilidade Geral do Estado - COGES/RO;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 129 de 23 de julho de 2024 (0051053344), que designa as servidoras responsáveis pela Unidade de Gestão da Integridade - UGI para coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Contabilidade Geral do Estado - COGES/RO;

CONSIDERANDO a importância da colaboração e do engajamento ativo da sociedade civil na construção e fomento de políticas sólidas e abrangentes, que reflitam as verdadeiras necessidades e aspirações da população, promovendo uma gestão pública mais inclusiva e efetiva;

A **Contabilidade Geral do Estado - COGES**, representada por seu dirigente máximo, Jurandir Cláudio Dadda, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os artigos 21 a 27 do Decreto no 30.487/2025, torna público o presente Edital de Contribuição Social de Integridade – ECSI 01/2026, com o objetivo de convidar os cidadãos a participarem da construção e do aperfeiçoamento do seu Plano de Integridade.

Do objetivo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Este Edital regulamenta a consulta pública voltada ao recebimento de contribuições da sociedade civil para a elaboração do Plano de Integridade da Contabilidade Geral do Estado - COGES, documento estratégico e prático, que caracteriza a análise do perfil da instituição e formaliza o conjunto de ações, medidas e procedimentos a serem implementados pelo órgão ou entidade para promover a ética, a transparência e a responsabilidade pública.

A Contabilidade Geral do Estado realizou o mapeamento prévio dos principais eventos de risco à integridade que podem impactar o alcance dos objetivos institucionais. Para cada risco identificado, foram propostas medidas de tratamento iniciais, sobre as quais se busca a avaliação, o aperfeiçoamento e a sugestão de novas ações por parte dos participantes.

Do prazo e forma de participação

A participação é aberta a qualquer cidadão interessado, pelo prazo de 10 (dez) dias contados a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

As contribuições poderão ser enviadas por meio dos seguintes canais:

I - Via formulário eletrônico disponível no endereço eletrônico: (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeVZuQo7WtjlVrAsVIZIcaUEdmgMiJ0Dm9xDzQAjkjWhqiPbQ/viewform?usp=publish-editor);

II - Via e-mail, direcionado ao endereço eletrônico proincont@contabilidade.ro.gov.br; ou

III - Presencialmente, na sede da Contabilidade Geral do Estado - COGES, localizada no endereço Av. Farquar, nº 2986 - Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Cautário, Curvo II, 5º andar, Bairro Pedrinhas - CEP.: 76.801-470 - Porto Velho, RO.

As contribuições deverão guardar pertinência com o objeto desta consulta e, preferencialmente, indicar o risco de integridade ou a ação de controle e mitigação a que se referem. Todas as sugestões tempestivas serão analisadas, consolidadas e sistematizadas pela equipe técnica responsável, servindo de subsídio para o aprimoramento das ações do Plano de Integridade da COGES.

DA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES

Encerrado o prazo de participação, as sugestões e contribuições recebidas serão analisadas, consolidadas e sistematizadas pela equipe responsável pelo Proin no âmbito da COGES.

As contribuições serão devidamente consideradas no aprimoramento das ações de integridade, observadas sua pertinência, aplicabilidade e compatibilidade com as competências institucionais da COGES e com as diretrizes do Programa Rondoniense de Integridade - PROIN.

Da divulgação

Sem prejuízo da publicação obrigatória no Diário Oficial do Estado de Rondônia, a Contabilidade Geral do Estado - COGES promoverá a disponibilização deste Edital em seu portal eletrônico institucional e portais de transparência, para fins de publicidade legal e estrito cumprimento das obrigações de transparência pública, observadas as restrições estabelecidas pela legislação eleitoral vigente.

Do contato e esclarecimentos

Informações adicionais ou esclarecimentos sobre os termos deste Edital podem ser obtidos através do e-mail proincont@contabilidade.ro.gov.br, ou presencialmente, no endereço indicado no item 2.2, inciso III deste Edital.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade Geral do Estado reitera que a transparência e a integridade pública consolidam-se por meio do diálogo democrático e da colaboração social, convidando toda a população a contribuir para o fortalecimento da gestão pública do Estado de Rondônia.

Destarte, a participação social promovida por este Edital integra o processo de elaboração do Plano de Integridade da COGES e tem por finalidade contribuir para o aprimoramento das ações de controle e mitigação dos riscos de integridade identificados no âmbito da instituição.

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77032640

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

Portaria nº 874 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e considerando o teor do Memorando

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

nº 1029/2026/SEFIN-CRE (77072321), constante no processo SEI nº 0030.000267/2026-97.

RESOLVE:

I – RELOTAR a contar de 15 de setembro de 2026, a servidora **CIRLEIA CARLA SARMENTO SANTOS SOARES**, matrícula ******325, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, do Gabinete da Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN/CRE para a Gerência de Arrecadação - SEFIN/CRE/GEAR.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 15/09/2026.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77172116

Portaria nº 875 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e considerando o teor do Memorando nº 1030/2026/SEFIN-CRE (77073913), constante no processo SEI nº 0030.000267/2026-97.

RESOLVE:

I – RELOTAR a contar de 01 de outubro de 2026, o servidor **EDGARD COSTA DOS SANTOS RIBEIRO**, matrícula ******674, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, do Núcleo de Gestão das Atividades de Acervo e Prêmio - SEFIN/GAF/NUGAAP para a Delegacia Regional de Rolim de Moura - SEFIN/CRE/5DRRDM.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77177833

Portaria nº 877 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e de acordo com o Ofício nº 6294/2026/SEFIN-NGP (74012471), constante no processo SEI nº 0030.005895/2026-69.

RESOLVE:

I – **LOTAR**, a contar de **02 de julho de 2026**, o servidor **LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula ******109, ocupante do cargo de Assessor IV (CDS-04), no Núcleo de Estudos Econômicos Tributários e Informações - SEFIN/GITEC/NEEC.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/07/2026.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77182535

Portaria nº 883 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e de acordo com o Ofício nº 8174/2026/SEFIN-NGP (75644407), constante no processo SEI nº 0030.006961/2026-18.

RESOLVE:

I – **LOTAR**, a contar de **13 de agosto de 2026**, a servidora **JULIANA MIRANDA GARCEZ**, matrícula ******511, ocupante do cargo de Assessor VI (CDS-06), na Assessoria de Comunicação - SEFIN/ASCOM.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/08/2026.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77198863

EDITAL Nº 17/2026/SEFIN-AGARI
6ªDRRE/AGÊNCIA DE RENDAS DE ARIQUEMES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, atendendo ao que preceituam os artigos 109, 110, 112, III,e 121 da Lei nº 688/1996 e 8º do Anexo XII, do Decreto nº 22.721/2018, fica o Sujeito Passivo abaixo relacionado **INTIMADO** a pagar o crédito tributário lançado por meio dos Autos de Infração abaixo relacionados, ou oferecer defesa no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do 5º (quinto) dia após a publicação deste edital, sob pena de, vencido o prazo, ser decretada a REVELIA, aplicando-se o que determina o artigo 127 da Lei nº 688/1996.

Fica, ainda, o Sujeito Passivo, **NOTIFICADO** que os documentos que originaram e instruíram a lavratura dos autos de infração, inclusive as peças produzidas em formato digital gravadas e disponibilizadas em mídia ótica, CD-R ou DVD-R (porventura existentes), permanecerão anexados ao processo original, disponível para retirada ou obtenção de cópias.

Auto de Infração de nº: 20263000600044
Sujeito Passivo: FALCÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ: 24.073.770/0001-22
CAD: 0000000448086-4

Ariquemes/RO, 01 de outubro de 2026

ANDRÉ LUÍS F. FONTOURA
MATRÍCULA Nº *****124
AGENTE DE RENDAS DE ARIQUEMES

Protocolo 77259212

EDITAL Nº 16/2026/SEFIN-AGVHA

Pelo presente Edital, atendendo ao que preceitua o inciso III do artigo 112 da lei 688 de 27 de dezembro de 1996, ficam os contribuintes abaixo arrolados CIENTIFICADOS dos Autos de Infração abaixo relacionados, bem como ficam INTIMADOS a pagarem o crédito tributário lançado por meio dos respectivos Autos de Infração ou oferecem DEFESAS no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do 6º (sexto) dia da publicação deste Diário Oficial do Estado, sob pena de, vencido o prazo, ser decretada a **REVELIA**, aplicando-se o que determina o art. 127 da Lei n°.688/96.

Caso opte por efetuar o PAGAMENTO do Auto de infração recebido, **os PRAZOS** para recolhimento **com redução da MULTA** estão no Art. 80, item I, da lei 688/96; para impressão do DARE, acessar:

https://dare.sefin.ro.gov.br/adm (impressão pelo nº do complemento, que é o nº do Auto de Infração).

Caso opte por apresentar DEFESA, conforme artigo 121 da citada lei, esta deverá ser protocolizada diretamente no Sistema E-PAT da SEFIN-RO com seu certificado digital, no endereço epat.sefin.ro.gov.br.

Para maiores informações sobre a utilização do Sistema E-PAT acessar https://agenciavirtual.sefin.ro.gov.br/ (tópico E-PAT). Dúvidas: abrir SAC na Agência Virtual da SEFIN RO (Temática: Auto de Infração - TATE).

1. Auto de Infração: 20263006300031
Sujeito Passivo: AGROVERDE ARMAZENS GERAIS LTDA
CNPJ/CPF: 43.893.359/0002-29
Município: VILHENA - RO
1. Auto de Infração: 20263006300033
Sujeito Passivo: AGROVERDE ARMAZENS GERAIS LTDA
CNPJ/CPF: 43.893.359/0002-29
Município: VILHENA - RO
3. Auto de Infração: 20263010400053
Sujeito Passivo: VIP IMPORT COMERCIO DE PRODUTOS E ACESSORIOS IMPORTADOS LTDA
CNPJ/CPF: 48.390.800/0001-92
Município: SAO PAULO - SP
4. Auto de Infração: 20263006300007
Sujeito Passivo: COLORADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA
CNPJ/CPF: 53.331.970/0001-36
Município: COLORADO DO OESTE - RO
Vilhena/RO, 01 de outubro de 2026.

André Luiz Magalhães da Paz
Agente de Rendas de Vilhena

Protocolo 77258434

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 881 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere e considerando **Termo de Contrato nº 15/2026/SEFIN-ASTEC**

RESOLVE

Art. 1º — Nomear os servidores abaixo relacionados, para certificar e emitir os **Termos de Recebimento Definitivo,** conforme Decreto n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, na Instrução Normativa 1/2025/SEOSP-GAB, com fundamento noArt. 140, inciso II, Alínea b da Lei n.º 14.133/2021, referente a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação das instalações do Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte – CIAC, compreendendo a execução da infraestrutura necessária, estrutura, cobertura, instalações complementares, acabamentos e demais serviços previstos nos projetos e especificações técnicas elaborados pela Administração, prestados pela empresa PAVCON CONSTRUTORA LTDA - Termo de Contrato nº 15/2026/SEFIN-ASTEC, Processo nº 0030.007080/2026-14.

GESTOR DO CONTRATO:

Gilson Santos Matos Junior — Matrícula: ******450;

FISCAIS ADMINISTRATIVOS:

Laryssa Catherine Pinheiro Rocha — Matrícula: ******276;

Gildalene Carvalho de Paiva - Matrícula: ******862;

Art. 2º -Nomear o servidor abaixo relacionado, para atuar como **Fiscal Setorial, para** acompanhar e aferir a execução contratual no âmbito do seu setor de atuação, reportando quaisquer irregularidades ou descumprimentos ao Fiscal Técnico ou ao Gestor do Contrato, referente a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação das instalações do Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte – CIAC, compreendendo a execução da infraestrutura necessária, estrutura, cobertura, instalações complementares, acabamentos e demais serviços previstos nos projetos e especificações técnicas elaborados pela Administração, prestados pela empresa **PAVCON CONSTRUTORA LTDA -** Termo de Contrato nº 15/2026/SEFIN-ASTEC.

FISCAL SETORIAL

Marcos Antônio Gomes da Silva – Matrícula: ******620;

Art. 3º - Nomear os servidores abaixo relacionados para emitir **Relatório de Acompanhamento e Fiscalização** referente os serviços de execução de obra de engenharia destinada à ampliação das instalações do Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte – CIAC, compreendendo a execução da infraestrutura necessária, estrutura, cobertura, instalações complementares, acabamentos e demais serviços previstos nos projetos e especificações técnicas elaborados pela Administração, prestados pela empresa PAVCON CONSTRUTORA LTDA - Termo de Contrato nº 15/2026/SEFIN-ASTEC, Processo nº 0030.007080/2026-14.

FISCAIS TÉCNICOS:

Davi Ferreira da Silva - Matrícula: ******144;

Leonam Vinhote Francisco — Matrícula: ******953;

Fábio Rocha de Carvalho — Matrícula: ******176;

Juliana Calixto Almeida Alves Rodrigues - Matrícula: ******519;

Victor Raffael Maronari de Almeida - Matrícula: ******892;

Art. 4º — Designar o servidor IGOR ITALVINO BRUSCHI, matrícula nº ******964, ocupante do cargo de Analista Tributário da Receita Estadual, para substituir o Gestor do Contrato em suas ausências e impedimentos, ficando responsável nestas ocasiões.

Art. 5º — O gestor e os fiscais administrativos, nomeados como prevê o art. 1º só certificarão as notas fiscais e os termos de recebimentos após a emissão do relatório de fiscalização, sendo responsabilidade dos fiscais técnicos a emissão e o encaminhamento assim que se findar o mês corrente, conforme previsto no § 1º do art. 10 º do Decreto Estadual n.º 16.901, de 09 de julho de 2012.

Art. 6º — Na ausência ou impedimento dos servidores mencionados nos arts. 1º, 2º e 3º, a responsabilidade pelas unidades regionais caberá aos respectivos Gerentes e Coordenadores desta Secretaria de Estado de Finanças.

Art.7º — Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 04.09.2026, revogando-se a Portaria nº 827 de 11 de setembro de 2026.

Porto Velho–RO, data e hora da assinatura digital.

MARCIO ALVES PASSOS

AFTE |Secretário Adjunto de Estado de Finanças

SEFIN-RO

Protocolo 77198296

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 882 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere e considerando **Termo de Contrato nº** 7/2026/SEFIN-ASTEC

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para certificar e emitir os **Termos de Recebimento Definitivo,** conforme as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024 e na Instrução Normativa 1/2025/SEOSP-GAB, referente a contratação de empresa de engenharia especializada em todos os Serviços e Materiais da Tabela SINAPI desonerada para execução de manutenções e conservações prediais em geral, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO., prestados pela empresa ENGERAL CONSTRUCOES LTDA EPP - Termo de Contrato nº7/2026/SEFIN-ASTEC, Processo nº 0030.003087/2025-86.

GESTORES DO CONTRATO:

Gilson Santos Matos Junior — Matrícula: ******450;

FISCAIS ADMINISTRATIVOS:

Laryssa Catherine Pinheiro Rocha — Matrícula: ******276;

Gildalene Carvalho de Paiva - Matrícula: ******862;

Art. 2º - Nomear os servidores abaixo relacionados para emitir **Relatório de Acompanhamento e Fiscalização** referente a contratação de empresa de engenharia especializada em todos os Serviços e Materiais da Tabela SINAPI desonerada para execução de manutenções e conservações prediais em geral, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO., prestados pela empresa ENGERAL CONSTRUCOES LTDA EPP - Termo de Contrato nº 7/2026/SEFIN-ASTEC, Processo nº 0030.003087/2025-86.

FISCAIS TÉCNICOS:

Davi Ferreira da Silva – Matrícula: ******144;

Fábio Rocha de Carvalho– Matrícula: ******176;

Leonam Vinhote Francisco– Matrícula: ******953;

Marcos Antônio Gomes da Silva– Matrícula: ******620;

Juliana Calixto Almeida Alves Rodrigues - Matrícula: ******519;

Victor Raffael Maronari de Almeida - Matrícula: ******892;

Art. 3º — Designar o servidor IGOR ITALVINO BRUSCHI, matrícula nº ******964, ocupante do cargo de Analista Tributário da Receita Estadual, para substituir o Gestor do Contrato em suas ausências e impedimentos, ficando responsável nestas ocasiões.

Art. 4º — O gestor e os fiscais administrativos, nomeados como prevê o art. 1º só certificarão as notas fiscais e os termos de recebimentos após a emissão do relatório de fiscalização, sendo responsabilidade dos fiscais técnicos a emissão e o encaminhamento assim que se findar o mês corrente, conforme previsto no § 1º do art. 10 º do Decreto Estadual n.º 16.901, de 09 de julho de 2012.

Art. 5º — Na ausência ou impedimento dos servidores mencionados nos arts. 1º, 2º e 3º, a responsabilidade pelas unidades regionais caberá aos respectivos Gerentes e Coordenadores desta Secretaria de Estado de Finanças.

Art.6º — Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01.09.2026, revogando-se o teor da Portaria nº 846 de 23 de setembro de 2026.

Porto Velho–RO, data e hora da assinatura digital.

MARCIO ALVES PASSOS

AFTE |Secretário Adjunto de Estado de Finanças

SEFIN-RO

Protocolo 77198769

Portaria nº 884 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere e considerando **Termo de Contrato nº** 7/2026/SEFIN-ASTEC

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para certificar e emitir os **Termos de Recebimento Definitivo,** conforme as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, referente a contratação de de empresa especializada para a prestação de serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio, incluindo a realização de testes

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

hidrostáticos, quando aplicáveis, bem como a aquisição de novos extintores, destinados às unidades da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO. prestados pela empresa MARIA LUZIA DA SILVA - ME, EPP - Termo de Contrato nº17/2026/SEFIN-ASTEC, Processo nº 0030.006635/2025-20.

GESTORES DO CONTRATO:

Gilson Santos Matos Junior — Matrícula: ******450;

FISCAIS ADMINISTRATIVOS:

Laryssa Catherine Pinheiro Rocha — Matrícula: ******276;

Lorena Kurscheidt Hoff mann — Matrícula: ******967;

Art. 2º - Nomear os servidores abaixo relacionados para emitir **Relatório de Acompanhamento e Fiscalização** referente a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio, incluindo a realização de testes hidrostáticos, quando aplicáveis, bem como a aquisição de novos extintores, destinados às unidades da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO. prestados pela empresa MARIA LUZIA DA SILVA - ME, EPP - Termo de Contrato nº 17/2026/SEFIN-ASTEC, Processo nº 0030.006635/2025-20.

FISCAIS TÉCNICOS:

Davi Ferreira da Silva – Matrícula: ******144;

Marcos Antônio Gomes da Silva– Matrícula: ******620;

Art. 3º — Designar o servidor IGOR ITALVINO BRUSCHI, matrícula nº ******964, ocupante do cargo de Analista Tributário da Receita Estadual, para substituir o Gestor do Contrato em suas ausências e impedimentos, ficando responsável nestas ocasiões.

Art. 4º — O gestor e os fiscais administrativos, nomeados como prevê o art. 1º só certificarão as notas fiscais e os termos de recebimentos após a emissão do relatório de fiscalização, sendo responsabilidade dos fiscais técnicos a emissão e o encaminhamento assim que se findar o mês corrente, conforme previsto no § 1º do art. 10 º do Decreto Estadual n.º 16.901, de 09 de julho de 2012.

Art. 5º — Na ausência ou impedimento dos servidores mencionados nos arts. 1º, 2º e 3º, a responsabilidade pelas unidades regionais caberá aos respectivos Gerentes e Coordenadores desta Secretaria de Estado de Finanças.

Art.6º — Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01.09.2026.

Porto Velho–RO, data e hora da assinatura digital.

MARCIO ALVES PASSOS

AFTE |Secretário Adjunto de Estado de Finanças

SEFIN-RO

Protocolo 77199614

Portaria nº 885 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e considerando o Requerimento (69623845), constante no Processo Sei n° 0030.001154/2026-17.

RESOLVE:

I - **CONCEDER** ao servidor ARTHUR CRUZ GOULART, matrícula ******285, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, lotado na Gerência de Fiscalização - GEFIS/CRE, o gozo de 01 (um) dia de folga compensatórias, no dia **25/09/2026**, sem prejuízo da remuneração, por ter prestado relevantes serviços à Justiça Eleitoral na função de Membro da Comissão de Alimentação, referente às Eleições Municipais de 2024 em Porto Velho/RO, nos termos do Art. 98 da Lei 9.504/97 e da Resolução nº. 22.747/2008 do Tribunal Superior Eleitoral.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/09/2026.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77228484

Portaria nº 886 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e considerando o teor do Requerimento (77007250), constante no processo SEI nº 0030.009585/2026-13.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

I - **CONCEDER** ao servidor **RODRIGO SHIDEYOSHI HAYASHI DE ALCANTRA**, matrícula ******422, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, lotado na Gerência de Tributação - SEFIN/GETRI, o gozo de 8 (oito) dias de folgas compensatórias, sem prejuízo da remuneração, no período de **18/01/2027 a 22/01/2027 e 25/01/2027 a 27/01/2027**, por ter realizado 04 (quatro) doações de sangue no período de 1 (um) ano, nos dias **15/02/2024, 06/06/2024, 09/09/2024 e 09/12/2024**, conforme preceitua a Lei nº. 3922, de 17 de outubro de 2016.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77230988

Portaria nº 887 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e de acordo com o Ofício nº 8219/2026/SEFIN-NGP (75691876), constante no processo SEI nº 0030.006952/2026-27.

RESOLVE:

I – **LOTAR**, a contar de **13 de agosto de 2026**, a servidora **THAIS ARAUJO RAMOS**, matrícula ******681, ocupante do cargo de Assessor IV (CDS-04), no Núcleo de Atendimento ao Contribuinte - SEFIN/CRE/NAC.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/08/2026.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77241442

Portaria nº 888 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017 e de acordo com o Ofício nº 8179/2026/SEFIN-NGP (75650915), constante no processo SEI nº 0030.006233/2026-14.

RESOLVE:

I – **LOTAR**, a contar de **11 de agosto de 2026**, a servidora **JULIANA CALIXTO ALMEIDA ALVES RODRIGUES**, matrícula ******519, ocupante do cargo de Assessor III (CDS-03), no Núcleo de Logística - SEFIN/GAF/NLOG.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/08/2026.

MARCIO ALVES PASSOS

Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77243353

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC

Portaria nº 1084 de 01 de outubro de 2026

Dispõe sobre a Designação de servidor e outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42.

Considerando a Portaria nº 567 de 12 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial Ed. n. 90, de 12 de maio de 2026 (72124115);

Considerando Memorando nº 126/2026/SESDEC-CAF (77126127) e Portaria de Férias (77131725) do Processo Sei nº 0037.002315/2026-11.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, no período de **30.09.2026 a 09.10.2026 (10 dias)**, a servidora **CLAUDIMAR DO NASCIMENTO MENDES TATAGIBA**, matrícula nº ******252, para exercer o cargo de Contadora Setorial da Sesdec, cumulativamente com a função que já exerce, em substituição a servidora GISELY FRANCIS SANTANA DE OLIVEIRA, matrícula ******582, em virtude de férias.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77228338

Portaria nº 1082 de 30 de setembro de 2026

Dispõe sobre Dispensa como Recompensa de servidor e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20.12.2017, Seção I, Art. 41

Considerando o Memorando 251 (76707028) presente no Processo Sei nº0037.006387/2026-38.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de Dispensa como Recompensa, pelos relevantes serviços prestados, ao **2º SGT PM ******562 MAYKO FRANKLIN AZEVEDO VERAS**, lotado na Gerência de Estratégia e Inteligência da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC-GEI, no período de 12 a 31.10.2026 (20 dias), conforme previsto no Artigo 88 do Decreto nº 13.255, de 12 de novembro de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77204720

Portaria nº 1078 de 30 de setembro de 2026

Homologa a conversão de 1/3 (um terço) das férias de Policiais Militares em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2026, programadas para o ano 2027, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20.12.2017, Seção I, Art. 41;

Considerando que os Policiais Militares abaixo relacionados solicitaram a conversão de 1/3 (um terço) das férias (dez dias) em Abono Pecuniário, referente ao exercício de 2026, programadas para o ano de 2027, conforme os Processos SEI nº 0037.006172/2026-17; 0037.005956/2026-28; 0037.005938/2026-46; 0037.005936/2026-57; 0037.005914/2026-97; 0037.005908/2026-30; 0037.005867/2026-81; 0037.005866/2026-37; 0037.005861/2026-12; 0037.005854/2026-11; 0037.005851/2026-79; 0037.005847/2026-19; 0037.005822/2026-15; 0037.005816/2026-50; 0037.005770/2026-79 e 0037.005557/2026-67.

Considerando que as solicitações de alteração de férias poderão ser realizadas por meio de **requerimento**, **em processo apartado**, com antecedência **mínima de 60 (sessenta) dias** do período em que se pretende marcar, e mediante anuência do Chefe Imediato;

Considerando que as férias também poderão ser **suspensas (antes do início do gozo)** ou **interrompidas (quando em fruição)**, desde que preenchidos os requisitos constantes nos arts. 17 e 18, do Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações (77189496).

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, a conversão de 1/3 (um terço) das férias dos Policiais Militares abaixo relacionados em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2026, programadas para o ano de 2027, nos termos da Lei nº 1.598, de 31 de março de 2006, combinado com o Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações:

SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	1° PERÍODO	2º PERÍODO	ABONO	PERÍODO a CONVERTER
ADEMIR HENRIQUE SILVA	******168	PM 3° SGT	11.12 a 30.12.2027		SIM	01 a 10.01.2027
ADRIANA VIEIRA DE AGUIAR	******128	PM 3° SGT	04.01 a 23.01.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
AFRANIO DAVI DE OLIVEIRA GRANJA SANTOS	******815	PM 3° SGT	11.02 a 02.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AILTON DA SILVA PEREIRA	******628	PM 3° SGT	11.07 a 30.07.2027	-	SIM	01 a 10.09.2027
AIRTON RONEI HORN	******899	PM 3° SGT	01.07 a 30.07.2027	-	NÃO	-
ALEX AUGUSTO DE SOUZA	******537	PM 3° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
ALEX SILVINO TOLEDO	******931	PM MAJ	11.02 a 02.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO	******077	PM 3° SGT	03.02 a 12.02.2027	06.10 a 15.10.2027	SIM	04 a 13.01.2027
ALEXANDRE JUNQUEIRA IGNACIO	******307	PM 1° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
ALEXANDRE RAMOS CUELLAR	******905	PM 3° SGT	12.12 a 31.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
ALEXSANDER DE MENEZES SOUZA COUTO	******000	PM TEN CEL	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
ALEXSANDRO FERNANDO DE AZEVEDO	*******873	PM 2° SGT	01.02 a 02.03.2027	-	NÃO	-
ALISSON JOEL DA NOBREGA	******800	PM 3° SGT	11.06 a 30.06.2027	-	SIM	01 a 10.06.2027
ALLAN RODRIGUES DA SILVA	******880	PM 1° TEN	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
AMARILDO BRITO PANTOJA ARNHOLD	******345	PM CAP	11.01 a 20.01.2027	19.07 a 28.07.2027	SIM	01 a 10.01.2027
ANDRE AUGUSTO CAMPOS LOPES	******395	PM 2° SGT	01.01 a 10.01.2027	22.12 a 31.12.2027	SIM	11 a 20.01.2027
ANDREYA DE OLIVEIRA LIMA	******902	PM 1° SGT	02.08 a 21.08.2027	-	SIM	22 a 31.08.2027
ANTONIO MARCOS PAULA PIMENTEL	******946	PM 3° SGT	12.12 a 31.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
ARIONE MORAES PEREIRA	******965	PM CB	11.02 a 02.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
BRUNA MICHELE RAMOS DO CARMO	******941	PM 3° SGT	25.01 a 03.02.2027	29.09 a 08.10.2027	SIM	01 a 10.01.2027
BRUNO RANCONI BEZERRA	******971	PM CEL	21.01 a 30.01.2027	12.07 a 21.07.2027	SIM	02 a 11.07.2027
CARLEILSON LIMA DE MACEDO	******193	PM 3° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
CARLOS LIMA PIMENTEL	******375	PM 3° SGT	11.07 a 30.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
CASSIO DOS SANTOS GAMA	******748	PM 2° SGT	05.01 a 14.01.2027	03.02 a 12.02.2027	SIM	15 a 24.01.2027
CLEMILDO DE SOUZA RIBEIRO	******537	PM 3° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
CRISANTO EUGENIO BRITO PEREIRA	******880	PM SUB TEN	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DANIEL SOUZA SILVA	******628	PM 3° SGT	11.09 a 30.09.2027	-	SIM	01 a 10.09.2027
DAVID RIBEIRO BORGES	******693	PM 3° SGT	11.03 a 30.03.2027	-	SIM	01 a 10.03.2027
DENISSON SEIXAS BARRETO	******855	PM 3° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
DIORGINES ALMEIDA MARTINS	******291	PM CB	11.09 a 30.09.2027	-	SIM	01 a 10.09.2027
DOUGLAS SILVEIRA DA SILVA	******035	PM 3° SGT	11.06 a 30.06.2027	-	SIM	01 a 10.06.2027
EDUARDO SIQUEIRA DA SILVA	******258	PM 1° SGT	01.09 a 20.09.2027	-	SIM	21 a 30.09.2026
ELIETE RIBEIRO DE LIMA	******311	PM 1° SGT	04.01 a 02.02.2027	-	NÃO	-
ERICKSON TYLLER AQUINO DE GOVEIA	******168	PM 3° SGT	11.05 a 30.05.2027	-	SIM	01 a 10.05.2027
ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO	******840	PM 3° SGT	14.01 a 02.02.2027	-	SIM	04 a 13.01.2027
EWERSON MELO PONTES	******996	PM TEN CEL	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
FALBER DE ASSIS BEZERRA DA COSTA	******118	PM CB	13.12.2027 a 01.01.2028	-	SIM	01 a 10.12.2027
FERNANDO ANDRADE NUNES	******125	PM 3° SGT	15.07 a 24.07.2027	15.08 a 24.08.2027	SIM	01 a 10.07.2027
FLAVEMAR SANTOS DE SOUZA	******906	PM 2° SGT	12.07 a 31.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
FRANCISCO FEITOSA DE ALENCAR JUNIOR	******097	PM 2° SGT	21.08 a 30.08.2027	21.09 a 30.09.2027	SIM	01 a 10.08.2027
FRANCISCO JONES LOPES BARBOSA	******145	PM CB	12.07 a 31.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
FRANCISCO UESCLEI LOPES DA SILVEIRA	******818	PM 2° SGT	05.07 a 24.07.2027	-	SIM	25.07 a 03.08.2027
FRANCISLY ARAUJO BRAGA	******820	PM 1° SGT	01.01 a 30.01.2027	-	NÃO	-
FRANCLIN PARADA COELHO	******384	PM 3° SGT	01.01 a 30.01.2027	-	NÃO	-
GEORGIA REIS VERSALLI MOTA	******188	PM 2° SGT	04.01 a 23.01.2027	-	SIM	24.01 a 02.02.2027
GEORJEAN DE ARAUJO OJEDA	******905	PM 1° SGT	12.01 a 31.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
GIDERSON SMITH BARROS FERREIRA	******164	PM CB	04.10 a 02.11.2027	-	NÃO	-
GIL DA SILVA MAIA	******882	PM 1° SGT	12.07 a 31.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
GILSON APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS	******666	PM TEN CEL	14.07 a 23.07.2026	08.12 a 17.12.2026	SIM	01 a 10.01.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

HELDEMACIO LEITE OLIVEIRA	******969	PM SUB TEN	07.01 a 05.02.2027	-	NÃO	-
HUMBERTO JOSE DE SANTANA JUNIOR	******446	PM 3° SGT	04.01 a 02.02.2027	-	NÃO	-
IAGO BECCARIA SANTOS	******451	PM 3° SGT	11.03 a 30.03.2027	-	SIM	01 a 10.03.2027
IBRAIM JUNIOR PINTO DIAS NASCIMENTO	******027	PM CB	11.03 a 30.03.2027	-	SIM	01 a 10.03.2027
IGOR DA SILVA CRUZ	******022	PM 3° SGT	15.01 a 03.02.2027		SIM	05 a 14.01.2027
ISAQUE VIEIRA BRITO ROCHA	******153	PM CB	11.08 a 30.08.2027	-	SIM	01 a 10.08.2027
ISMAEL PEREIRA LIPARI	******276	PM CB	01.05 a 30.05.2027	-	NÃO	-
JEFERSON LEANDRO CORREIA MACHADO	*******975	PM TEN CEL	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
JOANA GOMES DA SILVA	******597	PM 2° SGT	15.02 a 06.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
JOAO AMUNTARIA VICTOR	******753	PM 1° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
JOCIMARA VIEIRA LIMA	******111	PM 1° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
JONER CARVALHO DOS SANTOS	******554	PM 3° SGT	11.10 a 30.10.2027	-	SIM	01 a 10.10.2027
JOSE CARLOS GARCIA DANTAS	******212	PM SUB TEN	12.07 a 31.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
JOSE VANDERLEI DE SOUZA	******843	PM 2° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
JOSILEI DE JESUS SANTANA CHUIKA	*******557	PM 3° SGT	17.03 a 26.03.2027	14.07 a 23.07.2027	SIM	03 a 12.02.2027
LEONIDAS FELIX DE SOUZA	******673	PM 2° SGT	11.04 a 30.04.2027	-	SIM	01 a 10.04.2027
LILIANE CARVALHO SOUSA	******973	PM CB	25.01 a 03.02.2027	18.08 a 27.08.2027	SIM	01 a 10.01.2027
LUCAS SILVA DOS REIS	******453	PM CB	11.04 a 30.04.2027	-	SIM	01 a 10.04.2027
LUCELIA MENDONÇA DE SALES	******613	PM 3° SGT	15.02 a 06.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
LUCIANE RODRIGUES LOPES DOS SANTOS	******719	PM 1° SGT	29.03 a 07.04.2027	14.07 a 23.07.2027	SIM	01 a 10.03.2027
LUCIANO SILVA DE SOUZA	******941	PM 1° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
LUIZ FABIANO SANTOS DOS SANTOS	******315	PM 3° SGT	11.07 a 30.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
LUZIMAR VIEIRA CATELLANE	******611	PM 3° SGT	11.05 a 30.05.2027	-	SIM	01 a 10.05.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

MAISA DOS SANTOS PAVAN	******557	PM 1° SGT	09.03 a 18.03.2027	03.11 a 12.11.2027	SIM	13 a 22.11.2027
MAISSON GONÇALVES TELES	******977	PM CB	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
MARTA SILVA MIRANDA VIEIRA DE OLIVEIRA	******020	PM CB	11.08 a 30.08.2027	-	SIM	01 a 10.08.2027
MAURICIO BORGES DA SILVA	******689	PM 3° SGT	01.08 a 10.08.2027	01.12 a 10.12.2027	SIM	11 a 20.08.2027
MAX WILLY VON RONDOW OLIVEIRA	******399	PM CB	11.05 a 30.05.2027	-	SIM	01 a 10.05.2027
MAYKO FRANKLIN AZEVEDO VERAS	******562	PM 2° SGT	11.05 a 20.05.2027	09.08 a 18.08.2027	NÃO	-
MICHEANGELO PEREIRA DA COSTA	******906	PM 3° SGT	11.01 a 20.01.2027	03.05 a 12.05.2027	SIM	01 a 10.01.2027
MIQUEIAS BATISTA DE JESUS	******764	PM 2° TEN	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
MURIDNEI AUGUSTO NUNES LIMA	******971	PM 3° SGT	11.05 a 30.05.2027	-	SIM	01 a 10.05.2027
NABIL JEOVANY BEZERRA GORAYEB	******134	PM 1° SGT	01.07 a 20.07.2027	-	SIM	21 a 30.07.2027
NANCI NAZARE DO NASCIMENTO	******525	PM 1° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
NILSON CARLOS ANJO DE MELO	******160	PM 1° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
NILTON ETSUO UEDA	******702	PM 3° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
PAULO VITOR DE MELO RIBEIRO	******597	PM 3° SGT	01.08 a 20.08.2027	-	SIM	21 a 30.08.2027
PEDRO SILVA DE SOUZA JUNIOR	******320	PM 2° SGT	11.07 a 30.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
RADILSON REIS DA SILVA	******315	PM 3° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA	******406	PM 3° SGT	20.01 a 29.01.2027	14.07 a 23.07.2027	SIM	01 a 10.01.2027
RAYNER HENRIQUE DO VALE FERRONI	******521	PM CB	11.03 a 30.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
REGINALDO VALLE DE SOUZA	******457	PM 3° SGT	20.01 a 29.01.2027	14.07 a 23.07.2027	SIM	06 a 15.01.2027
RENAN FELINI	******932	PM CB	08.09 a 17.09.2027	03.11 a 12.11.2027	SIM	01 a 10.01.2027
RENER DE OLIVEIRA MICHALSKI	******287	PM 1° SGT	11.03 a 20.03.2027	21.11 a 30.11.2027	SIM	01 a 10.11.2027
RIZALDO FERREIRA DA SILVA	******406	PM 2° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	SIM	01 a 10.12.2027
ROBERTO MIRANDA CAVALCANTE	******562	PM 3° SGT	12.07 a 31.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ROBSON QUEIROZ DE SOUZA	******335	PM 3° SGT	01.01 a 20.01.2027	-	SIM	21 a 30.01.2027
ROGERIO PINTO DA COSTA	******494	PM 3° SGT	11.09 a 30.09.2027	-	SIM	01 a 10.09.2027
RONEGA SANTOS COSTA	******042	PM 3° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
ROSEMAR ANTONIO CECHINEL	******378	PM 3° SGT	11.11 a 30.11.2027	-	SIM	01 a 10.11.2027
ROSILEUDO PEREIRA DE ARAUJO	******299	PM 3° SGT	11.07 a 30.07.2027	-	SIM	01 a 10.07.2027
SANDRO GUSMAO SORIA	******808	PM SUB TEN	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
SCHEILA RIBEIRO MENDONÇA TERRA	******828	PM 3° SGT	01.09 a 30.09.2027	-	NÃO	-
SIDNEY TRINDADE MACEDO	******320	PM 3° SGT	11.02 a 02.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
SUELY OLIVEIRA DA CRUZ REIS	******820	PM 3° SGT	13.09 a 02.10.2027	-	SIM	01 a 10.09.2027
UILIAN EUGÊNIO COSTA	******966	PM 3° SGT	11.02 a 02.03.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
VALCEMIR LIMA NOGUEIRA	******963	PM CB	11.02 a 02.03.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
VALDER MOREIRA MENDONÇA	******887	PM 1° TEN	01.02 a 10.02.2027	01.07 a 10.07.2027	SIM	11 a 20.02.2027
VALDINEI MEDEIROS LIMA	******865	PM 3° SGT	20.01 a 29.01.2027	21.07 a 30.07.2027	SIM	01 a 10.01.2027
VALTER GOMES DE SOUZA	******573	PM 3° SGT	11.08 a 30.08.2027	-	SIM	01 a 10.08.2027
VANDICLEI DA SILVA	******355	PM 3° SGT	05.01 a 03.02.2027	-	NÃO	-
VANESSA PEREIRA ALVES DE OLIVEIRA	******880	PM 3° SGT	05.01 a 14.01.2027	03.11 a 12.11.2027	SIM	15 a 24.01.2027
WELINGTON ALVES QUEIROZ	******284	PM 3° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
WEMERSON DO NASCIMENTO MONTEIRO	******023	PM 2° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
WENDERLIY FERNANDES VASCONCELOS	******942	PM CB	12.07 a 31.07.2027	-	SIM	02 a 11.07.2027

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77189498

Portaria nº 1079 de 30 de setembro de 2026

Homologa a conversão de 1/3 (um terço) das férias de Policiais Militares em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

de 2027, programadas para o ano 2027, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20.12.2017, Seção I, Art. 41;

Considerando que servidor abaixo relacionado solicitou a conversão de 1/3 (um terço) das férias (dez dias) em Abono Pecuniário, referente ao exercício de 2027, programada para o ano de 2027, conforme Requerimento (76042728) do Processo SEI nº 0037.005822/2026-15;

Considerando que as solicitações de alteração de férias poderão ser realizadas por meio de **requerimento**, **em processo apartado**, com antecedência **mínima de 60 (sessenta) dias** do período em que se pretende marcar, e mediante anuência do Chefe Imediato;

Considerando que as férias também poderão ser **suspensas (antes do início do gozo)** ou **interrompidas (quando em fruição)**, desde que preenchidos os requisitos constantes nos arts. 17 e 18, do Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações (77189496).

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, a conversão de 1/3 (um terço) das férias do servidor abaixo relacionado em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2027, programadas para o ano de 2027, nos termos da Lei nº 1.598, de 31 de março de 2006, combinado com o Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações:

SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	ABONO PECUNIARIO	PERÍODO A CONVERTER
IRENO RIBEIRO NETO	******193	MAJ PM	01 a 10.02.2027	05 a 14.07.2027		SIM	01 a 10.01.2027

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77189500

Portaria nº 1080 de 30 de setembro de 2026

Homologa a conversão de 1/3 (um terço) das férias de Bombeiros Militares em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2027, programadas para o ano 2027, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20.12.2017, Seção I, Art. 41;

Considerando que servidor abaixo relacionado solicitou a conversão de 1/3 (um terço) das férias (dez dias) em Abono Pecuniário, referente ao exercício de 2027, programada para o ano de 2026, conforme os Processos SEI nº 0037.005908/2026-30; 0037.005938/2026-46; 0037.005770/2026-79; 0037.005822/2026-15; 0037.005867/2026-81; 0037.005557/2026-67;

Considerando que as solicitações de alteração de férias poderão ser realizadas por meio de **requerimento**, **em processo apartado**, com antecedência **mínima de 60 (sessenta) dias** do período em que se pretende marcar, e mediante anuência do Chefe Imediato;

Considerando que as férias também poderão ser **suspensas (antes do início do gozo)** ou **interrompidas (quando em fruição)**, desde que preenchidos os requisitos constantes nos arts. 17 e 18, do Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações (77189496).

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, a conversão de 1/3 (um terço) das férias do servidor abaixo relacionado em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2027, programadas para o ano de 2027, nos termos da Lei nº 1.598, de 31 de março de 2006, combinado com o Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações:

SERVIDOR	MATRICULA	1° PERÍODO	2º PERÍODO	3° PERÍODO	ABONO	PERÍODO a CONVERTER
ALEX FERNANDES DA SILVA	******670	05.01 a 14.01.2027	01.02 a 10.02.2027	-	SIM	18 a 27.01.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ALINE COSTA DE OLIVEIRA	******812	05.07 a 24.07.2027	-	-	SIM	01 a 10.01.2027
ANDRE LUIZ DA CUNHA UCHAK	******371	11.02 a 02.03.2027	-	-	SIM	01 a 10.02.2027
EDIONE TEIXEIRA CHIANCA	******210	11.12 a 30.12.2027	-	-	SIM	01 a 10.12.2027
ESTEFANE COSTA TAVARES	******006	01.02 a 20.02.2027	-	-	SIM	21.02 a 02.03.2027
LAIS RODRIGUES DOS SANTOS	******951	11.03 a 30.03.2027	-	-	SIM	01 a 10.03.2027
MARCIA KONGESKI BUENO	******347	10.02 a 19.02.2027	03.04 a 12.04.2027	-	SIM	20 a 29.02.2027
MARCIO CAMARA HOLANDA	******220	11.07 a 30.07.2027	-	-	SIM	01 a 10.07.2027
POLIANA VASCONCELOS DE FREITAS	******503	25.01 a 03.02.2026	14.06 a 23.06.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
SUED SANTOS ROCHA DE SOUZA	******555	12.07 a 21.07.2027	03.11 a 12.11.2027	-	SIM	01 a 10.03.2027

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77189502

Portaria nº 1081 de 30 de setembro de 2026

Homologa a conversão de 1/3 (um terço) das férias de Bombeiros Militares em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2026, programadas para o ano 2027, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20.12.2017, Seção I, Art. 41;

Considerando que servidor abaixo relacionado solicitou a conversão de 1/3 (um terço) das férias (dez dias) em Abono Pecuniário, referente ao exercício de 2026, programada para o ano de 2027, conforme os Processos SEI nº 0037.005770/2026-79; 0037.005908/2026-30; 0037.005936/2026-57; 0037.005854/2026-11; 0037.005851/2026-79; 0037.005956/2026-28.

Considerando que as solicitações de alteração de férias poderão ser realizadas por meio de **requerimento**, **em processo apartado**, com antecedência **mínima de 60 (sessenta) dias** do período em que se pretende marcar, e mediante anuência do Chefe Imediato;

Considerando que as férias também poderão ser **suspensas (antes do início do gozo)** ou **interrompidas (quando em fruição)**, desde que preenchidos os requisitos constantes nos arts. 17 e 18, do Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações (77189496).

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, a conversão de 1/3 (um terço) das férias do servidor abaixo relacionado em Abono Pecuniário, referente às férias do exercício de 2026, programadas para o ano de 2027, nos termos da Lei nº 1.598, de 31 de março de 2006, combinado com o Decreto nº 23.273, de 15 de outubro de 2018 e alterações:

SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	1° PERÍODO	2º PERÍODO	3° PERÍODO	ABONO	PERÍODO a CONVERTER
ALISON MARTINS VERAS	******802	BM CB	11.04 a 30.04.2027	-	-	SIM	01 a 10.04.2027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DANIELLE CRISTIAN DE MELO GARRETT DA SILVA	******860	BM SUB TEN	22.03 a 31.03.2027	21.06 a 30.06.2027	-	SIM	01 a 10.02.2027
DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR	******173	BM CB	14.04 a 23.04.2027	08.09 a 17.09.2027	-	SIM	02 a 11.01.2027
EVANDRO ROCHA DE ALBUQUERQUE	******189	BM 2° SGT	11.07 a 30.07.2027	-	-	SIM	01 a 10.07.2027
HUGO RIOS DE LARRAZABAL	******529	BM CEL	01.07 a 20.07.2027	-	-	SIM	11 a 20.01.2027
JANDERSON DE SALES	******519	BM CB	11.06 a 30.06.2027	-	-	SIM	01 a 10.06.2027
JEFERSON MARQUES DE OLIVEIRA	******515	BM 2° TEN	21.01 a 30.01.2027	21.08 a 30.08.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
JOAO CARDOSO DE OLIVEIRA	******890	BM 1° SGT	11.01 a 20.01.2027	21.07 a 30.07.2027	-	SIM	01 a 10.01.2027
JONATAS LUIZ DA SILVA SALES	******286	BM 2° SGT	11.12 a 30.12.2027	-	-	SIM	01 a 10.12.2027
KLAYTON KELVYO ALVES FERNANDES	******196	BM CB	14.07 a 23.07.2027	01.09 a 10.09.2027	-	SIM	13 a 22.09.2027
PAULO ROBERTO MOREIRA GALVAO	******472	BM 2° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	-	SIM	01 a 10.01.2027
RAIMUNDO JUCELIO DA CONCEIÇAO	******438	BM 2° SGT	11.01 a 30.01.2027	-	-	SIM	01 a 10.01.2027
VANIU BARROS CAVALCANTE JÚNIOR	******014	BM 2° TEN	01.07 a 20.07.2027	-	-	SIM	01 a 10.06.2027
WELLITON SOUZA ALVES	******410	BM CB	01.05 a 20.05.2027	-	-	SIM	21 a 30.05.2027

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77189503

Portaria de férias nº 14277 de 01 de outubro de 2026.

O(A) Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 1290 de 10/10/2022,publicada no DOE n.196, de 11/10/2022.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **GABRIEL MELGAR ROCA,** SESDEC - Chefe de Núcleo III - CDS-03 *, matrícula ******218, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, do(s) período(s) de**(03/08/2026 a 12/08/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (08/09/2026 a 17/09/2026) e (11/12/2026 a 20/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(03/08/2026 a 12/08/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (23/11/2026 a 02/12/2026) e (11/12/2026 a 20/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 01/10/2026.

Helio Gomes Ferreira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo DOC65081

Portaria nº 1077 de 30 de setembro de 2026

Altera a Portaria nº 293 de 09 de março de 2026, para atualizar a fundamentação legal e prorrogar o prazo de confecção dos fluxogramas.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, I da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, e, o artigo 18, I do Decreto nº 21.887, de 25 de abril de 2017 e;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da fundamentação legal contida na instrução normativa/portaria original;

CONSIDERANDO a revogação do Decreto Estadual nº 23.277, de 16 de outubro de 2018, e a superveniência do Decreto Estadual nº 31.279, de 23 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre as diretrizes do Sistema Estadual de Controle Interno ;

RESOLVE:

Art. 1º A Ementa e os Considerandos da Portaria nº 293, de 09 de março de 2026, passam a vigorar com a substituição da referência ao Decreto nº 23.277, de 16 de outubro de 2018, pelo Decreto nº 31.279, de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 2º O Art. 10 da Portaria nº 293, de 9 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 10 "A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e unidades subordinadas deverão instituir fluxograma de acordo com esta Portaria no prazo prorrogado de mais 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria, para inclusão destes como anexos, podendo o mesmo ser alterado mediante justificativa devidamente avaliada pelo ordenador de despesas." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ HÉLIO CISNEYROS PACHÁ
Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
Ordenador de Despesas

Protocolo 77188213

POLÍCIA MILITAR - PM

Portaria nº 7519 de 01 de outubro de 2026

Dispõe sobre a Inclusão, Alteração e Exclusão do Plano Anual de Férias da Polícia Militar de Rondônia - PLANAF/2026, referente ao exercício de 2025, e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 63 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de MARÇO de 1982, e bem assim o art. 15 da Resolução nº 166, de 18 de AGOSTO de 2005, que dispõe sobre a concessão e o gozo de férias na Polícia Militar do Estado de Rondônia, e tendo em vista ainda o disposto no inciso XI do art. 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de DEZEMBRO de 2021,

R E S O L V E:

Art. 1º **Incluir no Plano Anual de Férias de 2026** (PLANAF/2026), referente ao **exercício de 2025**, dos policiais militares abaixo nominados, integrantes da ativa da Polícia Militar de Rondônia - PMRO, de acordo com os meses especificados na planilha a seguir:

Ordem	Posto/Graduação	Matrícula	Nome Completo	Mês	Homologada a conversão de 1/3(um terço) das férias em abono pecuniário:
1	3º SGT QPPM	******403	MISLANE SANTIAGO COELHO	OUTUBRO	CONVERTER
2	1º SGT QPPM	******768	SIDNEY RODRIGUES DE LIMA	OUTUBRO	CONVERTER
3	2º TEN QOPM	******689	TIAGO MAIA PICHEK	OUTUBRO	CONVERTER

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4	3º SGT QPPM	******030	DON FABIO RAMON DE MOURA SANTOS	NOVEMBRO	CONVERTER
5	CB QPPM	******460	MAURY MOREIRA MENDES	NOVEMBRO	CONVERTER
6	2º TEN QOPM	******684	RODRIGO AUGUSTO DE SA MENESES CAMPOS	NOVEMBRO	CONVERTER
7	3º SGT QPPM	******524	SILVIO CHAVES GOMES	NOVEMBRO	CONVERTER
8	CB QPPM	******846	TÉRCIO MONTEIRO GUEDES	NOVEMBRO	NÃO CONVERTER
9	CB QPPM	******246	CARLOS CURY TITO	DEZEMBRO	CONVERTER
10	3º SGT QPPM	******188	JADILSON ZARCO DE OLIVEIRA	DEZEMBRO	CONVERTER
11	CB QPPM	*****228	JEAN FERNANDES MOREIRA DE SOUZA	DEZEMBRO	CONVERTER
12	CB QPPM	******256	JOÃO BATISTA COSTA MOURA	DEZEMBRO	CONVERTER
13	2º SGT QPPM	******927	LINCOLN OLIVEIRA SERRATH	DEZEMBRO	CONVERTER
14	CB QPPM	******313	NÉRISSON BARROZO DOS SANTOS	DEZEMBRO	CONVERTER

Art. 2º **Alterar** no Plano Anual de Férias de 2026 (PLANAF/2026), referente ao **exercício de 2025**, **o mês de gozo** de férias, dos policiais militares abaixo relacionados, todos integrantes do efetivo da ativa da Polícia Militar de Rondônia (PMRO), de acordo com o mês especificado e respectivamente associado ao nome dos militares:

Ordem	Posto/Graduação	Matrícula	Nome Completo	Mês	Homologada a conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário:	Opção de conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário
1	TEN CEL QOPM	******661	FELIPE FERNANDES COTA DE ARAÚJO	JULHO	AGOSTO	SIM
2	TEN CEL QOPM	******180	MAGDA MARCIELLE KWIRANT TATAGIBA	NOVEMBRO	SETEMBRO	NÃO
3	1º SGT QPPM	******466	EVALDO DE BRITO RODRIGUES	NOVEMBRO	SETEMBRO	SIM
4	2º SGT QPPM	******926	KLEBES RAMOS GOMES	DEZEMBRO	SETEMBRO	SIM
5	2º SGT QPPM	******759	JOAO FREITAS DA SILVA	AGOSTO	SETEMBRO	SIM
6	3º SGT QPPM	******628	RONALDO DE SOUZA OLIVEIRA FIRMINO	AGOSTO	SETEMBRO	SIM
7	3º SGT QPPM	******688	EUDES CAVALCANTE SIQUEIRA	Fevereiro	SETEMBRO	SIM
8	3º SGT QPPM	******857	UITOLON JARZEN DE FREITAS	NOVEMBRO	SETEMBRO	SIM
9	CB QPPM	******323	EUDES JÚNIOR ARRUDA DA SILVA	DEZEMBRO	SETEMBRO	SIM
10	2º TEN QOPM	******686	LUCAS PAGNONCELLI FERREIRA	JULHO	OUTUBRO	SIM
11	3º SGT QPPM	******911	CASSIO FARIAS BARBOZA	SETEMBRO	OUTUBRO	SIM

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

12	CB QPPM	******208	IVAN RIBEIRO BRITTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NÃO
13	MAJ QOPM	******358	FELIPE SANTOS DAS CHAGAS	Maio	NOVEMBRO	SIM
14	MAJ QOPM	******173	JOÃO BATISTA FRANCELINO DOS SANTOS	DEZEMBRO	NOVEMBRO	SIM
15	2º TEN QOPM	******691	POLIANA GONCALVES DE SOUZA	JULHO	NOVEMBRO	SIM
16	3º SGT QPPM	******800	DAVID SARAIVA DA SILVA	AGOSTO	NOVEMBRO	SIM
17	3º SGT QPPM	******282	JONATAS SANTOS DE LIMA	DEZEMBRO	NOVEMBRO	NÃO
18	CB QPPM	******207	ALINNE COLOMBO DA SILVA	MAIO	NOVEMBRO	SIM
19	CB QPPM	******595	WELITON PIMENTA CANDIDO	FEVEREIRO	NOVEMBRO	SIM
20	TEN CEL QOPM	******315	ADRIANO DE JESUS PAZINATTO	SETEMBRO	DEZEMBRO	SIM
21	CAP QOPM	******431	PAULA POLYANA BRITO	MAIO	DEZEMBRO	SIM
22	1º TEN QOPM	******688	TAÍS MEDEIROS FARIAS GARIBALDI	JULHO	DEZEMBRO	SIM
23	2º TEN QOPM	******625	ALEXANDRE MAXIMILIANO DE MORAIS	JUNHO	DEZEMBRO	SIM
24	1º SGT QPPM	******325	SANDRO ROBERTO LIMA LESSA	MAIO	DEZEMBRO	NÃO
25	3º SGT QPPM	******905	WAGNER SILVA SANTOS	JULHO	DEZEMBRO	SIM
26	3º SGT QPPM	******221	JANSEN NUNES SILVA	SETEMBRO	DEZEMBRO	SIM
27	3º SGT QPPM	******424	PÁBOLA CRISTINE DE ARAÚJO E SILVA	SETEMBRO	DEZEMBRO	SIM
28	CB QPPM	******013	MARCOS PAULO MIRANDA MOREIRA	SETEMBRO	DEZEMBRO	SIM
29	CB QPPM	******486	ALLAN JHEISON BATISTA CAMPOS	OUTUBRO	DEZEMBRO	SIM
30	CB QPPM	******605	SILVANO ALVES MARTINS	SETEMBRO	DEZEMBRO	SIM

Art. 3º **Alterar a opção de conversão de 1/3 (um terço) do mês de férias em abono pecuniário** no Plano Anual de Férias de 2026 (PLANAF/2026), referente ao **exercício de 2025**, dos policiais militares abaixo relacionados, todos integrantes do efetivo da ativa da Polícia Militar de Rondônia, de acordo com a opção especificada e respectivamente associada ao nome de cada militar:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Ordem	Posto/Graduação	Matrícula	Nome Completo	Mês	Homologada a conversão de 1/3(um terço) das férias em abono pecuniário:
1	3º SGT QPPM	******526	JANDRES OLIVEIRA DOS SANTOS	NÃO CONVERTER	CONVERTER
2	CB QPPM	******088	PAULO HENRIQUE GABLER	CONVERTER	NÃO CONVERTER
3	2º SGT QPPM	******380	THAINÁ CARDOSO MONTEIRO SANTOS	NÃO CONVERTER	CONVERTER
4	3º SGT QPPM	******852	TIAGO BESSAS ALVES	NÃO CONVERTER	CONVERTER
5	3º SGT QPPM	******334	EDELSON CARLOS DIAS GUIMARÃES	NÃO CONVERTER	CONVERTER
6	3º SGT QPPM	******190	HÉLISSON PLÁCIDO DE BRITO	CONVERTER	NÃO CONVERTER
7	CB QPPM	******462	ROBSON SEIBERT	NÃO CONVERTER	CONVERTER
8	1º TEN QOPM	******507	ROSILENE CRISTINA MODOLO	NÃO CONVERTER	CONVERTER

Art. 4º **Excluir do Plano Anual de Férias de 2026 (PLANAF/2026)** , da Polícia Militar de Rondônia, referente ao exercício de 2025, o(s)/a(s) Policial(is) militar(es), integrante(s) do efetivo da Polícia Militar de Rondônia da ativa, abaixo relacionados:

Ordem	Posto/Graduação	Matrícula	Nome Completo	Mês
1	3º SGT QPPM	******526	JANDRES OLIVEIRA DOS SANTOS	NÃO CONVERTER

Art. 5º **Determinar** à Coordenadoria de Pessoal da Polícia Militar que dê ciência desta Portaria ao Subcomandante-Geral, Chefe do Estado-Maior Geral, Corregedor-Geral, Coordenadores, Comandantes, Chefes, Diretores e Ajudante-Geral da Corporação, para fins de conhecimento e ampla divulgação, bem como darem fiel cumprimento ao mês de gozo de férias dos policiais militares, conforme consignado nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta Portaria, bem como às determinações contidas no art. 2º da Portaria nº 7997, de 06 de OUTUBRO de 2025 (0065081674), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 191, de 08/10/2025, que "Aprovou o Plano Anual de Férias da Polícia Militar de Rondônia - PLANAF/2026, referente ao exercício de 2025".

Art. 6º **Determinar** à Coordenadoria de Pessoal da Polícia Militar que adote as providências necessárias para fins de inclusão, alteração e exclusão em folha de pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de férias aos militares estaduais, de acordo com o especificado nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta Portaria.

Art. 7º **Determinar** a publicação desta Portaria no Boletim da Polícia Militar e no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO - CORONEL QOPM**
Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77257019

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR IV

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 08/2026-PROAFI

PROCESSO SEI Nº 0021.059774/2026-46

Objeto: **AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 07/10/2026**

O **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar IV**, C.N.P.J nº 22.859.417/0001-47, localizado na Rua Castelo Branco, nº 1523 – Bairro: Nova Brasília CEP: 76.908-340/ Município de Ji-Paraná-RO,doravante Unidade Executora, aderente ao programa **PROAFI**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a **AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO** , referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 07/10/2026**, pelo endereço eletrônico colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Castelo Branco, nº 1523 – Bairro: Nova Brasília CEP: 76.908-340/ Município de Ji-Paraná-RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a **AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov dentro do prazo de **05/10/2026 a 07/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar IV**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

7.5 - O fornecedor deverá apresentar a comissão de recebimento junto a Nota Fiscal o comprovante de recolhimento do ICMS ou Compravante do MEI quando aplicado, para que possamos efetuar o pagamento.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77074209)

Ji-Paraná/RO, 01 de outubro de 2026.

Marlon Eduardo Dias Alves
Presidente da Comissão de Contratações
ÉDERSON NEVES DA SILVA - **CAP QOAPM**
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO

RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA EXAME INTELECTUAL (EI)

I CURSO DE TÉCNICO EXPLOSIVISTA POLICIAL – I CTEP/BOPE/PMRO/2026

A Comissão do Processo Seletivo Interno do **I Curso de Técnico Explosivista Policial – I CTEP/BOPE/PMRO/2026**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e em observância às disposições do **Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB (75508369)**, publicado no DOE n. 172, de 04/09/2026, referente ao Processo SEI nº 0021.037240/2026-69, torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES** dos candidatos ao referido processo seletivo.

O presente resultado decorre da análise individual da documentação encaminhada pelos candidatos no período estabelecido no cronograma do certame, realizada pela Comissão com fundamento nas disposições do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB, no Plano de Ensino do I Curso de Técnico Explosivista Policial – I CTEP/BOPE/PMRO/2026, e nas demais normas aplicáveis ao processo seletivo.

Inscritos para vagas previstas no item 3.1.1 do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB:

ORD	Nº INSCRIÇÃO	CARGO	MATRÍCULA	NOME	INSTITUIÇÃO	RESULTADO	ITEM EDITAL MOTIVADOR
1	202600516	2º TEN QOPM	100094***	VINICIUS MOREIRA GOMES	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
2	202600517	2º TEN QOPM	100095***	WALDINEY BATISTA DOS SANTOS	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8

Inscritos para vagas previstas no item 3.1.2 do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB:

ORD	Nº INSCRIÇÃO	CARGO	MATRÍCULA	NOME	INSTITUIÇÃO	RESULTADO	ITEM EDITAL MOTIVADOR
3	202600504	CB QPPM	100096***	DESQUE FERREIRA DE SOUSA LEMOS	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
4	202600509	CB QPPM	100096***	HUGO CÉSAR TAVARES GONÇALVES	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8

Inscritos para vagas previstas no item 3.1.3 do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB:

ORD	Nº INSCRIÇÃO	CARGO	MATRÍCULA	NOME	INSTITUIÇÃO	RESULTADO	ITEM EDITAL MOTIVADOR
5	202600501	3º SGT QPPM	100094***	JOSÉ ALBINO CRESPO JÚNIOR	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
6	202600503	3º SGT QPPM	100091***	DIEGO ARAÚJO CAVALCANTI	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
7	202600507	CB QPPM	100095***	RAILTON COSTA PEIXOTO	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
8	202600510	CB QPPM	100096***	LÚCIO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
9	202600511	CB QPPM	100096***	PAULO VITHOR NASCIMENTO COSTA	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
10	202600512	CB QPPM	100096***	JORGENILSON DORADO ORTIZ	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
11	202600514	3º SGT QPPM	100091***	CELSO PEREIRA DOMINGUES	PMRO	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
12	202600518	2º SGT QPPM	100090***	ANDERSON AISLAN DOS SANTOS DE ANDRADE	PMRO	**INDEFERIDO**	5 1.1.5 c/c 3.1.3

Inscritos para vagas previstas no item 3.1.4 do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB:

ORD	Nº INSCRIÇÃO	CARGO	MATRÍCULA	NOME	INSTITUIÇÃO	RESULTADO	ITEM EDITAL MOTIVADOR
13	202600505	CB QPPM	21694***	FERNANDO DOS SANTOS REIS	PMAM	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
14	202600506	SD QPPM	22860***	ESTEVAO ELOI DOS SANTOS FILHO	PMAM	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
15	202600508	ASP OF PM	3503***	VICTOR GUJANSKI MARCELINO	PMES	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
16	202600513	SD QPPM	0160753***	BRENNO MATHEUS GARRIDO DOS SANTOS	PMRR	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8
17	202600515	2º SGT QPPM	21649***	HELINGTON SILVANO CAMPOS SAMPAIO	PMAM	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8

Inscritos para vagas previstas no item 3.1.5 do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB:

ORD	Nº INSCRIÇÃO	CARGO	MATRÍCULA	NOME	INSTITUIÇÃO	RESULTADO	ITEM EDITAL MOTIVADOR
18	202600502	AGENTE PRF	3313***	TARCÍSIO RODRIGUES DE FRANÇA	GRR PRF	**DEFERIDO**	5.1 e 6.8

Certifica-se que, transcorrido o prazo recursal previsto no cronograma do Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB, **não foram apresentados recursos contra o resultado preliminar das inscrições do I Curso de Técnico Explosivista Policial – I CTEP BOPE/PMRO**, razão pela qual permanece inalterado o resultado preliminar divulgado, para fins de prosseguimento das demais etapas do certame.

CONVOCAÇÃO (EI)

Os candidatos acima COM INSCRIÇÃO DEFERIDA, exceto das coirmãs, ficam convocados a comparecer para cumprimento da próxima fase, Exame Intelectual (EI), no dia **07 de outubro de 2026, às 08h00,** no Centro de Ensino da Policia Militar do Estado de Rondônia. OBS: **CHEGAR 30 MINUTOS ANTES. Após o horário previsto é vedada a entrada do candidato ao local de provas. OBEDECER O HORÁRIO OFICIAL RONDÔNIA**

Fechameto da Porta da Sala (portão): 08h00;

Horário de início das Provas: 08h15;

Término das Provas: 12h15;

Uniforme: 10º A (sem cinto de guarnição e desarmado);

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

MARCUS VINICIUS FARIAS LIMA **- MAJ PM**
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO I CTEP
SÉRGIO GONÇALVES DA COSTA - **1º SGT QPPM**
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO I CTEP
WILLIAN PINHEIRO SANTIAGO JUNIOR - **2º SGT QPPM**
MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO I CTEP

BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
"Coronel PM Amoan Itaí Garrett da Silva"
Av. Jatuarana, 5540 – Bairro Cohab - CEP 76.807-526 - Porto Velho-RO
Email: bope@pm.ro.gov.br - Telefone: (69) 3227-0566

Protocolo 77265024

Portaria nº 7454 de 29 de setembro de 2026

Dispõe sobre designação de policiais militares para o exercício das funções de Fiscal, Fiscal Substituto e, ainda, a respeito de composição de Comissões de Recebimento no Processo 0021.042715/2026-39, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, visando atender as necessidades da Polícia Militar do Estado de Rondônia - PM/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por meio da Portaria nº 1136 de 6 de fevereiro de 2025 (0061846908), que trata sobre expressa delegação de atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar, relacionadas a atos de gestão da Unidade Gestora (UG) 150005;

Considerando o estabelecido nos artigos 10 e 49 da Lei Estadual nº 4.302, de 25 de junho de 2018 e, igualmente, no inciso X do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021,

Considerando a imperativa necessidade de gestão e fiscalização de contratos celebrados entre a Polícia Militar de Rondônia e terceiros contratados, para o atendimento das necessidades institucionais;

Considerando que o exercício do controle interno deve ser desconcentrado e extensivo a todos que atuam no processo de geração de despesa pública;

Considerando ainda que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que anotará as ocorrências relacionada com a execução dos contratos em registro próprio, nos autos do processo SEI, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados em sua esfera de competência, conforme preconiza o regramento constante do Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à execução de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como Gestor de Contrato e Gestor de Contrato Substituto, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado:

Posto/Graduação/RE/Nome completo	**Função**
Major QOPM ******426 **LÚCIO** COLARES **BRAGA**	Gestor do Contrato
1º Tenente QOAPM ******062 JEFFERSON **EMANOEL** CASSIANO SILVA	Gestor do Contrato Substituto

Art. 2º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como FISCAIS DO CONTRATO, Titular e Substituto, em obediência ao artigo 117 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas. Caberá, ainda, aos servidores designados proceder ao RECEBIMENTO PROVISÓRIO do objeto de que trata o presente processo, em obediência ao artigo 140, II, "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decorrido do prazo de observação, ou a vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado,

Graduação/RE/Nome Completo	**Função**
2º Tenente QOAPM ******492 GILDEVAN DIAS **NÓBREGA**	Fiscal do Contrato
2º Sargento QPPM ******812 **CLEBSON** PEREIRA CRUZ	Fiscal Substituto do Contrato

Art. 3º Compete ao Fiscal do Contrato zelar pela correta execução contratual, exercendo as atividades de orientação, fiscalização, recebimento provisório e controle das obrigações pactuadas nos instrumentos, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. No impedimento ou diante da impossibilidade do Fiscal do Contrato atuar, o Fiscal Substituto assumirá as atribuições.

Art. 4º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto de que trata o presente processo, em obediência artigo 140, ll, "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decorrido do prazo de observação, ou a vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado,

Graduação/RE/Nome Completo	**Função**
3º Sargento QPPM Matrícula ******077 WALACE DE JESUS CORDEIRO **MAIA**	Presidente
3º Sargento QPPM Matrícula *****111 **FÁBIO ROVE** QUIRINO DE MEDEIROS	Membro
Cabo QPPM Matrícula ******012 RICARDO RODRIGUES **UGÁTTI**	Membro

Parágrafo único. A Comissão de Recebimento Definitivo trabalhará com a totalidade de seus integrantes e caso não seja possível, apresentará justificativa nos próprios autos.

Art. 5º O prazo de duração das designações ora efetivadas será pelo tempo que perdurar a vigência do(s) respectivo(s) contrato(s), podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da autoridade competente.

Art. 6º Os casos omissos e bem assim os esclarecimentos e/ou informações que exigirem legitimidade jurídica para representação, assessoramento e outros atos correlatos, deverão ser objeto de consulta à Procuradoria-Geral do Estado, no que couber.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO RAPHAEL **CAMPOS** DA SILVA - Coronel QOPM
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo 77147714

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 04/2026
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR IV
CONTRATADA: BUENO E CECHIM LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 01.038.432/0001-88
OBJETO: É objeto desta contratação Aquisição de material de manutenção de bens imóveis, ferramentas e materiais elétricos e eletrônicos.
VALOR:R$ 3.719,86 (três mil setecentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 03 (três) MESES
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026
ASSINAM: **EDERSON** NEVES DA SILVA - FRANCISCO DOS SANTOS SILVA

Protocolo 75525808

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA UNIDADE IX - CACOAL, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 488 (ID 76982366), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77226847) e o Resultado da Análise (ID 77293554), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	COCICAL COMÉRCIO DE CIMENTO CACOAL LTDA	DIJUNTOR BIPOLAR 32 AMPERES FIO 6 MM FLEXÍVEL, COR VERMELHO FITA AUTOFUSÃO PARA ALTA TENSÃO ELÉTRICA, 19MM X 5 METROS TORNEIRA ESFERA JARDIM PVC, 1/2 POLEGADA, COR PRETA	R$ 2.162,70
2	M.D.S.S. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI	--	--
3	C. MAGALHÃES LTDA	TORNEIRA COZINHA PAREDE, INOX, ROSCA DE 1/2 PELEGADA, ROTAÇÃO DE 360º PARA FLEXIBILIDADE DE USO	R$ 472,35
Valor Total			R$ 2.635,05

Cacoal/RO, 05 de outubro de 2026.

ROSIANA MARIA DA **ROSA** - 1º TEN QOAPM
Presidente do Conselho Escolar
Portaria nº 9112 de 06 de novembro de 2024 (0054506319)

Protocolo 77297929

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2026
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR IV
CONTRATADA: **CERAMICA BELEM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
CNPJ DA CONTRATADA: 05.668.777/0001-42
OBJETO: É objeto desta contratação Aquisição de material de manutenção de bens imóveis, ferramentas e materiais elétricos e eletrônicos.
VALOR: R$ 9.482,24 (nove mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos)**.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

VIGÊNCIA: 03 (três) MESES
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026
ASSINAM: **EDERSON** NEVES DA SILVA - LAERCIO SOARES DE MIRANDA

Protocolo 77070656

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR IV

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 003/2026-PEALE

PROCESSO SEI Nº 0021.060352/2026-13

Objeto: **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **06/10/2026 a 08/10/2026**

O **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar IV**, C.N.P.J nº 22.859.417/0001-47, localizado na Rua Castelo Branco, nº 1523 – Bairro: Nova Brasília CEP: 76.908-340/ Município de Ji-Paraná-RO,doravante Unidade Executora, aderente ao programa **PEALE**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **06/10/2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Castelo Branco, nº 1523 – Bairro: Nova Brasília CEP: 76.908-340/ Município de Ji-Paraná-RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov.br, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov.br dentro do prazo de **06/10/2026 a 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar IV**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PEALE** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77174246)

Ji-Paraná/RO, 05 de Outubro de 2026.

Marlon Eduardo Dias Alves
Presidente da Comissão de Contratações
ÉDERSON NEVES DA SILVA - CAP QOAPM
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 77174248

Portaria nº 7523 de 01 de outubro de 2026

Dispõe sobre a Designação do Subcomandante-Geral da Polícia Militar para exercer interinamente a função de Corregedor-Geral da Polícia Militar de Rondônia, e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XI do art. 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM), aprovado pelo Decreto n.º 26.648, de 17 de dezembro de 2021, concomitante com o art. 30 do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-1-PM), aprovado pelo Decreto n.º 8.134, de 18 de dezembro de 1997,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o **CEL QOPM** ******969 LUÍS CARLOS GONÇALVES DA COSTA **GARIBALDI** para exercer, **interinamente**, função de Corregedor-Geral da Polícia Militar de Rondônia - **CORREGEPOM** (Porto Velho/RO), no período de **5 de outubro a 3 de novembro de 2026**, "***cumulativamente***" com a função que já exerce de Subcomandante-Geral da Polícia Militar de Rondônia, em conformidade com o Parágrafo único do art. 22 do Decreto-Lei nº 09-A, de 9 de março de 1982, concomitante com a alínea "b" do inciso IV do § 1º do art. 5º e art. 30, ambos do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-1-PM), aprovado pelo Decreto nº 8.134, de 1997 e o § 3º do art. 7º do Decreto nº 26.648, de 2021, que aprova o Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 5 de outubro de 2026.

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO - CORONEL QOPM**
Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77265777

AVISO
CONSELHO ESCOLAR COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR - CTPM XI
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 08/2026
PROCESSO SEI Nº 0021.042723/2026-85

Objeto: OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 09/10/2026**

O Conselho Escolar Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM XI, C.N.P.J nº 01.700.027/0001-50 localizado na Rua Nereu Ramos, Nº4581, Bairro Redondo Município de Alta Floresta D'Oeste/RO - CEP 76.954-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa PROAFI Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Outros Materiais de Consumo, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e

Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 09/10/2026**, pelo endereço eletrônico ctpmxifinanceiro@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Nereu Ramos, Nº4581, Bairro Redondo Município de Alta Floresta D'Oeste/RO - CEP 76.954-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Outros Materiais de Consumo**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ctpmxifinanceiro@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ctpmxifinanceiro@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 09/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa PROAFI Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. ID 77280597.

Alta Floresta D'Oeste, 05 de outubro de 2026

Jaqueline Alves da Silva Royer
Presidente da Comissão de Contratação

Ivan Neves Martinelli
Vice-Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Diretor Pedagógico do CTPM XI/AFO
Port. Nº 2138/24/SEDUC-RO

Protocolo 77280815

AVISO
CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA UNIDADE IX - CACOAL
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 511
PROCESSO SEI Nº 0021.047531/2026-07

Objeto: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 07/10/2026.

O CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA UNIDADE IX - CACOAL, C.N.P.J nº 63.790.166/0001-79 localizado na Rua dos Suruís, Nº 3.500, Bairro Teixeirão - Cacoal/RO - CEP 76965-620, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para Aquisição de: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas (Instrumentos Musicais), referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026, pelo endereço eletrônico ctpmixfinanceiro@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua dos Suruís, Nº 3.500, Bairro Teixeirão - Cacoal/RO - CEP 76965-620, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa aAquisição de: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas (Instrumentos Musicais), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar Unidade IX;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ctpmixfinanceiro@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ctpmixfinanceiro@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato “pdf” ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA UNIDADE IX - CACOAL, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Pesquisa de Preços/Proposta					
Proponente:					
CNPJ/CPF:					
Insc. Estadual/Mun.:					
Endereço:					
Cidade/Estado:			CEP:		
Telefone:			E-mail:		
Ordem	Descrição do Item	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
01	AJUSTE E REGULAGEM DOS CAVALETES (VIOLINOS)	UNID.	19		
02	AJUSTE DAS PESTANAS (VIOLINOS)	UNID.	19		
03	AJUSTE E POSICIONAMENTO DAS ALMAS (VIOLINOS)	UNID.	19		
04	LIMPEZA GERAL DOS INSTRUMENTOS, REMOVENDO RESÍDUOS E SUJEIRAS ACUMULADAS (VIOLINOS)	UNID.	19		
05	VERIFICAÇÃO GERAL DOS COMPONENTES ENVOLVIDOS NA REGULAGEM, VISANDO MELHORAR A RESPOSTA, TOCABILIDADE E FUNCIOANMENTO DOS INSTRUMENTOS (VIOLINOS)	UNID.	19		
06	AJUSTE E REGULAGEM DOS CAVALETES (VIOLONCELOS)	UNID.	04		
07	AJUSTE DAS PESTANAS (VIOLONCELOS)	UNID.	04		
08	AJUSTE E POSICIONAMENTO DAS ALMAS (VIOLONCELOS)	UNID.	04		
09	LIMPEZA GERAL DOS INSTRUMENTOS, REMOVENDO RESÍDUOS E SUJEIRAS ACUMULADAS (VIOLONCELOS)	UNID.	04		
10	VERIFICALÇÃO GERAL DOS COMPONENTES ENVOLVIDOS NA REGULAGEM, VISANDO MELHORAR A RESPOSTA, TOCABILIDADE E FUNCIOANMENTO DOS INSTRUMENTOS (VIOLONCELOS)	UNID.	04		
11	REGULAGEM E MANUTENÇÃO PREVENTIVA (VIOLINOS)	UNID.	10		
12	REGULAGEM E MANUTENÇÃO PREVENTIVA (VIOLONCELOS)	UNID.	04		
VALOR TOTAL					

IMPORTANTE

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS

FORMA DE PAGAMENTO: CARTÃO CORPORATIVO FUNÇÃO: ( ) Débito (X) Crédito

PRAZO DE PAGAMENTO: 05 (cinco) dias contados da entrega do material ou realização de serviço e da apresentação das notas fiscais, condicionada a sua aprovação pela UEx.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DIAS GARANTIA:03 meses
DATA DA EMISSÃO: ___/___/_____
Obs: A proponente deverá anexar a este instrumento os seguintes documentos: certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, FGTS, cópia Cadastro CNPJ e de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações do Peale.

ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE

Cacoal/RO, 05 de outubro de 2026.

LANNY MICHELE MARTINS ZAHN
Membro da Comissão de Contratação
ROSIANA MARIA DA **ROSA** - 1º TEN QOAPM
Diretora Geral do CTPM IX
Portaria nº 9112 de 06 de novembro de 2024 (0054506319)

Protocolo 77307902

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM

ERRATA

ERRATA AO EDITAL Nº 16/2026/CBM-CP DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

No Edital nº 16/2026/CBM-CP de 28 de setembro de 2026 que torna público a Convocação para entrega de documentos, assinatura dos contratos e capacitação do cadastro de reserva do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Agentes Temporários Ambientais, do Edital nº 02/2026/CBM-CP, para atuarem no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO):

ONDE SE LÊ:

1. CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS, ASSINATURA DOS CONTRATOS E CAPACITAÇÃO:

OURO PRETO - 2º GBM-2ºSGBM / LOCALIDADE 6			
CANDIDATOS REMANESCENTES CADASTRO DE RESERVA			
ORD	**Número da inscrição**	**Nome**	**Pontos homologados**
1	0126000138	LUCAS MATEUS DA SILVA	60
2	0126001030	MARIA ELCIANE SILVA DAMASCENO	50

ARIQUEMES - 5º GBM-1ºSGBM / LOCALIDADE 14			
CANDIDATOS REMANESCENTES CADASTRO DE RESERVA			
ORD	**Número da inscrição**	**Nome**	**Pontos homologados**
1	0126000362	VANDERLEIA FERREIRA	55

LEIA-SE:

1. CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS, ASSINATURA DOS CONTRATOS E CAPACITAÇÃO:

OURO PRETO - 2º GBM-2ºSGBM / LOCALIDADE 6			
CANDIDATOS REMANESCENTES CADASTRO DE RESERVA			
ORD	**Número da inscrição**	**Nome**	**Pontos homologados**
1	0126001030	MARIA ELCIANE SILVA DAMASCENO	50

ARIQUEMES - 5º GBM-1ºSGBM / LOCALIDADE 14			
CANDIDATOS REMANESCENTES CADASTRO DE RESERVA			
ORD	**Número da inscrição**	**Nome**	**Pontos homologados**
1	0126000288	HYIVILLEN GEOVANA SILVA SANTOS	85

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

2	0126000362	VANDERLEIA FERREIRA	55

2. DO LOCAL PARA APRESENTAÇÃO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO:
- HORÁRIO: DAS 07:30 HORAS ÀS 13:30 HORAS.
- DATA: 30/09/2026 A 06/10/2026.

ENDEREÇO				
ORDEM	**UNIDADE**	**SUBUNIDADE**	**CIDADE**	**Local de Entrega (Quarteis do Corpo de Bombeiros - Unidades Operacionias)**
5	2º GBM	2ºSGBM	Ouro Preto	AV. 15 de NOVEMBRO, 695, UNIÃO PRAÇA DA LIBERDADE # CEP 76.920-000 - Ouro Preto
9	5º GBM	1ºSGBM	Ariquemes	AV. JK, 1459, SETOR II # CEP 76.873-156 - Ariquemes

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

DANIELE **CRISTINA** LIMA FERREIRA - **CEL BM**
Comandante-Geral do CBMRO
Coordenadora-Geral Estadual de Proteção e Defesa Civil

Protocolo 77177246

Portaria nº 1069 de 18 de setembro de 2026

Dispõe sobre Dispensa de Militares da função de motorista no CBMRO.

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 da Lei nº 2204, de 18 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1º DISPENSAR da viatura abaixo, a contar do dia **8 de julho de 2024,** o seguinte Bombeiro Militar:

VIATURA OPERACIONAL	
Prefixo: ABT 019 **Placa:** NCF3132 **Marca:** VOLKSWAGEN CAMINHÃO 15-180 **CHASSI/RENAVAM:** 200667785	
2º SGT BM RE **31-5 ELLENJONHENE SOUSA RODRIGUES	CAT./HABIL.: A/D

Art. 2º DISPENSAR da viatura abaixo, a contar do dia **29 de setembro de 2025,** o seguinte Bombeiro Militar:

VIATURA OPERACIONAL	
Prefixo: UR 125 **Placa:** RPP6C72 **Marca:** RENAULT/MASTER L2 CM **CHASSI/REVANAM:** 1340028317	
SD BMT RE **51-4 JOÃO CARLOS MULTZ	CAT./HABIL.: A/D

Art. 3º Determinar aos setores competentes, adoção das medidas subsequentes e a publicação da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros a partir de 8 **de julho de 2024 para o Art. 1º**, e **a partir de 29 de setembrode 2025 para o Art. 2º.**

Porto Velho, RO, data e hora do sistema.

DANIELE **CRISTINA** LIMA FERREIRA - **CEL BM**
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia
Coordenadora Estadual de Proteção e Defesa Civi

Protocolo 76780547

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PARCIAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90183/2024/SUPEL-RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

A Ordenadora de despesas do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia torna público aos interessados que o Pregão eletrônico nº 90183/2024/SUPEL- RO, cujo objeto é o o Registro de preços para eventual e futura aquisição de Materiais e equipamentos de Proteção contra PRODUTOS PERIGOSOS[...](DETECTOR MULTIGÁS - 7 GASES, COM SENSORES PARA PID, O2, LEL, CO, H2S E NH3, KIT PARA CALIBRAÇÃO, DETECTOR DE RADIAÇÃO NUCLEAR - ALFA/BETA/GAMA/RAIO X, VIATURA AUTO PRODUTOS PERIGOSOS (COM EQUIPAMENTOS), incluindo assistência técnica e reposição de peças), para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Rondônia., referente ao Processo Administrativo n.º**0004.071816/2022-00**, foi **HOMOLOGADO** com base no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme o Termo de Julgamento Item 2 (76859871), em favor da seguintes empresa:

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO	ID
02	Detector Radioatividad	LK TECHNOLOGY COMERCIO E SERVICOS LTDA., CNPJ	18.080.387/0001-07	Homologado	76909750

Publique-se no Diário Oficial do Estado.

Porto Velho–RO, *data e hora da assinatura eletrônica*.

DANIELE **CRISTINA** LIMA FERREIRA **- CEL BM**
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Coordenadora Estadual de Proteção e Defesa Civil
Ordenadora de Despesas

Protocolo 77134286

AVISO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CBMRO, por intermédio do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, torna público aos interessados que realizará contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, no Decreto Estadual nº 28.874/2024, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, nas viaturas Auto Escada Mecânica – AEM, marca Magirus, pertencentes à frota do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia – CBMRO, bem como eventual realização de treinamento operacional para militares, mediante ordem de serviço, caso a Administração entenda necessário.

A contratação será realizada junto à empresa EMP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 22.480.296/0001-28, credenciada com exclusividade para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das viaturas da marca Magirus no Estado de Rondônia, conforme documentação de exclusividade constante nos autos, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação tem por finalidade assegurar a adequada manutenção das viaturas Auto Escada Mecânica – AEM Magirus, equipamentos de elevada complexidade técnica, empregados em ocorrências de combate a incêndios, salvamento, resgate e apoio operacional em edificações elevadas, garantindo a segurança dos militares operadores, da população assistida, a preservação do patrimônio público e a continuidade do serviço público essencial prestado pelo CBMRO.

EMPRESA: EMP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ nº 22.480.296/0001-28, para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, nas viaturas Auto Escada Mecânica – AEM Magirus, bem como eventual realização de treinamento operacional, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, no valor global estimado de R$ 1.933.084,44 (um milhão, novecentos e trinta e três mil, oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 28.874/2024, conforme instrução constante do Processo Administrativo SEI nº 0004.005766/2026-98.

Porto Velho, RO, *data e hora da assinatura eletrônica*.

DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA – CEL BM
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Ordenadora de Despesas

Protocolo 77314192

POLÍCIA CIVIL - PC

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 1052 de 04 de outubro de 2026

A COMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, nomeada por meio da Portaria nº 2357, de 10 de outubro de 2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 29.514, de 26 de setembro de 2024, que acresce dispositivos ao Decreto nº 7.671, de 23 de dezembro de 1996, e revoga o Decreto nº 14.109, de 26 de fevereiro de 2009;

CONSIDERANDO as disposições legais que disciplinam o sistema de promoções no âmbito da Polícia Civil do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de dar publicidade à classificação dos servidores que possuem interstício necessário à promoção, observados os critérios previstos na legislação vigente;

CONSIDERANDO a existência de vagas nas classes da carreira policial civil decorrentes de vacâncias formalmente registradas em atos administrativos publicados no Diário Oficial do Estado - Edição nº 190 de 01/10/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a classificação dos servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia que possuem o interstício necessário à promoção, em razão da abertura de **05 (cinco)** vagas para o cargo de **Agente de Polícia**, decorrentes de vacâncias formalmente registradas por **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 412**, que concedeu aposentadoria a HERALDO DUARTE VIANA FILHO;**ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 418**, a DEISE SGUISSARDI; **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 421**, a ELIZABETI ALVES PEREIRA, **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 425**, a LINDOMAR DE JESUS SANTOS, **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 450**, a CLAUDETE IUNGES.

Art. 2º Tornar pública a classificação dos servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia que possuem o interstício necessário à promoção, em razão da abertura de **01 (uma)** vaga para o cargo de **Datiloscopista Policial**, decorrente de vacância formalmente registrada por **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 413**, que concedeu aposentadoria a ISAQUE JOHNSON CABRAL.

Art. 3º Tornar pública a classificação dos servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia que possuem o interstício necessário à promoção, em razão da abertura de **01 (uma)** vaga para o cargo de **Delegado de Polícia**, decorrente de vacância formalmente registrada pelo **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 460**, que concedeu aposentadoria a LUCILENE PEDROSA DE SOUZA.

Art. 4º Tornar pública a classificação dos servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia que possuem o interstício necessário à promoção, em razão da abertura de **02 (duas)** vagas para o cargo de **Escrivão de Polícia**, decorrentes de vacâncias formalmente registradas pelo **ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 449,** que concedeu aposentadoria a MARIA JOSÉ GONÇALVES PIRES,**ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 463,** a DEANE RODRIGUES DA SILVA.

Art. 5º Os recursos administrativos deverão ser interpostos perante a Comissão Permanente de Promoção, devidamente fundamentados, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, contados da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Durante o prazo recursal, permanecerá disponível para consulta em todas as unidades da Polícia Civil planilha contendo a classificação geral dos servidores, para conhecimento da posição individual e eventual exercício do direito de recurso.

§ 2º Decorrido o prazo recursal sem interposição de recurso, ou após o julgamento definitivo dos recursos apresentados, a classificação tornar-se-á definitiva, não sendo admitida rediscussão administrativa posterior quanto à ordem classificatória.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

ANEXO ÚNICO

AGENTES DE POLICIA - 3ª PARA CLASSE ESPECIAL

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	JOVELINA MAIA DANTAS
2	JAQUELINE SOUZA MAGALHAES
3	EDER JOSE ANDRUCHEVITZ
4	ADAO JOSE DA SILVA
5	FAGNER DELFINO COSMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6	ROBSON KOPP DONATO
7	JOAO VICENTE FIGUEREDO SANTOS SILVA
8	DANIEL OLIVEIRA GUEDES MEMÓRIA
9	GRAZIELLE REGINA FERNANDES ALENCAR BATISTAO
10	ALEXSANDRE RIBEIRO DA SILVA
11	MARCIANA ROSA DE LIMA
12	HELIO QUEIROZ SILVA
13	RODRIGO LAERZIO CRUZ
14	SOLANGE DE OLIVEIRA NASCIMENTO CHUGUTALLI SOLSOL
15	MARCUS VINICIUS LOPES SILVA
16	TIAGO OLIVEIRA MORAES FONTES
17	ISRAEL DOS SANTOS TINE
18	ALINE FERNANDA SANTOS
19	ALDINEIA SANTOS MACIEL
20	UESCLEI OLIVEIRA FALCAO
21	FERNANDA ANDRADE DE MENEZES
22	ADILSON LEGAL PEREIRA
23	ABDIAS SIMÃO DE SOUZA
24	ALLAN DAYVISON DOS SANTOS OLIVEIRA TEIXEIRA
25	ALEXANDRE THOMAZ HARRISON
26	JHONATAM SOARES DA SILVA
27	RAIMUNDO ALCIMAR LOPES DE ASSIS
28	VITOR HUGO CORDEIRO DA COSTA
29	DANIELA CRISTINA CAVERZAN
30	ROMER FRANÇA FERNANDES DA NOBREGA
31	JOSÉ LOUREIRO CURVELO FILHO
32	ANDRE SEBOLD SANTOS
33	GILBERTO DOS SANTOS NOBRE
34	TIAGO FRANÇA SIQUEIRA
35	FABRICIO FERREIRA DE LIMA
36	ALCIDES CAMELO DA SILVA JUNIOR
37	MARCELO MELO PEREIRA
38	XENOFONTE FERROSIL
39	PEDRO FERRAZ DA SILVA NETO
40	JOSE CARLOS DE MEDEIROS
41	CLAUDINE EVANGELISTA DOS SANTOS
42	ALINE RIBEIRO DE ARAUJO FERREIRA
43	CELIO ROBERTO DA SILVA
44	ANDREIA SOUZA PINHEIRO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

45	GEOVANE TRINDADE CAVALCANTE
46	MAYKO SOARES SA SILVA
47	SUELI FERREIRA BEZERRA

DATILOSCOPISTA POLICIAL - 3ª PARA CLASSE ESPECIAL

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	AROLDO OLIVEIRA CAMPOS
2	JEOSANE DA SILVA
3	ELIFILETE BENVINDO
4	ERIVALDO DE ALMEIDA
5	FABIANNE APARECIDA FERREIRA
6	RENATA ROSA DE JESUS
7	VALERIA CARVALHO BARBOSA NUNES NEVES
8	MARCELLE CHAGAS FURTADO CANGUSSU
9	TIAGO SOUZA LEMOS
10	JULIANA FERREIRA
11	BENEDITO GOLUMBA
12	WEVERTON SOARES RIBEIRO
13	DARLEICE SUELEM SILVA FERREIRA
14	ANA PAULA PEIXER MIGUEL DE ANTONIO

DELEGADO DE POLÍCIA - 3ª PARA CLASSE ESPECIAL

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	HÉLIO GOMES FERREIRA
2	KEITY MOTA SOARES
3	ALIRIO AVELINO DA SILVA JUNIOR
4	SWAMI OTTO BARBOZA NETO
5	VITAL SALVINO OTTONI
6	DAVID WISNEY BEZERRA GUEDES
7	DANIEL BRAGA BATISTA
8	ROGERIO ALESSANDRO SILVA
9	GLAUCO DE PAULA SOUZA
10	MARCIA MARIA KRAUSE ROMERO MAIA
11	INGRID DA SILVA BRITO BRANDAO
12	HUDSON FABIANO DA COSTA
13	DANIEL PEREIRA UCHOA

ESCRIVÃO DE POLICIA - 3ª PARA CLASSE ESPECIAL

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	VAUELIDA PINHEIRO FERREIRA
2	NERVANDO GOMES ZANOL JUNIOR
3	CAMILA CAROLINE MENDES KAIL

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4	CARLA PEREIRA LOUBACK CABRAL
5	TAIZE CORDEIRO DE LUCENA
6	ELIZANGELA GALINDO LEITE
7	LORENA AGUIAR DE MIRA
8	REGINA CELIA LOPES
9	RENATA DA COSTA FERREIRA
10	PATRICIA SAMPAIO DE MOURA BRITO
11	ELIZA MARIA CAVALCANTE DA SILVA
12	EMILE JACQSON RAMOS DOS SANTOS
13	MARCELO RODRIGO ZAYAT
14	CIDELIA PEREIRA BATISTA
15	GLEISSON DOS SANTOS ELIAS
16	EDELSON ANESIO DOS SANTOS
17	JOZEILA RODRIGUES DO NASCIMENTO
18	FLAVIO DA SILVA MEDEIROS
19	PAULO HENRIQUE GONÇALVES PEREIRA
20	THIAGO DE CASTRO PEREIRA
21	KELLY CRISTINA DOS SANTOS
22	MIRIAN ROSA PEREIRA VIEIRA
23	GLAUCIA REGINA COSTA SOUZA
24	CRISTINA FERNANDA FERNANDES MELO
25	SAMUEL ARAUJO DA SILVA NETO
26	LUMA BARCELOS FERNANDES
27	JOSE VALTER BEZERRA ALVES
28	EVERSON RODRIGUES DE CASTRO
29	MIRTES LEILA NERY INFANTE
30	THIAGO FERREIRA DA SILVA
31	JOAO CARLOS RAMOS
32	ELVES DOS SANTOS CARDOSO
33	JOAO ALBERTO PEREIRA CENI
34	PAULO VICENTE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR
35	PAMELA CAVALCANTE BARROS

MÁRIO JORGE PINTO SOBRINHO
Delegado de Polícia Civil
Membro de Comissão
JÚLIO CÉSAR RODRIGUES UGALDE
Delegado de Polícia Civil
Membro de Comissão
JOÃO CARLOS RAMOS
Escrivão de Polícia
Membro de Comissão
ANDRIA MENEZES PAIVA MAIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Agente de Polícia
Membro de Comissão
ANDRÉA SIMONE MORAES CORRÊA
Escrivã de Polícia
Membro de Comissão

Protocolo 77286417

ATO Nº 36/2026/PC-NCP
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 0019.022390/2026-17

Interessado: Polícia Civil do Estado de Rondônia – PC/RO.

Objeto: Aquisição de tendas articuladas, visando atender às necessidades da Academia de Polícia Civil do Estado de Rondônia – ACADEPOL.

Fundamento legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – PC/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, inciso VIII, e no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a instrução do processo administrativo em epígrafe, **AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, referente ao **Grupo 01**, composto por **3 (três) unidades de tenda articulada dobrável reforçada, tipo gazebo**, em favor da empresa65.871.999 GUSTAVO LUIZ BRAVIN NEPOMUCENO, inscrita no **CNPJ nº** 65.871.999/0001-90, no valor total de **R$ 1.555,50 (mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)**.

Registra-se que o **Grupo 02 restou fracassado**, razão pela qual a presente autorização contempla exclusivamente o **Grupo 01.**

Declaro, na qualidade de autoridade competente, que o caso concreto se enquadra nas hipóteses e atende aos requisitos previstos no **Parecer Jurídico Referencial nº 1/2024/PGE-GAB**, juntado aos autos, conforme a documentação que instrui o processo.

A razão da escolha do fornecedor, a justificativa de preço e a vantajosidade da contratação encontram-se demonstradas nos autos.

A presente autorização observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, publicidade e do interesse público.

Porto Velho – RO, data da assinatura eletrônica.

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia – PC/RO

Protocolo 77255082

Portaria nº 1029 de 29 de setembro de 2026

PC-GGP

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia e no Art. 23 da Lei Complementar Estadual n. 76 de 27 de abril de 1993;

CONSIDERANDO a Informação nº 343/2026/PC-NPAG (77121500);

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** com base na decisão judicial expedida nos autos do processo nº 7028950-15.2017.8.22.0001 (77120984), bem como Artigo 92**,** Lei Complementar nº 68 de 9.12.92, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado no Núcleo de Extração de Dados de Vilhena/RO, referente ao mês de **AGOSTO/2026.**

NOME	MATRICULA	HORA EXTRA
ALVARO RICARDO DE CHAVES FELBE	******137	48:37
ROZELY COLI COSTA	******569	63:50
VINICIUS BERNARDI NUNES	******784	61:27

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado Geral da Policia Civil

Protocolo 77121530

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 1055 de 05 de outubro de 2026

ACADEPOL/PCRO

A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições conferidas na legislação e nas normas regulamentares em vigor, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 992, de 17 de setembro de 2026, que designa os integrantes da Comissão de Matrícula do 2º Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição da Comissão de Matrícula;

RESOLVE:

Art. 1º - INCLUIR, a contar de 28 de setembro de 2026, a servidora **FERNANDA CARNELOSE**, Agente de Polícia, matrícula ******191, na composição da Comissão de Matrícula do 2º Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II/2026, na função de Membro, de que trata a Portaria nº 992, de 17 de setembro de 2026.

Art. 2º - MANTER inalteradas as demais disposições da Portaria nº 992, de 17 de setembro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 05 de outubro de 2026.

KEITY MOTA SOARES
Delegada de Polícia
Diretora da ACADEPOL/PCRO

Protocolo 77313541

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

Portaria de férias nº 14203 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 28/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CLEIDAIANE LABORDA DA SILVA**, **POLICIAL PENAL**, matrícula ******878, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(11/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65032

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025953/2026-41

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2225/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Walace Lira de Brito e Leila Cristina Kroetz,** bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 17 de setembro de 2026.

Protocolo 76735338

Portaria de férias nº 14204 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ELIAS DA ROCHA,** POLICIAL PENAL, matrícula ******777, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, do(s) período(s) de**(01/10/2026 a 10/10/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (11/10/2026 a 20/10/2026) e (21/10/2026 a 30/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/10/2026 a 10/10/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/12/2026 a 10/12/2026) e (11/12/2026 a 20/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65033

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.023924/2026-44

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2238/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Laurelena Evangelista da Silva e Marcilene Lima da Conceição**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado de Justiça - SEJUS

EBENÉZER MOREIRA BORGES

Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 18 de setembro de 2026.

Protocolo 76796333

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025658/2026-94

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2224/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Breno Nascimento dos Santos, Francisco Ricardino de Jesus e Sebastião Rodrigues Furtado**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS
Porto Velho, 17 de setembro de 2026.
Protocolo 76736959

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025402/2026-87

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2184/2026/SEJUS-CI e Despacho 76760428, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Luciene Michele Alves Gomes, Weliton de Lima Castro e Yara Iraci Almeida Lima,** bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS
Porto Velho, 18 de setembro de 2026.
Protocolo 76798476

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026291/2026-26

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2223/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Thais dos Santos Feitosa, Sirlene Jesus dos Santos e Luis Guilherme Pessoa Martins**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS
Porto Velho, 17 de setembro de 2026.
Protocolo 76740013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.021639/2026-99

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2175/2026/SEJUS-CI e Despacho 76584130, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Mauricio Yujo Lopes, Igor Bruno Leite da Silva, Vagner Ferreira de Andrade, Dilcineia da Silva Cavalcante, Marcelo Bezerra Lopes, Raul Trindade de Oliveira, Janio Alves Freitas, Hadaelson Oliveira de Sousa, Marcos Barroso dos Santos, Daniel Costa Sobreira, Rondinele Felix Oliveira, Linardo Sergio Paulino de Souza, Henrique Francisco Gonçalves Damasceno, Aldian Cunha Souza, Robson Souza dos Santos, James Feitosa Monteiro, Katia Cristina Silva de Lima, Revison Nogueira Carvalho e Charles Eliandro da Silva Souza**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 17 de setembro de 2026.
Protocolo 76745654

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025657/2026-40

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2226/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Edilson Ferreira dos Santos, Renimercio Lopes da Silva, Eduardo Leite Antonio, Elias da Rocha, Jocenir Ferreira de Souza, Genivaldo Batista Reis, Cleyber Dutra Machado, Gisele Aparecida da Silva Fuzo**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 18 de setembro de 2026.
Protocolo 76803296

Portaria de férias nº 14205 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **EVANIA DA SILVA,** ENFERMEIRO, matrícula ******284, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, do(s) período(s) de**(04/11/2026 a 13/11/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(14/12/2026 a 23/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65034

Portaria de férias nº 14206 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

INTERROMPER a contar de 01/07/2026 a 10/07/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **FRANCIMAR LOPES DE ARAUJO**, **POLICIAL PENAL**, matrícula ******877, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/07/2026 a 10/07/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65035

Portaria de férias nº 14207 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 10/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **IZA CELESTI SEVERINO BELLO**, **CEDIDO COM ONUS PARA O ESTADO** , matrícula ******994, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 10/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65036

Portaria de férias nº 14208 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **JOCENIR FERREIRA DE SOUZA,** POLICIAL PENAL, matrícula ******713, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, do(s) período(s) de**(01/10/2026 a 10/10/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (12/10/2026 a 31/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/10/2026 a 10/10/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/12/2026 a 20/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo DOC65037

Portaria de férias nº 14211 de 29 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 17/07/2026 a 26/07/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **VANUSA DINIZ DA SILVA**, **POLICIAL PENAL**, matrícula ******520, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(17/07/2026 a 26/07/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 29/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65038

Portaria de férias nº 14231 de 30 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **REBECA ALEIXO COSTA MOITINHO AMARAL,** GOV - Assessor VI - CDS-06 *, matrícula ******735, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, originalmente marcadas para o**01/07/2026 a 10/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/07/2026 a 10/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **20/01/2027 a 29/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 30/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65039

Portaria nº 4492 de 28 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

RESOLVE:

Art.1º Instituir a comissão de fiscalização de Recebimento de serviço de referente a Aquisição de inscrições para participação no curso de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Pública 0033.028034/2026-29, os servidores abaixo relacionados:

Art. 2º A comissão terá a seguinte composição:

a) Elisvania Fernandes Rocha **-** mat. ******401 - Membro.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

b) Tatiane Rodrigues Lopes, mat.******637 - Membro.

c) Jaqueline Costa Lima, mat. ******741 - Membro.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de publicação.

Art.4º. Registra-se, publica-se, cumpra-se.

EBENÉZER MOREIRA BORGES

Secretário Adjunto de Estado de Justiça

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 77087119

Portaria nº 4561 de 01 de outubro de 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia e pela Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO a realização de manutenção crítica destinada à atualização de segurança e à migração da infraestrutura de sistemas da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, cujas atividades foram executadas no período de 8 a 11 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO que, para assegurar o êxito da operação, a integridade dos bancos de dados e o pronto restabelecimento dos sistemas, sem prejuízo às atividades finalísticas desta Secretaria, foi necessária a atuação intensiva da equipe técnica da Gerência de Tecnologia da Informação – GTI;

CONSIDERANDO que os trabalhos de migração, atualização e testes dos sistemas demandaram atuação extraordinária dos servidores envolvidos, inclusive durante o final de semana;

CONSIDERANDO a dedicação dos servidores na execução das atividades necessárias à manutenção da continuidade e da segurança dos serviços tecnológicos desta Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 1 (UMA) FOLGA COMPENSATÓRIA a cada um dos servidores abaixo relacionados, em razão dos serviços extraordinários prestados durante a manutenção crítica, atualização de segurança e migração da infraestrutura de sistemas da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS:

SEQ.	NOME	SETOR	MATRÍCULA	DIAS DE FOLGA
1	CLEOFAS ARISTOTELES NOGUEIRA	GTI	******963	03/11/2026
2	BRUNO FELIPE DA SILVA	GTI	******615	27/11/2026
3	MARCOS REIS DUTRA	GTI	******001	13/10/2026
4	THEO VICTOR DA SILVA	GTI	******632	19/11/2026

Art. 2º A partir da publicação deste Portaria não serão aceitos novos nomes de servidores, bem como qualquer questionamento de folgas de eventos passados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EBENÉZER MOREIRA BORGES

Secretário de Estado de Justiça Adjunto

Decreto nº 381/2024 (0045138379)

Portaria de Delegação n° 1252/2024 (0047417662)

Protocolo 77259035

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RECURSO FINANCEIRO DO PROGESFI

PROCESSO: 0033.018745/2026-95

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, pelo presente instrumento em conformidade com o que estabelece a Lei nº 3.265/2013, regulamentada pelo Decreto n° 26.433/2021 (0019338252), que trata da concessão de Recursos Financeiro do Programa de Gestão Financeira às Unidades Prisionais/PROGESFI, bem como o Decreto 17.145 de 1º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso a informação, e após análise da Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer 2294 (76971686), **HOMOLOGA** a prestação de contas concernente ao 3º repasse de recursos do PROGESFI de 2026, do(s) beneficiário (s) Diretor Geral: Cleberson Fidelis Martinho**,** Matrícula: XXXXXX050, da **PENITENCIÁRIA REGIONAL DR. AGENOR MARTINS DE CARVALHO**, bem como determina à Gerência

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Administrativa e Financeira, que proceda a baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

Porto Velho, 30 de Setembro 2026.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto

Protocolo 77194714

Portaria nº 4188 de 11 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DO ESTADO DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 68/1992, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, e de acordo com os artigos 42 e 171 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n.º 238 de 20.12.2017, em conformidade com as cláusulas contratuais previstas no art. 1º desta Portaria, com base no art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

RESOLVE:

Art.1º Compor comissão para realizar o recebimento dos serviços de **ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO,** na CASA DE DETENÇÃO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - CDSFG**,** conforme Resposta (76330740), Portaria nº 1067 de 06 de março de 2026 (69860374) e Despacho SEJUS-COINF (70122424), bem como o fiscal do respectivo Contrato de Adesão n.º 001/SEJUS/2026**,** executados pela empresa **SÃO FRANCISCO SANEAMENTO S.A**, CNPJ: 55.815.199/0001-06**.**

Art. 2° - Nomear os **membros** abaixo relacionados para comporem a comissão em comento:

I - JUCELENE VIANA DA SILVA
Matrícula: ******811
II - MOISÉS MORETTI MOLOCY
Matrícula: ******261
III - VALDIR GOMES DE AMORIM
Matrícula: ******899
IV - MARCELO TABORDA COSTA
Matrícula: ******879
V - FERNANDO MARCOS STAFF
Matrícula: ******867
VI - FRANCIS ASSIS SAMPAIO
Matrícula: ******785

Art. 3º - Nomear os servidores abaixo como **Fiscal** e **Suplente** do Contrato supramencionado:

I - JOÃO CARLOS TEODORO
(**Fiscal**) Matrícula: ******837
II - TATIANE RODRIGUES AUGUSTO STAFF
(**Suplente**) Matrícula: ******897

Art. 4º - Nomear os servidores abaixo como **Fiscal Técnico do Contrato** e **Suplente do Fiscal Técnico** supramencionado:

I - MAICON FERREIRA ALFAIA
(**Fiscal Técnico**) Matrícula: ******159
II - ADRIELE CAMPOS DA SILVA
(**Suplente Fiscal Técnico**) Matrícula: ******808

Art. 5º - Nomear os servidores abaixo como **Gestor de Contrato** e **Suplente do Contrato** supramencionado:

I - JHONATAN LEE DE OLIVEIRA
(**Gestor de Contrato)** Matrícula: ******282
II - MARIA DE LOURDES LIRA BRITO
(**Suplente do Contrato**) Matrícula: ******982

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos, a contar de 23 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado da Justiça Adjunto

Protocolo 76535242

Portaria nº 4464 de 25 de setembro de 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Complementar nº 68/1992**, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, e nos termos da **Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2000.**

CONSIDERANDO as definições atribuídas no **art. 2º, inciso V, do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024**, que dispõe:

"V - equipe de planejamento: conjunto de servidores, designados pela autoridade competente do órgão, por função própria do cargo ou por designação, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros."

RESOLVE

Art. 1º – **Designar** os servidores abaixo relacionados para compor a **Equipe de Planejamento da Contratação**, referente à aquisição de inscrições no curso **"**Elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, Repactuação, Reajuste e Julgamento da Exequibilidade nas Contratações**"**, conforme processo n.º 0033.030834/2026-18:

I - **JÉSSICA CAVALCANTE SANTOS SILVA -** MAT. XXX.XXX.217;
II - **NAIRANA DA SILVA COSTA -** MAT. XXX.XXX.289;
III - **NASLIM ANANDA GUZMÁN FEITOSA -** Matrícula XXX.XXX.741;
IV - **MARIA EDUARDA QUEIROZ DE A. DOS SANTOS -** Matrícula XXX.XXX.570.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Porto Velho, data e hora da assinatura.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA
EBENÉZER MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo 77039450

Portaria nº 4399 de 22 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 41 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, em seu Art. 2º, inciso V, que define a equipe de planejamento, e no Art. 10, que delineia tais competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, cabendo à elaboração dos estudos preliminares, mapa de riscos, projetos e anteprojetos, termos de referência, pesquisas de preço e minutas de editais, respeitada a segregação de funções;

RESOLVE

Art**.** 1º**.** Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação referente à aquisição de material de consumo, permanente e serviços, a qual irá atender à Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS.

NOME	MATRÍCULA	SETOR
Célio Luiz de Lima	******748	DGPP
Elivelton Araujo Cunha	******264	DGPP
Luana Cristina Souza Herminio	******584	DAPP
Valéria Marcela Ferro Marques	******307	DAPP
Uendel Reis Lima Azevedo	******971	DAPP
Naslim Ananda Guzman Feitosa	******741	NUCOM
Maria Eduarda Queiroz de Araújo dos Santos	******570	NUCOM
Victor Julio Ramos de Souza	******580	NUCOM

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 2º. Esta portaria revoga a Portaria n.º 1440 de 24 de março de 2026 (70469329).

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado da Justiça

EBENÉZER MOREIRA BORGES

Secretário Adjunto de Estado da Justiça

Decreto nº 381/2024 (0045138379)

Portaria de Delegação nº 1252/2024 (0047417662)

Protocolo 76890064

Portaria de férias nº 13339 de 04 de setembro de 2026.

O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 12 de janeiro de 2024. de 15/01/2024,publicada no DOE n.ed. 9, de 15/01/2024.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **FRANCIMAR LOPES DE ARAUJO,** POLICIAL PENAL, matrícula ******877, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, originalmente marcadas para o**11/02/2025 a 02/03/2025**e que foram interrompidas a contar do dia**27/02/2025 a 02/03/2025,**referente ao exercício de **2025,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **29/09/2026 a 03/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 04/09/2026.

EBENÉZER MOREIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA ADJUNTO

Protocolo DOC65076

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025258/2026-89

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2255/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Aldo de Souza Carvalho, Thiago Ramos Faifer e Claudinei Domingos**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado de Justiça - SEJUS

EBENÉZER MOREIRA BORGES

Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS2

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

Protocolo 76839041

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026062/2026-10

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2254/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Erickson Arlley Araujo de Freitas, Marcos Gilberto**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

de Vasconcelos, Rosembergue Rodrigues de Oliveira e Edina Cristina Farias Titon, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.
Protocolo 76842586

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.021603/2026-13

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2201/2026/SEJUS-CI e Despacho 76808362, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Jose dos Santos Siqueira e Valteir Soares da Silva**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.
Protocolo 76847452

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO:0033.026384/2026-51

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2196/2026/SEJUS-CI e Despacho 76835685, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Ecleilton Eguez Evaristo, Marcio da Silva Justino e Juscelino Rocha,** bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.
Protocolo 76853004

Portaria nº 4571 de 05 de outubro de 2026

A **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS**, no uso de suas atribuições conferidas nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

Considerando a necessidade da Secretaria de aplicar modelos de planejamento estratégico, tático e operacional nas aquisições e contratações com objetivo de aplicar o princípio constitucionalmente expresso da Eficiência e Publicidade, garantindo padrões de excelência e transparência aos atos de gestão dos processos internos de trabalho, assim como disposto no Art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o Art. 12, inciso VII e § 1º da Nova Lei de Licitações - Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021, onde dispõe acerca do Plano Anual de Contratações;

Considerando que o Plano Anual de Contratações visa estabelecer as contratações que serão realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, assessorando a Administração na tomada de decisões e auxiliando no

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

desempenho de uma melhor governança, a fim de proporcionar uma correta aplicação dos recursos públicos atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas;

Considerando a publicação da Portaria nº 4012 de 16 de outubro de 2023 (0042660516), a qual dispõe sobre o Plano de Contratações Anual, que engloba locação, aquisição de bens e contratação de obras, serviços e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da SEJUS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Contratações de Anual de bens, serviços, obras e soluções tecnológicas da informação para o exercício de 2026 conforme dispostos no documento SEI de (ID. 77027656), no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Tabela 1 desta Portaria, sendo dispensada a aprovação específica nos processos de contratação, devendo ser observadas ainda todos os dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça, por meio de unidade designada, realizará o monitoramento, revisão e redimensionamento, visando adequar o PCA ao orçamento aprovado para o exercício de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ebenézer Moreira Borges

Secretário Adjunto de Estado da Justiça - SEJUS

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado da Justiça - SEJUS

Protocolo 77301053

Portaria nº 4558 de 01 de outubro de 2026

Dispõe sobre os procedimentos padronizados para a atuação do Serviço Social em situações de óbito de reeducando ocorridas nas unidades prisionais ou em instituições de interna no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, II, da Constituição Estadual e Lei Complementar no 68/1992, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Código de Ética Profissional e da Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os teores referentes às rotinas e procedimentos padronizados para a atuação do Serviço Social em situações de óbito de reeducando ocorridas nas unidades prisionais.

RESOLVE:

Art. 1° Estabelecer rotinas e procedimentos padronizados para a atuação do Serviço Social em situações de óbito de reeducandos ocorridas nas unidades prisionais ou em instituições de internação, nas quais os custodiados estejam sob cuidados de saúde.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2° O Assistente Social, enquanto integrante da equipe multiprofissional, atua conforme os princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional, Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão.

Parágrafo único. Sua intervenção diante de situações de óbito ocorre de forma articulada com os demais profissionais da instituição, visando assegurar o acolhimento humanizado aos familiares, a garantia de direitos e o cumprimento dos trâmites legais.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES DO ASSISTENTE SOCIAL

Art. 3º Incumbe ao Assistente Social:

I - realizar acolhimento à família enlutada por meio de escuta qualificada, proporcionando suporte emocional inicial, com vistas a minimizar os impactos imediatos da perda e garantir o atendimento humanizado;

II - orientar os familiares quanto aos trâmites legais relacionados ao sepultamento, incluindo providências cartorárias, procedimentos junto ao serviço funerário e demais encaminhamentos necessários;

III - identificar situações de vulnerabilidade social e, quando necessário, realizar o encaminhamento da família para acesso ao benefício eventual, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

IV - prestar orientação técnica sobre a documentação exigida para a solicitação do benefício eventual, assegurando o acesso aos direitos sociais de forma equitativa e desburocratizada;

V - elaborar e encaminhar relatório técnico-informativo ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, subsidiando a análise da situação sociofamiliar para a efetivação do benefício eventual, em conformidade com os princípios da Proteção Social Especial de Média Complexidade;

VI - registrar todas as ações de forma técnica e ética no prontuário do falecido, garantindo sigilo profissional e clareza nas informações.

Art 4° Na ausência de documentos oficiais de identificação do falecido, orientar os familiares a comparecerem à Delegacia de Polícia Civil competente, a fim de realizar o reconhecimento formal do corpo e viabilizar os procedimentos legais necessários para a emissão da documentação de óbito.

Art 5° Na ausência de familiares identificados, o Serviço Social realizará busca ativa por vínculos familiares e/ou responsáveis legais, com o objetivo de viabilizar, com celeridade e dignidade, os trâmites necessários para o sepultamento.

Art 6° Nos casos em que não seja possível localizar familiares e o falecido se encontre sem documentação, cabe ao Assistente Social acionar a Direção da unidade prisional para que providencie a solicitação do armazenamento do corpo em câmara fria, permanecendo sob custódia até a liberação para sepultamento, mediante autorização do setor judiciário competente.

Art 7° O Assistente Social, em caso de óbito de reeducando, prestará orientações aos familiares, articulará encaminhamentos necessários junto aos órgãos competentes, como Instituto Médico Legal - IML, Cartório e Funerária, e registrará as ações realizadas em prontuário ou relatório técnico.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES AO ASSISTENTE SOCIAL

Art 8° É vedado ao assistente social:

I - a comunicação do óbito, sendo de responsabilidade do médico ou da direção da unidade, conforme normas institucionais;

II - o registro do Boletim de Ocorrência em Delegacia de Polícia, sendo de responsabilidade da Direção ou do setor administrativo da unidade, não cabendo ao Assistente Social essa atribuição;

III - acompanhar familiares ao IML, cabendo-lhe apenas orientar quanto aos procedimentos necessários para a liberação do corpo;

IV - a emissão de parecer sobre causa de óbito, sendo este procedimento efetivamente de competência médica, nos termos da Resolução nº 1779/05, do Conselho Federal de Medicina.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 9° A guarda e o controle dos pertences pessoais do reeducando falecido são de responsabilidade do setor administrativo ou da Direção da unidade prisional, não integrando as atribuições do Serviço Social.

Art. 10. Não compete ao Assistente Social estabelecer contato com funerárias para fins de negociação de valores ou procedimentos de sepultamento, visto que essas tratativas são de responsabilidade dos familiares ou do setor administrativo da unidade.

Art. 11. Não compete ao Assistente Social e nem à Secretaria de Estado da Justiça deliberar sobre questões relacionadas à destinação do corpo, tais como cremação, doação de órgãos ou traslado, por se tratarem de atribuições legais de responsabilidade do representante legal.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EBENÉZER MOREIRA BORGES

Secretário de Estado de Justiça Adjunto

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado da Justiça de Rondônia

Protocolo 77254686

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - POLITEC

Portaria nº 165 de 05 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O CORREGEDOR-GERAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem alínea "a" do inciso II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 828, de 15 de julho de 2015, como também a Lei Complementar nº 892, de 19 de julho de 2016, e,

Considerando o Ato Concessório de Aposentadoria nº 414, de 04/09/2026, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 190, de 01/10/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. **DESIGNAR** o servidor Edison Rigoli Gonçalves, Perito Criminal, Classe Especial, Matrícula nº ******562, 2º membro da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 0022.001540/2026-08, em substituição ao membro Marco Antônio Marinho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho/RO, data do sistema eletrônico.

JOÃO DIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Corregedor-Geral

Protocolo 77299130

Portaria nº 167 de 05 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o que restou apurado no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) 0022.001452/2026-06,

RESOLVE:

Art. 1º. ABSOLVER o servidor acusado e ARQUIVAR o referido Processo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho/RO, data do sistema eletrônico.

JOÃO DIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Corregedor-Geral

Protocolo 77312853

Portaria nº 168 de 05 de outubro de 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE GESTÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - CONSUGESPOL, no uso das atribuições legais regimentais

R E S O L V E:

Artigo 1º Recompor a Comissão Permanente de Promoção no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico Científica, na seguinte forma:

Presidente: **ANA JULIA FRAZAO PAIVA**, Perito Criminal, Matrícula ******661;

Suplente: HELVIO DE OLIVEIRA PANTOJA, Perito Criminal, Matrícula ******448;

Membro: **JOÃO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR**, Perito Criminal, Matrícula ******102;

Membro: ANNA EMILIA NORONHA PELOI, Agente de Criminalística, Matrícula ******632.

Artigo 2º Revogar as disposições em contrário.

Artigo 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE GESTÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Protocolo 77320313

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

Notificação nº 2/2026/SESAU-NAPCP

Ao Senhor

Sócio-Administrador da Empresa

PRIME MEDICAL PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - **inscrita no CNPJ sob o nº** 46.344.078/0001-24

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Rua: São Paulo, Nº 1341- Andar 1 -Sala 2 - Bairro: São Caetano do Sul - São Paulo/SP- CEP: 530-211

Assunto: **Processo Administrativo Sancionador SEI nº.** .0036.058744/2025-72

NOTIFICAÇÃO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA, Sra. Eloia Duarte Rodrigues, no uso de suas atribuições legais, vem, através desta, notificar a empresa PRIME MEDICAL PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA -- **inscrita no CNPJ sob o nº** 46.344.078/0001-24 por meio de seu representante legal, para, se desejar, apresentar **Defesa Prévia**, pessoalmente ou através de procurador constituído, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, para apresentação de justificativas e/ou esclarecimentos, bem como a adoção de eventuais providências, sobre os fatos elencados no Memorando nº 30/2025/SESAU-SLOG (67740819, que relatou o seguinte::

Encaminhamos o processo em tela, referente a empresa **PRIME MEDICAL PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 46.344.078/0001-24, para análise** e providências que julgar necessárias, conforme informamos a seguir:

DOS FATOS

A nota de empenho foi enviada via e-mail em 25/08/2025 e a confirmação na mesma data (67740531), todavia, até o momento o fornecedor não procedeu com a entrega TOTAL ou PARCIAL do(s) produto(s), a Comissão de Recebimento e acompanhamento praticou todos os atos a ela cabível em conformidade aos princípios administrativos, garantindo a todo o momento o contraditório e ampla defesa, o qual se comprova com a sequência de notificações abaixo:

1° Notificação (67740559);

2° Notificação (67740597);

3° Aviso (67740661);

DOS FUNDAMENTOS

Não houve cumprimento do prazo conforme o Termo de Referência (67740704).

9.2 - **Do Prazo:**

9.2.1 - A entrega deverá ocorrer conforme solicitação via requisição da Secretaria de Saúde, com definição da quantidade no prazo de **não superior a 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da confirmação de recebimento da Nota de Empenho.**

PEDIDO

Devido ao não cumprimento da empresa em proceder com a entrega dos materiais descritos na nota de empenho **2025NE004397 (67740509)**, segue o pedido para **análise e manifestação quanto sanção administrativa com multa, para a empresa citada,** por descumprimento de contrato quanto ao prazo de entrega, referente ao processo **0036.012193/2025-09,** para atendimento às Unidades de Saúde do Estado de Rondônia, onde a referida empresa não honrou com a entrega dos objetos contratados no prazo do Edital

Para tanto, foi Autorizada id. (67918424), a abertura do **Processo Administrativo Sancionador nº.**0036.058744/2025-72, que visa apurar a ocorrência de suposta infração perpetrada no **Processo Administrativo Nº.**0036.012193/2025-09**,** referente Nota de Empenho: 2025NE004397 (67740509), acerca da aquisição de material médico hospitalar - grupo de apresentação "AVENTAIS", para atender as necessidades das Unidades de Saúde, contempladas nesta Rede Estadual do Sistema SUS, vinculado ao Termo de Referência e seus anexos id. (67740704). A conduta, em tese, configura ilícito administrativo que pode ensejar, ou não, a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo cometimento da infração contida nos art's. 155 da referida norma, bem como em observância aos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Assim, caso haja interesse na apresentação de Defesa Prévia, deverá constar as seguintes informações no documento:

- O número do Processo Administrativo Sancionador nº.
- Endereçamento a Secretária de Estado da Saúde;
- Indicação do Sócio-Administrador da Empresa e/ou preposto;
- Indicação de endereço eletrônico (e-mail oficial) da empresa devidamente atualizado, ou ainda, do preposto devidamente constituído.

Em observância ao princípio da ampla defesa e do contraditório, fica franqueada, desde já, a disponibilização de acesso externo aos usuários: **comercial.primemedical@gmail.com,** ao processo em epígrafe, garantindo que a Empresa possa se manifestar acerca dos atos processuais.

Demais dúvidas e esclarecimentos acerca do presente Processo Administrativo Sancionador poderão ser direcionados ao ***e-mail:*** **napcpsesau@gmail.com**, bem como os demais documentos de Defesa. Caso haja interesse na entrega presencialmente, realizá-la por intermédio do Protocolo Geral da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia na Av. Farquar, 2986 – Pedrinhas, Ed. Rio Machado - Reto 4 - Palácio Rio Madeira, Porto Velho/RO - CEP: 76.820-470.

Através desta, informamos, ainda, que haverá continuidade do presente processo independentemente da apresentação de defesa.

ELOIA DUARTE RODRIGUES
Secretária Executiva de Estado da Saúde de Rondônia
SESAU/RO

Protocolo 67925470

Notificação nº 24/2026/SESAU-NAPCP

Ao Senhor
Sócio-Administrador da Empresa
FLEX MAKER PRODUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, **inscrita no CNPJ/MF sob nº** 10.889.989/0001-90.
Rua: Pedro Mario Garcez Montenegro, SNº , Bairro: Loteamento Montenegro - Município: Camacari/BA
Assunto: **Processo Administrativo Sancionador SEI nº.** 0036.022157/2026-26

NOTIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA SAUDE DE RONDÔNIA, em substituição, Sr. **Emiliano Delgado Neto**, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria nº 3167, de 03 de junho de 2026, vem, por meio da presente, **NOTIFICAR** a empresa **FLEX MAKER PRODUÇÃO E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.889.989/0001-90**, na pessoa de seu representante legal, para que, querendo, apresente **DEFESA PRÉVIA**, pessoalmente ou por intermédio de procurador devidamente constituído, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

A manifestação poderá conter justificativas, esclarecimentos, documentos e demais elementos que entender pertinentes acerca dos fatos narrados no Memorando nº 25/2026/SESAU-SLOG (72573058), os quais, em tese, poderão caracterizar descumprimento de obrigações contratuais e ensejar a apuração de responsabilidade administrativa.

Conforme relatado no Memorando nº 25/2026/SESAU-SLOG (72573058), foram apontadas as seguintes ocorrências:

Encaminhamos o processo em tela, referente a empresa **FLEX MAKER PRODUÇÃO E COMERCIO LTDA - 10.889.989/0001-90,** para analise e providências que julgar necessárias, conforme informamos a seguir:

DOS FATOS

A nota de empenho foi enviada via e-mail em 29/11/2025 e a confirmação em 03/12/2025 (0059966976), todavia, até o presente momento o fornecedor não procedeu com a entrega TOTAL ou PARCIAL do(s) produto(s), a Comissão de Recebimento e acompanhamento praticou todos os atos a ela cabível em conformidade aos princípios administrativos, garantindo a todo o momento o contraditório e ampla defesa, o qual se comprova com a sequência de notificações abaixo:

1° Notificação (72572785);
2° Notificação (72572872);
3° Aviso (72572925);

DOS FUNDAMENTOS

Não houve cumprimento do prazo conforme o Termo de Referência (72572978).

9.2 - **Do Prazo:**

9.2.1 - A entrega deverá ocorrer conforme solicitação via requisição da Secretaria de Saúde com definição da quantidade no prazo de **não superior a 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da confirmação de recebimento da Nota de Empenho.**

PEDIDO

Devido ao não cumprimento da empresa em proceder com a entrega dos materiais descritos na nota de empenho **2025NE007593 (72572585)**, segue o pedido para **análise e manifestação quanto sanção administrativa com multa, para a empresa citada,** por descumprimento de contrato quanto ao prazo de entrega, referente ao processo **0036.052282/2025-80,** para atendimento às Unidades de Saúde do Estado de Rondônia, onde a referida empresa não honrou com a entrega dos objetos contratados no prazo do Edital.

Para tanto, foi Autorizada id.(72807356), a abertura do **Processo Administrativo Sancionador nº.**0036.022157/2026-26, que visa apurar a ocorrência de suposta infração perpetrada no **Processo Administrativo Nº.** 0036.052282/20245-80,**,** referente a **Nota de Empenho: 2025NE007593 (72572585),),** acerca da aquisição de material médico hospitalar - Grupo de Apresentação "Aventais", para atender as necessidades das Unidades de Saúde, contempladas nesta Rede Estadual do Sistema SUS, vinculado ao Termo de Referência id. (72572978). A conduta, em tese, configura ilícito administrativo que pode ensejar, ou não, a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo cometimento da infração contida nos art's. 155 da referida norma, bem como em observância aos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Assim, caso haja interesse na apresentação de Defesa Prévia, deverá constar as seguintes informações no documento:

- O número do Processo Administrativo Sancionador nº.
- Endereçamento a Secretaria de Estado da Saúde de Rondonônia - SESAU;
- Indicação do Sócio-Administrador da Empresa e/ou preposto;
- Indicação de endereço eletrônico (e-mail oficial) da empresa devidamente atualizado, ou ainda, do preposto devidamente constituído.

Em observância ao princípio da ampla defesa e do contraditório, fica franqueada, desde já, a disponibilização de acesso externo aos usuários: l**icitacoes1flexmaker@gmail.com, licitacao@flexmaker.com.br,** ao processo em epígrafe, garantindo que a Empresa possa se manifestar acerca dos atos processuais.

Demais dúvidas e esclarecimentos acerca do presente Processo Administrativo Sancionador poderão ser direcionados ao ***e-mai:*** **napcpsesau@gmail.com**, bem como os demais documentos de Defesa. Caso haja interesse na entrega presencialmente, realizá-la por intermédio do Protocolo Geral da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia na Av. Farquar, 2986 – Pedrinhas, Ed. Rio Machado - Reto 4 - Palácio Rio Madeira, Porto Velho/RO - CEP: 76.820-470.

Através desta, informamos, ainda, que haverá continuidade do presente processo independentemente da apresentação de defesa.

✎**EMILIANO DELGADO NETO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Secretário Executivo de Estado da Saúde de Rondônia
Em substituição, conforme Portaria nº 3.167 de 03 de junho de 2026 id. (73083360)
SESAU/RO

Protocolo 72810487

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 492/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.037677/2026-33

Objeto: Contratação de empresa especializada na realização do exame de Broncoscopia, para atender paciente internado no Hospital Infantil Cosme e Damião, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: R$ 33.500,00 (Trinta e três mil e quinhentos reais).

- assinado eletronicamente

ARI MULLER MOREIRA CHACON

Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO

Responsável pela contratação.

Protocolo 77230641

Portaria nº 5704 de 01 de outubro de 2026

A **SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e ainda, nos termos do Decreto nº 10.851, de 29 de dezembro de 2003, considerando o processo administrativo nº 0049.010950/2026-33,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Raimundo Damião da Rocha Sena, ocupante do cargo de Chefe de transporte da HB-DG, matrícula ******276, CPF n° ***.667.622-**, **Suprimento de Fundos** a Título de Adiantamento no valor R$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme Plano de APLICAÇÃO (76906241), correndo a despesa por conta do orçamento do corrente exercício (2026).

PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	NOTA DE EMPENHO	ELEMENTO DESPESA	VALOR R$
2034	4009	2026NE006233	33.90.30.96	8.000,00
TOTAL (R$)				8.000,00

Art. 2º - O período de Aplicação do Suprimento, será de acordo com as normas mencionada no Decreto nº 10.851, de 29 de dezembro de 2003, bem como Prestação de Contas em seu Art. 11, do Decreto mencionado, devendo o responsável, fazer sua comprovação na forma estabelecida.

Art. 3º - O Serviço de Contabilidade (GC/CGE) efetuará os registros competentes à caracterização de responsabilidade do agente e as conferências da documentação comprobatórias da aplicação dos recursos.

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde

Protocolo 77268176

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 449/2026

PROCESSO Nº 0036.027509/2026-30

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos do art. 75, inc. VIII**,** da Lei Federal nº 14.133/21, torna público a Dispensa de Licitação em razão da **EMERGÊNCIA,** para a Contratação de empresa especializada para prestação integral de Serviços Médicos em Ortopedia e Traumatologia, de Média e Alta Complexidade, incluindo equipe multiprofissional, equipamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), para ser executado de forma contínua, com a finalidade de atender demanda em ortopedia de usuários da saúde pública do

Hospitalar Regional de Cacoal, que atende toda a população da MACRO II de Saúde de Rondônia, para atendimento até a conclusão do processo licitatório SEI nº (0036.060770/2024-80), ou se necessário, pelo período de 12 (doze) meses.

Em favor da empresa:

EMPRESA/CNPJ	LOTE	VALOR
ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE SAÚDE SANTA MARIACNPJ: 31.827.187/0001-25	1	R$ 10.899.223,25
VALOR TOTAL		R$ 10.899.223,25

Conforme Termo de Referência (76430065), Justificativa da Contratação (77057409), Parecer nº 775/2026/PGE-SESAU (77098229), Motivação da Homologação (77216119) e Análise nº 449/2026/SESAU-NAP (77264874). Publique-se.

AUTORIZAÇÃO

Com base nos autos, conforme disposto no Artigo Nº 72, Parágrafo único da Lei Federal Nº14.133/21 e suas alterações, **AUTORIZO** a dispensa de licitação no valor total de R$ 10.899.223,25 (dez milhões, oitocentos e noventa e nove mil duzentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos).

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 77264884

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo SEI nº: 0036.498977/2021-81
Termo de Convênio: nº 253/PGE-2021
Objeto: Aquisição de Equipamento Hospitalar para o Hospital Regional de Ariquemes - RO.
Valor do Repasse: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Concedente: Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO (CNPJ/MF nº 04.287.520/0001-88)
Convenente: Prefeitura Municipal de Ariquemes, através do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ/MF sob nº 07.582.909/0001-44)
Assunto: Termo de Homologação

DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS - NAPC/CPOP/SESAU

Considerando o andamento do Processo SEI nº 0036.498977/2021-81, referente ao Termo de Convênio nº 253/PGE-2021, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ariquemes, através do Fundo Municipal de Saúde e o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informamos que a Prefeitura apresentou a Prestação de Contas de acordo com o art. 150, inciso I, do Decreto Estadual nº 9.997/2002.

A equipe técnica da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Projetos - CPOP/SESAU, através do Núcleo de Acompanhamento de Prestação de Contas - NAPC, realizou a análise da documentação, que incluiu:

- Relatório de Análise da Prestação de Contas 2026/NAPC/CPOP/SESAU (74355665);
- Relatório de Vistoria In Loco NAPC/CPOP/SESAU (69522756);
- Relatório Fotográfico Vistoria In Loco (69645873);
- Informação nº 111/2026/SESAU-NAPC (76806040).

Diante das considerações, submetem-se os autos à Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Projetos - CPOP/SESAU, para análise e homologação da Prestação de Contas do Convênio pelo ordenador de despesas, conforme as normativas vigentes.

OZELI RODRIGUES DA SILVA COSTA
Chefe de Núcleo

DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E PROJETOS - CPOP/SESAU

Em conformidade com o art. 6º, inciso V, do Decreto Estadual nº 9.997/2002 e com base nas considerações apresentadas na Prestação de Contas do Convênio nº 253/PGE-2021, ratificamos o parecer opinativo pela **HOMOLOGAÇÃO** da prestação de contas conforme exposto nos seguintes documentos:

- Relatório de Análise da Prestação de Contas 2026/NAPC/CPOP/SESAU (74355665);
- Relatório de Vistoria In Loco NAPC/CPOP/SESAU (69522756);
- Relatório Fotográfico Vistoria In Loco (69645873);
- Informação nº 111/2026/SESAU-NAPC (76806040);
- Parecer Técnico e Financeiro nº 81/2026/SESAU-NAPC (76928672).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Ante o exposto, considerando as diligências de saneamento acostadas aos autos alusivas às documentações de Prestação de Contas do Termo de Convênio nº 253/PGE-2021, apresentadas pela Prefeitura Municipal de Ariquemes, através do Fundo Municipal de Saúde, esta Coordenadoria - CPOP/SESAU entende que tais documentações comprovam adequadamente a aplicação do recurso na finalidade para a qual foi concedido, bem como no cumprimento de aquisição do objeto conveniado.

Portanto, somos de opinião que a prestação de contas do Convênio nº 253/PGE-2021, ESTÁ REGULAR para aprovação e homologação.

Estas são as considerações do Núcleo de Acompanhamento de Prestação de Contas de Convênios - NAPC/CPOP.

Assim, submetemos este documento ao ordenador de despesas para homologação da Prestação de Contas do Convênio, com base nas normativas aplicáveis.

ILEZIANE DA SILVA PINTO

Coordenadora de Planejamento, Orçamentos e Projetos - CPOP/SESAU

DO ORDENADOR DE DESPESAS

Com base nos procedimentos previstos na Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 6.170/2007, Decreto Estadual nº 26.165/2021 e demais normativas aplicáveis ao Convênio nº **253/PGE-2021**, bem como nos relatórios analisados:

- Relatório de Análise da Prestação de Contas 2026/NAPC/CPOP/SESAU (74355665);
- Relatório de Vistoria In Loco NAPC/CPOP/SESAU (69522756);
- Relatório Fotográfico Vistoria In Loco (69645873);
- Informação nº 111/2026/SESAU-NAPC (76806040);
- Parecer Técnico e Financeiro nº 81/2026/SESAU-NAPC (76928672).

Dessa forma, **APROVO e HOMOLOGO** a Prestação de Contas do Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Ariquemes, através do Fundo Municipal de Saúde e o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva de Estado da Saúde

Protocolo 77030905

Portaria nº 5705 de 02 de outubro de 2026

A Direção Geral do Hospital Regional de Buritis, Dr. Silvano Valério Firmiano, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo n.º 132 do Decreto n.º 9.997, de 03 de julho de 2002.

Considerando a Portaria nº 1968/2018/SESAU-CRH (0034092994), "Art. 14. Aos membros da CIPA Fica assegurado o direitos da compensação de folga de 10 (dez) horas mensais somente para os participantes ativos da CIPA, com comprovação de assinatura registrada em livro ata de reuniões ordinárias e extraordinárias" e Inciso "II - O servidor poderá deixar de comparecer ao trabalho sem prejuízo do salário, em dia estipulado em escala de folga com previa autorização do chefe imediato, para que não haja prejuízo ao andamento dos serviços" e Portaria 3724 (0061476658), Art. 16º. Aos membros da CIPA fica assegurado o direito à compensação de folga de 06 (seis) horas mensais, exclusivamente aos que comprovarem participação efetiva nas reuniões ordinárias e extraordinárias, mediante registro de assinatura em livro de atas..

Considerando a Portaria nº 4427 de 04 de outubro de 2023 (0042370895) (2023-2025) e Portaria 1344 (69910763) (2025-2027) de implantação da CIPA desta Unidade, que define os membros da comissão e as condições para gozo de folgas compensatórias.

RESOLVE:

CONCEDER, as seguintes **Folgas relativas à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA:**

MATRICULA	SERVIDOR	DIAS DE FOLGA	OBSERVAÇÃO
******229	Érickis Faustino Esteves	11, 25 e 28 de Setembro de 2026	Ref. a reunião de Maio, Julho e Agosto de 2026(73308184 75895448 e 76087024)
******027	José dos Santos Lemos	19 de Setembro de 2026	Ref. a reunião deMarço e Abril de 2026 (72290099 e 72311369)

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GLEICIELY AMARAL RODRIGUES TRINDADE

Diretora Geral do Hospital Regional de Buritis

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Decreto 107834/2025 (0062620203)

Protocolo 77277311

Notificação nº 150/2026/SESAU-NCALC

Ao(À) Senhor(a): **LARISSA MATEUS PESSETTI AZZI SANTOS**

Matrícula n.º ******561

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria para que entre em contato pelo número **(69) 99360-3602 (WhatsApp)** ou compareça a esta **COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS/SESAU**, situada no **CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO – PALÁCIO RIO MADEIRA, AVENIDA FARQUAR, Nº 2986, PEDRINHAS, EDIFÍCIO RIO MACHADO, TÉRREO**, no horário das **7h30 às 13h30**, no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de publicação desta notificação, a fim de tratar de assuntos de seu interesse.

Atenciosamente,

WILLIAN COSTA DE FREITAS
Subcoordenador de Gestão de Pessoas
SESAU-CGP

Protocolo 77251432

Portaria nº 5552 de 25 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.041349/2026-31**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o (a) servidor(a) NATALIA GARDENIA DAVANSE PIERONI, matrícula n° ******693**, ocupante da função/cargo de **MÉDICO**, lotado(a) no(a) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 22 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77025977

Portaria nº 5553 de 25 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.041349/2026-31**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "D" o (a) servidor(a) NATALIA GARDENIA DAVANSE PIERONI, matrícula n° ******693**, ocupante da função/cargo de **MÉDICO**, lotado(a) no(a) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 22 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77026122

Portaria nº 5572 de 25 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.042360/2026-19**,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o (a) servidor(a) **WALTER VIRHUEZ PADILLA**, matrícula n° ******106**, ocupante da função/cargo de **MÉDICO**, lotado(a) no(a) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 24 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77047192

Portaria nº 5573 de 25 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.042360/2026-19**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "D" o (a) servidor(a) **WALTER VIRHUEZ PADILLA**, matrícula n° ******106**, ocupante da função/cargo de **MÉDICO**, lotado(a) no(a) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 24 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77047267

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90308/2024
PROCESSO Nº 0036.274454/2021-41

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos do Decreto Estadual n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024 e Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o **Pregão Eletrônico n° 90308/2024**, visando a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços consistente na realização de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização das diversas unidades da SESAU, pelo período de 1 (um) ano.**

Em favor da empresa:

EMPRESA	CNPJ	Lote	VALOR
FG TECNO CENTER SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA	29.811.993/0001-63	6	**R$ 41.899,93**
		VALOR TOTAL	**R$ 41.899,93**

No valor total de **R$** 41.899,93 (quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)**.** Conforme o Termo de Referência (0063259141), Parecer n.º 500/2024/PGE-SESAU (0052154922), Instrumento Convocatório (0064655831), Termo de julgamento (76824196), Motivação da Homologação (76896073) e Análise n.º429/2026/SESAU-NAP (76934932). Publique-se.

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 76934978

Portaria nº 5584 de 28 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0053.003171/2026-12**,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "D" o (a) servidor(a) **MARCELO DE PAULA DA SILVA AVILA**, matrícula n° ******444** ocupante da função/cargo de **ENFERMEIRO / ESPECIALISTA DA SAÚDE**, lotado(a) no(a) CENTRO DE MEDICINA TROPICAL, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 24 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77085749

Portaria nº 5601 de 28 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE**,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do **Processo SEI nº 0050.008192/2026-54**

R E S O L V E:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº **5309** de **11** de **Setembro** de **2026**, publicada no DOE nº **181** de **18** de **Setembro** de **2026**, referente à Promoção Vertical concedida ao(à) servidor(a) MARCELO MENDONÇA DA SILVA**, matrícula** ******191**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77108373

Portaria nº 5611 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.037373/2026-76**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o (a) servidor(a) **HOZANNA HOLANDA BRASIL**, matrícula n° ******140**, ocupante da função/cargo de **MÉDICO**, lotado(a) no(a) SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 14 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77138487

Portaria nº 5615 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.028111/2023-78**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o (a) servidor(a) **ELENICE MORAIS DOS SANTOS**, matrícula n° ******330**, ocupante da função/cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE**, lotado(a) no(a) **HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL**, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 27 de Agosto de 2026.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77146830

Portaria nº 5617 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0050.002683/2026-91**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "D" o (a) servidor(a) **FRANCISCO MATEUS LIMA DA SILVA**, matrícula n° ******108**, ocupante da função/cargo de **ENFERMEIRO / ESPECIALISTA DA SAÚDE**, lotado(a) no(a) PRONTO SOCORRO JOAO PAULO II, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 24 de Março de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77150692

Portaria nº 5618 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.012918/2026-31**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "B" o (a) servidor(a) **TATIANE DE CASTRO BOLETTI**, matrícula n° ******054**, ocupante da função/cargo de **AGENTE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA/TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE**, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE**, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 07 de Maio de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77150845

Portaria nº 5620 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.012918/2026-31**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o (a) servidor(a) **TATIANE DE CASTRO BOLETTI**, matrícula n° ******054**, ocupante da função/cargo de **AGENTE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA/TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE**, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE**, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 07 de Maio de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo 77152373

Portaria nº 5626 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.006277/2026-86**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "B" o (a) servidor(a) ELISÂNGELA SILVA OLIVEIRA, matrícula n° ******393**, ocupante da função/cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA / TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE**, lotado(a) no(a) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 11 de Fevereiro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77160878

Portaria nº 5627 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.042047/2026-81**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "B" o (a) servidor(a) **JUCILENE LIRA CEBALHO**, matrícula n° ******336**, ocupante da função/cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE**, lotado(a) no(a) **HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL**, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 29 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77161049

Portaria nº 5628 de 29 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.042047/2026-81**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o (a) servidor(a) **JUCILENE LIRA CEBALHO**, matrícula n° ******336**, ocupante da função/cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE**, lotado(a) no(a) **HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL**, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 29 de Setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77161209

Portaria nº 5630 de 29 de setembro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025, e o teor do Processo SEI nº 0049.007922/2026-39**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "D" o(a) servidor(a) **Marlede Sa Carvalho Dorta**, matrícula n° ******803**, ocupante da função/cargo de **Enfermeiro / Especialista em Saúde**, lotado(a) no(a) Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 15 de julho de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU-RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77162429

Portaria nº 5588 de 28 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando a Lei nº 5243 de 28 de Dezembro de 2021 com alteração dada pela Lei 6033 de 26 de maio de 2025 e o teor do Processo SEI nº 0036.041776/2026-10**,**

R E S O L V E:

Art. 1º - PROMOVER para CLASSE "C" o(a) servidor(a) **JISLEY MARTINS LEITE**, matrícula n° ******829**, ocupante da função/cargo de **Técnico em Enfermagem / Técnico de Serviços em Saúde**, lotado(a) no(a) **Hospital Regional de Cacoal**, na referência em que estiver, nos termos do art. 26 e Anexo VI, da Lei nº 5.243 de 28 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros **a contar de 21 de setembro de 2026.**

FABIO JULIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde | SESAU RO
Decreto 14/04/2026 DIOF/RO (71165360)

Protocolo 77092479

Portaria de férias nº 14377 de 05 de outubro de 2026.

O(A) GERENTE DE RECURSOS HUMANOS- HICD, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria 6806 (0053648559) de 09/10/2024,publicada no DOE n.192, de 11/10/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 15/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ADRIELLE SAMARA DA SILVA TORRES**, **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, matrícula ******754, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

PATRICIA VIEIRA MARTINS DE MELO
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS- HICD

Protocolo DOC65080

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria de férias nº 14386 de 05 de outubro de 2026.

O(A) O(A) DIRETOR(A) GERAL DO HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 4 DE JULHO DE 2025 de 04/07/2025,publicada no DOE n.124, de 04/07/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 10/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **PATRICIA VIEIRA MARTINS DE MELO**, **TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE**, matrícula ******838, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2025**, marcadas anteriormente no período de **(21/09/2026 a 10/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA

O(A) DIRETOR(A) GERAL DO HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO

Protocolo DOC65082

Portaria nº 5725 de 05 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de dezembro de 2017, considerando o teor do Processo n° 0036.043988/2026-31, Memorando 16 (77318412).

R E S O L V E:

Art. 1º. – RELOTAR, a contar de 05 de outubro de 2026, na Coordenadoria de Conciliação e Mandados Judiciais|SESAU-CCMJ, o (a) servidor (a) **MONICA JUNGES PEREIRA,** matrícula nº:******813,** ocupante do cargo de ESPECIALISTA EM SAÚDE, pertencente ao Quadro efetivo de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotada na na Coordenadoria de Gestão de Produtos Médicos|**SESAU-CGPM**.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde

Protocolo 77318899

Portaria nº 5684 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.036833/2026-49

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77083690);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **01.10.2026 à 29.12.2026**, ao servidor(a) **ILKA VALÉRIA DA SILVA OLIVEIRA** , ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******929**, lotada na SESAU-CREG.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77245047

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 5688 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.042001/2026-61

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (76916969);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **22/09/2026 à 30/09/2026,** ao servidor(a) **ANTONIO AUGUSTO DIOGO TAVARES**, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, matrícula nº ******700**, lotada na SESAU-CREG.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77250005

Portaria nº 5690 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.041342/2026-10

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (76927614);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **01 de outubro de 2026 à 29 de dezembro de 2026**, ao servidor(a) **GEIZIEL MOREIRA CRUZ**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******182**, lotada na SESAU-CREG.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77253523

Portaria nº 5691 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.040532/2026-10

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (76907093);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **01 de outubro de 2026 à 29 de dezembro de 2026**, ao

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

servidor(a) **ALYNNE ALVES DE ASSIS LUTCHENBERG**, ocupante do cargo de **Médico**, matrícula nº ******832**, lotada na SESAU-CREG.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77254693

Portaria nº 5692 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0054.000493/2026-08

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (75745653);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **08/09/2026 à 06/12/2026**, ao servidor(a) **MARLENE MAZARELO VIEIRA DE AZEVEDO RODRIGUEZ**, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº ******739**, lotada no CERO.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77257725

Portaria nº 5659 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0036.042722/2026-71, conforme Requerimento 77061016 e Certidão de Óbito (77061389)

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **ADRIANA OYA FREITAS DIOGO TAVARES**, Matricula nº ******997**, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem e, pertencente ao Quadro de Servidor Efetivo da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, lotado(a) no Hospital infantil Cosme e Damião - HICD, no período de **22.09.2026 à 29.09.2026 ,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77205210

Portaria nº 5660 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0036.042587/2026-64

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **DENIS OLIVEIRA DE ALENCAR**, Matricula nº ******384, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde e,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no SESAU-DITEC, no período de **19.09.2026 à 26.09.2026 ,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77206190

Portaria nº 5663 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0036.038213/2026-44

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **ADELIR BITENCOURT DE RAMOS**, Matricula nº ******512**, ocupante do cargo de Técnico em enfermagem e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no HEURO, no período de **26.08.2026 à 02.09.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77207811

Portaria nº 5674 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0050.008444/2026-45

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **ELADIO BOSCO DORAZIO SOUZA**, Matricula nº ******637**, ocupante do cargo de Médico e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no Hospital e pronto socorro João Paulo II, no período de **14.09.2026 à 21.09.2026 ,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77227076

Portaria nº 5679 de 01 de outubro de 2026

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017,Considerando o Teor do Processo nº 0046.000098/2025-35 e Requerimento (76787400).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 66 (sessenta e seis) dias de folgas, em conformidade com a Lei nº 9.504/97, art. 98, art. 1º da Resolução TSE nº 22.424/2006 e Resolução TSE nº 22.747/2008, a servidora **JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA**, ocupante do cargo de Técnico em laboratório, Matrícula nº******029, lotada no Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia - LACEN, no período que esteve à disposição da Justiça eleitoral nas eleições municipais de 2024, nos períodos citados abaixo.

MÊS/ANO	DIAS
Março/2025	06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19
Abril/2025	04, 07, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 17
Outubro/2025	20, 21, 22, 23, 24, 28
Dezembro/2025	01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12
Janeiro/2026	12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Abril/2026	06, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17
Janeiro/2027	25, 26, 27, 28, 29
Fevereiro/2027	01, 02, 03, 04, 05

Art.2º. Revogar a Portaria nº 7141 de 18 de dezembro de 2025, publicada no DOE nº 241 de 22 de dezembro de 2025.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77234751

Portaria nº 5707 de 05 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.002690/2024-18

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (76209420);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **19 de outubro de 2026 à 16 de janeiro de 2027**, ao servidor(a) **KELLY APARECIDA PEIXOTO**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******502**, lotada na Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde/CREG.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77292803

Portaria nº 5710 de 05 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.032068/2026-98

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (76846193);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **30 de outubro de 2026 à 28 de janeiro de 2027**, ao servidor(a) **LUCAS LEVI GONÇALVES SOBRAL**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******949**, lotada na Coordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde - CREG.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77299465

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 5714 de 05 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.033984/2026-45

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta(75217079);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho**,** destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **10/09/2026 a 08/12/2026**, ao servidor(a) **SIMONE BARROS BENTES,** ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, matrícula nº ******046, lotada na Coordenadoria de Planejamento Orçamento e Projetos/ CPOP.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art.3º - Revogar a Portaria nº 5600 de 28 de setembro de 2026, Diof. nº 189, publicada em 30 de setembro de 2026.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77306557

Portaria nº 5716 de 05 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.032071/2026-10

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (76849154);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **30 de outubro de 2026 à 28 de Janeiro de 2027**, ao servidor(a) **SPENCER VAICIUNAS**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******612**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77307613

HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP

Portaria nº 357 de 01 de outubro de 2026

A DIRETORIA-GERAL DO HOSPITAL DE BASE “DR. ARY PINHEIRO”, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual n.º 9.997, de 3 de julho de 2002, bem como na Lei Federal n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, e considerando as informações constantes do **Despacho SEI nº 77105516**, do **Processo SEI nº 0049.011116/2026-65**,

RESOLVE:

Art. 1º REORGANIZAR e ATUALIZAR a composição do **Serviço de Atenção à Obesidade, Tratamento Clínico e Reparador em Pacientes com Obesidade – Bariátrica**, do Hospital de Base “Dr. Ary Pinheiro”, em substituição à

composição estabelecida pela **Portaria nº 423, de 21 de agosto de 2023**, que passa a ser constituída pelos seguintes profissionais:

Função	Nome	Cargo/Profissão
Coordenador-Geral	Oziel Jardim de Moura Junior	Médico Cirurgião Geral
Membro	Sandro Luis Lopes da Silva	Médico Cirurgião Geral
Membro	Ivan Gregório Ivankovics	Médico Cirurgião Geral
Membro	Ibrahim Massuqueto Andrade Gomes de Souza	Médico Cirurgião Geral
Membro	Kelly Rejane Ramos Silva	Nutricionista – atuação provisória no Programa
Membro	Débora Lemes Bastos de Barros	Médica – Clínica Médica
Membro	Janaina Caldeira Simões da Silva	Psicóloga
Membro	Ana Claudia Costa de Mendonça	Enfermeira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

Direção-Geral do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP/SESAU/RO

Decreto de 27 de abril de 2026

Publicação no DIOF n° 79 de 27.04.2026 (71456260)

Protocolo 77248038

Portaria de férias nº 14337 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 15/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ANDREIA FREITAS BEZERRA**, **MÉDICO**, matrícula ******898, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 15/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES

Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65042

Portaria de férias nº 14338 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARCELO PEREIRA DA SILVA,** MÉDICO, matrícula ******029, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, originalmente marcadas para

o**11/09/2026 a 20/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**11/09/2026 a 20/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **07/01/2027 a 16/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65043

Portaria de férias nº 14339 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARCELO PEREIRA DA SILVA,** MÉDICO, matrícula ******441, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, originalmente marcadas para o**11/09/2026 a 20/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**11/09/2026 a 20/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **07/01/2027 a 16/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65044

Portaria de férias nº 14359 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **GILSON PIMENTA DOS SANTOS**, **ENFERMEIRO**, matrícula ******268, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65064

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria de férias nº 14391 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 14/09/2026 a 23/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ERICA VANESSA ALVES MESQUITA LOUREIRO**, **NUTRICIONISTA**, matrícula ******196, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(14/09/2026 a 23/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65092

Portaria de férias nº 14392 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ERICA VANESSA ALVES MESQUITA LOUREIRO,** NUTRICIONISTA, matrícula ******196, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, originalmente marcadas para o**14/09/2026 a 23/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**14/09/2026 a 23/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **04/01/2027 a 13/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65093

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - HPSJP-II

Portaria de férias nº 14399 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Chefe de Núcleo - Núcleo de Gestão de Pessoas-JPII-NGDP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto 106814/2025 (0061792629) de 02/07/2025,publicada no DOE n.122, de 02/07/2025.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **LIGIA MARIA TON TIUSSI,** MÉDICO, matrícula ******858, pertencente ao quadro de servidores de Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, originalmente marcadas para o**04/10/2026 a 13/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**04/10/2026 a 05/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **14/10/2026 a 15/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

MAGNA APARECIDA BARBOSA

Chefe de Núcleo - Núcleo de Gestão de Pessoas-JPII-NGDP

Protocolo DOC65097

Portaria de férias nº 14400 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Chefe de Núcleo - Núcleo de Gestão de Pessoas-JPII-NGDP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto 106814/2025 (0061792629) de 02/07/2025,publicada no DOE n.122, de 02/07/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 04/10/2026 a 05/10/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **LIGIA MARIA TON TIUSSI**, **MÉDICO**, matrícula ******858, pertencente ao quadro de servidores de Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(04/10/2026 a 13/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

MAGNA APARECIDA BARBOSA

Chefe de Núcleo - Núcleo de Gestão de Pessoas-JPII-NGDP

Protocolo DOC65098

HOSPITAL INFANTIL SÃO COSME E DAMIÃO - HICD

Portaria nº 5672 de 01 de outubro de 2026

A DIRETORA DO HOSPITAL INFANTIL SÃO COSME E DAMIÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar n. 733, de 10 de outubro de 2013, publicada no DOE n. 2317 de 10.10.2013, Subseção I, Art. 67 e Decreto 106787 publicado no DOE 124 de 04/07/2025.

Considerando Processo n° 0036.058143/2025-60, memorando ID (77163247);

R E S O L V E:

Art. 1º. – **DESIGNAR**, o (a) servidor (a) MIRELA MARTINS BARRETO CUNHA,matrícula *******834,** ocupante do cargo de Médico(a), para responder como Médico Autorizador de AIHs, do Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD/SESAU**,** na ausência da Titular **ANGELA MARIA OLIVEIRA DO AMARAL** , matrícula ******138,** que irá usufruir licença prêmio no período de *1°* a *31 de outubro de 2026.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA

Diretora Geral do Hospital Infantil Cosme e Damião

HICD/SESAU/RO

Decreto de 04.07.2025 DIOF/RO (0061906778)

Protocolo 77226331

Portaria nº 5702 de 01 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

A DIRETORA DO HOSPITAL INFANTIL SÃO COSME E DAMIÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar n. 733, de 10 de outubro de 2013, publicada no DOE n. 2317 de 10.10.2013, Subseção I, Art. 67, Decreto de 04.07.2025 DIOF/RO (0061906778);

R E S O L V E:

Art. 1º. – DESIGNAR, o (a) servidor (a) **Elis Regina Nascimento Franca**, Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde matrícula nº ******432**, para responderpelo Núcleo Interno de Regulação - NIR , deste Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD, **a partir desta data, revogam-se as disposições em contrário.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA
Diretora Geral do Hospital Infantil Cosme e Damião
HICD/SESAU/RO

Protocolo 77264681

POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC

Portaria de férias nº 14393 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos da Policlínica Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 37 de 23/05/2025,publicada no DOE n.97, de 26/05/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **KELY ALVES DE FREITAS MARQUES,** TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE, matrícula ******017, pertencente ao quadro de servidores de Policlínica Oswaldo Cruz, do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (24/08/2026 a 02/09/2026) e (13/10/2026 a 22/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (20/10/2026 a 29/10/2026) e (21/12/2026 a 30/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

JOSE WILSON GOMES DA SILVA
Gerente de Recursos Humanos da Policlínica Oswaldo Cruz

Protocolo DOC65094

Portaria de férias nº 14396 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos da Policlínica Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 37 de 23/05/2025,publicada no DOE n.97, de 26/05/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ARTHUR MÁGNO MATOS DA SILVA,** SESAU - Diretor Técnico VIII - CDS-08 *, matrícula ******214, pertencente ao quadro de servidores de Policlínica Oswaldo Cruz, originalmente marcadas para o**09/03/2026 a 18/03/2026 e 08/09/2026 a 17/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**13/03/2026 a 15/03/2026 e 08/09/2026 a 17/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

JOSE WILSON GOMES DA SILVA
Gerente de Recursos Humanos da Policlínica Oswaldo Cruz

Protocolo DOC65095

CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON

Portaria nº 277 de 01 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de outubro de 2025, conforme publicado no DOE edição nº 191, de 08 de Outubro de 2025 (0065145135).

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar as Portarias anteriores.

Art. 2º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionado para responder como Coordenadora de Seção de Radiologia e Imagem do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON (CEMETRON-SRI), sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
DANIELA VIEIRA BRAGA	******381	Técnico em Radiologia

Art. 3º - DESIGNARa servidora abaixo relacionada, para responder em casos de impedimentos e afastamentos, em Substituição à Coordenadora de Seção de Radiologia e Imagem, DANIELA VIEIRA BRAGA, Cargo de Técnico em Radiologia, do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON:

Nome	Matrícula	Cargo
AURYANE LIMA PAIVA	******182	Técnico em Radiologia

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO
Diretora Geral
CEMETRON

Protocolo 77234157

Portaria nº 278 de 05 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de outubro de 2025, conforme publicado no DOE edição nº 191, de 08 de Outubro de 2025 (0065145135).

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar as Portarias anteriores.

Art. 2º - DESIGNAR o servidor abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor **UTI - GERAL** do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON, sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
ELEN PAULA DE OLIVEIRA MELO	******675	ENFERMEIRA

Art. 3º - DESIGNAR o servidor abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor **CURATIVO** do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON, sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
CAREN JULIANA MOURA DE SOUZA	******833	ENFERMEIRA

Art. 4º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor **CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - CME** do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON, sem ônus para o

Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
MIRLA KAROLINE SILVA ALMEIDA	******473	eNFERMEIRA

Art. 5º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor **UTI - INFECTO**, do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON**,** sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
IRIS LAND LEONEL LIMA	******842	eNFERMEIRA

Art. 6º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor de **DILUIÇÃO**, do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON**,** sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
MARIANA MARCELO VERAS	******993	assessora-iii

Art. 7º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor da **CLÍNICA MASCULINA - I**, do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON**,** sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
ADRIANA GUARIENTO DA COSTA APELGREM	******370	eNFERMEIRA

Art. 8º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionada para responder como Coordenadora dos setores**CLÍNICA MASCULINA - II e ISOLAMENTO**, do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON**,** sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
ANDRESSA MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS	******653	ASSESSOR-V

Art. 9º - DESIGNAR a servidora abaixo relacionada para responder como Coordenadora do setor da **CLÍNICA FEMININA e CLÍNICA MASCULINA - III**, do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON**,** sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
TCHUSSIA QUELE RODRIGUES DE LIMA	******668	eNFERMEIRA

Art. 10º - DESIGNAR o servidor abaixo relacionada para responder como Coordenador do setor da **PRONTO ATENDIMENTO e PROCEDIMENTOS** do Centro de Medicina Tropical de Rondônia/CEMETRON**,** sem ônus para o Governo do Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo
WELIGTON VIEIRA DA SILVA	******248	eNFERMEIRO

Art. 11º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO
Diretora Geral
CEMETRON

Protocolo 77314529

LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - LACEN

Portaria de férias nº 14387 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretora Geral, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 24/03/2020,publicada no DOE n.55, de 24/03/2020.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **DENNYLCE CELESTE SANCHEZ PINHEIRO,** TÉCNICO EM LABORATÓRIO, matrícula ******462, pertencente ao quadro de servidores de Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia, do(s) período(s) de**(27/07/2026 a 05/08/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (07/12/2026 a 26/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(27/07/2026 a 05/08/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (14/09/2026 a 03/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

CICILEIA CORREIA DA SILVA
Diretora Geral

Protocolo DOC65083

FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON

Portaria nº 636 de 01 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA**, ANILTO FUNEZ JUNIOR no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 13 de janeiro de 2026, publicado no DOE n° 9 de 14 de janeiro de 2026; e

CONSIDERANDO o Processo SEI nº 0052.003480/2026-01

R E S O L V E:

Art 1º - CONCEDER TRABALHO REMOTO - HOME OFFICE a contar de 01 de Outubro a 30 de Dezembro de 2026, a servidora Walquiria Lima de Almeida, matrícula n º *** *** **144**, cargo Farmacêutico – Bioquímico, nomeada como Gerente de Laboratórios Especializados, no setor FHEMERON/GELABES, lotada na Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON.

ANILTO FUNEZ JUNIOR
Presidente/FHEMERON

Protocolo 77250489

Portaria nº 637 de 05 de outubro de 2026

A VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 19 de setembro de 2025, publicado no DOE ed. n° 180, de 22 de setembro de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder de acordo com o artigo 4° do Decreto n° 27.021, de 4 de abril de 2022, publicado no DOE n° 62, de 04/04/2022, HORAS EXTRAS EM REGIME DE PLANTÃO, ao servidor abaixo relacionado, referente ao mês de **Setembro/2026**. Considerando os documentos inseridos no processo SEI nº 0052.003747/2026-51 .

ORD	NOME	MATRÍCULA	H
1.	Marleide Alves Trindade Rocha	******197	5:42
2.	Renee Maria Queiroz das Chagas	******084	36:45

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LEYRYS CLEYS FINZE SILVA FEDER
Vice-Presidente/FHEMERON

Protocolo 77297117

AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 329 de 01 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações, bem como o Decreto de nomeação de 29 de março de 2023, publicado no DOE, Edição 61, de 31 de março de 2023.

Considerando a Errata 77256040, no Processo n. 0002.003390/2026-05;

RESOLVE:

Art. 1º. **ALTERAR**, em parte, os termos da Portaria nº 304 de 18 de setembro de 2026, publicada no DOE n. 182, de 21/09/2026 que concedeu folga compensatória, em conformidade com a Lei nº 605/1949, art. 67, às servidoras lotadas na AGEVISA-GTVISA, que estiveram em atividade externa nos dias 17 a 19/08/2026, em virtude do evento "VIII Semana de Vigilância Sanitária**",** no município de Ji-Paraná/RO, conforme a seguir:

ONDE SE LÊ:

MATRÍCULA/SIAPE	NOME	DATA DA FOLGA
****142	LUCICLEIA BRASIL DE SOUZA	03/09/2026 e 04/09/2026
****108	LURDELENA FREITAS DA SILVA	14/09/2026 e 18/09/2026

LEIA-SE:

MATRÍCULA/SIAPE	NOME	DATA DA FOLGA
****142	LUCICLEIA BRASIL DE SOUZA	**14/09/2026 e 15/09/2026**
****108	LURDELENA FREITAS **FRANÇA**	14/09/2026 e 18/09/2026

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

DRA. VANESSA EZAKI

Diretora Geral/AGEVISA-RO

Em Substituição | Portaria 315 (77076598)

Protocolo 77257946

Portaria nº 330 de 05 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações, bem como o Decreto de nomeação de 29 de março de 2023, publicado no DOE, Edição 61, de 31 de março de 2023,

Considerando oMemorando 192 (77276848), constante nos autos do Processo n. 0002.004429/2024-31

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, nos períodos de **05/09/2026 a 09/10/2026**, o (a) servidor (a) EMÍLIO THEODORO FILHO, Farmacêutico, matrícula n. ******985, para responder interinamente pela Coordenação do CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS VIGILÂNCIA EM SAÚDE - **CIEVS** desta Agência, cumulativamente com o cargo que já exerce, em substituição ao (à) titular EDUARDO REZENDE HONDA, chefe do núcleo, matrícula ******858, que estará em viagem para participar do encontro de Vigilância Sindrômica de Dados Asssitenciais', **em** em Boa Vista **- RR,** conforme o Processo SEI nº 0002.003578/2026-45.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA

Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77290312

Portaria nº 324 de 29 de setembro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto de 29 de março de 2023, publicado no DOE Edição 61, de 31 de março de 2023.

Considerando o Despacho 77130534, constante nos autos do Processo nº 0002.002138/2026-71,

RESOLVE:

Art. 1º. **DESIGNAR**, no período de **20/10/2026 a 25/10/2026**, o (a) servidor (a) **VANESSA EZAKI**, Diretor Executivo, matrícula n. ******790, para responder interinamente pela **Direção Geral** desta Agência, cumulativamente

com o cargo que já exerce, em substituição ao (à) titular **CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA**, matrícula ******978, que estará em período de viagem a serviço para participar da XXVIII Jornada Nacional de Imunizações SBIm 2026", que será realizada no Rio de Janeiro/RJ, conforme Processo Sei 0002.003340/2026-10.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação**.**

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77135785

EXTRATO

1. Extrato 144: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (id.77105367) - **2. OBJETO:** Aquisição de material gráfico objetivando atender o Núcleo de Doenças de Transmissão Vetorial - NDTV, nas ações de promoção, divulgação e conscientização, contribuindo para o fortalecimento das medidas de vigilância e combate à Dengue e para a melhoria da atuação e eficiência das ações desenvolvidas pela AGEVISA/RO, conforme quantidade, exigências e especificações constantes no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar. - **3. EMPRESA:** HOMEL INDÚSTRIA GRÁFICA E COMÉRCIO DE BRINDES LTDA (Art Visual Confecções e Serigrafia), inscrita no CNPJ n.º 63.750.350/0001-95 - **4. VALOR GLOBAL:** R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) - **5. DESPESA:** Está prevista na **PAS-2026**, conforme Certidão n.º 622 da ASPLAN - Programa Atividade: 2023 - Vigilância em Saúde/PA 2263 - Executar Ações de Vigilância em Saúde/Indicador 46/Ação 46: Supervisão e capacitação; Bolsa CAFIX/FAPERO; 02 Ações (1 Capacitação de vigilância epidemiológica e 1 Reunião técnica com os apoiadores) - **Programa de Trabalho:** 17.034.10.305.2023.2263 - **Fonte de Recurso**: 1.600.0.00001- **Elemento de Despesa:** 33.90.30. - **6.PROCESSO**: 0002.001690/2026-41. Porto Velho, 1º de outubro de 2026.

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor-Geral da AGEVISA

Protocolo 77105421

Portaria nº 332 de 05 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações, bem como o Decreto de nomeação de 29 de março de 2023, publicado no DOE, Edição 61, de 31 de março de 2023,

Considerando o **Requerimento 77240687** e **Certidão Nº 274/2023 - CRE/GAB06ª ZE/6ª ZE (0044466093)**, constante nos autos do Processo n. **0002.071969/2022-69**,

RESOLVE:

Art. 1º. – **CONCEDER 03** (três) dias de folga, em conformidade com a Lei n° 9.504/97, art. 98, art. 1º da Resolução TSE nº 22.424/2006 e Resolução TSE nº 22.747/2008, ao (a) servidor (a) **ANA MARIA DA COSTA,** ocupante do cargo de **Motorista**, Matrícula nº ******113**, lotado (a) na **AGEVISA-NSGT**, que esteve à disposição da Justiça Eleitoral, conforme documentação anexa, ficando assim programadas:

ANO ELEIÇÃO	DOCUMENTO	DIAS DIREITO	QTD. DIAS GOZADOS	PERÍODO E/OU DIAS GOZADO	SALDO
2022	0044466093	30	30	Ano 2026: 30/09, 01 e 05/10/2026.	**00**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, **retroagindo seus efeitos legais a 30.09.2026**.

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77316360

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - IESPRO

RETIFICAÇÃO

A Diretora-Geral do INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA – IESPRO, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO, no âmbito das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 1.248, de 07 de agosto de 2024, considerando o disposto no art. 200 da Constituição

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Federal, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e a necessidade de qualificação da preceptoria nos programas de residência em saúde, torna pública a presente RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 38/2026/IESPRO-COREMU, referente ao item 7 - Critérios de Avaliação, nos seguintes termos:

Onde se lê:

7.2 A classificação dos candidatos será realizada mediante análise curricular, observando-se a pontuação máxima de **10,0 (dez)** pontos. Para o grupo de Titulação Acadêmica, será considerada apenas a maior titulação apresentada pelo candidato **(pontuação não cumulativa).**

Item	Critério de Avaliação	Pontuação Unitária	Limite Máximo	Documento Comprobatório
01	Experiência na Preceptoria: Atuação comprovada em Programas de Residência (Médica ou Multiprofissional)	0,5 ponto por semestre letivo	3,0	Certidão emitida pela COREMU ou Coordenação
02	Doutorado: Título de Doutor na área da Saúde ou Educação	2,5 pontos	2,5	Diploma de Doutorado
03	Mestrado: Título de Mestre na área da Saúde ou Educação	2,0 pontos	2,0	Diploma de Mestrado
04	Residência em Saúde: Certificado de conclusão de Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional ou Uniprofissional)	1,5 ponto	1,5	Certificado de Residência
05	Especialização (Lato Sensu): Certificado de pós-graduação em nível de especialização (mín. 360h)	1,0 ponto	1,0	Certificado de Especialização
06	Formação Pedagógica: Cursos em Metodologias Ativas, Preceptoria, PBE ou Avaliação (mín. 20h)	1,0 ponto por certificado	2,0	Certificado de curso (últimos 05 anos)
07	Tempo de Serviço na Unidade: Exercício de atividade assistencial no cenário de prática onde os residentes atuam	0,5 ponto por ano completo	1,5	Certidão de tempo de serviço / RH
08	Engajamento Institucional: Participação ativa em instâncias técnicas (NEP ou CEP)	0,5 ponto por participação	1,0	Declaração do Núcleo/Comitê
	PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		**10,0**	

Leia-se:

7.2 A classificação dos candidatos será realizada mediante análise curricular, observando-se a pontuação máxima de **14,5 (quatorze virgula cinco)** pontos. Para o grupo de Titulação Acadêmica, será considerada apenas a maior titulação apresentada pelo candidato.

Item	Critério de Avaliação	Pontuação Unitária	Limite Máximo	Documento Comprobatório
01	Experiência na Preceptoria: Atuação comprovada em Programas de Residência (Médica ou Multiprofissional)	0,5 ponto por semestre letivo	3,0	Certidão emitida pela COREMU ou Coordenação
02	Doutorado: Título de Doutor na área da Saúde ou Educação	2,5 pontos	2,5	Diploma de Doutorado
03	Mestrado: Título de Mestre na área da Saúde ou Educação	2,0 pontos	2,0	Diploma de Mestrado
04	Residência em Saúde: Certificado de conclusão de Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional ou Uniprofissional)	1,5 ponto	1,5	Certificado de Residência
05	Especialização (Lato Sensu): Certificado de pós-graduação em nível de especialização (mín. 360h)	1,0 ponto	1,0	Certificado de Especialização
06	Formação Pedagógica: Cursos em Metodologias Ativas, Preceptoria, PBE ou Avaliação (mín. 20h)	1,0 ponto por certificado	2,0	Certificado de curso (últimos 05 anos)
07	Tempo de Serviço na Unidade: Exercício de atividade assistencial no cenário de prática onde os residentes atuam	0,5 ponto por ano completo	1,5	Certidão de tempo de serviço / RH

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

08	Engajamento Institucional: Participação ativa em instâncias técnicas (NEP ou CEP)	0,5 ponto por participação	1,0	Declaração do Núcleo/Comitê
	PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		**14,5**	

MARCELA MILREA ARAÚJO BARROS
Diretora-geral /Iespro

Protocolo 77320129

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 013/2026.
CONTRATANTE: Conselho Escolar Boa União.
CONTRATADA: Big Serviços Integrados Ltda.
CNPJ DA CONTRATADA: CNPJ nº32.835.986/0001-06.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de material de expediente para a EEEM Joaquim de Lima Avelino.
VALOR: R$3.626,35 (três mil seiscentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 365 dias a partir da data da assinatura do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026.
ASSINAM:

Sandro Mauro Guirro
Presidente do CE Boa União
Fernanda Marques Garcia Costa
Representante da Empresa

Protocolo 77142483

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 07/PNAE/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEF Jorge Vicente Salazar dos Santos
CONTRATADA: AGROBOM - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR
CNPJ DA CONTRATADA: 42.040.325/0001-48
OBJETO: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.
VALOR: R$ 6.487,50 (seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta).
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026
ASSINAM: Josiel de Oliveira Lopes e Jonatas de Souza Xavier

Protocolo 77261843

EXTRATO

EXTRATO DA ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES E ACRÉSCIMOS AO ART. 18 DO REGULAMENTO PRÓPRIO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Comunico aos interessados, aos membros do Conselho, à comunidade escolar e sociedade em geral que, em Assembleia Geral realizada em 30 de setembro de 2026, foram aprovadas, por deliberação do Conselho Gestor da Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná, órgão máximo desta entidade, as alterações e acréscimos de dispositivos do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, conforme registrado em ata.

As referidas alterações passam a vigorar a partir da data de sua aprovação e têm por finalidade o aprimoramento das modalidades de compras e contratações, dos critérios de aferição de limites, da definição de ramo de atividade e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

do tratamento aplicável aos repasses financeiros de caráter excepcional, complementar ou extraordinário, conferindo maior eficiência, transparência e segurança jurídica aos procedimentos adotados pela Unidade Executora.

As alterações aprovadas visam ao aperfeiçoamento dos procedimentos de contratação, com ênfase na transparência, planejamento, economicidade e conformidade com as normas aplicáveis às aquisições realizadas pelas Unidades Executoras.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, mantida sua aplicação às aquisições e contratações realizadas para atendimento das necessidades do **CONSELHO GESTOR DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ**, entidade privada sem fins econômicos, Unidade Executora e representativa da Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná, localizada no município de Ji-Paraná.

MARIA GORETE LARA

Presidente do Conselho Gestor da Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná

Protocolo 77264795

Portaria de férias nº 14335 de 01 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **SABRYNNE SAMPAIO DE SENA ,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******194, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**20/07/2026 a 29/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**20/07/2026 a 29/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **05/10/2026 a 14/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 01/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65040

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO FREI HENRIQUE DE COIMBRA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 01/2025

PROCESSO SEI Nº 0029.042451/2026-43

Objeto: Gás engarrafado

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 a 05/10/2026**

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Henrique de Coimbra, C.N.P.J nº 01148131/0001-83 localizado na Rua Tereza Mazzorana Bortolotto, 2128, centro, Cacaulândia-RO - CEP: 76889-000, doravante Unidade Executora, aderente ao ROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO – PROAFI ESCOLA - Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: gás engarrafado, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **02/10/2026 a 05/10/2026**, pelo endereço eletrônico fhccacau@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua

Tereza Mazzorana Bortolotto, 2128, centro, Cacaulândia-RO - CEP: 76889-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de gás engarrafado, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Henrique de Coimbra;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail fhccacau@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail fhccacau@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **02/10/2026 a 05/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Henrique de Coimbra, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do ROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO – PROAFI ESCOLA - Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. Planilha Gás Engarrafado

Cacaulândia/RO, data e hora do sistema.
Sandra Zomerfeld Verão Alquieri
Presidente do Conselho Escolar
Janaine Rodrigues Barbi Marchi
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77215659

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 8839 de 24 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, no Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com a Lei Federal nº 15.263, de 14 de novembro de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as funções de Fiscal de Contrato e respectivo Substituto, a partir de 1° de setembro de 2026, no acompanhamento e na fiscalização da execução do Termo de Contrato nº 367/2025/PGE-SEDUC (0059862525), objeto do Processo SEI n.° 0029.091884/2022-07, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de comunicação multimídia para transporte de dados e interconexão, através de cabeamento terrestre de fibra óptica para formação de Rede WAN da SEDUC-RO baseada em MPLS/L2L e Link Dedicado de acesso à Internet, contemplando serviço de implementação, operação, manutenção e suporte proativo, interligando todas as unidades e escolas do Estado de Rondônia à unidade sede da SEDUC/RO, localizado na cidade de Porto Velho - RO, tendo como contratada a empresa NBS Serviços de Comunicações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 26.824.572/0001-89, conforme demanda da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

Servidores designados para a fiscalização do Termo de Contrato nº 367/2025/PGE-SEDUC

FUNÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	NOME	MATRÍCULA
Fiscal Técnico (Titular e Substituto)	COTIC/GSIOR	Titular: Gilson Nedison Ferreira Souza	******261
		Substituto: Marcio Ferreira	******775
Fiscal Setorial (Titular e Substituto)	COTIC/GSIOR	Titular: Wanderlei Ferreira Leite	******636
		Substituto: Luciano de Oliveira Silva	******983
Fiscal Administrativo (Comissão de Certificação)	COTIC/GSIOR	Titular 1: Nelinho Teixeira Neres	Titular 1: ******961
		Titular 2: Cristiano Alves Pimentel	Titular 2: ******672
		Titular 3: Patrícia Michele Rodrigues Sobrinho	Titular 3: ******999

Art. 2º Compete ao Fiscal Técnico do Termo de Contrato e ao seu substituto acompanhar pari passu e exigir o fiel cumprimento do Termo de Contrato, quanto à quantidade, à qualidade, ao tempo e ao modo de prestação ou execução dos serviços, com base no Termo de Referência (0053793506) e nas cláusulas estabelecidas no Termo de Contrato nº 367/2025/PGE-SEDUC (0059862525), e, posteriormente, emitir o Termo de Recebimento Provisório, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, relativamente aos serviços prestados pela Contratada.

Art. 3º Compete aos Fiscais Administrativos do Termo de Contrato acompanhar pari passu e exigir o fiel cumprimento do Termo de Contrato quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como realizar o controle referente a revisões, reajustes e repactuações, adotando providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, com base no Termo de Referência (0053793506) e nas cláusulas estabelecidas no Termo de Contrato nº 367/2025/PGE-SEDUC (0059862525).

Compete-lhes, ainda, assinar, juntamente com o Fiscal Técnico, o Termo de Recebimento Provisório e emitir a Certificação das Notas Fiscais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, relativamente aos serviços prestados pela Contratada.

Art. 4º Compete ao Fiscal Setorial do Termo de Contrato e ao seu substituto acompanhar pari passu a execução do Termo de Contrato nos aspectos técnicos e administrativos, quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas do órgão ou da entidade, com base no Termo de Referência (0053793506) e nas cláusulas estabelecidas no Termo de Contrato nº 367/2025/PGE-SEDUC (0059862525), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1° de setembro de 2026, ficando revogada a Portaria 6386 de 06 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado em 12 de junho de 2025.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 76999360

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 04/2026
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS DE ARIQUEMES-CEEJAAR
CONTRATADA: ZAQUEU COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTICIOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: Nº 38.542.295/0001-09
OBJETO: A presente contratação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo e fornecimento de merenda escolar aos alunos do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Ariquemes, por meio do Conselho Escolar, no âmbito do Programa Estadual de Alimentação Escolar – PEALE.
VALOR: R$5.584,20 (cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 11/09/2026
ASSINAM: Evandro Leite Franco e Maria Vilma Santos dos Reis.

Protocolo 76464624

Portaria nº 9456 de 25 de setembro de 2026
PORTARIA

O (A) Presidente do Conselho Escolar José Mariano de Azevedo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar, como titular e suplente, respectivamente, a execução dos: Contrato. nº 23/2026, Fortaleza Produtos de Limpeza Eireli - -ME. CNPJ. 24.271.890/0001-10. Contrato nº 24/2026, Rei do Preço Baixo Ltda, CNPJ. 29.187,329/0001-95, celebrados entre o CONSELHO ESCOLAR JOSÉ MARIANO DE AZEVEDO, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, que tem por objeto o fornecimento deMATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, a ser entregue nas depedências da E.E.E.F.M Juscelino Kubitschek, localizada no município de Santa Luzia-RO.

1 - Bruna Lombardi Tozzi, matrícula nº ******8237, Fiscal de Contrato;

2 - Eliete Rodrigues dos Santos, matrícula nº ******362, Suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Nilton de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar José Mariano de Azevedo

Protocolo 77060783

ERRATA
ERRATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0029.050503/2026-55

No TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ID (76610249), Publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 187, no dia 28/09/2026.

ONDE SE LÊ:

Homologamos o procedimento Licitatório Chamada Pública **n.º 02/2026** (73869681) , de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 adjudicando o valor de R$677,53 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos), em favor do fornecedor da agricultura familiar RANIERI CALANCA DA SILVA, inscrito no CPF sob n.º ***.837.002-**, em razão do proponente ter apresentado uma proposta adequada e de menor preço, referente a 5ª a 8ª parcela do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para aquisição de merenda escolar. O fornecimento obedecerá as condições formuladas na planilha de pesquisa de preços e seus anexos do respectivo processo licitatório

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

(0029.036134/2026-98) e em conformidade com o julgamento realizado pela Comissão de Compras e Licitação abaixo relacionada.

LEIA-SE:

Homologamos o procedimento Licitatório Chamada Pública **n.º 02/2026** (73869681) , de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 adjudicando o valor de R$667,84 (seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), em favor do fornecedor da agricultura familiar RANIERI CALANCA DA SILVA, inscrito no CPF sob n.º ***.837.002-**, em razão do proponente ter apresentado uma proposta adequada e de menor preço, referente a 5ª a 8ª parcela do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para aquisição de merenda escolar. O fornecimento obedecerá as condições formuladas na planilha de pesquisa de preços e seus anexos do respectivo processo licitatório (0029.036134/2026-98) e em conformidade com o julgamento realizado pela Comissão de Compras e Licitação abaixo relacionada.

Cerejeiras,01 de outubro de 2026.

EVANI VENTURINI MENDES TABORDA
Diretor da Escola/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77266701

TERMO

DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR ANA CAROLINA MONTEL DE MORAES, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 01/2026(ID 76990679), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77243407) e o Resultado da Análise (ID 77244756), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Maxuel Marcos da Silva ME	RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO: PÓ QUÍMICO SECO - PQS, 6 KG, CLASSE ABC, CAPACIDADE EXTINTORA 4-A 40-B:C	R$ 580,00
2	Maxuel Marcos da Silva ME	RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO: PÓ QUÍMICO SECO - PQS, 6 KG, CLASSE BC, CAPACIDADE EXTINTORA 20-B:C	R$ 330,00
Total Geral			R$ 910,00

Primavera de Rondônia RO,01 de Outubro de 2026.
Luciana Martins
Presidente do Conselho Escolar Ana Carolina Montel de Moraes

Protocolo 77245725

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Josué Montello
CONTRATADA: B**RONELLE COMERCIO DE PRODUTOS LIMPEZAS LTDA-EPP**
CNPJ DA CONTRATADA: n.º 44.222.709/0001-07
OBJETO: Material de Limpeza e Produção de Higienização
VALOR: R$ 6.816,05 (seis mil oitocentos e dezesseis reais e cinco centavos)
VIGÊNCIA: 180 dias.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026
ASSINA:MARILZA ANGELICA OLIVEIRA CRUZ

Protocolo 77266374

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Bernardo Guimarães, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de

Contratação Nº 09/2026 (ID 76885515), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77132008) e o Resultado da Análise (ID 77134192), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	MASTER TINTAS COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	3,4,5,6,7,8,9,10	R$ 1.624,82
2	FORTTECH SOLUÇÕES LTDA	1,2	R$ 1.292,00
3	COCICAL COMERCIO DE CIMENTO CACOAL LTDA	-	-
Valor Total			**R$ 2.916,82**

Cacoal- RO, 01 de outubro de 2026.

DANDARA XAVIER ROBERTO TOMIATTI

Presidente do Conselho Escolar da Escola Bernardo Guimarães

Protocolo 77134330

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Bernardo Guimarães, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 09/2026 (ID 76885515), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77131162) e o Resultado da Análise (ID 77134100), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	MASTER TINTAS COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13, 14,15,16,17,18,19,20,21,22,23	R$ 10.248,86
2	FORTTECH SOLUÇÕES LTDA	-	-
3	COCICAL COMERCIO DE CIMENTO CACOAL LTDA	-	-
Valor Total			**R$ 10.248,86**

Cacoal- RO,01 de outubro 2026.

DANDARA XAVIER ROBERTO TOMIATTI

Presidente do Conselho Escolar da Escola Bernardo Guimarães

Protocolo 77134296

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Vivaldino Fernandes de Avila

CONTRATADA: Nosso Supermercado LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: **CNPJ Nº 46.954.583/0001-90**

OBJETO: É objeto desta contratação a ***Aquisição de Gêneros Alimentícios***.

VALOR: R$20.462,35(Vinte mil quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ano (365) dias, a contar a data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

ASSINAM: **Gilmar Alves Silva C.P.F 586.649.802-25**

SrªAlice Franciele Barbosa Moura C.P.F **015.423.012-03**

Protocolo 77267730

AVISO

CONSELHO ESCOLAR EMTI PROF. ALEJANDRO YAGUE MAYOR

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 09/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.055126/2026-41

Objeto: Serviço de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 02/10/2026 a 07/10/2026

O Conselho Escolar da EEEFM Prof. Alejandro Yague Mayor, C.N.P.J nº 25.065.589/0001-37 localizado na Rua Aracajú, 3780 bairro Jorge Teixeira CEP: 76.912-645, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro Escolar - PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de **Prestação de Serviço (**Porta de correr 1.100 x 2.105, porta de correr 1.000 x 2.105, porta de correr 1.000 x 2.1200), referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 02/10/2026 a 07/10/2026,entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Aracajú, 3780 bairro Jorge Teixeira CEP: 76.912-645, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Serviço de reforma de cozinha, deposito de alimento e refeitório, reparo em hidráulica e pintura, entre outros. considerando o menor preço por global.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Conselho Escolar da EEEFM Prof. Alejandro Yague Mayor, C.N.P.J nº 25.065.589/0001-37;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - **(OBRIGATÓRIO VISITA EM LOCO PARA ANÁLISE DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO DO SERVIÇO),** e retirada de Formulário para Pesquisa de Preço.

3.2 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.3 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.4 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.5 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.6 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.7 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.8 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.9 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.10 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União acompanhada de autenticidade;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual acompanhada de autenticidade;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor acompanhada de autenticidade; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.11 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - **Documentos só será recebido, por meio físico, dentro do prazo de** 02/10/2026 a 07/10/2026**, no horário das 7:30 às 13:00 horas**, as propostas com os documentos exigidos,emenvelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.2 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.3 - Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM Prof. Alejandro Yague Mayor, C.N.P.J nº 25.065.589/0001-37 com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro Escolar - **PROAFI** serão realizados em maquineta somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná Estado de Rondônia.

ANEXO I

COTAÇÃO : Nº 77267418

Ji-Paraná/RO, 01 de outubro de 2026

MOISES DE JESUS SILVA
Presidente da Comissão de Contratação
SIMONE OLIVEIRA CARVALHAIS MORIS
Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo 77267419

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do **EEEF 21 de Abril**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 10/2026 (ID76187249), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID76658275) e o Resultado da Análise (ID 76659698), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Interessado	Item	Valor Total
1	DI MARTINS COMERCIO E SERVICOS LTDA	1,2,3,4,5,6,7	8.000,00
Valor Total			8.000,00

LÚCIA LOPES LEITE
Presidente do EEEF21A

Protocolo 76660021

AVISO

CONSELHO ESCOLAR C.E. ESC. ALBERTO NEPOMUCENO
DA E.E.E.F.M ALBERTO NEPOMUCENO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2026

Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda ID: 77265069**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 01/10/2026 A 05/10/2026

O Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Alberto Nepomuceno, C.N.P.J nº 01.266.644/0001-99 localizado na Av. Castelo Branco Nº 2452 Machadinho D`Oeste/RO - CEP 76868-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Empresas para fornecimento de Gêneros Alimentícios para confecção da Merenda Escolar conforme Cardápio escolhido e especificado por profissionais de nutrição alimentar**, no valor de R$30.990,00 (trinta mil novecentos e noventa reais) referente à 05 (cinco) parcelas de recursos repassados pelo programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 01/10/2026 A 05/10/2026, pelo endereço eletrônico: financeiroalbertonepomuceno@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Av. Castelo Branco Nº 2452 - Machadinho D`Oeste/RO - CEP 76868-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Empresas* **para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis para confecção da Merenda Escolar conforme Cardápio escolhido e aprovado por profissionais de nutrição alimentar.**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeiroalbertonepomuceno@seduc.ro.gov.br**,** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeiroalbertonepomuceno@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de01/10/2026 A 05/10/2026 , devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf."* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Alberto Nepomuceno**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Machadinho , Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Machadinho D`Oeste/RO, 01 de outubro de 2026.

EDIVALDO FRANCISCO DE AQUINO

Presidente da Comissão de Contratação

WELITON RAMOS GRACHET

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77217377

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 04 / 2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire

CONTRATADO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA - ME

CNPJ DA CONTRATADA: 32.965.613/0001-50

OBJETO: aquisição de prestação de serviço para aquisição de gás engarrafado (GÁS DE COZINHA)

VALOR: R$ 4.050,00 (QUATRO MIL E CINQUENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 360 (TREZENTOS E SESSENTA) dias.

DATA DA ASSINATURA: 01 / 10 / 2026

ASSINAM: Marisa Rosane Barioni - Contratante

ALEXANDRE DE OLIVEIRA - Contratado

Protocolo 77216925

Portaria nº 6032 de 29 de julho de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Secretária de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023, de acordo com os termos do Processo nº **0029.039168/2026-34**,

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art.1º Conceder a Gratificação por Escolarização, pela conclusão do **Curso de GRADUAÇÃO em PSICOPEDAGOGIA**, no Percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico ao (a) servidor (a) **DORVINA MARIA DE JESUS DOS SANTOS,** matrícula n. **3******85**, ocupante do cargo de Técnico Educacional Nível 2, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Magistério do Estado de Rondônia, conforme previsto pela Lei Complementar n° 680, de 7 de setembro de 2012, previsto na alínea "o", do inciso II, do Art. 77.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **15/07/2026.**

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 74925148

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Conselho Escolar da EEEF Jânio da Silva Quadros, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7589/2026 (ID 76517590), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77231128) e o Resultado da Análise (ID 77268772), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	**Descrição do Item**	**Unid**	**Qde**	Proponente 2 Execelencia Comércio e Seviços Ltda 49.496.216/0001-89	
				Valor Unit.	**Valor Total**
01	Fita adesiva transparente larga	UND	30	***4,17***	***125,10***
07	Grampo 26/6	CX	10	***5,13***	***51,30***
08	Corretivo em caneta	Und	06	***9,19***	***55,14***
12	Pasta classificador rápido	UND	10	***15,73***	***157,30***
13	Lápis (cx c 50 unid)	CX	01	***39,75***	***39,75***
27	Envelope p/ correspondência (branco)	UND	200	***0,45***	***90,00***
28	Pincel permanente 1ª linha	cx	02	***88,92***	***177,84***
29	Pasta individual de aluno	Und	400	***8,98***	***3.592,00***
31	papel sulfite A4 (caixa c/ 10 resmas	cx	10	***289,00***	***2.890,00***
Valor total				-	R$ 7.178,43

Ordem	**Descrição do Item**	**Unid**	**Qde**	Proponente 4 L RE FIGUEIREDO LTDA 61.417.013/0001-55	
				Valor Unit.	**Valor Total**
02	Tinta p/ pincel quadro branco (azul e preto)500ml	UND	04	***79,92***	***316,68***
03	Apagador de quadro branco	UND	30	***4,79***	***143,70***
04	Pasta suspense (plástica)	UND	30	***3,19***	***95,70***
05	Tesoura multiuso profissional grande de 20cm	UND	03	***7,59***	***22,77***
06	Clip (médio)	CX	20	***3,19***	***63,80***
09	Grampeador grande inox	Und	02	***29,52***	***59,04***
10	Cartolina	UND	30	***1,03***	***30,90***
11	Caixa arquivo azul	UND	10	***6,39***	***63,90***
14	Papel A4 vergê(resma 50fl)	Resma	04	***15,92***	***63,68***
15	Papel A4 fotográfico 180g(resma 50fl)	Resma	02	***20,40***	***40,80***
16	EVA liso (cores primárias)	UND	30	***1,80***	***54,00***
17	EVA com gliter (cores primárias)	UND	20	***3,60***	***72,00***
18	Borracha branca grande	CX	01	***20,00***	***20,00***
19	Livro ata (50 folhas)	UND	06	***11,19***	***67,14***
21	Envelope tamanho ofício pardo	UND	100	***0,47***	***47,00***
22	Envelope p/ correspondência (branco)	UND	200	***0,25***	***50,00***
23	Pincel para quadro branco 1ª linha	CX	10	***51,18***	***511,80***

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

24	Pasta de AZ ofício	UND	05	***18,32***	***91,60***
25	Extrator de grampo	Unid	06	***1,99***	***11,94***
26	TNT(cores variadas)	MT	50	***1,75***	***87,50***
30	Pasta catálogo(com 50 folhas)	Und	05	***15,92***	***79,60***
Valor total				-	R$ 1.993,55

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

Sônia Figueira da Silva Holanda

Presidente do Conselho Escolar da EEEF Jânio da Silva Quadros

Protocolo 77269104

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar União, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o **Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7603 /2026 PROAFI** (ID 76543954), o **QUADRO COMPARATIVO E ANÁLISE OBJETIVA DAS PROPOSTAS** apresentadas, conforme ID (76543958) e o **Resultado da Análise** de **Menor VALOR POR ITEM DA PROPOSTA (76543959) HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	**Descrição do Item**	VALOR TOTAL
3	Tech Mech Comercio e Servicos Ltda CNPJ: 67.146.629/0001-15	1	R$ 3.700,00
Valor Total			**R$ 3.700,00**

Novo Horizonte do Oeste - RO, 01 de outubro de 2026..

EDVALDO MARQUES

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76543961

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEM Professora Maria Conceição de Souza.

CONTRATADA: Alexandre de Oliveira

CNPJ DA CONTRATADA: 32.965.613/0001-50

OBJETO: Aquisição de Gás Engarrafado.

VALOR: R$ 6.650,00 (Seis mil, seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 06 (Seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

ASSINAM: Cassia Regina Nogueira Agostinho

Alexandre de Oliveira

Protocolo 76965018

EXTRATO

CONTRATANTE: **Conselho Escolar Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Tancredo de Almeida Neves**, **CNPJ: 00.697.494/0001-05**

CONTRATADO: Sr. Luiz Carlos Sousa, CPF nº 695******72

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2026, período imediato, referente às 5ª, 6ª, 7ª, e 8ª parcelas/2026, todos de acordo com a Chamada Pública nº 02/2026/PNAE publicada em 30 de Junho de 2026, o qual fica fazendo parte integrante do contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

VALOR: R$ 654,72 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026

PROCESSO: 0029.046234/2026-22

ASSINAM:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Luiz Carlos Sousa Adriano Alves Pereira
CPF nº 695******72 CPF: 626******72
RepresentantePresidente Conselho Escolar

Colorado do Oeste/RO, 01 de Outubro de 2026.
Protocolo 76046110

TERMO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO CARMEM IONE DE ARAUJO, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 16/2026 (ID 76703707), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID76703945) e o Resultado da Análise (ID76917766), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	**MAX CLEAN IND. E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**	02, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22	R$ 7.746,00
2	**LS DE BRITO LTDA**	01, 03, 06, 10, 14, 17, 18, 21, 23, 24,25	R$6.343,97
3	**KALIMP SOLUÇÕES HEM HIGIENE E LIMPEZA LTDA**	**********	**********
		Valor Total	**14.089,97**

Ariquemes/RO, 01 de Outubro de 2026.
ANDERSON RODRIGUES MOREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76704056

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **32/2026**
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Fênix Grill
CNPJ DA CONTRATADA: 13.504.249/0001-86
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 704,00 (setecentos e quatro reais).
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 1/10/2026
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Carolina da Rocha Sanches.

Protocolo 76211200

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 28/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Fênix Grill
CNPJ DA CONTRATADA: 13.504.249/0001-86
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 1/10/2026
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Carolina da Rocha Sanches.

Protocolo 76094884

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO ROQUE, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7866/2026 (76743756), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (76743849) e o Resultado da Análise (76764018), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1,2,3,4,5	J. D ALVES GRAFICA INFINITY LTDA	Confecção de Banner colorido em lona com acabamento medindo: 1,20 x 0,80 m	R$1.984,50
		Confecção de Banner colorido em lona com acabamento medindo: 0,90 x 0,70 m	
		Confecção de Pasta individual aluno em papel cartolina medindo 0,33 x 0,24	
		Confecção de adesivo na chapa, para identificação de salas do setor administrativo e pedagógico e banheiros de alunos	
Valor Total			R$ 1.984,50

Corumbiara/RO, 02 de outubro de 2026.
Adriana Aparecida Costa
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77170751

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO nº 7/2026/SUPERPIBGAB-EEEFMJSS

PARTES: CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR **JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS**,CNPJ: 84.650.852/0001-14E **CONTRATADA**: BERNADETE BERNARDO, Linha 25 Lote 58-A Setor Abaitará Pimenta Bueno/RO inscrita no CPF sob n.º***.581.732-**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumo GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme Ata de Chamada Pública PNAE nº.01/2025/SEDUC-SUPERPIB, id 0029.060075/2025-98, oriundos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de R$3.021,22 (três mil vinte e um reais e vinte e dois centavos), de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dosrecursos do PNAE - 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.1.00.000000 0.221; *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30**. (**PRAZO:** O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) .

PROCESSO Nº 0029.020441/2026-57

ASSINAM: ELISANGELA DOS SANTOS E BERNADETE BERNARDO

ELISANGELA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77271394

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO nº 8/2026/SUPERPIBGAB-EEEFMJSS

PARTES: CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR **JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS**,CNPJ: 84.650.852/0001-14E **CONTRATADA**: VILMA MARIA DA SILVA, com sede no Assentamento Projeto Casulo, PIMENTA BUENO/RO inscrito no CPF sob n.º***.113.312-**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumo GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme Ata de Chamada Pública PNAE nº.01/2025/SEDUC-SUPERPIB, id 0029.060075/2025-98, oriundos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$2.039,00 (dois mil trinta e nove reais)**, de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dosrecursos do PNAE - 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.1.00.000000 0.221; *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30**. (**PRAZO:** O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) .

PROCESSO Nº 0029.020441/2026-57

ASSINAM: ELISANGELA DOS SANTOS E VILMA MARIA DA SILVA

ELISANGELA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77271343

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO nº 8/2026/SUPERPIBGAB-EEEFMJSS

PARTES: CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR **JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS**,CNPJ: 84.650.852/0001-14E **CONTRATADA**: ABRAHÃO THOMAZ NETO, com sede à Linha 36, lote 4, km 3, GL 2, Estancia Madalena, zona Rural, em Pimenta Bueno/RO inscrito no CPF sob n.º ***865.892-*.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumo GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme Ata de Chamada Pública PNAE nº.01/2025/SEDUC-SUPERPIB, id 0029.060075/2025-98, oriundos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é deR$2.722,90 (dois mil setecentos e vinte e dois reais e noventa centavos), de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dosrecursos do PNAE - 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.1.00.000000 0.221; *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30**. (**PRAZO:** O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) .

PROCESSO Nº 0029.020441/2026-57

ASSINAM: ELISANGELA DOS SANTOS E ABRAHÃO THOMAZ NETO

ELISANGELA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77258831

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.049005/2026-60

Objeto: Material Permanente - Aparelho e Utensílio Doméstico - refrigerador.

Prazo para Recebimento das Propostas/Documentos: 02/10/2026 a 07/10/2026

O CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, C.N.P.J nº 01.108.635/001-70 localizado na AV Maracanã nº 1413 setor 03, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de: Aparelho e Utensílio Doméstico -refrigerador , referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 02/10/2026 a 07/10/2026, pelo endereço eletrônico afl.licitacao@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Av Maracanã nº 1413, setor 03, CEP: 76864-000, Cujubim-RO as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: Material Permanente Aparelho e Utensílio Doméstico - refrigerador, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental;
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail afl.licitacao@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail afl.licitacao@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 02/10/2026 a 07/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **ProafiEscola - Regular** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes-RO, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Cujubim- RO 02 de outubro de 2026

Alexandra Braz de Moura
Presidente da Comissão de Contratação
Wellington Gonçalves Dias
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77243664

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M DOUTOR OSWALDO PIANNA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 7458/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.050116/2026-19

Objeto: *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Em Detalhamento, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos. Manutenção Preventiva de Bebedourose troca de elementos filtrantes*

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **5/10/2026 a 7/10/2026**

O Conselho Escolar da E.E.E.F.M Doutor Oswaldo Pianna, C.N.P.J nº 01.793.743/0001-29, localizado na Avenida Antônio Novaes 2516, Bairro Centro, **Corumbiara/RO**, CEP: 76.995-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Em Detalhamento, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos. Manutenção Preventiva de Bebedouros e troca de elementos filtrantes*, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **5/10/2026 a 7/10/2026**, pelo endereço eletrônico financeirodroswaldopiannacorum@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Antônio Novaes 2516, Bairro Centro, **Corumbiara/RO**, CEP: 76.995-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Em Detalhamento, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos. Manutenção Preventiva de Bebedouros e troca de elementos filtrantes.*

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou com a respectiva E.E.E.F.M Doutor Oswaldo Pianna;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeirodroswaldopiannacorum@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeirodroswaldopiannacorum@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **5/10/2026 a 7/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da E.E.E.F.M Doutor Oswaldo Pianna, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Escola - Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Anexo I - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta: (76402024)

Corumbiara/RO, 5 de outubro de 2026.

Maria Aparecida Lourenço Jovino

Presidente da Comissão de Contratação

Wagner Soares do Nascimento

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76402025

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M DOUTOR OSWALDO PIANNA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 7460/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.050113/2026-85

Objeto: *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica em Detalhamento, Serviçode limpeza de caixa de água*

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **5/10/2026 a 7/10/2026**

O Conselho Escolar da E.E.E.F.M Doutor Oswaldo Pianna, C.N.P.J nº 01.793.743/0001-29, localizado na Avenida Antônio Novaes 2516, Bairro Centro, Corumbiara/RO, CEP: 76.995-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica em Detalhamento: Serviçode limpeza de caixa de água*, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **5/10/2026 a 7/10/2026**, pelo endereço eletrônico financeirodroswaldopiannacorum@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Antônio Novaes 2516, Bairro Centro, Corumbiara/RO, CEP: 76.995-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica em Detalhamento: Serviçosde limpeza de caixa de água* considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou com a respectiva E.E.E.F.M Doutor Oswaldo Pianna;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeirodroswaldopiannacorum@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeirodroswaldopiannacorum@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **5/10/2026 a 7/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da E.E.E.F.M Doutor Oswaldo Pianna, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Escola - Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cerejeiras, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
Anexo I - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta: (76404462)
Corumbiara/RO, 5 de outubro de 2026.
Maria Aparecida Lourenço Jovino
Presidente da Comissão de Contratação
Wagner Soares do Nascimento
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76404519

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Aseepnuup, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (ID 76161236), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID76517277) e o Resultado da Análise (ID 76161371), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Fenix Grill Ltda CNPJ 13.504.249/0001-86	Carne bovina de 2ª moída, Carne bovina de 2ª em cubos.	R$ 3.502,00
2	SM Amorim CNPJ 59.035.175/0001-87	Azeite de dendê, cenoura, Flocos de milho, Chicória, Feijão preto, Fermento em pó, Leite em pó, Milho verde em Conserva, Extrato de tomate, Torrada.	R$ 2.218,88
3	JB Comércio de Alimentos CNPJ 48.004.231/0001-08	Açúcar, Alho, Arroz agulhinha, Beterraba, Canela em pó, Canjica, Cebola branca, Farinha de tapioca, Farinha de Milho, Feijão carioquinha, Leite de coco, Leite integral UHT, Macarrão, Manteiga, Melão, Óleo de soja, Pimentão verde, Repolho, Sal, Canjiquinha de milho.	R$ 4.929,24
Valor Total			R$ 10.650,12

Espigão D´ Oeste, data e hora do sistema.
Michele do Vale Brasil
Presidente do Conselho Escolar Aseepnuup

Protocolo 76162665

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar Ngalapuuj, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (ID 76185296), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76185422) e o Resultado da Análise (ID 76185478), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Fenix Grill Ltda CNPJ 13.504.249/0001-86	Carne bovina de 2ª moída, Carne bovina de 2ª em cubos.	R$ 2.240,00
2	SM Amorim CNPJ 59.035.175/0001-87	Alho, Azeite de dendê, cebola, chicória,feijão carioquinha, Leite em pó, Manteiga sem sal, Melão, Milho verde em conserva, Pimentão verde, Extrato de tomate, Torrada.	R$ 1.281,21
3	JB Comércio de AlimentosCNPJ 48.004.231/0001-08	Açúcar, Arroz agulhinha, Beterraba, Canela em pó, Canjica,Cenoura, Flocos de milho, Farinha de tapioca, Farinha de milho, Feijão preto, Fermento em pó, Leite de coco, Leite integral UHT, Macarrão, Óleo de soja, Repolho, Sal, Canjiquinha de milho.	R$ 3.033,75
Valor Total			R$ 6.554,96

Espigão D´ Oeste, data e hora do sistema.
Edinaldo Francisco dos Santos
Presidente do Conselho Escolar Ngalapuuj

Protocolo 76185564

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar EEEFM TUPÃ, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **05/2026** 76428320, o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas 77076014 e o Resultado da Análise 77077254 , **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	PONTO FORTE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 02.633.678/0001-37	Todos os itens	R$ 3.753,65
Valor Total			R$ 3.753,65

Ji-Paraná/RO, 02 de outubro de 2026.

Rosana Aparecida Soares Cisconetti
Presidente do Escolar EEEFM Tupã

Protocolo 77077769

Portaria nº 9884 de 02 de outubro de 2026

PORTARIA

A Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadualde Ensino Fundamental Albina Marció sordi, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar – **PNAE.**;

Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

Considerando que o Fiscal do Contrato deve relatar em registros próprios as ocorrências diárias durante o período de execução;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Eliana Pereira Moulaz, matrícula nº ******318 para acompanhar a execução do Contrato nº 02 da Chamada Pública 02/2026, oriundo do Programa Nacional de Alimentação Escolar – **PNAE**, celebrado entre a empresa Cooperativa de Agroindústrias e Produtores Rurais do Vale do Jamarie o conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Albina Marció Sordi, que tem por objetoaquisição de **Gêneros Alimentício** proveniente da Agricultura Familiar para atender os alunosda Escola Estadual de Ensino Fundamental Albina Marció Sordi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Eliana Pereira Moulaz
Fiscal do Contrato
Marineide Moreira da Silva Pilatti
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77272274

Portaria nº 9885 de 02 de outubro de 2026

PORTARIA

A Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadualde Ensino Fundamental Albina Marció sordi, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Recurso financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar – **PNAE.**;

Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

Considerando que o Fiscal do Contrato deve relatar em registros próprios as ocorrências diárias durante o período de execução;

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Eliana Pereira Moulaz, matrícula nº ******318 para acompanhar a execução do Contrato nº 03 da Chamada Pública 02/2026, oriundo do Programa Nacional de Alimentação Escolar – **PNAE**, celebrado entre a empres Cooperativa das Agroindustriais de Ariquemes e Região - COOPERAR e o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Albina Marció Sordi, que tem por objetoaquisição de **Gêneros Alimentício** proveniente da Agricultura Familiar para atender os alunosda Escola Estadual de Ensino Fundamental Albina Marció Sordi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Eliana Pereira Moulaz
Fiscal do Contrato
Marineide Moreira da Silva Pilatti
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77272739

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESC. EST. DE ENS. F. E M. DONA BENTA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8162/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.042777/2026-71

Objeto: **Aquisição de Material de Consumo (telas para viveiro)**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **03/10/2026 a 08/10/2026**

O Conselho Escolar da Esc. Est. de Ens. F. E M. Dona Benta , C.N.P.J nº 00.969.467/0001-44 localizado na Rua Pedro Jaqueira nº 938, Distrito de Novo Riachuelo, Presidente Médici/RO - CEP 76916-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro (PROAFI), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Material de Consumo para Manutenção e proteção de Bens imóveis**(Tela de Viveiro), referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **03/10/2026 a 08/10/2026** pelo endereço eletrônico donabentaescola@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Rua Pedro Jaqueira nº 938, Distrito de Novo Riachuelo, Presidente Médici/RO - CEP 76916-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de **Material de Consumo para Manutenção e proteção de Bens imóveis**(Tela de Viveiro), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva com a EEEFM Dona Benta;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail donabentaescola@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta 77057219** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail donabentaescola@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **03/10/2026 a 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do O Conselho Escolar da Esc. Est. de Ens. F. E M. Dona Benta , com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Médici, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta: ID (77057219).

Presidente Médici/RO, 02 de outubro de 2026.

Evangelista Lopes Terrão
Presidente da Comissão de Contratação
Vânia Kaiser Silva
Presidente doConselho Escolar da Esc. Est. de Ens. F. E M. Dona Benta

Protocolo 77057277

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar EEEFM TUPÃ, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **06/2026** 76434029, o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas 77078120 e o Resultado da Análise 77078963, **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	PONTO FORTE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 02.633.678/0001-37	Todos os itens	R$ 3.360,00
Valor Total			R$ 3.360,00

Ji-Paraná/RO, 02 de outubro de 2026.

Rosana Aparecida Soares Cisconetti
Presidente do Escolar EEEFM Tupã

Protocolo 77079340

AVISO
AVISO DE CANCELAMENTO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO
Aviso nº 5198 – Procedimento Simplificado
Processo: 0029.036371/2026-59

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Roque torna público o cancelamento do Aviso nº 5198 de Procedimento Simplificado (73911225), publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 186, com disponibilização e publicação em 25/09/2026, tendo em vista que, durante o período de vigência para apresentação das propostas, não foi atingido o número mínimo de empresas interessadas necessário ao prosseguimento do certame.

Dessa forma, fica cancelado o referido procedimento, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.

Corumbiara - RO, 02 de outubro de 2026.

ADRIANA APARECIDA COSTA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77273194

AVISO
DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO SEI Nº 0029.043020/2026-02

Objeto: Aquisição de material de limpeza e produção de higienização.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 a 06/10/2026**

O CONSELHO ESCOLAR JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS, C.N.P.J nº 84.650.852/0001-14 localizado na Avenida Jorge Teixeira, 3979 município de Primavera de Rondônia - CEP 76976-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO- PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de: **Aquisição de material de limpeza e produção de higienização**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **02/10/2026 a 06/10/2026,** pelo endereço eletrônico **eeefmjosessantos@seduc.ro.gov.br** entregue diretamente à unidade executora no endereço na Avenida Jorge Teixeira, 3979, município de Primavera de Rondônia/RO- CEP 76976-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Aquisição de material de limpeza e produção de higienização** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado

junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monteiro Lobato ou Conselho Escolar Unidos Venceremos;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **eeefmjosessantos@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **eeefmjosessantos@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de **02/10/2026 a 06/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **CONSELHO ESCOLAR JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOs

7.1**-** Os materiaisde Consumo **Aquisição de material de limpeza e produção de higienização** deverão ser entregues na EEEFMJosé Severino dos Santos, localizada, na Avenida Jorge Teixeira, 3979 município de Primavera de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Rondônia/RO- CEP 76976-000, no horário das 7h às17hde segunda a sexta feira.
7.2-A entregaserá realizada de acordo com a ordem de fornecimento e de acordo com a necessidade do Conselho EscolarJOSÉ SEVERINO DOS SANTOS.
7.3- O prazo para a entrega dos materiais será em até 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento dos produtos, no endereço citado no item 7.1

8 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

8.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
8.2 - Os pagamentos de despesas com recursos doPROGRAMA ESTADUAL DE APOIO FINANCEIRO- **PROAFI ESCOLA REGULAR** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
8.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
8.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
9.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
9.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
9.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
9.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
9.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
9.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
9.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
9.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca dePimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Natia Gracieli Venturin dos Santos
Presidente da Comissão de Contratação
Elisangela dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77272821

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

CONTRATO Nº 06/2026.
CONTRATANTE: **Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE.**
CONTRATADA: J. L. P. Bento – ME
CNPJ DA CONTRATADA: 05.647.855/0001-22
OBJETO: É objeto desta contratação para aquisição do **Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE.**
VALOR: **R$** 2.943,23 (Dois mil novecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos**).**
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026.
ASSINAM: **José Porité Arikapú /** José Luiz Pereira Bento

Protocolo 77124997

AVISO

AVISO DE CANCELAMENTO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO

Aviso nº 5198 – Procedimento Simplificado

Processo: 0029.036349/2026-17

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Roque torna público o cancelamento do Aviso nº 5196 de Procedimento Simplificado (Id nº 73909305), publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 187, com disponibilização e publicação em 28/09/2026, tendo em vista que, durante o período de vigência para apresentação das propostas, não foi atingido o número mínimo de empresas interessadas necessário ao prosseguimento do certame.

Dessa forma, fica cancelado o referido procedimento, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.

Corumbiara - RO, 02 de outubro de 2026.

ADRIANA APARECIDA COSTA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77273298

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 25/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Manoel Neves de Souza
CNPJ DA CONTRATADA: 84.600.477/0001-06
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 2.777,77 (dois mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 1/10/2026.
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Manoel Neves de Souza

Protocolo 76094844

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 29/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Manoel Neves de Souza
CNPJ DA CONTRATADA: 84.600.477/0001-06
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 1.451,78 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 1/10/2026.
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Manoel Neves de Souza

Protocolo 76211167

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CE EEEFM Professor Paulo Freire, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 32/2026 (ID 76833967), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76833971) e o Resultado da Análise (ID 76833972), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Leidymar Comércio e Distribuidora LTDA, CNPJ: 63.786.925/0001-20	Serviço de Limpeza, Higienização e Desinfecção de Reservatórios de Água (10m³), incluindo o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços.	930,00
Valor Total			930,00

Presidente Médici/RO, 02 de outubro de 2026.
Cássia Cristina da Rocha Machado
Presidente do CEEEEFM Prof. Paulo Freire

Protocolo 76833974

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Conselho Gestor, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7696 (ID 76635197), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77091679) e o Resultado da Análise (ID 77104592), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	**Proponente Habilitado**	**Descrição do Item**	**Valor Total**
1	F P DOS SANTOS E CIA LTDA	Fechaduras de portas	R$ 294,00
2	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Parafusos nº 6 e 8	R$ 0,94
3	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Bucha para parafusos nº 6 e 8	R$ 1,00
4	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Pregos 18x27	R$ 99,90
5	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Portas de madeira 2,10x80	R$ 1.384,00
6	F P DOS SANTOS E CIA LTDA	Sifão para pias de 60 cm	R$ 41,50
7	F P DOS SANTOS E CIA LTDA	Tampa para vasos sanitários	R$ 167,50
8	F P DOS SANTOS E CIA LTDA	Torneira branca para pia	R$ 29,50
9	F P DOS SANTOS E CIA LTDA	Válvulas para pias	R$ 15,60
10	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Cano PVC de 50mm	R$ 295,00
11	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Joelho PVC de 25mm e 30mm	R$ 9,80
12	JOSE FRANCISCO TASSI ME	T PVC de 25mm e 30mm	R$ 14,00
13	JOSE FRANCISCO TASSI ME	Luva de PVC de 25mm e 30mm	R$ 14,50
14	F P DOS SANTOS E CIA LTDA	Caixa de descarga branca 9L	R$ 245,00
Valor Total			R$ 2.612,24

Alta Floresta D'Oeste - RO, 02 de Outubro de 2026.
Geovane Tupari
Presidente do Conselho Escolar ANOMÃE TUPARI.

Protocolo 77104628

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Supermercado Mineiro
CNPJ DA CONTRATADA: 49.421.238/0001-80
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 2.864,10 (dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 2/10/2026
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Osman Lopes Souza.

Protocolo 76094857

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 30/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Supermercado Mineiro
CNPJ DA CONTRATADA: 49.421.238/0001-80
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 2.115,21 (dois mil cento e quinze reais e vinte e um centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 2/10/2026
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Osman Lopes Souza.

Protocolo 76211179

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº **15/CEJFS/2026**
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR FRANCISCA JÚLIA DA SILVA
CONTRATADA: EXTRA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA - EPP
CNPJ DA CONTRATADA: 07.722.495/0001-01
OBJETO: É objeto desta contratação aquisição de AQUISIÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS.
VALOR: R$ R$ 2.175,38 (dois mil cento e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: **ADRIANE APARECIDA VIEIRA ZIMERMANN,** - Presidente do Conselho Escolar e **Ari Ferreira Duarte** - Representante Legal da Empresa

Protocolo 77273156

AVISO
CONSELHO ESCOLAR AIKANÃ MAMAINDÊ SABANÊ
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.022572/2026-79

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para atender a demanda das escolas indígenas: **EIEEFM Aikanã** e **EIEEFM Capitão Aritimon,** localizadas no munícipio de **Chupinguaia/RO e EIEEFM Sowaintê, EIEEFM Mamaindê e EIEEF Felipe Camarão** localizadas no munícipio de **Vilhena/RO**.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 a 07/10/2026**

O Conselho AIKANÃ MAMAINDÊ SABANÊ, C.N.P.J nº 37.058201/0001-50 localizado na Rua: Marques Henrique n° 354, Bairro: Centro, Vilhena/RO - CEP 76.980-086, doravante Unidade Executora, aderente ao PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026**, pelo endereço eletrônico prestacaocontasindigena@seduc.ro.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua: Marques Henrique n° 354, 2º piso, Bairro: Centro, Vilhena/RO - CEP 76.980-086 (Setor de Educação Escolar Indígena), as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectivas **EIEEFM Aikanã** e **EIEEFM Capitão Aritimon,** localizadas no munícipio de **Chupinguaia/RO e EIEEFM Sowaintê, EIEEFM Mamaindê e EIEEF Felipe Camarão** localizadas no munícipio de **Vilhena/RO**.

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail prestacaocontasindigena@seduc.ro.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail prestacaocontasindigena@seduc.ro.br, dentro do prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR AIKANÃ MAMAINDÊ SABANÊ, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. (77180499)

Vilhena/RO, 02 de outubro de 2026.
Maria José Rodrigues Moreira Ramos
Presidente da Comissão de Contratação
Maciel Alves Gois
Presidente do Conselho Escolar Aikanã Mamaindê Sabanê

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AVISO
CONSELHO ESCOLAR UNIDOS SEREMOS FORTES
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO SEI Nº 0029.032915/2026-11

Objeto: Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos - Geladeira

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 a 06/10/2026**

O Conselho Escolar Unidos Seremos Fortes, C.N.P.J nº 84.651.561/0001-40 localizado na Rua Mário Andreazza, 426, Jardim Aeroporto, Ouro Preto do Oeste, 76.920-00, Rondônia, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - Proafi, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresa especializada em venda de geladeiras, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **02/10/2026 a 06/10/2026,** pelo endereço eletrônico escolaaureliobuarque@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Mário Andreazza, 426, Jardim Aeroporto, Ouro Preto do Oeste, 76.920-00, Rondônia, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de bem de capital - aparelhos e utensílios domésticos - geladeira, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM Aurélio Buarque de Holanda Ferreira;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaaureliobuarque@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou

descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaaureliobuarque@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **02/10/2026 a 06/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Unidos Seremos Fortes, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - Proafi serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ouro preto do Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta 77274841

Ouro Preto do Oeste/RO, 02 de outubro de 2026.

Mariléia da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

Raquel Brasilina dos Santos Barbosa

Presidente do CE Unidos Seremos Fortes

Protocolo 77275141

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO GENIVAL NUNES DA COSTA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 006/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.020056/2026-18

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 à 07/10/2026**

O **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado Genival Nunes da Costa**, **C.N.P.J nº 00.670.368/0001-67,** localizado na Rua: 907, Nº 2078, Bairro: Boa Esperança - Vilhena/RO - CEP: 76.985-440, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Aquisição de Gêneros Alimentícios, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 à 07/10/2026** , pelo endereço eletrônico **escolagenivalnunesdacosta@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua: 907, Nº 2078, Bairro: Boa Esperança - Vilhena/RO - CEP: 76.985-440, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de gêneros alimentícios, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolagenivalnunesdacosta@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **escolagenivalnunesdacosta@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de **05/10/2026 à 07/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino fundamental Deputado Genival Nunes da Costa, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
-Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. ID (77188625)
-
Vilhena, 02 de Outubro de 2026
Rozana Ferreira do Nascimento
Presidente da Comissão de Contratação
VADEILZA CASTILHO DE ARAÚJO BERNERT
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77200856

AVISO
PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 6923/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.046473/2026-82
CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
Objeto: Aquisição de produtos par o preparo da merenda escolar para atendimento a 100 (cem) dias letivos aos 166 (cento e sessenta e seis) estudantes do Ensino Fundamental, Médio e AEE do EJA.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 a 07/10/2026.**
O Conselho Escolar **do CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**, C.N.P.J nº 00.697.494/0001-05, localizado na Rua Tiradentes nº 4210 - Centro do município de Colorado do Oeste/RO, CEP: 76.993-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PEALE - Programa Estadual de Alimentação Escolar,**AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Gêneros Alimentícios, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026**, pelo endereço eletrônico [financeiroceejatancredo@seduc.ro.gov.br] ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Tiradentes nº 4210 - Centro do município de Colorado do Oeste/RO, CEP: 76.993-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Gêneros Alimentícios, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Conselho Escolar **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TANCREDO DE ALMEIDA NEVES** ou com a respectiva unidade escolar **CEEJA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeiroceejatancredo@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta Anexo II - Minuta do Contrato** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeiroceejatancredo@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar do Centro Estadual de Jovens e Adultos Tancredo de Almeida Neves**/PEALE, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PEALE - Programa Estadual de Alimentação Escolar e serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta (75800028)

Anexo II - Minuta do Contrato (75800099)

Colorado do Oeste/RO, 02 de Outubro de 2026.

Claudia Silva Costa de Aguiar
Presidente da Comissão de Contratação

Adriano Alves Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 75798698

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

CONTRATO Nº 02/2026.
CONTRATANTE: Conselho Escolar Manoel Ferreira de Albuquerque.
CONTRATADA: J da Silva Lunguinho de Souza Imp. e Exp. LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 29.171.590/0001-05
OBJETO: É objeto do presente contrato a aquisição de gêneros alimentícios para a confecção da merenda dos alunos da Escola Salomão Justiniano de Melgar.
VALOR: R$ 8.855,96 (oito mil oito centos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.
DATA DA ASSINATURA: 11/09/2026
ASSINAM: Gessica Camila Bressianini Fernandes e Jarbson da Silva Lunguinho de Souza

Guajará-Mirim, 11 de setembro de 2026.
Protocolo 76540170

EXTRATO

CONTRATANTE: **Conselho Escolar Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Tancredo de Almeida Neves**, CNPJ: 00.697.494/0001-05
CONTRATADO: Lindomar Santurnino dos Santos, CPF nº 618******49
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2026, período imediato, referente às 5ª, 6ª, 7ª, e 8ª parcelas/2026, todos de acordo com a Chamada Pública nº 02/2026/PNAE publicada em 30 de Junho de 2026, o qual fica fazendo parte integrante do contrato, independentemente de anexação ou transcrição.
VALOR: R$ 325,67 (trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026
PROCESSO: 0029.046234/2026-22
ASSINAM:

Lindomar Santurnino dos Santos Adriano Alves Pereira
CPF nº 618******49CPF: 626******72
RepresentantePresidente Conselho Escolar

Colorado do Oeste/RO, 01 de Outubro de 2026.
Protocolo 76045921

AVISO

CONSELHO ESCOLAR OSWALDO PIANA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 20/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.034320/2026-92
Objeto:Tecidos para confecção de cortinas
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos:**02/10/2026 a 07/10/2026 até as 12 horas .**

O Conselho Escolar Oswaldo Piana, CNPJ nº 01.203.767/0001-80, localizado na Av. Capitão Silvio, nº 647, Bairro, Cristo Rei, Seringueiras - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Tecidos para confecção de cortinas no âmbito escolar, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem no prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026 até as 12 horas**, pelo endereço eletrônico financeiropianna@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço, Av. Capitão Silvio nº 647, Bairro, Cristo Rei, Seringueiras - RO, CEP:76.934-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a compra de tecidos para confecção de cortinas para o âmbito escolar , considerando o menor preço por item.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM OSWALDO PIANNA;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeiropianna@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeiropianna@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026 até as 12 horas,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Oswaldo Piana, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. (77238902)

Seringueiras - RO, 02 de outubro de 2026.
Creuza Melo de Oliveira Gois
Presidente da Comissão de Contratação
Danielli Perboni Campos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77239084

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR COSTA JUNIOR, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 13/2026 (ID 76974095), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77274361) e o Resultado da Análise (ID 77274692), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Nº	Proponente Habilitado	DISCRIMINAÇÃO DO ITEM	VALOR TOTAL

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

01	Mercado Diniz LTDA	Assento sanitário TPJ branco	R$ 253,20
02	Materiais para Construção Jaru LTDA	Caixa d’água PVC 1000 litros	R$ 625,74
03	Mercado Diniz LTDA	Caixa descarga C17-S branco	R$ 324,66
04	Materiais para Construção Jaru LTDA	Pia inox 2,00 m 2 cubas c/ concreto	R$ 882,17
05	Materiais para Construção Jaru LTDA	Reparo de válvula hidra max 2550	R$ 111,82
06	Materiais para Construção Jaru LTDA	Tinta acrílica antimofo, secagem rápida, fosca 18 litros branca	R$ 501,58
07	Materiais para Construção Jaru LTDA	Torneira bancada giratória ¼ cromado	R$ 439,65
08	Materiais para Construção Jaru LTDA	Torneira pia cozinha parede giratória metal	R$ 346,35
09	Materiais para Construção Jaru LTDA	Vaso sanitário branco	R$ 897,45
10	Mercado Diniz LTDA	Cabo auto flexível 6 mm	R$ 980,00
11	Materiais para Construção Jaru LTDA	Disjuntor “DIN” bipolar 32ª	R$ 121,44
12	Materiais para Construção Jaru LTDA	Disjuntor “DIN” unipolar 25 A	R$ 44,60
13	Mercado Diniz LTDA	Lâmpada led bulbo 6500 k 50w	R$ 575,20
14	Mercado Diniz LTDA	Lâmpada led bulbo 6500 k 75w	R$ 2.598,00
15	Materiais para Construção Jaru LTDA	Refletor LED 100W 6500K SLIM - bivolt	R$ 121,24
16	Materiais para Construção Jaru LTDA	Refletor LED 150 W 6500 k thec – bivolt	R$ 197,76
17	Materiais para Construção Jaru LTDA	Refletor LED 200 W 6500k thec – bivolt	R$ 240,76
Valor Total			R$ 9.261,62

Governador Jorge Teixeira/RO, 02 de outubro de 2026.
Eliana Ferreira de Sousa
Presidente do Conselho Escolar Costa Junior

Protocolo 77274852

Portaria nº 9887 de 02 de outubro de 2026

PORTARIA

A Presidente do Conselho Escolar Costa Junior, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar, como titular e suplente, respectivamente, a execução do Contrato nº 25/2026, celebrado entre o CONSELHO ESCOLAR COSTA JUNIOR, CNPJ nº 00.684.794/0001-50, e a Contratada Materiais para Construção Jaru LTDA, CNPJ nº 02.861.388/0001-40, que tem por objeto o fornecimento de material para manutenção de bens imóveis e material elétrico e eletrônico aE.E.E.F.M. Costa Junior, localizada no município de Governador Jorge Teixeira.

1 - Cristiani André da Silva, matrícula nº ******417, Fiscal de Contrato;

2 - Itamar Barbosa, matrícula nº ******510, Suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Eliana Ferreira de Sousa
Presidente do Conselho Escolar Costa Junior

Protocolo 77276048

Portaria nº 9888 de 02 de outubro de 2026

PORTARIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

A Presidente do Conselho Escolar Costa Junior, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar, como titular e suplente, respectivamente, a execução do Contrato nº 26/2026, celebrado entre o CONSELHO ESCOLAR COSTA JUNIOR, CNPJ nº 00.684.794/0001-50, e a ContratadaMercado Diniz LTDA, CNPJ nº 61.359.615/0001-01, que tem por objeto o fornecimento de material para manutenção de bens imóveis e material elétrico e eletrônico aE.E.E.F.M. Costa Junior, localizada no município de Governador Jorge Teixeira.

1 - Cristiani André da Silva, matrícula nº ******417, Fiscal de Contrato;

2 - Itamar Barbosa, matrícula nº ******510, Suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Eliana Ferreira de Sousa
Presidente do Conselho Escolar Costa Junior

Protocolo 77276160

AVISO

CONSELHO ESCOLAR OSWALDO PIANA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 21/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.034317/2026-79

Objeto: Serviços Gráficos

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 à 07/10/2026 até as 12 horas**

O Conselho Escolar Oswaldo Piana, CNPJ nº 01.203.767/0001-80, localizado na Av. Capitão Silvio, nº 647, Bairro, Cristo Rei, Seringueiras - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Serviços Gráficos, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem no prazo de **02/10/2026 à 07/10/2026 até as 12 horas** , pelo endereço eletrônico financeiropianna@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço, Av. Capitão Silvio nº 647, Bairro, Cristo Rei, Seringueiras - RO, CEP:76.934-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a Serviços Gráficos**,** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM OSWALDO PIANNA;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeiropianna@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **02/10/2026 à 07/10/2026 até as 12 horas,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Oswaldo Piana, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. (77274816)
Seringueiras - RO, 02 de outubro de 2026.
Creuza Melo de Oliveira Gois
Presidente da Comissão de Contratação
Danielli Perboni Campos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77274866

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Síria Amaral Jacob, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 17/2026 (ID 77001104), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77274318) e o Resultado da Análise (ID 77275174), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	AÇÚCAR TIPO CRISTAL - Classe I, branco, sem umidade ou sujidade ou outro mau estado de conservação. Acondicionada em pacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente. Deverá apresentar rotulagem nutricional obrigatória, contendo marca, informações nutricionais, lote, ingredientes, data de fabricação e dados do responsável pelo produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entregado produto. Pacote de 2kg	78,00
2	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Agrião - de 1ª qualidade, fresca, tamanho e coloração uniforme, em pés bem desenvolvida, tenra, livre de folhas externas danificadas, sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante. Deverá estar em perfeito estado para consumo, sem defeitos graves como podridão, amassado, murcho, deformado, descolorado, queimado de sol, com manchas, rachaduras, injúrias por pragas ou doenças. Embalada em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto	96,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	ALHO NACIONAL BRANCO COMUM - De 1ª qualidade, bulbos íntegros, firmes e corados, limpos, graúdo, cabeça inteira fisiologicamente bem desenvolvida, sem danos mecânicos ou causados por pragas e livres de umidade externa anormal.	300,00
4	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Arroz agulhinha, tipo 1 - constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Pacote de 5 kg	500,00
5	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Aveia em flocos - Embalagem limpa, não violada, resistente que garanta a integridade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Caixa ou pacote de 250g.	48,00
6	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	BATATA INGLESA - De 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, polpa firme, casca isenta de pragas visíveis a olho nu, apresentar cor e odor característicos, inteiras, não devem apresentar brotos ou pontos verdes, ter ausência de sujidades (lavadas ou escovadas), parasitas e larvas. Acondicionada em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	88,00
7	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Beterraba - Tamanho médio, uniforme, sem ferimento ou defeito, tenro sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície. Embalada em saco plástico atóxico ou caixa plástica vazada.	67,20
8	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CANELA EM PÓ - Pó fino e homogêneo, pura, com aspecto, cheiro e sabor característicos acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com rotulagem nutricional obrigatória, conforme legislação vigente, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega. Embalagem de 50g.	59,85

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

9	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CARNE BOVINA DE 2ª, CONGELADA, MOÍDA (PALETA /MÚSCULO E/OU LOMBO) - Carne de 2º corte, proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, ossos, cartilagem e aponevroses) e, conter no máximo, 10 % de gordura, devem estar livres de aponeuroses, linfonodos, glândulas, grandes vasos, coágulos, tendões, peles e demais tecidos não considerados aptos ao consumo humano. Deve ser congelada e transportada à temperatura de – 12° a - 18° C. Características organolépticas: Aspecto próprio de cada espécie, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria da espécie (vermelho vivo), sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor característicos (sem cheiro desagradável). O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração. Embalagem e peso: o produto deverá estar congelado, sem acúmulos de água e gelo, em embalagem plástica à vácuo, transparente, flexível, atóxica, resistente. Embalagem íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos. Não serão aceitas embalagens do tipo tubete. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIM/SIE/SIF/SISBI-POA; Identificação completa do produto e do fabricante; Data de fabricação, Lote; Temperatura para armazenamento e conservação; Carimbo de inspeção sanitária. Prazo de validade e prazo máximo para consumo (mínima de 90 dias, a contar da data de entrega).	1.125,00
10	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CARNE BOVINA IN NATURA DE 2ª, CONGELADA, EM CUBOS DE, NO MÍNIMO, 3X3 CM (PALETA/MÚSCULO E/OU LOMBO) - Carne de 2º corte, proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, ossos, cartilagem e aponevroses) e, conter no máximo, 10 % de gordura e no máximo, 3% de aponevroses. Deve ser congelada e transportada à temperatura de - 12° a - 18° C. Características organolépticas: Aspecto próprio de cada espécie, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria da espécie (vermelho vivo), sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor próprios (sem cheiro desagradável). O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Embalagem e peso: o produto deverá estar congelado, sem acúmulos de água e gelo, em embalagem plástica à vácuo, transparente, flexível, atóxica, resistente. Embalagem íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIM/SIE/SIF/SISBI- POA; Identificação completa do produto e do fabricante; Data de fabricação, Lote; Temperatura para armazenamento e conservação; Carimbo de inspeção sanitária. Prazo de validade e prazo máximo para consumo (mínima de 90 dias, a contar da data da entrega	1.620,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

11	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CEBOLA NACIONAL BRANCA - De 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, polpa firme, apresentar cor e odor característicos, sem ferimentos ou defeitos, não devem apresentar brotos. Acondicionada em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	91,00
12	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Cenoura de 1ª qualidade, in natura, tamanho grande ou médio, coloração uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante. Deverá estar em perfeito estado para consumo, madura, sem defeitos graves como podridão, amassado, murcho, deformado, descolorado, queimado de sol. Embalada em caixa plásticas vazadas ou sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto.	187,50
13	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CREME DE LEITE - UHT homogeneizado, baixo teor de gordura ou leve, sem necessidade de refrigeração. Creme obtido a partir do leite de vaca, cor branca ou levemente amarelado, sabor e cor característicos, suave, não rançosos, nem ácidos, sem sabores ou odores estranhos. Deve apresentar rotulagem nutricional obrigatória conforme a legislação vigente. Na embalagem deve constar o nome e endereço do fabricante, lista de ingredientes, peso, data de fabricação. Validade mínimo 06 (seis) meses, a contar da data de entrega do produto. Embalagem tetrapak de 200g.	43,08
14	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Extrato de TOMATE- Produto resultante da concentração da polpa de frutos maduros e sãos do tomateiro por processo tecnológico adequado, composto de tomate, sal, açúcar. Sem pele, sem sementes e corantes artificiais. Apresentando aspecto de massa homogênea, cor vermelha, cheiro e sabor próprios. Isento de indicadores de processamento defeituoso, sujidades e fermentação. Embalagem deverá ser do tipo plástica hermeticamente fechada e resistente ou tetra-pack e deve estar íntegra, resistente, vedado e conter rotulagem nutricional obrigatória, dados de identificação, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega. Embalagem de até 300g.	99,75
15	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	FARINHA DE MANDIOCA,Isento de sujidades, materiais estranhos, caruncho, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 1kg.	55,92
16	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	FEIJÃO CARIOQUINHA - Tipo 1, isento de sujidades, materiais estranhos, caruncho, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 1kg.	162,00
17	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	FRANGO CONGELADO, PEITO –. In natura, com osso, em peça, sem tempero, de 1ª qualidade, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico transparente atóxico, transparente, à vácuo ou bem lacradas, com rotulagem nutricional obrigatória, identificação do produto e fabricante, carimbo e selo de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente, data de fabricação. Embalagem mantida sob congelamento a 18°. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega.	490,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

18	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	LEITE DE COCO INDUSTRIALIZADO - Produto obtido de leite de coco e água, pasteurizado e homogeneizado, cor, aroma e odor característicos, não rançoso. Isento de lactose, açúcar, edulcorantes, colesterol e gordura trans. Produto para uso culinário. Embalagem vidro ou tetrapak não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da entrega. Embalagem contendo até 1L.	114,00
19	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	LEITE EM PÓ INTEGRAL (LATA OU PACOTE) - Obtido por desidratação do leite de vaca integral mediante processos tecnológicos adequados. Deve ter boa solubilidade, cor branco amarelado, sabor e odor agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido, sem grumos. O produto deve ser acondicionado em embalagens de um único uso, adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária. A embalagem deverá conter a rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. O produto deverá ter registro no Serviço de inspeção sanitária competente. Embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Embalagem metálica ou de polietileno de 400g	264,46
20	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL – VERMELHA - De 1ª qualidade, tamanho médio, firmes e sem ferimentos, apresentar cor, brilho e odor característicos, apresentando bom estado de maturação, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionada em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	180,00
21	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - Massa alimentícia seca tipo espaguete, produzida a partir de farinha de trigo, sêmola/semolina de trigo ou sêmola/semolina de trigo duram. Caracteristicas sensoriais próprias do produto. Devem ser obtidos, processados, embalados, armazenados, transportados e conservados em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Embalagem resistente de polietileno atóxico transparente e que garanta a integridade do produto. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	200,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

22	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	MANTEIGA - EMBALAGEM DE 500G, sem sal, de 1ª qualidade. Produto gorduroso obtido exclusivamente a partir do creme pasteurizado derivado do leite de vaca, por processos tecnologicamente adequados. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 20° C, de textura lisa e uniforme, untosa, com distribuição uniforme de água (umidade). Cor branco amarelada, sem manchas ou pontos de outra coloração. Sabor suave, característico, aroma delicado, sem odor e sabor estranho. Isenta de ranço e mofos. O produto deve ser acondicionado em embalagens adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária. A embalagem deverá conter a rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. O produto deverá ter Serviço de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente. Para os produtos adquiridos da agricultura familiar, é necessário ainda, prova de atendimento aos requisitos higiênicos- sanitários - Certificação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual), SIF (Serviço de Inspeção Federal) e/ou SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).	240,00
23	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	MILHO VERDE EM CONSERVA - Composto por milho, água, e sal, sem conservantes, em grãos. Deverá se apresentar fisiologicamente desenvolvido, são, limpo acondicionada em recipiente íntegro, vedado hermeticamente e limpo, resistente, não amassado, não estufado. A embalagem deverá conter a rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem contendo 260g liquido.	67,50
24	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	ÓLEO VEGETAL DE SOJA - Comestível, refinado, obtido de matéria prima vegetal (soja), sem colesterol e sem gorduras trans, aspecto límpido e isento de oxidação impurezas, cor e odor característicos, isento de ranço e substancias estranhas. Embalagem plástica resistente, íntegra, isenta de ruptura ou amassados e transparente que garanta a integridade do produto e conter a rotulagem nutricional obrigatória, apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 09 (nove) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 900ml.	220,00
25	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G – inteiro de 1ª qualidade, produto fermentado, preparado obrigatoriamente com farinha de trigo, cloreto de sódio e água, deverá apresentar casca crocante de cor uniforme castanho- dourada e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme e peso médio de 50g.Aparência de massa cozida, simetria, cor, aroma e sabor característicos. Em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária. Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente, apresentando identificação da quantidade em kg. Certificado, Laudo ou Alvará de funcionamento do local onde é realizado o beneficiamento, expedido pela Vigilância Sanitária. Data de fabricação do dia da entrega do produto	350,00
26	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	PIMENTÃO amarelo - De 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, sem lesões, perfurações e cortes, livre de manchas, bolores e sujidades. Acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	66,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

27	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	PIMENTÃO verde - De 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, sem lesões, perfurações e cortes, livre de manchas, bolores e sujidades. Acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	66,00
28	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	PIMENTÃO vermelho - De 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, sem lesões, perfurações e cortes, livre de manchas, bolores e sujidades. Acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	66,00
29	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	REPOLHO VERDE – De 1ª qualidade, tamanho médio, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, frescos, sem lesões, perfurações e cortes, livre de manchas e sujidades, possuir cor, odor e sabor característicos. Acondicionado em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	120,00
30	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	SAL MARINHO IODADO REFINADO - Cloreto de sódio cristalizado extraído de fontes naturais, adicionado obrigatoriamente de iodo para aplicação alimentícia. Devem ser apresentar com aspecto de cristais brancos, com granulação uniforme, devendo ser inodoro e ter sabor salinosalgado próprio. Ausência de sujidades ou impurezas, não pegajoso ou empedrado. Acondicionado em embalagem plástico atóxica, resistente e transparente que garanta a integridade do produto. Apresentando rotulagem nutricional obrigatória e dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade/peso do produto, data de fabricação. Validade mínima de 12 (dose) meses a partir da entrega do produto. Embalagem de 1kg.	33,60
31	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	TOMATE - De 1ª qualidade, polpa firme, casca lisa e com brilho, apresentar cor e odor característicos, inteiros, apresentando bom estado de maturação, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	225,00
Valor Total			**7.323,86**

Mirante da Serra/RO, 02 de outubro de 2026.
Maria Eliane Nunes de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77275512

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6397
CONTRATO Nº: 06/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Manoel Ferreira de Albuquerque
CONTRATADA: Lynda Marileis de Souza Barros
CPF DA CONTRATADA: ***.292.702**
OBJETO: É objeto desta contratação os gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar para confecção e oferta de merenda escolar aos alunos da EEEFM Salomão Justiniano de Melgar , pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Contrato, por um período de 100 dias letivos (20 semanas).
VALOR: R$= R$ 2.800,00,00 (dois mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: Da sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até 15/10/2026
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Gessica Camila Bressianini Fernandes e Lynda Marileis de Souza Barros

Protocolo 77275679

AVISO
CONSELHO ESCOLAR MIGRANTES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MIGRANTES
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8321/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.039860/2026-62

Objeto: **Prestação de Serviço de Serviço de Limpeza e Manutenção de Ar Condicionado de 18.000, 24.000, 30.000 e 36.000 BTUs** e a **Reposição de Gás de Ar Condicionado 24.000 BTUs.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 09/10/2026.**

O **CONSELHO ESCOLAR MIGRANTES**, CNPJ nº 01.746.800/0001-19, localizado na Rua Princesa Isabel, nº 2369, centro, Mirante da Serra - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de: Prestação de Serviço, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 09/10/2026**, pelo endereço eletrônico **escolamigrantes.mirante@seduc.ro.com.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Princesa Isabel, nº 2369, centro, Mirante da Serra-RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa à contratação de **Prestação de Serviço de Limpeza e Manutenção de Ar Condicionado de 18.000, 24.000, 30.000 e 36.000 BTUs** e a **Reposição de Gás de Ar Condicionado 24.000 BTUs**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M. MIGRANTES;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolamigrantes.mirante@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **escolamigrantes.mirante@seduc.ro.com.br**, dentro do prazo de **05/10/2026 a 09/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **CONSELHO ESCOLAR MIGRANTES**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, ou transferência bancária, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Formulário Pesquisa de Preços/Propostas 77275518.

Mirante da Serra - RO, 05 de outubro de 2026.

HÉLIA OLIVEIRA NOGUEIRA
Presidente da Comissão de Contratação
E.E.E.F.M.Migrantes

NAIDE EVARISTO DA SILVA
Presidente do Conselho
E.E.E.F.M.Migrantes

Protocolo 77276589

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR MARECHAL RONDON, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 20/2026 (ID76712775), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76712881) e o Resultado da Análise (ID 76712924), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Item	Valor Total
1	REI DO GÁS LTDA	1	R$ 9.800,00
Valor Total			R$ 9.800,00

Buritis - RO 02 de outubro de 2026

ELIANE CRISTINA PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar Marechal Rondon

Protocolo 76713094

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR MARECHAL RONDON, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 19/2026 (ID 76696887), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76696984) e o Resultado da Análise (ID 76697078), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Item	Valor Total
1	SOUZA E SILVA COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E MAGAZINE LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.	R$ 6.504,95
Valor Total			R$ 6.504,95

Buritis - RO 02 de outubro de 2026.

ELIANE CRISTINA PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar Marechal Rondon

Protocolo 76697123

AVISO
CONSELHO ESCOLAR AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 23/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.054688/2026-77

Objeto: Material de copa e cozinha

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10 /2026 à06/10/2026**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

A Conselho EscolarEEEFM Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, C.N.P.J nº 01.170.903/0001-83 localizado na Rua das Palmeiras nº 2271, bairro centro, CEP: 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao **Programa de Apoio Financeiro - PROAFI**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresa especializada em venda de materiais de copa e cozinha, o referido material irá atender as necessidades da EEEFM. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no município de Nova Brasilândia D'Oeste - Rondônia, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **02/10 /2026 à 06/10/2026**, pelo endereço eletrônico aurelioholanda@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua das Palmeiras, nº 2271, Bairro Setor 14– Nova Brasilândia D'Oeste -RO – CEP: 76.958-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1. - DO OBJETO

1.1 - Descrição: a contratação de empresa especializada em venda de materiais de copa e cozinha, o referido material irá atender as necessidades da EEEFM. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no município de Nova Brasilândia D'Oeste - Rondônia, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compativel com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2. - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva da EEEFM Aurélio Buarque de Holanda Ferreira;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3. - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail aurelioholanda@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas; III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4. - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail aurelioholanda@seduc.ro.gov.br, **dentro do prazo de 02/10 /2026 à 06/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo titulo do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5. - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6. - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do ***Conselho Escolar Aurélio Buarque de Holanda Ferreira***, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7. - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **Programa de Apoio Financeiro - PROAFI** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. (ID 77230999)

Nova Brasilândia D'Oeste – RO, 02 de outubro de 2026.

Elias Dias Pires

Presidente da Comissão de Contratação

Edvania da Silva

Presidente do Conselho Escolar Aurélio Buarque de Holanda Ferreira

Protocolo 77223342

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAS INDIGENAS ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO IKOLOEHJ, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 05/2026 (ID76735950), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID76736083) e o Resultado da Análise (ID76736237), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	MERCADO E AÇOUGUE UNIÃO CNPJ: 02.448.919/0001-78	04, 10, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 26	3.090,34
2	START SHOP GLOBAL LTDA CNPJ: 37.912.727/0001-55	07, 11, 15, 16, 24, 25, 28	785,36
3	MJ OLIVEIRA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 61.664.765/0001-10	01, 02, 03, 05, 06, 08, 09, 12, 14, 19, 22, 27	5.575,30
Valor Total			9.451,00

Ji-Paraná, Data e hora do sistema.

Roberto Sorabah Gavião

Presidente do Conselho Escolar das Escolas Indígenas de Ensino Fundamental e Médio Ikoloejh

Protocolo 76736408

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 8119/2026 (ID 77011772), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77276223) e o Resultado da Análise (ID 77277156), HOMOLOGA o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Item	Valor Total
01	PAULO SANTANA DIAS, CNPJ 54.738.410/0001-63	---	---
02	AUTO FOSSA LIMPA MAIS SERVIÇOS DE ESGOTO LTDA, CNPJ 11.478.546/000179	01.	R$ 1.750,00
03	ERICK WESLEY FREDERICO, CNPJ 53.550.132/0001-53	---	---
Valor Total			R$ 1.750,00

Rolim de Moura - RO, 02 de outubro de 2026.

Rita de Cássia de Souza Cabral Degam

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77277497

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR CÂNDIDO PORTINARI, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 17/2026 (ID 76811895), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77265942) e o Resultado da Análise (ID 77266960), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	**Proponente Habilitado**	**Descrição do Item**	**Valor Total**
1	Matilde Rodrigues Ribeiro da Conceição Ltda	1	R$ 1.789,94
2	Gamma Serviços de Centrais de Ar Ltda	---	R$ 0,00
3	Prestadora de Serviços Rondônia Eireli-Me	---	R$ 0,00
Valor Total			R$ 1.789,94

Rolim de Moura/RO, 02 de outubro de 2026.
Rosiane Barbosa da Silva Taliari
Presidente do Conselho Escolar Cândido Portinari

Protocolo 77277871

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar CEEJA Donizete Romualdo da Silva, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº12/202677096872, o Quadro Comparativo de Análise Objetiva de Propostas77097816e o Pronunciamento Resultado da Análise77277004 , **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Serviço	Valor Total
1	FORTTCH SOLUÇÕES LTDA CNPJ 47.199.093/0001-99	-LAMPADA LED T100 – 50W – e27 – 6500k - BRANCA. - LAMPADA LED T100 – 40W – e27 – 6500k - BRANCA. - LAMPADA LED T100 – 30W – e27 – 6500k - BRANCA -PLAFON LED 100W – 250v BRANCO -SOQUETE COM RABICHO, ROSCA E27, EM BAQUELITE, PARA USO AO TEMPO, CAPACIDADE DE100 W E TENSÃO 250 V -REFLETOR BIVOLTSUPER SLIN 200W 5.500K -FIO FLEXÍVEL 750v - 2.5mm	R$ 2.070,50
Valor Total			R$ 2.070,50

Espigão d´Oeste, data e hora do sistema.
GISLAINE SANDRA RODRIGUES DA SILVEIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77277370

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Síria Amaral Jacob, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 18/2026 (ID 77037864), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77277524) e o Resultado da Análise (ID 77278023), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	**Proponente Habilitado**	**Descrição do Item**	**Valor Total**

1	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Banana comprida (da terra) - de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte e com maturação natural.	13,98
2	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CARNE BOVINA DE 2ª, CONGELADA, MOÍDA (PALETA /MÚSCULO E/OU LOMBO) - Carne de 2º corte, proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, ossos, cartilagem e aponevroses) e, conter no máximo, 10 % de gordura, devem estar livres de aponeuroses, linfonodos, glândulas, grandes vasos, coágulos, tendões, peles e demais tecidos não considerados aptos ao consumo humano. Deve ser congelada e transportada à temperatura de – 12° a - 18° C. Características organolépticas: Aspecto próprio de cada espécie, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria da espécie (vermelho vivo), sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor característicos (sem cheiro desagradável). O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração. Embalagem e peso: o produto deverá estar congelado, sem acúmulos de água e gelo, em embalagem plástica à vácuo, transparente, flexível, atóxica, resistente. Embalagem íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos. Não serão aceitas embalagens do tipo tubete. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIM/SIE/SIF/SISBI-POA; Identificação completa do produto e do fabricante; Data de fabricação, Lote; Temperatura para armazenamento e conservação; Carimbo de inspeção sanitária. Prazo de validade e prazo máximo para consumo (mínima de 90 dias, a contar da data de entrega).	75,00
3	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	CANJICA BRANCA - De 1ª qualidade. Sem umidade ou sujidade ou outro mau estado de conservação. Acondicionada em pacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente. Deverá apresentar rotulagem nutricional obrigatória, contendo marca, informações nutricionais, lote, ingredientes, data de fabricação e dados do responsável pelo produto, conforme legislação vigente. Embalagem de 400 gramas	16,17
4	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	FARINHA DE MANDIOCA,Isento de sujidades, materiais estranhos, caruncho, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	13,98
5	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Flocos de milho pré cozido. Sem umidade ou sujidade ou outro mau estado de conservação. Deverá apresentar rotulagem nutricional obrigatória, contendo marca, informações nutricionais, lote, ingredientes, data de fabricação e dados do responsável pelo produto, conforme legislação vigente. Embalagem de 500 gramas	6,98
6	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL – VERMELHA - De 1ª qualidade, tamanho médio, firmes e sem ferimentos, apresentar cor, brilho e odor característicos, apresentando bom estado de maturação, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionada em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	27,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

7	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	MANTEIGA - EMBALAGEM DE 200G, sem sal, de 1ª qualidade. Produto gorduroso obtido exclusivamente a partir do creme pasteurizado derivado do leite de vaca, por processos tecnologicamente adequados. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 20° C, de textura lisa e uniforme, untosa, com distribuição uniforme de água (umidade). Cor branco amarelada, sem manchas ou pontos de outra coloração. Sabor suave, característico, aroma delicado, sem odor e sabor estranho. Isenta de ranço e mofos. O produto deve ser acondicionado em embalagens adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária. A embalagem deverá conter a rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. O produto deverá ter Serviço de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente. Para os produtos adquiridos da agricultura familiar, é necessário ainda, prova de atendimento aos requisitos higiênicos- sanitários - Certificação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual), SIF (Serviço de Inspeção Federal) e/ou SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).	33,98
8	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Ovos de galinha- inteiros, crus, casca íntegra, limpo, cor, odor, sabor normal, embalagem própria contendo data de embalagem e validade, informações nutricionais, rotulagem e com selo de inspeção SIM, SIE ou SIF, de acordo com a legislação vigente.	22,98
9	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G – inteiro de 1ª qualidade, produto fermentado, preparado obrigatoriamente com farinha de trigo, cloreto de sódio e água, deverá apresentar casca crocante de cor uniforme castanho- dourada e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme e peso médio de 50g.Aparência de massa cozida, simetria, cor, aroma e sabor característicos. Em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária. Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente, apresentando identificação da quantidade em kg. Certificado, Laudo ou Alvará de funcionamento do local onde é realizado o beneficiamento, expedido pela Vigilância Sanitária. Data de fabricação do dia da entrega do produto	17,50
10	SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA ME	Polpa de Açaí (congelada) – embalagem de 400g . Acondicionadas em saco plástico atóxico, inviolável e resistente, apresentando data de fabricação, prazo de validade devidamente preenchida (mínimo de 06 meses), rotulagem nutricional de acordo com a legislação .	41,96
Valor Total			**269,53**

Mirante da Serra/RO, 02 de outubro de 2026.
Maria Eliane Nunes de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77278167

AVISO

CONSELHO ESCOLAR OSWALDO PIANA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 22/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.034317/2026-79

Objeto: **Serviço de Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamentos de Dados**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **02/10/2026 a 07/10/2026 até as 12 horas .**

O Conselho Escolar Oswaldo Piana, CNPJ nº 01.203.767/0001-80, localizado na Av. Capitão Silvio, nº 647, Bairro, Cristo Rei, Seringueiras - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Serviço de Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamentos de Dados**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem no prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026 até as 12 horas**, pelo endereço eletrônico financeiropianna@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço, Av. Capitão Silvio nº 647, Bairro, Cristo Rei, Seringueiras - RO, CEP:76.934-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a **Serviço de Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamentos de Dados,** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM OSWALDO PIANNA;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeiropianna@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeiropianna@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **02/10/2026 a 07/10/2026 até as 12 horas,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Oswaldo Piana, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. (77275677)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Seringueiras-RO, 02 de outubro de 2026.
Creuza Melo de Oliveira Gois
Presidente da Comissão de Contratação
Danielli Perboni Campos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77275726

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR CÂNDIDO PORTINARI, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 18/2026 (ID 76814585), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77278186) e o Resultado da Análise (ID 77278721), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Edinison Santos da Costa -Me	1	R$ 1.500,00
2	Santa Fé Comércio de Ferragens Esquadrias e Serviços Ltda	---	R$ 0,00
3	Veneza Comércio e Serviços de Esquadrias Ltda	---	R$ 0,00
Valor Total			R$ 1.500,00

Rolim de Moura/RO, 02 de outubro de 2026.
Rosiane Barbosa da Silva Taliari
Presidente do Conselho Escolar Cândido Portinari

Protocolo 77278991

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar Diva Tereza de Oliveira, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7029/2026 (ID 75900512), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 75900513) e o Resultado da Análise (ID 75900514), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Materiais de expediente	R$ 12.083,49
Valor Total			R$ 12.083,49

Pimenta Bueno, 01 de setembro de 2026.
Rosângela Mendes Pereira
Presidente do Conselho Escolar Diva Tereza de Oliveira

Protocolo 75900516

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR CÂNDIDO PORTINARI, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 14/2026 (ID 76804284), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77279222) e o Resultado da Análise (ID 77279338), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	J. S. Comércio de Água e Gás Ltda	1	R$ 11.625,00
2	São José Comércio Varejista de Gás Ltda	---	R$ 0,00
3	Vitória Água Gás e Mercado Ltda	---	R$ 0,00
Valor Total			R$ 11.625,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Rolim de Moura/RO, 02 de outubro de 2026.
Rosiane Barbosa da Silva Taliari
Presidente do Conselho Escolar Cândido Portinari

Protocolo 77279628

EXTRATO
EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 76926957
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR BRAÇOS FORTES
CONTRATADA: PADIM & TONETO LTDA-EPP
CNPJ DA CONTRATADA: 06.916.360/0001-14
OBJETO: É objeto desta contratação: MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
VALOR: R$ 1.241,60 (um mil duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: JORDANE CELINA DA SILVA E ELIS PAULO SOARES PADIM

Protocolo 77043209

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Unidos Seremos Fortes, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 8151.2026 - ID 77040975 o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77278583) e o Resultado da Análise (ID 77279746), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
02	M. de Freitas CNPJ: 09.040.010/0001-25	Abacate cru – embalagem em plástico atóxico Banana da Terra - de 1ª qual. emb. saco plástico Banana Nanica - de 1ª qual. emb. saco plástico Fermento em pó químico - embalagem com 200 gr Fubá de milho - embalagem de 500 gr Laranja de 1ª qualidade emb. saco plástico atóxico Leite em pó integral - pct. 400g Maçã - 1ª qual emb em saco plástico transparente Mamão - 1ª qual emb em saco plástico transparente Melancia - 1ª qual emb em saco plástico trans Milho de pipoca - embalagem de 500 gr Milho verde em conserva – latas 300 g a 3 kg Oléo de soja Ovo de galinha - 50gr a unidade Polpa de Açaí congelada Sal refinado iodado – saco plástico de 1 kg Tangerina - 1ª qualidade emb. saco plástico atóxico	R$ 834,20
03	Supermercado Campinense Ltda CNPJ: 14.207.668/0001-19	Açúcar cristal – fd 30 kg- pct de 1 k g a 5 kg Banana Maçã - de 1ª qual. emb. saco plástico Iogurte integral de Frutas Leite integral Uht Polpa de maracujá congelada	R$ 1.033,29

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Valor Total	R$ 1.867,49

Ouro Preto do Oeste/RO, 02 de outubro de 2026.

Raquel Brasilina dos Santos Barbosa

Presidente do CE Unidos Seremos Fortes

Protocolo 77280053

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do **Conselho Escolar Paderehj Mako Baeh**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 04/2026 (ID77092931), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77093014) e o Resultado da Análise (ID77093153), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Comercial Urupá - 26.351.705/0001-47	Recarga de Gás GLP 45kg	3.048,00
Valor Total			3.048,00

Ji-Paraná, Data e hora do sistema

Daniel Cegue Ap Gavião

Presidente do Conselho Escolar PADEREHJ MAKO BAEH

Protocolo 77093315

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 006/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA

CONTRATADA: BEEPRAG - IMUNIZADORA E CONTROLE DE AMBIENTE LTDA

CNPJ DA CONTRATADA:52.910.550/0001-41

OBJETO: prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas - Manejo, incluindo o fornecimento de todo material necessário à adequada prestação de serviços (isca, equipamentos, ferramentas EPI´s, uniformes, etc).

VALOR: R$163,68 (cento e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA:150 (cento e cinquenta)dias consecutivos

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026

ASSINAM: Evani Venturini Mendes TabordaeLudmila de Oliveira Souza

Evani Venturini Mendes Taborda

Presidente do Conselho Escolar

Ludmila de Oliveira Souza

Contradada

Protocolo 77220377

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 76560330

CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Maria Aurora do Nascimento

Gamma Serviços de Centrais de Ar LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 20.221.687/0001-00

OBJETO: É objeto desta contratação a Prestação de Serviços de dedetização, desratização e descupinização de prédio escolar.

VALOR: R$ 1.980,00 (Mil, novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 230 (Duzentos e trinta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ASSINAM:Eliane Aparecida Pedra
Presidente do Conselho - Contratante
Matheus Figueiredo dos Santos
Contratada

Protocolo 76560425

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAS INDIGENAS ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO IKOLOEHJ

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.055076/2026-00

Objeto: **Material de Expediente**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos:05/10/2026 a 09/10/2026

O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAS INDIGENAS ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO IKOLOEHJ, C.N.P.J nº 03.178.635/0001-71localizado na Linha 82, PIN IKOLEN, TERRA INDIGENA, IGARAPE LOURDES- CEP 78.964-460, doravante Unidade Executora, aderente ao SEDUC/PROAFI ESCOLA, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Material de Expediente**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de**05/10/2026 a 09/10/2026,** pelo endereço eletrônico, indigenajiparana@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Linha 82, PIN IKOLEN, TERRA INDIGENA, IGARAPE LOURDES - CEP 78.964-460, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Material de Expediente**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAS INDIGENAS ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO IKOLOEHJ;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail indigenajiparana@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail indigenajiparana@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 09/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAS INDIGENAS ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO IKOLOEHJ, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do SEDUC/PROAFI/ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Ji-Paraná/RO, Data e hora do sistema.

Jucemara Butzke da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

Roberto Sorabah Gavião

Presidente do Conselho Escolar das Escolas Indígenas de Ensino Fundamental e Médio Ikoloejh

Protocolo 77262338

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR TRADENTES DA E.E.E.F. CHICO MENDES , nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7962/2026 (ID 76859506), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76859510) e o Resultado da Análise (ID 76859511), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19- 20 - 21 - 22 - 23 - 24- 25.	EDER TERLAN -ME	Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275475 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275474 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275472 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275473 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275542 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275541 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000 BTUS, Elgin /tombamento Nº:30275543 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, tipo Split Piso Teto 36.000	**R$ 7.104,00**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

		BTUS, Elgin /tombamento Nº: 30275540 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30275229 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30275230 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058528 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058529 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058531 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30275228 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058527 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30275369 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30275371 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058717 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058716 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058714 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30275370 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, TIPO SPLIT 30.000 BTUS/ tombamento Nº: 30058718 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização em Central de Ar Condicionado Split 24 000 Btus TCL, tombamento N°: 31204242 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização EVAPORADORA DE AR, SPLIT 9000BTUS MARCA ELGIN / tombamento Nº: 30274217 Serviços de Limpeza, Manutenção e Higienização CONDENSADORA DE AR, SPLIT 9000BTUS MARCA ELGIN / tombamento Nº: 30274232.	

-	LUIZ RODRIGO CASSAMAREKE	-	R$ 0,00
Valor Total			**R$ 7.104,00**

Cabixi/RO, 02 de outubro de 2026.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76859515

EDITAL Nº 3/2026/SUPERCERGAB-CAF

RETIFICAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTORDA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS

A **SUPERINTENDENTE REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente e em conformidade com o Estatuto do Conselho Gestor da Unidade Executora da Superintendência Regional de Educação, resolve **RETIFICAR** o item 6.1 (Do Cronograma) do Edital nº 2/2026 76537305, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

6.1 O processo de escolha observará o cronograma previsto no quadro a seguir, sem prejuízo de alterações devidamente justificadas e divulgadas em meio oficial.

Etapa	Período/Data
Publicação do Edital	11/09/2026
Período de inscrições	14/09/2026 a 28/09/2026
Análise das inscrições	29/09/2026
Divulgação do resultado preliminar	30/09/2026
Interposição de recursos	01/10/2026 a 02/10/2026
Julgamento dos recursos	05/10/2026
Divulgação do resultado final da habilitação	06/10/2026
Realização da Assembleia Geral	07/10/2026
Homologação do resultado	08/10/2026
Designação dos membros	09/10/2026

Leia-se:

6.1 O processo de escolha observará o cronograma previsto no quadro a seguir, sem prejuízo de alterações devidamente justificadas e divulgadas em meio oficial.

Etapa	Período/Data
Publicação do Edital	11/09/2026
Período de inscrições	14/09/2026 a 07/10/2026
Análise das inscrições	08/10/2026
Divulgação do resultado preliminar	09/10/2026
Interposição de recursos	13/10/2026 a 14/10/2026
Julgamento dos recursos	15/10/2026
Divulgação do resultado final da habilitação	16/10/2026
Realização da Assembleia Geral	20/10/2026
Homologação do resultado	21/10/2026
Designação dos membros	22/10/2026

MARLENE RIBEIRO DE SOUZA

Superintendente Regional de Educação

MARCÉLIA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Responsável pela Condução do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Gestor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Anexo I do Edital -Ficha de Inscrição

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR

1. DADOS DO CANDIDATO

Nome completo:

CPF: RG:

Data de nascimento:

Endereço completo

Município:

CEP:

Telefone:

E-mail:

2. SEGMENTO REPRESENTADO

Assinale apenas uma opção:

☐ Servidor Público vinculado à Superintendência Regional de Educação

☐ Servidor Público vinculado à unidade escolar

☐ Pai, mãe ou responsável por estudante da rede estadual de ensino

☐ Estudante da rede estadual de ensino, maior de 18 (dezoito) anos

☐ Representante da comunidade local

☐ Representante de entidade ou organização da sociedade civil

Nome da entidade (quando aplicável):

3. UNIDADE EXECUTORA

Superintendência Regional de Educação deCerejeiras

4. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Assinale os documentos entregues:

☐ Documento oficial de identificação com foto

☐ Cadastro de Pessoa Física - CPF

☐ Comprovante de residência atualizado

☐ Documento comprobatório do vínculo com o segmento representado

☐ Outros documentos exigidos pelo Edital

Especificar (quando houver):

5. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO (modelo)

Declaro, para os devidos fins, que:

I - as informações prestadas nesta ficha de inscrição e os documentos apresentados são verdadeiros e autênticos;

II - atendo aos requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 2/2026/SUPERCERGAB-CAF;

III - estou ciente e de acordo com as normas previstas no Edital e no Estatuto do Conselho Gestor;

IV - possuo disponibilidade para participar das reuniões e exercer as atribuições inerentes ao mandato, caso seja escolhido;

V - não incorro em qualquer impedimento legal, estatutário ou situação de conflito de interesses que inviabilize o exercício da função;

VI - comprometo-me a comunicar imediatamente qualquer alteração nas informações prestadas ou qualquer fato superveniente que possa afetar minha elegibilidade, permanência no Conselho Gestor ou caracterizar impedimento ou conflito de interesses; VII - comprometo-me a exercer minhas atribuições em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios aplicáveis à Administração Pública;

VIII - comprometo-me a abster-me de participar de discussões, deliberações e votações nas hipóteses de impedimento ou conflito de interesses, nos termos da legislação e do Estatuto do Conselho Gestor.

Declaro, ainda, estar ciente de que, caso seja eleito(a) e empossado(a) no Conselho Gestor, deverei cumprir as exigências legais, estatutárias e regimentais aplicáveis ao exercício do mandato, inclusive aquelas que constituam condição para a posse e o exercício da função.

6. FUNÇÃO DE INTERESSE

Caso eleito(a) para compor o Conselho Gestor, manifesto interesse em concorrer a uma das funções abaixo relacionadas, observadas as disposições dos arts. 24 e 31 do Estatuto e a deliberação da Assembleia Geral:

☐ Vice-Presidente *(Coordenador Administrativo-Financeiro ou Coordenador Pedagógico)*

☐ Secretário *(Representante da Sociedade Civil)*

☐ Tesoureiro *(Representante do Poder Público)*

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

☐ Diretor de Apoio Institucional *(Representante do Poder Público)*

☐ Membro do Conselho Fiscal *(Representante do Poder Público ou da Sociedade Civil)*

☐ Não possuo preferência, colocando-me à disposição da Assembleia Geral.

Observação: A indicação acima possui caráter meramente informativo e não assegura a eleição para a função indicada, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos termos do Estatuto.

7. CIÊNCIA SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Declaro estar ciente de que os dados pessoais e os documentos apresentados nesta ficha de inscrição serão tratados pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia - SEDUC/RO e pela Comissão responsável pela condução do processo de escolha exclusivamente para as finalidades relacionadas à inscrição, habilitação, seleção, homologação, designação, posse, constituição e funcionamento do Conselho Gestor da Unidade Executora, bem como para o cumprimento de obrigações legais e regulamentares aplicáveis.

Declaro, ainda, estar ciente de que o tratamento dos dados observará as disposições da **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)**, especialmente os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, transparência, prevenção e responsabilização, sendo assegurados os direitos do titular dos dados, na forma da legislação vigente.

Local, e data.

Assinatura do Candidato

Anexo II do Edital - Modelo de Recurso contra o Resultado Preliminar da Habilitação

FORMULÁRIO DE RECURSO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR **Superintendência Regional de Educação DE CEREJEIRAS**.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RECORRENTE

Nome completo:

CPF:

RG:

Telefone:

E-mail:

Segmento representado:

2. OBJETO DO RECURSO

( ) Indeferimento da inscrição

( ) Outro. Especificar:

3. FUNDAMENTAÇÃO

Apresente, de forma objetiva, as razões do recurso.

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Relacionar os documentos anexados ao recurso, quando houver.

Declaro que as informações apresentadas são verdadeiras e estou ciente das disposições do Edital.

Local, e data.

Assinatura do Candidato Recorrente

Protocolo 77281330

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar Boa União, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 014/2026 (ID 76683243), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76669860) e o Resultado da Análise (ID 76670411), **Homologa** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	A. Tavares de Sá Ltda - CNPJ nº 23.318.976/0001-02	*Impressora Multifuncional Laser Mono, Wi-Fi, A4, 48pp - Velocidade De Impressão Preto (Normal, A4): Até 48 PPM - Saída Da Primeira Página Em Preto (A4, Pronta): Em Apenas 6 Segundos - Toner com rendimentos de até 35 mil impressões (em Texto).*	R$ 7.780,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

	R$ 7.780,00

Ouro Preto do Oeste/RO, 02 de outubro 2026
Sandro Mauro Guirro
Presidente do Conselho Escolar Boa União

Protocolo 76731041

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DONA BENTA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7765/2026 (ID 76691017), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77267156) e o Resultado da Análise (ID 77267441), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
3	ELETRO J. M. S/A, CNPJ:04.966.780/0028-08	Freezer 528 L, Inverter, 02 Tampa horizontal, CHB53MB - Painel de controle externo, Função super frio, Pés com rodinha, Puxadores sobreposto plástico, Display led, painel controle eletrônico, 6 níveis de temperatura, chave de segurança, Função turbo freezer, Classificação energética 110/220V.	R$ 3.799,00

Presidente Médici/RO, 02 de outubro de 2026.
Vânia Kaiser Silva
Presidente do Conselho Escolar Dona Benta

Protocolo 77267648

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **27/2026**
CONTRATANTE: Associação Conselho Escolar Euclides da Cunha
CONTRATADA: Supermercado Sanches LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 34.750.281/0001-11
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Materiais de Limpeza e Produção de Higienização.
VALOR: R$ **2.613,50 (Dois mil seiscentos e treze reais e cinquenta centavos)**.
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: **Evandro Paulo Carneiro** (ACE Euclides da Cunha)
Cleberson da Silva (Supermercado Sanches LTDA)

Protocolo 77271740

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **28/2026**
CONTRATANTE: Associação Conselho Escolar Euclides da Cunha
CONTRATADA: M J Oliveira Distribuidora e Serviços LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 61.664.765/0001-10
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Materiais de Limpeza e Produção de Higienização.
VALOR: R$ **831,74 (Oitocentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos).**
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: **Evandro Paulo Carneiro** (ACE Euclides da Cunha)
João Vítor Bettero Oliveira Costa (M J Oliveira Distribuidora e Serviços LTDA)

Protocolo 77271876

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **29/2026**
CONTRATANTE: **Associação Conselho Escolar Euclides da Cunha**
CONTRATADA: **Forttech Soluções LTDA**
CNPJ DA CONTRATADA: **47.199.093/0001-99**
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de **Materiais de Limpeza e Produção de Higienização.**
VALOR: **R$ 1.210,95 (Um mil duzentos e dez reais e noventa e cinco centavos).**
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: **Evandro Paulo Carneiro** (ACE Euclides da Cunha)
Paulo Vinicius da Silva (Forttech Soluções LTDA)

Protocolo 77272036

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **30/2026**
CONTRATANTE: **Associação Conselho Escolar Euclides da Cunha**
CONTRATADA: Costa e Brunaldi LTDA-ME
CNPJ DA CONTRATADA: 49.647.667/0001-70
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de **Materiais de Limpeza e Produção de Higienização.**
VALOR: **R$ 1.411,00(Um mil e quatrocentos e onze reais).**
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: **Evandro Paulo Carneiro** (ACE Euclides da Cunha)
Rosimeri Aparecida Costa (Costa e Brunaldi LTDA-ME)

Protocolo 77272104

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 2.03/2026-2027/PEALE-TER
CONTRATANTE: Conselho Escolar Monteiro Lobato
CONTRATADA: ARAUJO E CEBALHO SUPERMERCADO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 15.355.515/0001-81
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios
VALOR: R$ 3.639,06 (três mil e seiscentos e trinta e nove reais e seis centavos).
VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Data e Hora do Sistema
ASSINAM: Nadia Cristina Carneiro de Almeida e Aelson Araújo da Silva

Protocolo 77267834

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 2.02/2026-2027/PEALE-TER
CONTRATANTE: Conselho Escolar Monteiro Lobato
CONTRATADA: M DE FREITAS
CNPJ DA CONTRATADA: 09.040.010/0001-25
OBJETO: É objeto desta contratação Aquisição de Gêneros Alimentícios
VALOR: R$ 3.283,20 (três mil e duzentos e oitenta três reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Data e Hora do Sistema
ASSINAM: Nadia Cristina Carneiro de Almeida e Milton de Freitas

Protocolo 77267180

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº **2.01/2026-2027/PEALE-TER**
CONTRATANTE: Conselho Escolar Monteiro Lobato
CONTRATADA: SUPERMERCADO CAMPINENSE
CNPJ DA CONTRATADA: 14.207.668/0001-19
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios
VALOR: R$ 2.076,90 (dois mil e setenta e seis reais e noventa centavos).
VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Data e Hora do Sistema
ASSINAM: Nadia Cristina Carneiro de Almeida e Wagner dos Reis

Protocolo 77266393

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1.2.06/2026-2027/PEALE
CONTRATANTE: Conselho Escolar Monteiro Lobato
CONTRATADA: ARAUJO E CEBALHO SUPERMERCADO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 15.355.515/0001-81
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios
VALOR: R$ 9.436,76 (nove mil e quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Data e Hora do Sistema
ASSINAM: Nadia Cristina Carneiro de Almeida e Aelson Araújo da Silva

Protocolo 77264208

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1.2.05/2026-2027/PEALE
CONTRATANTE: Conselho Escolar Monteiro Lobato
CONTRATADA: M DE FREITAS
CNPJ DA CONTRATADA: 09.040.010/0001-25
OBJETO: É objeto desta contratação Aquisição de Gêneros Alimentícios
VALOR: R$ 10.337,08 (dez mil e trezentos e trinta sete reais e oito centavos).
VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Data e Hora do Sistema
ASSINAM: Nadia Cristina Carneiro de Almeida e Milton de Freitas

Protocolo 77240879

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1.2.04/2026-2027/PEALE
CONTRATANTE: Conselho Escolar Monteiro Lobato
CONTRATADA: SUPERMERCADO CAMPINENSE
CNPJ DA CONTRATADA: 14.207.668/0001-19
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios
VALOR: R$ 15.490,40 (quinze mil e quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Data e Hora do Sistema
ASSINAM: Nadia Cristina Carneiro de Almeida e Wagner dos Reis

Protocolo 77234779

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENAL E MÉDIO PAULO DE ASSIS RIBEIRO, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7948 (ID 76842059), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76842061) e o Resultado da Análise (ID 76842062), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	**Proponente Habilitado**	**Descrição do Item**	**Valor Total R$**
1	ANDRÉ CARVALHO DE BRITO	Limpeza e higienização de uma cisterna subterrânea e de uma caixa d'água elevada, ambas com capacidade de 15.000 (quinze mil) litros.	3.400,00
	64.245.492 REGIANI DE PAULA SOUZA RIZO		
	PRESTADORA DE SERVICOS RONDONIA LTDA		
-	GAMMA SERVICOS DE CENTRAIS DE AR LTDA	-	
Valor Total			3.400,00

Colorado do Oeste, 02 de outubro de 2026
GERSON ZIMOLONG
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76842064

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 23/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar José Mariano de Azevedo
CONTRATADA: Fortaleza Produtos de Limpeza Eireli - ME
CNPJ DA CONTRATADA: 24.270.890/0001-10
OBJETO: Desta contratação fornecimento de Materiais de limpeza e higienização.
VALOR: R$ 13.557,40 (treze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos),
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026
ASSINAM: José Nilton de Oliveira
Elin Leiliani Gomes Rolim

Protocolo 77166118

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 24/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar José Mariano de Azevedo
CONTRATADA: Rei do Preço Baixo LTDA, Nome Fantasia (Mercado e Açougue Família)
CNPJ DA CONTRATADA: 29.187.329/0001-95
OBJETO: Desta contratação fornecimento de Materiais de limpeza e higienização
VALOR: R$ 2.473,60 (dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte dias) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: José Nilton de Oliveira
Fabiana Pinto de Lins

Protocolo 77166358

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Outubro, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e sua Alteração e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **27/2026 (ID 76565674)**, o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID **76565688**) e o Resultado da Análise (ID **76565692**), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	NEXLOG LTDA, CNPJ: 61.478.670/0001-02	-	-
2	CONNET SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ: 24.352.156/0001-08	-	-
3	BYTE IMPRESSORAS LTDA, CNPJ: 55.457.184/0001-05	-	-
4	68.384.801 WILSON POLETTO JUNIOR, CNPJ: 68.384.801/0001-31	-	-
5	LR FIGUEIREDO LTDA, CNPJ: 61.417.013/0001-55	1	R$1.989,65
6	**DOCTOR INFO & CELL, CNPJ: 16.371.302/0001-06**	-	-
Valor Total			**R$1.989,65**

Campo Novo de Rondônia/RO, 02 de Outubro de 2026.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76565704

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 020/2026/PROAFI REGULAR
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ALMIRO ROCHA
CNPJ DA CONTRATANTE: 08.767.062/0001-35
CONTRATADA: T DA SILVA MOREIRA LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 47.840.870/0001-32
OBJETO: Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica/Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, Manutenções, Reinstalações, Limpeza e higienização das Centrais de Ar
VALOR: R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS).
VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: UEMERSON PEREIRA DE BASTOS E TAINARA DA SILVA MOREIRA

Protocolo 77281999

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Outubro, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 13/2026 **(ID 73335250)**, o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 73335636) e o Resultado da Análise (ID 73336411 e ID 73336512), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS CNPJ: 15.628.773/0001-94	01 e 02	1.600,00
2	GAMMA SERVIÇOS DE CENTRAIS DE AR LTDA CNPJ: 20.221.687/0001-00	-	-
3	D. C. BRAZ &CIA LTDA CNPJ: 20.602.045/0001-43	-	-
4	EDER DE SOUZA GUEDES CNPJ: 48.824.190/0001-98	-	-
Valor Total			**1.600,00**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Campo Novo de Rondônia/RO, 02 de Outubro de 2026.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 73336598

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Outubro, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 24/2026 (ID 76464017), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76464058) e o Resultado da Análise (ID 76464087 e ID 76464095), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	V S DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA CNPJ: 05.255.167/0001-17	-	-
2	NEXLOG LTDA CNPJ: 61.478.670/0001-02	1,2,3,4,5,10,11,12 e 13.	2.932,00
3	FORTTECH SOLUÇÕES LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	6,7,8 e 9.	512,50
Valor Total			3.444,50

Campo Novo de Rondônia/RO, 02 de Outubro de 2026.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76464128

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8299/2025

PROCESSO SEI Nº 0029.050457/2026-94

OBJETO**:** MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS **(**Higienização e limpeza de bebedouros e Limpeza e desinfecção da caixa d água)

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/DOCUMENTOS: **05/10/2026 a 07/10/2026** (das 08:00 às 17:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 17:00 DO DIA 07/10/2026)**.**

O **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**, C.N.P.J nº 01.145.735/0001-76, localizado na Avenida São Paulo Nº 4679 – Beira Rio - Rolim de Moura, Estado de Rondônia, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro(PROAFI), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada em MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS **(**Higienização e limpeza de bebedouros e Limpeza e desinfecção da caixa d água), referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 07/10/2026** (das 08:00 às 17:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 17:00 DO DIA 07/10/2026), pelo endereço eletrônico: escolatancredorm@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida São Paulo Nº 4679 – Beira Rio - Rolim de Moura, Estado de Rondônia, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visaa contratação de empresa especializada em MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS **(**Higienização e limpeza de bebedouros e Limpeza e desinfecção da caixa d água), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tancredo de Almeida Neves;**

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail: escolatancredorm@seduc.ro.gov.br, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolatancredorm@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 07/10/2026** (das 08:00 às 17:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 17:00 DO DIA 07/10/2026), devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro(PROAFI) serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9- Informações pelo e-mail institucional: escolatancredorm@seduc.ro.gov.brdas 07h3Omin às 17h de segunda a sexta-feira (horário de Rondônia).

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Rolim de Moura - RO, 02 de Outubro de 2026.

POLIANA COSTA PRUDENCIO

Presidente da Comissão de Contratação

ROSANGELA DE MEDEIROS RAMOS PICCOLI

Presidente do Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves

Protocolo 77260149

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8302/2025

PROCESSO SEI Nº 0029.050457/2026-94

OBJETO**:** MATERIAL DE CONSUMO/Elementos Filtrantes e Torneiras.

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/DOCUMENTOS: **05/10/2026 a 07/10/2026** (das 08:00 às 17:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 17:00 DO DIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

07/10/2026)**.**

O **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**, C.N.P.J nº 01.145.735/0001-76, localizado na Avenida São Paulo Nº 4679 – Beira Rio - Rolim de Moura, Estado de Rondônia, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro(PROAFI), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada em fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO/Elementos Filtrantes e Torneiras, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 07/10/2026** (das 08:00 às 17:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 17:00 DO DIA 07/10/2026), pelo endereço eletrônico: escolatancredorm@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida São Paulo Nº 4679 – Beira Rio - Rolim de Moura, Estado de Rondônia, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visaa contratação de empresa especializada em fornecimento deMATERIAL DE CONSUMO/Elementos Filtrantes e Torneiras, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tancredo de Almeida Neves;**

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail: escolatancredorm@seduc.ro.gov.br, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolatancredorm@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 07/10/2026** (das 08:00 às 17:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 17:00 DO DIA 07/10/2026), devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro(PROAFI) serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.9- Informações pelo e-mail institucional: escolatancredorm@seduc.ro.gov.brdas 07h3Omin às 17h de segunda a sexta-feira (horário de Rondônia).

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Rolim de Moura - RO, 02 de Outubro de 2026.

POLIANA COSTA PRUDENCIO

Presidente da Comissão de Contratação

ROSANGELA DE MEDEIROS RAMOS PICCOLI

Presidente do Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves

Protocolo 77264119

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 06/2026 (ID 76484745), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76484746) e o Resultado da Análise (ID 76484747), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente habilitado	Descrição do Item	Valor toal
1	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REFIL TINTA 544 BK	41,60
2	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REFIL TINTA 544 CIANO	30,60
3	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REFIL TINTA 544 MARGENTA	30,60
4	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REFIL TINTA 544 AMARELO	225,50
5	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	TONER 258-A HP	490,70
6	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	TONER 258-X HP	648,80
VALOR TOTAL			1.267,80

Ji-Paraná, 02 de outubro de 2026.
Elizabete Lima de Melo da Trindade
Presidente do Conselho Escolar BFS

Protocolo 76484749

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Outubro, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 25/2026 e N° 29/2026 (ID 76565471 eID 77063563, o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76565474) e o Resultado da Análise (ID 76565484 e ID 76565490), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	MAX CLEAN IND. E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 07.436.392/0001-85	1,4,6,7,12 e 19.	5.060,00
2	FORTTECH SOLUCOES LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	2,5,8,9,10,11,15,18,21 e 22.	3.524,50
3	KALIMP SOLUCOES EM HIGIENE E LIMPEZA LTDA CNPJ: 40.355.205/0001-04	3,13,14,16,17,20 e 23.	4.649,41
4	S R COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 02.429.978/0001-07	-	-

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Valor Total	13.233,91

Campo Novo de Rondônia/RO, 02 de Outubro de 2026.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76565500

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 04/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mato Grosso.
CONTRATADA: A Tech Solution Ltda.
CNPJ DA CONTRATADA: 43.263.281/0001-88
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de serviços de quintal, retirada de entulhos e poda de arvores.
VALOR: R$ 14.500,00. (Quatorze mil e quinhentosreais).
VIGÊNCIA: 10 (Dez) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
ASSINAM: Marineide Rodrigues e Alexandre Figueiredo Ramos.

Protocolo 77283449

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 31/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Gomes e Souza Comércio Varejista de Laticínios e Frios
CNPJ DA CONTRATADA: 33.549.523/0001-40
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 319,00 (trezentos e dezenove reais)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Eliene Elmira de Souza.

Protocolo 76211190

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 27/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Pianna
CONTRATADA: Gomes e Souza Comércio Varejista de Laticínios e Frios
CNPJ DA CONTRATADA: 33.549.523/0001-40
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios.
VALOR: R$ 1.116,50 (um mil cento e dezesseis reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 2/10/2026
ASSINAM: Wagner Soares do Nascimento e Eliene Elmira de Souza.

Protocolo 76094870

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 05/2026 (ID 76405020), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76405021) e o Resultado da Análise (ID 76405022), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente habilitado	Descrição do Item	Valor total

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

1	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REVISÃO GERAL COM TROCA DE CABEÇA ESCRITA DA IMPRESSORA EPSON TOMB: 000206319	685,00
2	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REVISÃO GERAL COM TROCA DE CARCAÇA GUIA PAPEL DA IMPRESSORA EPSON TOMB: 000206319	451,00
3	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	CONSERTO DA PLACA DO COMPUTADOR TOMB: 30582771	602,50
4	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	COSERTO NOBREAK TOMB: 000064745	199,90
5	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REVISÃO GERAL E CONSETO ESCANER IMPRESSORA ELGIN PANTUM TOMB: 030007143	695,50
6	H-JET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	REINSTALAÇÃO DE APLICATIVOS COM RECUPERAÇÃO DE DADOS DO SSD, COMPUTADOR TOMB: 030186479	415,00
Valor total			3.048,90

Ji-Paraná, 03 de outubro de 2026.
Elizabete Lima de Melo da Trindade
Presidente do Conselho Escolar BFS

Protocolo 76405024

AVISO

CONSELHO ESCOLARBEATRIZ FERREIRA DA SILVA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 07/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.055318/2026-57

Objeto: Material para manutenção de bens móveis

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 08/10/2026**

O Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva, C.N.P.J nº 84.651.504/0001-61 localizado na Rua Raimundo José da Silva, Nº 1449, Bairro: Primavera - Ji-Paraná/RO - CEP: 76914-756, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro (PROAFI), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de: Material para manutenção de bens móveis, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico escola_beatriz@seduc.ro.gov.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Raimundo José da Silva, Nº 1449, Bairro: Primavera - Ji-Paraná/RO - CEP: 76914-756,, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Material para manutenção de bens móveis, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja

compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escola_beatriz@seduc.ro.gov.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escola_beatriz@seduc.ro.gov.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Finaceiro (PROAFI)serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Pesquisa de Preços / Proposta					
Proponente:					
CNPJ/CPF:					
Insc. Estadual/Mun.:					
Endereço:					
Cidade/ Estado:				**CEP:**	
Telefone:		**E-mail:**			
Ordem	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qdte**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	FECHADURA	UN	6		
2	LAMPADA	UN	100		
3	CASCALHO	UN	1		
4	CIMENTO 50 KG	M³	2		
5	TORNEIRAS METAL	UN	1		
6	CANO PVC 100MM	UN	4		
7	AREIA LAVADA	UN	2		

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8	SIFÃO	M³	5		
9	CAL	UN	4		
10	FITA ISOLANTE	UN	4		
11	BOCAL	UN	10		
12	ASSENTO SANITÁRIO	UN	8		
13	FITA ANTIDERRAPANTE	UN	15		
14	TOMADAS DUPLAS	UN	5		
15	TORNEIRAS PLASTICA	UN	15		
16	TINTA ESMALTE SINTETICO	UN	2		
Valor Total					

Ji-Paraná, 03 de outubro de 2026.

Maria Aparecida Zago
Presidente da Comissão de Contratação
Elizabete Lima de Melo da Trindade
Presidente do Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva

Protocolo 77285095

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Costa Junior
CONTRATADA:MERCADO DINIZ LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 61.359.615/0001-01
OBJETO: É objeto desta a aquisição de material para manutenção de bens imóveis e material elétrico e eletrônico.
VALOR: R$ 4.731,06 (quatro mil setecentos e trinta e um reais e seis centavos).
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Eliana Ferreira de Sousa e Laisa Lopes Ribeiro

Protocolo 77275776

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 14/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Maria do Rabelo
CONTRATADA: **Mercado** SILVA & STRE LTDA
CNPJ DA CONTRATADA:31.836.579/0001-31
OBJETO: É objeto desta contratação a **Produto Alimentício**.
VALOR: R$5.260,60 (cinco mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 90(noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM:Evandra Mara Golferari inheguez
Juliano dos Santos Brito**,**

Protocolo 77273258

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 15/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Maria do Rabelo
CONTRATADA: **Mercado** SILVA & STRE LTDA
CNPJ DA CONTRATADA:31.836.579/0001-31

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

OBJETO: É objeto desta contratação a **Produto Alimentício**.
VALOR: R$384,05 (trezentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 90(noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM:Evandra Mara Golferari inheguez
Juliano dos Santos Brito**,**

Protocolo 77273677

TERMO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL HONORINA LUCAS DE BRITO**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **013/2026** (**ID 77121543**, o Termo de Exclusividade (**ID 77287884**) e o Resultado da Análise (**ID 77287892)**, **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Interessado	Item	Valor Total	Julgamento/Habilitação
1	Licença de software para geração e manutenção do quadro de horário de aula de professores e turmas para o ano letivo de 2027	Todos	R$ 928,29	Habilitado
Valor Total			R$ 928,29	

Cacoal, 05 de outubro de 2026

LURDIVÂNIA LACERDA EVANGELISTA
Gestora/ Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77287982

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR SILVIO MICHELUZZI, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 2°/2026 (ID 77127965), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77276344) e o Resultado da Análise (ID 77279916), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
MERCADO E AÇOGUE UNIÃO LTDA. CNPJ: 02.448.919/0001-78	5,6,20,22	R$ 5873,05
COMERCIAL URUPÁ CNPJ: 26.351.705/0001-47	2,7,10,14,17	R$ 7.071,60
M. J. OLIVEIRA DIST. E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 61.664.765/0001-10	1,3,4,8,9,11,12,13,15,16,18,19,21,23,24	R$ 5.935,72
	Valor Total	**R$ 13.572,07**

Ji-Paraná/RO, 05 de outubro de 2026.
Jandira Rossi da Silva Rocha
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77280343

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emburana
CONTRATADA: Sudario e Batista LTDA-ME

CNPJ DA CONTRATADA: 26.051.378/0001-08
OBJETO: É objeto desta contratação a Gás Engarrafado - Gás de cozinha para confecção da alimentação escolar.
VALOR: R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) mêses.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
ASSINAM: Joanil da Silva Campos Fabre e Nilton Sudario de Jesus

Protocolo 77288308

TERMO

DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR UNIDOS VENCEREMOS, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 009/PROAFI ESCOLAR REGULAR 2026 (ID 76734166), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (76942574) e o Resultado da Análise (ID77273451), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Interessado	Item	Valor Total
01	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Alfinetes cabeça redonda colorido Mapa caixa com 50 unidades	R$ 31,60
02	MAICON VINICIOS DA SILVA BRITO	Apagador para quadro branco, negro e verde, medindo 15 x 5 cm, base de plástico, feltro com espessura mínima de 4.0 mm, de feltro tratado com Type e base de plástico ABS 2000 anatômico. Padrão de qualidade igual ou superior Pilot.	R$ 99,90
03	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Bastão de Cola quente Fina transparente refil 1quilo 7,5x30 cm	R$ 50,60
04	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Bloco adesivo para anotações Post-it 75mm x 75mm com 100 fls	R$ 36,00
05	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Caneta esferográfica azul Corpo em material termoplástico, cor cristal transparente em qualquer tonalidade, com inscrição da marca gravada em baixo ou alto relevo. Carga em plástico transparente, permitindo visualização de cor e o nível da tinta e, seu interior, vide outros dados. Ponteira em plástico ou metal, fixada firmemente ao corpo, por rosca ou colada de forma que não possa ser removida. Ponta em latão com esfera de tungstênio de 0,7 a 0,8 mm. Tampa em material termoplástico na cor da tinta, com clips e ventilada, devendo se fixar firmemente ao corpo da caneta. Tampinha traseira em material termoplástico, na cor da tinta, devendo ser fixa firmemente ao corpo, impedindo sua remoção. A tinta deverá ser inodora e atóxica e a escrita firme, isenta de borrões ou falhas. Padrão de qualidade igual: BIC, Pilot, Paper Mate, Faber Castell, Compactor, Pentel ou superior. Cx com 50 uni.	35,00
06	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Caneta marca - texto, corpo plástico, com ponta fluorescente chanfrada de 4 mm na cor vermelha. Padrão de qualidade PILOT, BIC, Faber Castell ou superior.	R$ 1,74
07	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Clipe galvanizado numero 3/0, caixa com 50 unidades	R$ 4,76
08	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Cola, composição base água, cor branca, aplicação papel, couro e tecido, características adicionais lavável e atóxica, frasco com 90 gramas. No rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Padrão de qualidade: Bic, Pritt ou superior	R$ 51,20

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

09	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Cola para E.V.A/ Isopor de 90 g	R$ 159,20
10	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Envelope Kraft Pardo A4 229 X 324mm	R$ 18,50
11	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Envelope Carta Ofício branco 114x229mm Branco Liso	R$ 7,50
12	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Estilete profissional 18mm com ponta de metal	R$ 19,35
13	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Fita adesiva transparente 45mm x 30m	R$ 34,90
14	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Grampeador para papel, de mesa, tamanho grande. Utiliza grampos 26/06 Capacidade para grampear até 50 folhas de papel 75g/m2. Estrutura metálica, formato anatômico, apoio ergonômico emborrachado ou plástico, para maior conforto ao grampear. Gaveta em aço cromado ou pintura epoxi de alta resistência. Mola do empurrador em formato helicoidal de alta resistência e retração automática. Toda estrutura da gaveta, empurrador dos grampos e caraça deverá ser de metal, não será aceito a presença de nenhum componente plástico na estrutura. Base com revestimento antiderrapante.	R$ 166,00
15	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Grampo galvanizado para grampeador, medida 26/6. Tipo: arame cobreado. Com capacidade de grampear até 20 folhas de papel com gramatura 75g/m2 com grampos fechados ou 8 folhas com 75 g/m2 com grampos abertos. Acondicionado em caixas com 5.000 grampos. Padrão de qualidade igual ou superior a Bacchi	R$ 25,00
16	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Livro de ata, pautado e numerado, com termo de abertura e encerramento, medindo aproximadamente 33 x 23 cm, com 200 folhas.	R$ 98,70
17	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Livro Protocolo de Correspondência 153x216 mm com 104 fls	R$ 29,40
18	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Papel casca de ovo A4, pacote com 50 unidades	R$ 35,96
19	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Papel fotográfico A4: 180 g/m2, Glossy, com 50 folhas	R$ 62,40
20	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Papel Crepom 48cm x 2m- cores variadas	R$ 15,60
21	MAICON VINICIOS DA SILVA BRITO	Papel Sulfite A4 , Caixa com 10 pacotes de 500 folhas, 75 g/m2	R$ 1490,00
22	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Pasta Aba Elástica A4 Lombo 20mm Ofício 332 mm X 232 mm	R$ 30,80
23	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Pasta catálogo com 50 envelopes	R$ 37,80
24	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Pasta grampo trilha plástica, transparente , medindo 240mmx 340 mm	R$ 28,00
25	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Perfurador de papel de metal 1 furo	R$ 6,28

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

26	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Pincel para pintura cerda natural nº 10	R$10,45
27	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Pincel para quadro branco na cor azul com refil de 5,5 ml para recarga ponta redonda cx com 12 unidades	R$ 130,80
28	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Pincel permanente azul 12x01	R$ 36,72
29	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Pistola grande para cola quente	R$ 54,00
30	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Tecido não texturizado tipo TNT: rolo com 50 metros e 1,40 de largura, gramatura 60 g, sendo: vermelho, azul e rosa	R$ 546,00
31	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Tesoura profissional multiuso escritório inox 21cm. Padrão de qualidade igual ou superior a Tramontina	R$ 42,20
32	RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Tinta guache escolar caixa com 06 cores	R$ 54,90
33	PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA	Tinta Reabastecedora Azul 500ml para Pincel Marcador Quadro Branco	R$69,90
PAPELARIA ARIPUANÃ LTDA			R$483,14
MAICON VINICIOS DA SILVA BRITO			R$1.589,90
FOCO CONTÁBIL & TRIBUTÁRIO LTDA			----------
TECH MECH & SERVIÇOS TRIBUTÁRIO LTDA			----------
RTB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA			R$1.448,12
TOTAL			R$3.521,16

São Felipe D`Oeste-RO, 05 de outubro de 2026.
Gleice Vânia Cusinato Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77274642

ERRATA

Processo Nº 0029.043196/2026-56

ONDE SE LÊ:

No termo de Homologação 76688320

Item	Universo Comercio de Papeis CNPJ 22.834.196/0001-52	Descrição do Item	Unid.	Qdte	Valor Unit.	Valor Total
03		Caneta esferográfica de tinta azul, ponta 1.0mm, bico de tungstênio, c/furo, corpo sextavado transparente, cx c/ 50 und	CX.	06	R$59,98	R$359,88
06		Cola branca escolar não tóxica de 1000 ml	UNID.	15	R$ 19,88	R$ 299,70
07		Cola branca escolar não tóxica de 90g	UNID.	50	R$ 2,98	R$ 149,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

09	Extrator de grampo	UNID.	10	R$ 2,98	R$ 29,80
14	Fita adesiva larga transparente 48mmx40mt	UNID.	30	R$ 4,90	R$ 147,00
16	Fita dupla face 12 x30	UNID.	20	R$ 8,99	R$ 179,80
17	Papel folha de EVA c/ glitter 40cmx48cm 1,5mm–cores variadas	UNID.	60	R$4,98	R$ 298,80
18	Papel folha de E.V.A liso 40cmx48cm 2xmm – cores variadas	UNID.	60	R$ 2,48	R$ 148,80
19	Grampo galvanizado 26/6 p/grampeador 26/6 c/5000und	CX	15	R$ 7,98	R$ 119,70
20	Lápis preto grafite nº 2 corpo cilindrico cx c/144 und	CX	8	R$ 49,98	R$ 399,84
21	Pasta catalogo pvc c/ 100 env. médio c/ 4 colchetes e visor na cor preta med. 245mm x 335mm x 20mm	UNID.	20	R$ 39,90	R$ 798,00
23	Papel Fotográfico A4 210x297mm 180g/m², secagem instantênea, cx c/ 50 fls	PC.	10	R$ 24,98	R$ 249,80
27	Papel telado 210x297mm, 180g/m², embalagem c/ 50 folhas, cor branca	CX	15	R$ 19,98	R$ 299,70
28	Papel A4 certificado Textura casca de ovo 180 G/M branco	UNID.	300	R$ 0,40	R$ 120,00
33	Tinta p/ pincel de quadro branco cor azul de 500ml	UNID.	08	R$ 99,00	R$ 792,00
34	Tinta p/ pincel de quadro branco cor vermelha de 500ml	UNID.	08	R$ 99,00	R$ 792,00
35	Tinta p/ pincel de quadro branco cor preta de 500ml	UNID.	08	R$ 99,00	R$ 792,00
36	Grampeador 26/6 start master maped médio	UNID.	10	R$ 29,98	R$ 299,80
37	Tesoura metal picotar 23cm futuro média	UNID.	10	R$ 79,98	R$ 799,80
39	Prancheta simples	UNID.	15	R$ 10,90	R$ 163,50
41	Molha dedo 12gr waxcril	UNID.	08	R$ 4,98	R$ 39,84
44	Porta lápis/clips/lembrete	UNID.	10	R$ 17,98	R$ 179,80
45	Corretivo em fita 10mx5mm onda pro	UNID.	10	R$ 6,98	R$ 69,80
47	Pasta Sanfonada Dac Organizadora A4 12 Divisórias Coloridas Cor Transparente	UNID.	30	R$ 24,98	R$ 749,40
49	Caneta esferog. vermelho	CX.	30	R$ 59,98	R$ 1.799,40
50	Clipe 32 MM preto	CX.	02	R$ 26,98	R$ 53,96
51	Caneta marca texto amarela	UND.	30	R$ 1,75	R$ 52,50
52	Granpeador mini cor pastel	UND.	30	R$ 9,98	R$ 299,40

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

53		Caderno 1 MT 80 FLS	UND.	40	R$ 13,98	R$ 559,20
54		Giz big triangular 12 cores 95 gr	CX.	20	R$ 9,98	R$ 199,60
56		Tinta facial	UND.	10	R$ 29,98	R$ 299,80
57		Tinta guache 15 ml 06 cores	CX.	20	R$ 6,98	R$ 139,60
58		Tinta guache 250 ml 06 cores	UND.	20	R$ 7,98	R$ 159,60
63		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL preta	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
64		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL azul	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
65		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL amarela	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
66		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL vermelho	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
67		Calculadora simples média	UND.	06	R$ 37,98	R$ 227,88
Valor Total			R$ 15.865,60			

LEIA-SE:

No termo de Homologação 76688320

em	Universo Comercio de Papeis CNPJ 22.834.196/0001-52	Descrição do Item	Unid.	Qdte	Valor Unit.	Valor Total
03		Caneta esferográfica de tinta azul, ponta 1.0mm, bico de tungstênio, c/furo, corpo sextavado transparente, cx c/ 50 und	CX.	06	R$59,98	R$359,88
06		Cola branca escolar não tóxica de 1000 ml	UNID.	15	R$ 19,98	R$ 299,70
07		Cola branca escolar não tóxica de 90g	UNID.	50	R$ 2,98	R$ 149,00
09		Extrator de grampo	UNID.	10	R$ 2,98	R$ 29,80
14		Fita adesiva larga transparente 48mmx40mt	UNID.	30	R$ 4,90	R$ 147,00
16		Fita dupla face 12 x30	UNID.	20	R$ 8,99	R$ 179,80
17		Papel folha de EVA c/ glitter 40cmx48cm 1,5mm–cores variadas	UNID.	60	R$4,98	R$ 298,80
18		Papel folha de E.V.A liso 40cmx48cm 2xmm – cores variadas	UNID.	60	R$ 2,48	R$ 148,80
19		Grampo galvanizado 26/6 p/grampeador 26/6 c/5000und	CX	15	R$ 7,98	R$ 119,70
20		Lápis preto grafite nº 2 corpo cilindrico cx c/144 und	CX	8	R$ 49,98	R$ 399,84
21		Pasta catalogo pvc c/ 100 env. médio c/ 4 colchetes e visor na cor preta med. 245mm x 335mm x 20mm	UNID.	20	R$ 39,90	R$ 798,00
23		Papel Fotográfico A4 210x297mm 180g/m², secagem instantênea, cx c/ 50 fls	PC.	10	R$ 24,98	R$ 249,80

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

27		Papel telado 210x297mm, 180g/m², embalagem c/ 50 folhas, cor branca	CX	15	R$ 19,98	R$ 299,70
28		Papel A4 certificado Textura casca de ovo 180 G/M branco	UNID.	300	R$ 0,40	R$ 120,00
33		Tinta p/ pincel de quadro branco cor azul de 500ml	UNID.	08	R$ 99,00	R$ 792,00
34		Tinta p/ pincel de quadro branco cor vermelha de 500ml	UNID.	08	R$ 99,00	R$ 792,00
35		Tinta p/ pincel de quadro branco cor preta de 500ml	UNID.	08	R$ 99,00	R$ 792,00
36		Grampeador 26/6 start master maped médio	UNID.	10	R$ 29,98	R$ 299,80
37		Tesoura metal picotar 23cm futuro média	UNID.	10	R$ 79,98	R$ 799,80
39		Prancheta simples	UNID.	15	R$ 10,90	R$ 163,50
41		Molha dedo 12gr waxcril	UNID.	08	R$ 4,98	R$ 39,84
44		Porta lápis/clips/lembrete	UNID.	10	R$ 17,98	R$ 179,80
45		Corretivo em fita 10mx5mm onda pro	UNID.	10	R$ 6,98	R$ 69,80
47		Pasta Sanfonada Dac Organizadora A4 12 Divisórias Coloridas Cor Transparente	UNID.	30	R$ 24,98	R$ 749,40
49		Caneta esferog. vermelho	CX.	30	R$ 59,98	R$ 1.799,40
50		Clipe 32 MM preto	CX.	02	R$ 26,98	R$ 53,96
51		Caneta marca texto amarela	UND.	30	R$ 1,75	R$ 52,50
52		Granpeador mini cor pastel	UND.	30	R$ 9,98	R$ 299,40
53		Caderno 1 MT 80 FLS	UND.	40	R$ 13,98	R$ 559,20
54		Giz big triangular 12 cores 95 gr	CX.	20	R$ 9,98	R$ 199,60
56		Tinta facial	UND.	10	R$ 29,98	R$ 299,80
57		Tinta guache 15 ml 06 cores	CX.	20	R$ 6,98	R$ 139,60
58		Tinta guache 250 ml 06 cores	UND.	20	R$ 7,98	R$ 159,60
63		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL preta	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
64		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL azul	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
65		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL amarela	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
66		Tinta refil Epson 504 /127 ML T 504120-AL vermelho	UND.	20	R$ 47,48	R$ 949,60
67		Calculadora simples média	UND.	06	R$ 37,98	R$ 227,88
Valor Total						**R$ 15.867,10**

Ji- Paraná, Data e hora do sistema..

ROBERTO BASSI **SASSAMOTO- MAJ QOPM**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Presidente do Conselho Escolar
Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM VI

Protocolo 77276631

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira
CONTRATADA: R.V.A. Comercio de Alimentos - Ltda.
CNPJ DA CONTRATADA: 38.306.886/0001-79
OBJETO: É objeto do presente contrato aquisição de **Material de l**impeza e produção de higienização, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 4576/2026.
VALOR: **R$ 1.836,35 (um mil oitocentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).**
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Shirlei Maria Ventorin e Regiane Viana B. Araújo

Protocolo 77289810

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 03/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira
CONTRATADA: Oliveiras Supermercados Ltda.
CNPJ DA CONTRATADA: 09.074.723/0001-00
OBJETO: É objeto do presente contrato aquisição de **Material de l**impeza e produção de higienização, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 4576/2026.
VALOR: **R$ 3.080,52 (três mil oitenta reais e cinquenta e dois centavos)**.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Shirlei Maria Ventorin e Edivânia Evanuele Oliveira

Protocolo 77289924

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 04/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira
CONTRATADA: José Batista dos Santos Supermercado - EPP.
CNPJ DA CONTRATADA: 34.473.496/0001-32
OBJETO: É objeto do presente contrato a **Material de l**impeza e produção de higienização, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 4576/2026.
VALOR: **R$ 883,71 (oitocentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos).**
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Shirlei Maria Ventorin e José Batista dos Santos.

Protocolo 77290004

TERMO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO JARDIM DAS PEDRAS, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 10**/2026** (ID 77034027), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77035066) e o Resultado da Análise (ID 77035183), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	FARPASS SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA-EPP (CNPJ: 61.944.265/0001-32)	Papel Sulfite A4 Caixa com 10 Resmas de 500 Folhas	4.007,55
Valor Total			4.007,55

Ariquemes/RO, 05 de Outubro de 2026.

ARIANE FERREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77035542

AVISO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SEDUC**, CNPJ n.º **04.564.530/0001-13**, Unidade Gestora 16001-Seduc, em cumprimento ao disposto no **art. 72, parágrafo único da Lei Federal n.º 14.133, de 2021**, torna público, para conhecimento dos interessados, o **ATO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO** da Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação, com fundamento **no art. 74, inciso V,, da Lei de Licitações n.º 14.133/2021** e demais disposições pertinentes. A presente contratação direta se justifica pelo resultado **DESERTO** no CHAMAMENTO PÚBLICO N° 926960-40/2025/SEDUC e levando a nova prospecção de mercado tendo sido verificada a proposta da Sra. **VALDIRENE KNAPP, inscrita no** CPF: ***.065.869-**, que tendo em vista o atendimento de todos os requisitos, foi considerado APROVADA, para fornecer locação tradicional, situado região urbana do distrito de Extrema, para sediar a Superintendência Regional de Educação de Extrema – SUPEREXT, município de Porto Velho - RO, pertencente à rede pública estadual ensino, que atenda aos requisitos técnicos especificados, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. O valor mensal é de R$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo o valor global para esta contratação de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)**.** A presente autorização é concedida conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD 295 (0061940111) e demais informações presentes no Termo de Referência 75749631, todos presentes nos autos do Processo SEI n.º 0029.033604/2025-81.

MASSUD JORGE BRADA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77215103

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DR. ORION NINA RIBEIRO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8326/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.046664/2026-44

Objeto: Constitui objeto da presente Contratação Simplificada a contratação de empresas para o fornecimento *dos seguintes Materiais de consumo, como:* ***material de Expediente*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas).

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 08/10/2026

O Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro, C.N.P.J nº 01.208.977/0001-61 localizado na Avenida Roraima, Nº 3154, Centro - Distrito do Iata, Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-00, doravante Unidade Executora, aderente ao *Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular*, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de ***material de Expediente*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e Administrativos da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, por um período de 200 (duzentos) dias letivos, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **03 (três)** dias úteis, ou seja no período de **05/10/2026 a 08/10/2026,** pelo endereço eletrônico **escolaeuricogdutra@seduc.ro.gov.br** ou entregue

diretamente à unidade executora no endereço Avenida Roraima, Nº 3154, Bairro Centro - Distrito do Iata - Município de Guajará_Mirim/RO - 76.850-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: *Materiais de consumo, como:* ***material de Expediente*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026 (*03 (três) dias úteis)***, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - **PROAFI Regular** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/ou Proposta (77281769).

Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.
Cristiane de Brito Menacho
Presidente da Comissão de Contratação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA MARTINS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77281558

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DR. ORION NINA RIBEIRO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8328/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.046664/2026-44

Objeto: Constitui objeto da presente Contratação Simplificada a contratação de empresas para o fornecimento *dos seguintes Materiais de consumo, como:* ***Material de Processamento de dados (Toner para impressoras)*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas).

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 08/10/2026

O Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro, C.N.P.J nº 01.208.977/0001-61 localizado na Avenida Roraima, Nº 3154, Centro - Distrito do Iata, Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-00, doravante Unidade Executora, aderente ao *Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular*, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de *Material de Processamento de dados (Toner para impressoras)* para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e Administrativos da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, por um período de 200 (duzentos) dias letivos, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **03 (três)** dias úteis, ou seja no período de **05/10/2026 a 08/10/2026,** pelo endereço eletrônico **escolaeuricogdutra@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Roraima, Nº 3154, Bairro Centro - Distrito do Iata - Município de Guajará_Mirim/RO - 76.850-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: *Materiais de consumo, como:* ***Material de Processamento de dados (Toner para impressoras)*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026 (*03 (três) dias úteis)***, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - **PROAFI Regular** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/ou Proposta (77281794).
Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.
Cristiane de Brito Menacho
Presidente da Comissão de Contratação
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA MARTINS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77281992

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DR. ORION NINA RIBEIRO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8329/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.046664/2026-44
Objeto: Constitui objeto da presente Contratação Simplificada a contratação de empresas para o fornecimento *dos seguintes Materiais de consumo, como: M**aterial de limpeza e produção de higienização*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas).
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 08/10/2026
O Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro, C.N.P.J nº 01.208.977/0001-61 localizado na Avenida Roraima, Nº 3154, Centro - Distrito do Iata, Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-00, doravante Unidade Executora, aderente ao *Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular*, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de M***aterial de limpeza e produção de higienização*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e Administrativos da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, por um período de 200 (duzentos) dias letivos, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **03 (três)** dias úteis, ou seja no período de **05/10/2026 a 08/10/2026,** pelo endereço eletrônico **escolaeuricogdutra@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Roraima, Nº 3154, Bairro Centro - Distrito do Iata - Município de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Guajará_Mirim/RO - 76.850-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: *Materiais de consumo, como: M**aterial de limpeza e produção de higienização*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026 (*03 (três) dias úteis)***, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - **PROAFI Regular** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/ou Proposta (77281803).

Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.
Cristiane de Brito Menacho
Presidente da Comissão de Contratação
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA MARTINS
Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DR. ORION NINA RIBEIRO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8330/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.046664/2026-44

Objeto: Constitui objeto da presente Contratação Simplificada a contratação de empresas para o fornecimento *dos seguintes Materiais de consumo, como:* ***Gás Engarrafado (gás de Cozinha)*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas).

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 08/10/2026

O Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro, C.N.P.J nº 01.208.977/0001-61 localizado na Avenida Roraima, Nº 3154, Centro - Distrito do Iata, Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-00, doravante Unidade Executora, aderente ao *Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular*, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de ***Gás Engarrafado (gás de Cozinha)*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e Administrativos da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, por um período de 200 (duzentos) dias letivos, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **03 (três)** dias úteis, ou seja no período de **05/10/2026 a 08/10/2026,** pelo endereço eletrônico **escolaeuricogdutra@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Roraima, Nº 3154, Bairro Centro - Distrito do Iata - Município de Guajará_Mirim/RO - 76.850-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: *Materiais de consumo, como:* ***Gás Engarrafado (gás de Cozinha)*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026 (*03 (três) dias úteis)***, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - **PROAFI Regular** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/ou Proposta (77281825).
Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.
Cristiane de Brito Menacho
Presidente da Comissão de Contratação
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA MARTINS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77282149

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DR. ORION NINA RIBEIRO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8331/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.046664/2026-44

Objeto: Constitui objeto da presente Contratação Simplificada a contratação de empresas para o fornecimento *dos seguintes Materiais de consumo, como:* ***Material para manutenção de Bens Imóveis e Material Elétrico e Eletrônico*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas).

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 08/10/2026

O Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro, C.N.P.J nº 01.208.977/0001-61 localizado na Avenida Roraima, Nº 3154, Centro - Distrito do Iata, Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-00, doravante Unidade Executora, aderente ao *Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular*, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de ***Material para manutenção de Bens Imóveis e Material Elétrico e Eletrônico*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e Administrativos da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, por um período de 200 (duzentos) dias letivos, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **03 (três)** dias úteis, ou seja no período de **05/10/2026 a 08/10/2026,** pelo endereço eletrônico **escolaeuricogdutra@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Roraima, Nº 3154, Bairro Centro - Distrito do Iata - Município de Guajará_Mirim/RO - 76.850-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

1.1 - Descrição: *Materiais de consumo, como:* ***Material para manutenção de Bens Imóveis e Material Elétrico e Eletrônico*** para atender as necessidades dos Setores pedagógicos e administrativas da EEEFM Presidente Eurico Gaspar Dutra, pertencente a jurisdição de Guajará-Mirim, contemplados no âmbito do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Formulário de Pesquisa/ou Proposta de Preços, por um período de 200 dias letivos (40 semanas), considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeuricogdutra@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026 (*03 (três) dias úteis)***, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - **PROAFI Regular** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/ou Proposta (77281833).

Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.
Cristiane de Brito Menacho
Presidente da Comissão de Contratação
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA MARTINS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77282223

AVISO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AVISO DE CANCELAMENTO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO

Aviso nº 7412 – Procedimento Simplificado

Processo: 0029.049796/2026-28

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Roque torna público o cancelamento do Aviso nº 7412 de Procedimento Simplificado (Id nº 76345034),disponibilização: 22/09/2026, Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 183 epublicação: 22/09/2026, tendo em vista que, durante o período de vigência para apresentação das propostas, não foi atingido o número mínimo de empresas interessadas necessário ao prosseguimento do certame.

Dessa forma, fica cancelado o referido procedimento, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.

Corumbiara - RO, 05 de outubro de 2026.

ADRIANA APARECIDA COSTA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77293885

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar da Escola Josino Brito, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (ID 76275348), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77017255) e o Resultado da Análise Objetivas das Propostas (ID77017298), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Itens conforme Quadro Comparativo	Valor Total
1	A DE SOUZA & CIA LTDA-EPP	1, 2, 3, 5, 6, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 26, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 58	83.155,88
2	C.R DO CARMO LTDA	46	439,60
3	L L DE S CARMO LTDA	9, 12, 13, 14, 19, 20, 24, 25, 33, 43, 44, 47, 50, 56, 59	12.995,52
4	RONDONIA COM. DE EMBALAGENS LTDA	4, 7, 8, 27, 28, 29, 31, 32, 60	6.413,90
5	TOIGO E TOIGO LTDA ME	-	-
6	EZEQUIAS MUNIZ LOIOLA EIRELI	45, 55	12.383,90
Valor Total			115.388,80

Cacoal/RO, data e hora do sistema.

Márcia Cristiane Holz Maia

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77283931

AVISO

EEEFM JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA - SEDUC-EEEFMJPR

DA E.E.E.F.M JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2026

PEALE TRANSPORTE

PROCESSO SEI Nº 0029.022012/2026-14

Objeto: ***Aquisição de Gêneros Alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda ID: 77220042***

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 13/10/2026.**

O Conselho Escolar da EEEFM JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA, C.N.P.J nº 00.727.779/0001-41 localizado na AV: Diomero Moraes Borba numero 3647, Machadinho D' Oeste Rondônia- 76868-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: ***Empresas para fornecimento de Gêneros Alimentícios para confecção da Merenda Escolar conforme Cardápio escolhido e***

especificado por profissionais de nutrição alimentar, no valor de R$ 43.365,00 (**quarenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais**) referente à 5 (cinco) parcelas de recursos repassados pelo programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 13/10/2026**., pelo endereço eletrônico: jprseduc@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço AV: Diomero Moraes Borba numero 3647, Machadinho D Oeste Rondônia - CEP 76868-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Empresas* ***para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis para confecção da Merenda Escolar conforme Cardápio escolhido e aprovado por profissionais de nutrição alimentar.***

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail jprseduc@seduc.ro.gov.br**,** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail jprseduc@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 13/10/2026**., devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato "PDF" ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Joaquim Pereira da Rocha**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Machadinho , Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:(ID 77288533)

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Machadinho D`Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.

JOÃO CESAR SAWCZUK

Presidente da Comissão de Contratação

PAULO ROBERTO MORAIS GOMES

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77289120

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA JOSINO BRITO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/EEEMTIJB/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.045398/2026-32

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA JOSINO BRITO, por intermédio de seu responsável legal, torna público aos interessados a **REABERTURA DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**, referente ao Procedimento Simplificado de Contratação nº **06/EEEMTIJB/2026**, cujo objeto é:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A reabertura do prazo decorre da **insuficiência de propostas recebidas durante o prazo inicialmente estabelecido**, visando ampliar a participação de fornecedores interessados, possibilitar maior comparação de preços e buscar condições mais vantajosas para a Unidade Executora, em observância aos princípios da publicidade, isonomia, economicidade, eficiência e transparência.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para:

Aquisição de Material Para Manutenção de Bens Imóveis conforme a Planilha Pesquisa de Preços/Proposta - (76855015)

2. DO NOVO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Fica reaberto o prazo para apresentação das propostas no período de:

Início: 06/10/2026

Término: 08/10/2026

As propostas deverão ser encaminhadas para:

E-mail: jbprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br

ou

Endereço: Rua Uirapuru, 2560 - Floresta - Cacoal/RO. (EEEMTI Josino Brito)

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar fornecedores interessados que atendam às condições e especificações estabelecidas no procedimento.

Os interessados deverão apresentar proposta contendo, no mínimo:

- descrição do objeto ofertado;
- quantidade;
- valor unitário;
- valor total;
- prazo de validade da proposta;
- prazo e condições de entrega/execução;
- dados cadastrais da empresa;
- demais informações e documentos exigidos no Aviso de procedimento simplificado ID (76903716).

4. DAS PROPOSTAS JÁ RECEBIDAS

As propostas regularmente apresentadas durante o prazo inicialmente estabelecido **permanecerão juntadas aos autos do processo**, não sendo necessária sua reapresentação, desde que permaneçam válidas e atendam às condições estabelecidas no procedimento.

As novas propostas recebidas durante o prazo de reabertura serão igualmente juntadas aos autos e submetidas à análise juntamente com as demais propostas válidas.

5. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Encerrado o novo prazo, as propostas serão analisadas de acordo com as especificações do objeto, condições estabelecidas e critérios previstos no procedimento, buscando-se a seleção da proposta que apresente as condições

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

mais vantajosas para a Unidade Executora, observada a legislação e regulamentação aplicáveis.
A reabertura do prazo **não implica garantia de contratação** de qualquer dos fornecedores participantes.
6. DA PUBLICIDADE
O presente aviso será divulgado pelos meios disponíveis e adequados, de modo a assegurar a publicidade da reabertura e a possibilidade de participação dos interessados.

Cacoal/RO, 05 de Outubro de 2026.

Joceli Jardim do Nascimento Ribeiro
Presidente da Comissão de Contratação
Márcia Cristiane Holz Maia
Presidente do Conselho Escolar da Escola Josino Brito

Protocolo 77281560

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO 09-26

A Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Professora Edilce dos Santos Freitas, Professora Núbia Moreira Lobato Carmona, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 09/2026 (ID 76570213), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76083600) e o Resultado da Análise (ID 76083606), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	Proponente 1: JOEL VERÍSSIMO DA ROCHA - ME CNPJ 19.916.756/0001-03	Sapato de segurança, óculos de proteção, luvas nitrílica, luvas anti corte, touca impermeável.	R$ 792,00
02	TEREZINHA GONÇALVES DA SILVA CNPJ 33.844.377/0001-86	Jaleco avental, camiseta branca, calça.	R$ 772,00
Valor Total			R$ 1.564,00

Ji-Paraná RO, 05 de outubro de 2026

NÚBIA MOREIRA LOBATO CARMONA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76083612

AVISO

CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.040948/2026-27

Objeto: Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica; **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 06/10/2026 **a** 09/10/2026

O CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA, C.N.P.J nº 03.149.579/0001-47 localizado na situada na **Av. Porto Velho nº 880 Setor 01, CEP: 76880-000, BURITIS/RO**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI/REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica**; MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS:** *Contratação de serviços de mão de obra para manutenção predial em ambiente escolar*. referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 06/10/2026 **a** 09/10/2026, pelo endereço eletrônico **conselhoescolarelvandasmariadesiqueira@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à

unidade executora no endereço **Av. Porto Velho nº 880 Setor 01, CEP: 76880-000, BURITIS/RO**, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica**; MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS;** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **conselhoescolarelvandasmariadesiqueira@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail conselhoescolarelvandasmariadesiqueira@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 06/10/2026 **a** 09/10/2026 - O CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA *deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação d*e* esse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI/REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso.

Formulário de cotação/proposta

Buritis, data e hora do sistema.

Hemerson Falcão
Presidente da Comissão de Contratação
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar ou Conselho Gestor

Protocolo 77200993

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR PAZ E AMOR
CONTRATADA: COIMBA IMP. E EXP. LTDA
CNPJ DA CONTRATADA:06.151.921/0013-75
OBJETO: É objeto desta aquisição dematerial de consumo(custeio)
VALOR: R$ 4.840,00(quatro mil oitocentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: 30 dias.
DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026

JANAINA DAS GRAÇAS SOUSA
Presidente

Protocolo 77298873

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 02/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira
CONTRATADA: Horta e Fruta Comercio de Alimentos Ltda
CNPJ DA CONTRATADA: 61.506.907/0001-11
OBJETO: É objeto do presente contrato aquisição de **Material de l**impeza e produção de higienização, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 4576/2026.
VALOR: **R$ 553,95 (quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos).**
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM: Shirlei Maria Ventorin e Lindinei Santos

Protocolo 77289872

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 002/2026.
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves.
CONTRATADA: **R. Picoli da Silva**.
CNPJ DA CONTRATADA: 22.095.630/0001-20.
OBJETO: É objeto desta contratação, **Serviços Técnicos Profissional.**
VALOR: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026.
ASSINAM: Antonia Eliane Almeida de Azevedo Presidente do Conselho Escolar e representante da empresa **R. Picoli da Silva**.

Protocolo 77024438

AVISO

CONSELHO ESCOLAR GETÚLIO VARGAS
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 11/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.039843/2026-25
Objeto: *A contratação de empresa especializada no fornecimento do serviços de dedetização, para atender a demanda de limpeza pragas do prédio escolar.*
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos:**05/10/2026 a 08/10/2026**
O Conselho Escolar Getúlio Vargas, CNPJ nº 01.649.898/0001-96, localizado na Avenida Presidente Kennedy, Nº 1685, Bairro Planalto - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76.932-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para acontratação de empresa especializada no fornecimento do serviços de dedetização, para atender a demanda de limpeza de pragas do prédio escolar, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico ceeja.smg@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço: Avenida Presidente Kennedy, Nº 1685, Bairro Planalto - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76.932-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa para fazer dedetização e desinsetização no ambiente escolar, elemento pessoa jurídica para atender as demandas da instituição escolar, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CEEJA Getúlio Vargas;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceeja.smg@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceeja.smg@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026**- *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Getúlio Vargas, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Regular Saldo Reprogramado serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso: Formulário Pesquisa de Preços/Proposta *id* (77188105)

São Miguel do Guaporé/RO, 05 de outubro de 2026.

Solange de Castro Neves
Presidente da Comissão de Contratação
Wanderlei Aparecido Gabriel

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Presidente do Conselho Escolar Getúlio Vargas

Protocolo 77187804

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 005/2026 77153544
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM GOV. JESUS BURLAMAQUI HOSANNAH
CONTRATADA: JOÃO EDUARDO GOULART NETO ME
CNPJ DA CONTRATADA: 63.775.696/0001-48
OBJETO: É objeto desta contratação é a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TERCEIRO E PESSOA JURÍDICA (ELEMENTO FILTRANTE P/BEBEDOURO)
VALOR: R$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: 200 (duzentos) dias.
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026
ASSINAM: Liliany Aurora Moreira e João Eduardo Goulart Neto

Protocolo 77154461

Portaria de férias nº 14360 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ZENAIDE CHAVES DA SILVA DE OLIVEIRA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******487, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**02/02/2026 a 21/02/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**02/02/2026 a 21/02/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **04/11/2026 a 23/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65065

Portaria de férias nº 14361 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ROSENI PAULINO PEREIRA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******196, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(02/01/2026 a 11/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (23/06/2026 a 02/07/2026) e (21/09/2026 a 30/09/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(02/01/2026 a 11/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (23/06/2026 a 02/07/2026) e (01/10/2026 a 10/10/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65066

Portaria de férias nº 14362 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **LEONILIA JOSEFA DA SILVA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******091, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**30/09/2026 a 09/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**30/09/2026 a 09/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **14/10/2026 a 23/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65067

Portaria de férias nº 14363 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 02/01/2026 a 31/01/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ROSARIA CANDIDO DO ROSARIO**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******044, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(02/01/2026 a 31/01/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65068

Portaria de férias nº 14364 de 05 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 21/09/2026 a 27/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MARCINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******509, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(21/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65069

AVISO

CONSELHO ESCOLAR ANOMÃE TUPARI.
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8350/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.044169/2026-09
Objeto: **Material de Copa e Cozinha.**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **06/10/2026 à 08/10/2026.**
O Conselho Escolar ANOMÃE TUPARI, C.N.P.J nº 54.658.996/0001-56 localizado na Terra Indígena - Rio Branco - Alta Floresta D'Oeste/RO - 76954-000, doravante Unidade Executora, aderente ao **PROAFI REGULAR**, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Material de Copa e Cozinha**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **06/10/2026 à 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico **e-mail** indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida.: Bahia, Nº 4795, Bairro Cidade Alta - Alta Floresta D'Oeste/RO - 76954-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Material de Copa e Cozinha**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Conselho Escolar ANOMÃE TUPARI;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de **e-mail indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta 77295521** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo **e-mail** indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **06/10/2026 à 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar ANOMÃE TUPARI,** com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI REGULAR** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta: **77295521**
Alta Floresta D'Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.
Raul Pat'Awre Tupari
Presidente da Comissão de Contratação
Geovane Tupari
Presidente do Conselho Escolar ANOMÃE TUPARI.

Protocolo 77295579

Portaria de férias nº 14365 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **EUNICE DE OLIVEIRA PIRES SANTOS,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******146, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**14/07/2026 a 23/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**14/07/2026 a 23/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **15/10/2026 a 24/10/2026 e 10/12/2026 a 19/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65070

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar da E. E. **Maria Carmosina Pinheiro**, CNPJ 00.689.585/0001-07, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 6951(ID 75832679), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77119081) e o Resultado da Análise (ID 77119094), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Menor Preço por Item		
Proponentes	Item	Valor Total
GOMES & CIA COM. SERVIÇOS	43 A 51, 53 A 56	R$6.544,90
EXCELENCIA COM. E SERVIÇOS		R$ -
R B DE MELO	58	R$ 88,50
ROLDÃO BRAGA RIBEIRO LTDA	52, 57, 59, 60	R$ 965,37
-		R$ -
TOTAL		R$7.598,77

Alexandre de Albuquerque Tavares Braga
Presidente do **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL MARIA CARMOSINA PINHEIRO**
Protocolo 77119124

AVISO
CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA E.E.F.M. CARLOS GOMES
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.042659/2026-62

Objeto: Serviços Gráficos.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **06/10/2026 a 08/10/2026.**

O Conselho Escolar da Escola E.E.F.M. Carlos Gomes, C.N.P.J nº **63.788.582/0001-32** localizado na Avenida Recife, Nº 335, Bairro Novo Cacoal - Cacoal/RO - 76962-111, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para Confecção de carimbos e Confecção de fichas individuais referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **06/10/2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico carlosgomes@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Recife, Nº 335, Bairro Novo Cacoal - Cacoal/RO - 76962-111, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada em confecção de carimbos e fichas individuais, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Escola Carlos Gomes;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail carlosgomes@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** ID 77151959 e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail carlosgomes@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **06/10/2026 a 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar E.E.F.M. Carlos Gomes, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso: Formulário de Pesquisa e Proposta (ID 77151959).

Bárbara Betina da Silva Pedro
Presidente da Comissão de Contratação
Shirley Andrade de Souza
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77152283

Portaria de férias nº 14366 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 28/09/2026 a 07/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **LIVIA SAMILA DE OLIVEIRA PINTO** , **SEDUC - ASSESSOR VI - CDS-06**, matrícula ******491, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(28/09/2026 a 07/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65071

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O Presidente do CONSELHO ESCOLA DA EEEFM. TEODORO DE ASSUNÇÃO, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **009/PROAFI ESCOLA/2026**. (ID 76936012) o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77232009) e o Resultado da Análise (ID 77235161), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	**Proponente Interessado**	**Descrição do Item**	Valor Total
1	67.623.609 JONATAS DA CONCEIÇÃO MOTA - CNPJ - 67.623.609/0001-98	Botas em PVC antiderrapantes, diversas numerações de 36 a 41	720,00
2	67.623.609 JONATAS DA CONCEIÇÃO MOTA - CNPJ - 67.623.609/0001-98	Sapatilha antiderrapantes, diversas numerações de 36 a 41 (para atividades na cozinha)	480,00
Valor Total			1.200,00

CANDEIAS DO JAMARI/RO 05 de outubro de2026.
Cleidiene Luna Feitosa
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM. Teodoro de Assunção

Protocolo 77240020

Portaria de férias nº 14367 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 21/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CRISTIANA NOGUEIRA DE SOUZA** , **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******876, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(21/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65072

Portaria de férias nº 14368 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 23/09/2026 a 26/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **BRUNA FRANCIELE ZANINI DAPONT TASSI**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******420, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(15/09/2026 a 29/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65073

AVISO

CONSELHO ESCOLAR IU UT'E - RIO BRANCO.
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8324/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.044171/2026-70

Objeto: **Material de Copa e Cozinha.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **06/10/2026 à 08/10/2026.**

O Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO, C.N.P.J nº 03.212.303/0001-66 localizado na Terra Indígena - Rio Branco - Alta Floresta D'Oeste/RO - 76954-000, doravante Unidade Executora, aderente ao **PROAFI REGULAR**, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Material de Copa e Cozinha**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **06/10/2026 à 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico **e-mail** indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida.: Bahia, Nº 4795, Bairro Cidade Alta - Alta Floresta D'Oeste/RO - 76954-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Material de Copa e Cozinha**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de **e-mail indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta 77280929** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo **e-mail** indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **06/10/2026 à 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO,** com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI REGULAR** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta: **77280929**
Alta Floresta D'Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.
Edmar Aruá
Presidente da Comissão de Contratação
Fernando Maria Duarte
Presidente do Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO.

Protocolo 77280940

Portaria de férias nº 14369 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/09/2026 a 17/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ADEMIR DA SILVA MATTOS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******460, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 17/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65074

Portaria de férias nº 14370 de 05 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 14/09/2026 a 23/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MARIA DA GLORIA DA COSTA DE FARIAS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******710, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(14/09/2026 a 23/09/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65075

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR VALDIR MONFREDINHO, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (ID 76375738 76590563 76990568), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76375941) e o Resultado da Análise (ID 76376110), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Açúcar - tipo cristal, granulado, cor clara, sem umidade ou sujidade, acondicionada em pacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente, fd 30 kg- pct de 2kg. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	R$ 81,20
2	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Alho nacional branco – graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente bem desenvolvido, com bulbos corados sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalagem em saco plástico atóxico - de 100 g a 1 kg.	R$ 71,72
3	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Arroz agulhinha, tipo 1 - constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis)meses a partir da data da entrega - pct de 5 kg.	R$ 979,60
4	HORTA E FRUTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 61.506.907/0001-11	CAFÉ EM PÓ - Torrado e moído, com aspecto homogêneo, cor, sabor e cheiro próprio do produto. Isento de parasitos, larvas e substâncias estranhas. Acondicionado em embalagem aluminizada, íntegra, resistente, vedada hermeticamente e identificada com o nome da empresa, resistente a danos durante o transporte e armazenamento, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. Deverá apresentar embalagem com rotulagem nutricional, de acordo com a legislação vigente, apresentando data de fabricação. Validade mínima de 04 (quatro) meses, a contar da data de entrega do produto). Embalagem contendo até 500 gramas.	R$ 435,10
5	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	CANELA EM PÓ - Pó fino e homegêneo, pura, com aspecto, cheiro e sabor característicos acondicionado em saco de polietileno, íntegro,atóxico, resistente, vedado ermeticamente e limpo, com rotulagem nutricional obrigatória, conforme legislação vigente, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega.mbalagem de 50g.	R$ 139,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Canjica branca - Embalagem limpa, não violada, resistente que garanta a integridade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega – pct de 500g.	R$ 311,91
7	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	Carne bovina de 2ª (cubos) - Podendo ser de acém, paleta, músculo e lombo. Congelada. Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária. Embalagem de até 2 kg.	R$ 2.072,00
8	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	Carne bovina de 2ª (moída) - Podendo ser de acém, paleta, músculo e lombo. Congelada. Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie (isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Embalagem em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo (não podendo ser tipo tubete). A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária. Embalagem de até 2 kg.	R$ 4.713,80
9	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Cebola nacional (branca) - Tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho. Acondicionada em embalagens novas, limpas e secas, que não transmitam odor ou sabor estranhos ao produto	R$ 180,25
10	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Cenoura - 1ª qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpo estranho aderido a superfície externa. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico a partir de 1 kg.	R$ 350,88
11	HORTA E FRUTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 61.506.907/0001-11	COCO RALADO - Acondicionado em embalagens adequadas àscondições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária. Higiene: Condições gerais: o produto deve ser processado, acondicionado, armazenado, conservado e transportado conforme as Boas Práticas de Fabricação, atendendo à legislação específica. Características macroscópicas: devem obedecer à legislação específica. Características microscópicas: devem obedecer à legislaçãoespecífica. Características microbiológicas: devem obedecer à legislaçãoespecífica. Rotulagem: Devem atender ao Regulamento Técnicoespecífico de Rotulagem de Alimentos Embalados. Devem apresentar, obrigatoriamente, a declaração de nutrientes de acordo com RegulamentoTécnico específico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, com exceção do produto Coco Ralado Integral. Quandoqualquer Informação Nutricional Complementar for utilizada, atender ao Regulamento Técnico específico. Embalagem de até 1kg.	R$ 149,50

12	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Extrato de tomate - Isento de indicadores de processamento defeituoso. Sem corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação. Embalagem íntegra, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade (Mínima de 6 meses a partir da entrega). Embalagem de 340g.	R$ 415,03
13	HORTA E FRUTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 61.506.907/0001-11	FARINHA DE TRIGO,- Doméstico, tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, deverá se apresentar limpa, seca e isenta de odores ou sabores estranhos ou impróprios ao produto, com aspecto, cor, odor e sabor próprio, isenta de sujidades, parasitos e larvas, bem como de umidades. Embalada em saco plástico transparente, atóxico, inviolável e resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 1kg.	R$ 84,00
14	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - Instantâneo, mistura em pó para preparo de bolos, biscoitos e receitas em geral, apresentando cor branca, odor e aroma característicos, sem glúten. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa e parasitas. Não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato mo nocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Acondicionado em embalagem inviolável,perfeitamente lacrada, não apresentado estufamento, vazamento, corrosão interna, amassamento ou outros indícios de alteração doproduto. Rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega . Embalagem de 100g.	R$ 79,80
15	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Feijão carioquinha - tipo 1, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes e acondicionados em fardos lacrados. Deve conter dados de identificação,rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade (Mínima de 06 meses a partir da entrega). Pacote de 1 kg	R$ 489,30
16	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	Frango congelado, peito – com osso, em peça, sem tempero, de 1ª qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico transparente atóxico. Embalagens de 1 kg, transparente bem lacradas, com denominação do nome do produto, fabricante, endereço, registro no órgão de inspeção sanitária. Data de fabricação e validade (mínima de 03 meses, a partir da entrega).	R$ 1.545,81
17	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Leite integral UHT – Por processamento UHT (Ultra high temperatura), embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto (mínima de 04 meses a partir da data de entrega). Caixa tetrapak de 1 litro, esterilizada e hermeticamente fechada.	R$ 3.157,44
18	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Maçã nacional (vermelha) – Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. Acondicionadas em caixa plástica vazada.	R$ 369,26

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

19	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - Massa alimentícia seca tipo espaguete, produzida a partir de farinha de trigo, sêmola/semolina de trigo ou sêmola/semolina de trigo duram. Características sensoriais próprias do produto. Devem ser obtidos, processados, embalados, armazenados, transportados e conservados em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Embalagem resistente de polietileno atóxico transparente e que garanta a integridade do produto. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo até 1000 gramas.	R$ 223,44
20	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Manga haden - frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. Acondicionadas em caixa plástica vazada.	R$ 683,06
21	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	FUBÁ - Alimento proveniente do milho, de cor amarela, com odor e sabor característicos, textura uniforme (fina e homogênea) e sem grumos, livre de quaisquer matérias estranhas à sua composição, devendo apresentar umidade recomendável. Não deve conter parasitas, larvas e/ou insetos vivos, como carunchos, gorgulhos e outras pragas de grãos armazenados. Embalagem limpa, não violada, resistente, que garanta a integridade do produto. Apresentar rotulagem nutricional obrigatória, contendo marca, informações nutricionais, lote, data de fabricação e dados do responsável pelo produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Pacote de 500g.	R$ 75,81
22	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Óleo de soja vegetal – tipo 1, refinado, obtido de matéria prima vegetal, sem colesterol e sem gorduras trans, aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor característicos. Embalagem plástica de 900 ml, resistente e transparente que garanta a integridade do produto. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	R$ 194,48
23	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	Pão (francês) 50g – 1ª qualidade, em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária. Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente.	R$ 3.147,90
24	R. V. A. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 38.306.886/0001-79	Repolho Verde - De 1ª qualidade, tamanho médio, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, frescos, sem lesões, perfurações e cortes, livre de manchas e sujidades, possuir cor, odor e sabor característicos. Acondicionado em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos.	R$ 285,48

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

25	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	Sal – marinho, iodado, refinado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou Empedrado. Embalagem plástica atóxica, resistente e transparente que garanta a integridade do produto, em pacotes de 1 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade (validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega).	R$ 9,95
26	JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP CNPJ 34.473.496/0001-32	Tomate - de 1ª qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante. Deverá estar em perfeito estado para consumo, sem defeitos graves como podridão, amassado, murcho, deformado, descolorado, queimado de sol, com manchas, rachaduras, injúrias por pragas ou doenças. Embalado em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto ou caixa plástica vazada.	R$ 979,91
Valor Total			R$ 21.225,63

Pimenta Bueno/RO, 05 de outubro de 2026.
Maria Fatima de Andrade Sanches
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76376297

Portaria nº 9868 de 01 de outubro de 2026

Institui Comissão Organizadora para atuar na continuidade dos processos seletivos destinados à seleção de 35 (trinta e cinco) estudantes e 10 (dez) professores de Língua Inglesa da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia para participação na 2ª Edição do Projeto Intercâmbio Rondônia – Edição Londres e revoga a Portaria nº 9567, de 28 de setembro de 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos processos seletivos iniciados no exercício de 2025, destinados à seleção de 35 (trinta e cinco) estudantes e 10 (dez) professores de Língua Inglesa da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia para participação na 2ª Edição do Projeto Intercâmbio Rondônia – Edição Londres, cuja mobilidade internacional será realizada no exercício de 2026;

CONSIDERANDO as disposições do Edital Retificado nº 002/2025/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO e o Edital de Retificação nº003/2026/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO destinado aos estudantes, e do Edital nº 003/2025/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO e o Edital de Retificação nº004/2026/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO destinado aos professores de Língua Inglesa, bem como suas respectivas retificações;

CONSIDERANDO que permanecem válidos os atos, avaliações, resultados, pontuações, habilitações e demais procedimentos regularmente realizados nas etapas anteriores dos processos seletivos, ressalvadas as adequações expressamente estabelecidas nas respectivas retificações;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a composição da Comissão Organizadora, mediante a inclusão de servidor para auxiliar na execução e no acompanhamento das etapas remanescentes dos processos seletivos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade, a transparência, a isonomia, a impessoalidade, a publicidade, a eficiência e a segurança jurídica na condução dos processos seletivos;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora responsável pela continuidade dos processos seletivos da 2ª Edição do Projeto Intercâmbio Rondônia – Edição Londres, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC/RO, destinados à seleção de 35 (trinta e cinco) estudantes e 10 (dez) professores de Língua Inglesa da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Organizadora:

I – Samara Alves de Souza, matrícula ******410 – Presidente;

II – Tainá Oliveira Santos, matrícula ******440 – Secretária;

III – Daniele Braga Brasil, matrícula ******672 – Membro;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

IV – Lucas de Tarso Savino Nogueira, matrícula ******763 – Membro.

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora:

I – planejar, organizar, coordenar e acompanhar a execução das etapas remanescentes dos processos seletivos, observados os respectivos editais e suas retificações;

II – observar e preservar os atos, avaliações, documentos, resultados, pontuações, habilitações e convocações regularmente realizados nas etapas anteriores, ressalvadas as alterações expressamente estabelecidas nos instrumentos de retificação;

III – organizar e acompanhar a realização das entrevistas e demais procedimentos avaliativos ainda pendentes, conforme previsto nos respectivos editais;

IV – proceder à conferência e à consolidação das pontuações obtidas pelos candidatos nas etapas do processo seletivo, observando rigorosamente os critérios estabelecidos nos respectivos editais;

V – realizar, quando necessário, consultas aos sistemas oficiais da Secretaria de Estado da Educação para obtenção de informações acadêmicas ou administrativas indispensáveis à conclusão dos processos seletivos;

VI – verificar, quando necessário, a manutenção das condições e informações documentais exigidas para participação nas etapas remanescentes, observadas as regras específicas estabelecidas nos editais e suas retificações;

VII – organizar os cronogramas, horários, links de acesso e demais procedimentos necessários à realização das entrevistas e demais atividades vinculadas às etapas finais dos processos seletivos;

VIII – elaborar, conferir e encaminhar para publicação os resultados preliminares e finais dos processos seletivos, bem como as respectivas convocações, nos meios oficiais definidos pela Secretaria de Estado da Educação;

IX – receber, analisar e decidir, de forma fundamentada, os recursos administrativos interpostos pelos candidatos, nos termos e prazos estabelecidos nos respectivos editais;

X – promover, quando necessário, correções decorrentes de erro material, análise de recurso ou determinação administrativa devidamente fundamentada, assegurada a devida publicidade dos atos;

XI – elaborar atas, relatórios, registros e demais documentos necessários à formalização das atividades e decisões da Comissão;

XII – manter organizados os documentos e registros relativos aos processos seletivos, observadas as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, transparência administrativa e acesso à informação;

XIII – prestar os esclarecimentos necessários aos candidatos, responsáveis legais, unidades escolares e Superintendências Regionais de Educação acerca dos procedimentos relativos às etapas remanescentes, observados os canais oficiais da SEDUC/RO;

XIV – acompanhar os procedimentos de convocação dos candidatos classificados e selecionados, inclusive quanto às orientações e providências administrativas posteriores à conclusão dos processos seletivos;

XV – praticar os demais atos necessários à adequada conclusão dos processos seletivos, observadas as disposições dos respectivos editais, suas retificações, a legislação vigente e as competências institucionais da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4º A Comissão Organizadora deverá observar, em todas as suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência e segurança jurídica, bem como as disposições dos instrumentos que regem os respectivos processos seletivos.

Art. 5º Os critérios de participação, requisitos de elegibilidade, etapas, procedimentos de avaliação e classificação, critérios de desempate, documentação, recursos, convocações e demais condições aplicáveis aos processos seletivos são aqueles estabelecidos no Edital Retificado nº 002/2025/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO bem como no Edital de Retificação nº003/2026/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO referente aos estudantes, e no Edital nº 003/2025/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO bem como no Edital de Retificação nº004/2026/GEM/CEB/DGE/SEDUC/RO referente aos professores de Língua Inglesa, consideradas as respectivas retificações e demais atos oficialmente publicados.

Art. 6º A atuação da Comissão instituída por esta Portaria restringe-se às etapas remanescentes e aos atos necessários à conclusão dos processos seletivos, não implicando reabertura de inscrições ou repetição das etapas regularmente realizadas e ratificadas, salvo determinação administrativa ou judicial expressa.

Art. 7º A participação dos servidores na Comissão de que trata esta Portaria será considerada de relevante interesse público, sem prejuízo das atribuições ordinárias inerentes aos respectivos cargos.

Art. 8º A Comissão permanecerá constituída até a conclusão dos processos seletivos e das providências administrativas diretamente relacionadas à convocação dos candidatos selecionados, podendo ser extinta ou alterada mediante ato da autoridade competente.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 9567, de 28 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 188, de 29 de setembro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Parágrafo único. Ficam preservados os atos regularmente praticados pela Comissão Organizadora durante a vigência da Portaria revogada, observadas as disposições dos respectivos editais e suas retificações.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77242364

AVISO

CONSELHO ESCOLAR EK ERAT - CASA GRANDE.

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8322/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.044172/2026-14

Objeto: **Material de Copa e Cozinha.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **06/10/2026 à 08/10/2026.**

O Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE nº 03.212.298/0001-91, localizado na Terra Indígena - Rio Branco - Alta Floresta D'Oeste/RO - 76954-000, doravante Unidade Executora, aderente ao **PROAFI REGULAR**, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Material de Copa e Cozinha**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **06/10/2026 à 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico **e-mail** indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida.: Bahia, Nº 4795, Bairro Cidade Alta - Alta Floresta D'Oeste/RO - 76954-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Material de Copa e Cozinha**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de **e-mail indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta 77279285** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que

estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo **e-mail** indigenaaltafloresta@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **06/10/2026 à 08/10/2026**,, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE,** com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI REGULAR** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta: **77279285**
Alta Floresta D'Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.
Arlene Soares Tupari
Presidente da Comissão de Contratação
José Porité Arikapú
Presidente do Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE.

Protocolo 77279305

TERMO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO JARDIM DAS PEDRAS, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 11**/2026** (ID 77041079), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77041911) e o Resultado da Análise (ID 77042062), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	M R SOLUÇOES LTDA **(CNPJ:** 37.358.125/0001-80**)**	SERVIÇO DE ADEQUAÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO DA SALA DE AEE COM TROCA DE DJUNTOR BIPOLAR DE 32A (COM MATERIAL INCLUSO)	01
2	M R SOLUÇOES LTDA **(CNPJ:** 37.358.125/0001-80**)**	SERVIÇO DE PONTO 220 BEBEDOURO (COM MATERIAL INCLUSO)	01
3	M R SOLUÇOES LTDA **(CNPJ:** 37.358.125/0001-80**)**	SERVIÇO DE TROCA DE INTERRUPTOR DA COZINHA COM TROCA DE CAIXINHA(COM MATERIAL INCLUSO)	01
4	M R SOLUÇOES LTDA **(CNPJ:** 37.358.125/0001-80**)**	SERVIÇO DE TROCA DE TOMADA 10a DA COZINHA (COM MATERIAL INCLUSO)	01
5	M R SOLUÇOES LTDA **(CNPJ:** 37.358.125/0001-80**)**	SERVIÇO DE TROCA DE TOMADA COM INTERUPTOR DA COZINHA (COM MATERIAL INCLUSO)	01
6	M R SOLUÇOES LTDA **(CNPJ:** 37.358.125/0001-80**)**	SERVIÇO DE TROCA DE INTERRUPTOR DO DEPÓSITO DE ALIMENTOS (COM MATERIAL INCLUSO)	01
Valor Total			1.940,00

Ariquemes/RO, 10 de Outubro de 2026.

ARIANE FERREIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77042315

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2026 77301106
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM GOV. JESUS BURLAMAQUI HOSANNAH
CONTRATADA: GRIVO COMERCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 20.848.291/0001-80
OBJETO: É objeto desta contratação é a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TERCEIRO E PESSOA JURÍDICA (SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE VIDRO CANELADO)
VALOR: R$ 7.050,00 (sete mil cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 200 (duzentos) dias.
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
ASSINAM: Liliany Aurora Moreira e Paulo Sérgio Ramos

Protocolo 77301579

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 07/2026 77307285
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM GOV. JESUS BURLAMAQUI HOSANNAH
CONTRATADA: GRIVO COMERCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 20.848.291/0001-80
OBJETO: É objeto desta contratação é a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TERCEIRO E PESSOA JURÍDICA (SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA)
VALOR: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 200 (duzentos) dias.
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
ASSINAM: Liliany Aurora Moreira e Paulo Sérgio Ramos

Protocolo 77308088

Portaria nº 9882 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, fundamentado no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto Estadual nº 18.340, de 6 de novembro de 2013, e em conformidade com a Lei Federal nº 15.263, de 14 de novembro de 2025 (Política Nacional de Linguagem Simples),

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo de suas funções, para exercerem os cargos de Fiscal e seu respectivo Substituto, bem como, da Comissão de Recebimento dos Serviços e Certificação das Notas Fiscais a contar do dia 24 de setembro de 2026, considerando o Despacho (77213749) e a Ordem de Serviço (76950007), sobre a execução do Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 (0036400040), presente no processo 0029.013782/2023-23 vinculado ao Processo 0029.244426/2020-15, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, instalação, configuração, integração, operação, manutenção e fornecimento de um Centro de Comando de Operações de Segurança, com Sistemas de Monitoramento, atendimento móvel e reposicionamento de bens destinados às 18(dezoito) Coordenadorias Regionais de Educação, 3 (três)Unidades Administrativas - Arquivo Central, Centro de Apoio Pedagógico - CAP, Gerência do Centro de Mídias de Educação e mais o Conselho Estadual de Educação - CEE, sob a responsabilidade da empresa IIN TECNOLOGIAS LTDA**,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.211.236/0001-65, situada na Avenida Ephigênio Salles, nº126, Bairro Parque 10 de novembro, CEP: 69055-736, na cidade de Manaus/AM, conforme especificado no Termo de Referência (0036380741), Edital PE nº 584/2022/SUPEL/RO e seus anexos (0036377465), Ata de Registro de Preços nº 47/2022 (0036377484) e Planilha SEDUC-CAD (0027859456), nos ditames da Lei 8.666/93, em atendimento às necessidades dessa Superintendência Regional de Educação de Extrema.

Servidores para Fiscais do Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 - Superintendência Regional de Educação de Extrema

Unidade	Função	Nome	Matrícula

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Superintendência Regional de Educação de Extrema	Fiscal de Contrato	Silvia Aparecida Pimentel	******827
	Fiscal Substituto	Ueliton Paulo de Sousa Dias	******533

Art. 2º Compete ao Fiscal Titular e, nos seus impedimentos legais, ao Fiscal Substituto:

I – Acompanhar e fiscalizar continuamente a prestação dos serviços no local de execução;

II – Exigir o cumprimento dos prazos, das quantidades e da qualidade pactuadas no Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 (0036400040) e em conformidade com o Termo de Referência (0036380741;

III – Registrar em anotações próprias todas as ocorrências de impropriedades identificadas para regularização;

IV – Reportar aos superiores hierárquicos as decisões que ultrapassarem sua competência regimental;

IV– Elaborar e assinar o Relatório mensal de Fiscalização dos Serviços prestados pela contratada no âmbito de sua unidade.

VI - Cabe ao Fiscal Substituto atuar em caso de impedimento do Fiscal Titular, assumindo as mesmas condições e responsabilidades, inclusive, assinar o Relatório de Fiscalização, mantendo a regularidade e a eficácia das fiscalizações.

Art. 3º - Designar servidores da Superintendência Regional de Educação de Extrema, no âmbito do Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 (0036400040) para que, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Recebimento dos Serviços Executados, e certificações de Notas Fiscais.

Servidores para Comissão de Recebimento dos Serviços e Certificação das Notas Fiscais

Unidade	Função	Nome	Matrícula
Superintendência Regional de Educação de Extrema	Membro	Edileia Ferreira Gama	******790
	Membro	Rosimar Aparecida Leonardeli	******055
	Membro	Pauliana Aparecida de Barros Martins	******510
	Suplente	Aliciane Pereira Zausa	******076

§ 1º - Compete à Comissão de Recebimento dos Serviços Executados e de Certificação de Notas Fiscais:

I - Acompanhar a prestação de Vigilância por meio do Sistemas de Monitoramento Eletrônico, atendimento móvel e reposicionamento de bens destinados à Superintendência Regional de Educação de Extrema;

II - Realizar, mensalmente, o Recebimento das Notas Fiscais, elaborar o Termo de Recebimento dos Serviços Executados e Certificações das Notas Fiscais, em conformidade com os Relatórios dos Fiscais dos Contratos, em tela.

§ 2º - Cabe ao Suplente, em conjunto com os demais Membros da Comissão, elaborar e assinar o Termo de Recebimento dos Serviços Executados, bem como, Certificar as Notas Fiscais, em caso de impedimento de assinatura por um dos Membros da Comissão de Recebimentos de Serviços Executados e de Certificações de Notas Fiscais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial do Estado, com efeitos retroativos a partir de 24 de setembro de 2026.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação - SEDUC/RO

Protocolo 77268272

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7997/2026 (ID 76897469), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77282608) e o Resultado da Análise (ID 77293051), HOMOLOGA o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Item	Valor Total
01	LG MAQUINAS ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ 51.728.805/0001-97	02.	R$ 480,00
02	REGINALDO PAULO DE FARIA, CNPJ 17.839.894/0001-00	---	---
03	NOVA PARAFUSO E FERRAGENS LTDA, CNPJ 12.004.300/0001-28	---	---
Valor Total			R$ 480,00

Rolim de Moura - RO, 05 de outubro de 2026.

Rita de Cássia de Souza Cabral Degam

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77295798

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. PAULO FREIRE, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 7564/2026 Id (76495822), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas Id (76495957) e o Resultado da Análise Id (76496029), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	MASTER TINTAS COMER. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 e 11	R$ 6.472,00
Valor Total			R$ 6.472,00

Cacoal/RO, 05 de outubro de 2026.
Gildeon Alves da Cruz
Presidente do Conselho Escolar EEEFM. Paulo Freire

Protocolo 77301963

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 13/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Maria do Rabelo
CONTRATADA: **Comercio de Carne Atacarejo Frigoisa EIRELLI**
CNPJ DA CONTRATADA:32.758.391/0001-02
OBJETO: É objeto desta contratação a **Produto Alimentício**.
VALOR: R$ 577,80 (quinhentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 90(noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
ASSINAM:Evandra Mara Golferari inheguez
Barbara Catarina Garcia Biancheto

Protocolo 77272244

Portaria nº 9808 de 30 de setembro de 2026

APresidente do Conselho Escolar EEEM JOVEM GONÇALVES VILELA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar os membros para compor a Comissão de Recebimento, conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição dessa comissão é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Recebimento.

Art. 2º Designar os servidores, abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão supracitada, para desempenho de suas atribuições estabelecidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

1 -Luciane Pereira de Souza, matrícula nº ******101, Presidente;
2 - Leidiane dos Santos Vitoriano , matrícula nº ****** 061, Membro;
3 - Lucineia Marques de Oliveira, matrícula nº ******823, Membro;
4 - Patrícia Felix da Silva , matrícula nº ******777, Suplente;
5 -Sabrina Donoso Mendes dos Santos , matrícula nº ******553, Suplente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
Presidente do Conselho Escolar EEEM JOVEM GONÇALVES VILELA

Protocolo 77172262

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR PROFª ADMA LEAL, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 3550/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

(ID77012851), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77013106) e o Resultado da Análise (ID77013222), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	A. MARTINS DOS SANTOS	1. PÃO FRANCÊS IN NATURA 2. PÃO MASSA FINA IN NATURA	20.334,00
Valor Total			20.334,00

Guajará - Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.

ELKA SHEILA GUASTOVARA LOPES BILIATTO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77013373

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2026
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. MIGRANTES
CONTRATADA: JOEL DE SALES LTDA- MASTER GÁS
CNPJ DA CONTRATADA: 46.310.681/0001-95
OBJETO: É objeto desta contratação a GÁS P45 (gás de cozinha)
VALOR: R$ 4.900,00(quatro mil, novecentosreais).
VIGÊNCIA: 300 (trezentos) dias.
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
ASSINAM: Fatima Garcia da Silva

Protocolo 77294043

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MIGRANTES
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 09/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.037996/2026-38

Objeto: **SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 08/10/2026**

O Conselho Escolar da E.E.E.F.M.Migrantes, C.N.P.J nº 84.727.718/0001-74 localizado na Rua Seringueira,2714- CEP: 76870-142, Setor 01, Ariquemes/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Serviços contábeis** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026** pelo endereço eletrônico escolamigrantes@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço: Rua Seringueira,2714- CEP: 76870-142, Setor 01, Ariquemes/RO , as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a **contratação de serviços contábeis**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva com a EEEFM Migrantes
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail [xxxxxxxxx@seduc.ro.com.br] a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolamigrantes@seduc.ro.com.br], dentro do prazo de**05/10/2026 a 08/10/2026** , devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do [Conselho Escolar da EEEFM Migrantes, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Finaceiro-PROFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

ANEXO 01

Pesquisa de Preços / Proposta					
Proponente:					
CNPJ/CPF:					
Insc. Estadual/Mun.:					
Endereço:					
Cidade/ Estado:				CEP:	
Telefone:		E-mail:			
Ordem	Descrição do Item	Unid.	Qdte	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviços contábeis/ apresentação de obrigações e acessorias, DCTF E ECF anual para a Receita Federal	Serviço	01		
Valor Total					

IMPORTANTE

VALIDADE DA PROPOSTA: 365 (MÍNIMA DE 60 DIAS)

FORMA DE PAGAMENTO: CARTÃO CORPORATIVO FUNÇÃO: ( ) Débito (X) Crédito

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME ORDEM SERVIÇO

PRAZO DE PAGAMENTO: no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega do material ou realização de serviço e da apresentação das notas fiscais, condicionada a sua aprovação pela UEx.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DIAS GARANTIA: 01 ANO (MÍNIMA DE 03 MESES)
DATA DA EMISSÃO: ____/____/_____
Obs: A proponente deverá anexar a este instrumento os seguintes documentos: certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, FGTS, cópia Cadastro CNPJ

Zilma Pimentel da Conceição
Presidente da Comissão de Contratação
Fatima Garcia da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77298365

Portaria nº 9902 de 05 de outubro de 2026

A Presidente do Conselho Escolar EEEM JOVEM GONÇALVES VILELA ,CNPJ nº 08.098.499/0001-23 no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar os membros para compor a Comissão de Contratação, conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição dessa comissão é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

Considerando que a constituição destas Comissões é imprescindível para promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do **PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola: PDDE Educação Básica**, **PDDE Qualidade, PDDE Novo Ensino Médio**, **PDDE Inovação Educação Conectada**, **PDDE Mais Alfabetização, PDDE Estrutura Acessibilidade;**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente **Comissão de Compras e Licitação como Membros**, sob a Presidência do primeiro.

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Marluz bendler zanol	Professor	******551
Secretário	Noêmia de Oliveira Silva	Técnico Educacional	****** 249
Membro	Laura Pereira Rosa	Técnico Educacional	******644
Suplente (presidente)	Thayse Oliveira Vieira	Professor	******272
Suplente (secretário)	Guilherme de Sena Oliveira	Técnico Educacional	******082

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente **Comissão de Recebimento**:

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Luciane Pereira de Souza	Técnico Educacional	******101
Membro	Leidiane dos Santos Vitoriano	Técnico Educacional	******061
Membro	Lucineia Marques de Oliveira	Técnico Educacional	******823

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Portaria nº 4139 de 03 de abril de 2024.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Presidente do Conselho Escolar da escola Estadual de Ensino Médio Jovem Gonçalves Vilela
Matrícula 300100252

Ji-Paraná/RO, 05 de outubro de 2026.
Protocolo 77310735

EXTRATO

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 48/2026/SEDUC-EEEFJM
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR EEEF JARDIM DOS MIGRANTES
CONTRATADA: Mercado e Açougue União Ltda
CNPJ DA CONTRATADA: 02.448.919/0001-78
OBJETO: Aquisição de Material de Consumo: *Material de Expediente de Papelaria*
VALOR: *R$ 3.733,95 (Três mil reais e setessentos e trinta e três centavos)*
VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO: 06 (Seis) meses, contados da data de sua assinatura
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026
PROCESSO SEI Nº: 0029.047771/2026-90
ASSINAM: Maria Madalena Leitee Anderson Garcia Gonzales

Protocolo 77310734

Portaria nº 9905 de 05 de outubro de 2026

O presidente da Unidade Executora, **Associação** CONSELHO ESCOLAR DA EEEM JOVEM GONÇALVES VILELA, CNPJ nº08.098.499/0001-23, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designá-lo aos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento conforme estabelecido pela Lei nº. 11.947/2009 - Resolução FNDEnº. 26 de 17/06/2013 - Instrução Normativa nº. 002 de 05/08/2014 - Resolução nº. 4 de 03/04/2015; Decretonº. 22.179 de08/08/2017 - Leinº. 3.753 de 30/12/2015;

Considerando que a constituição dessas Comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente **Comissão de Compras e Licitação como Membros**, sob a Presidência do primeiro.

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Marluz bendler zanol	Professor	******551
Secretário	Noêmia de Oliveira Silva	Técnico Educacional	****** 249
Membro	Laura Pereira Rosa	Técnico Educacional	******644
Suplente (presidente)	Thayse Oliveira Vieira	Professor	******272
Suplente (secretário)	Guilherme de Sena Oliveira	Técnico Educacional	******082

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente **Comissão de Recebimento**:

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Luciane Pereira de Souza	Técnico Educacional	******101
Membro	Leidiane dos Santos Vitoriano	Técnico Educacional	******061
Membro	Lucineia Marques de Oliveira	Técnico Educacional	******823

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Tatiana de Oliveira Vono
Presidente do Conselho Escolar
Jovem Gonçalves Vilela
Matrícula******252

Protocolo 77312072

Portaria nº 9906 de 05 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O (A) Presidente do Conselho EscolarEEEM JOVEM GONÇALVES VILELA , no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar os membros para compor a Comissão de Contratação, conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição dessa comissão é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Contratação.

Art. 2º Designar os servidores, abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão supracitada, para desempenho de suas atribuições estabelecidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Marluz bendler zanol	Professor	******551
Secretário	Noêmia de Oliveira Silva	Técnico Educacional	****** 249
Membro	Laura Pereira Rosa	Técnico Educacional	******644
Suplente (presidente)	Thayse Oliveira Vieira	Professor	******272
Suplente (secretário)	Guilherme de Sena Oliveira	Técnico Educacional	******082

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO

Presidente do Conselho Escolar EEEM JOVEM GONÇALVES VILELA

Protocolo 77312618

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR CECÍLIA MEIRELES, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **09/2026 (ID 76146900)**, o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas **(ID 77171824)** e o Resultado da Análise **(ID 77171854)**, **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	**RT Serviços LTDA**	Despesa com serviços gráficos na confecção de pasta individual para aluno, Serviço de impressão e confecção de Banner de Lona 1,25 x 1,00, Serviço de impressão, confecção de Banner 1,55 x 1,27 e Serviço de impressão e confecção de Painel de Papel 1,50 x 1,50	R$ 4.567,50
Valor Total			**R$ 4.567,50**

Nova Brasilândia D'Oeste – RO, 05 de Outubro de 2026.

Claudio Pereira Gomes

Presidente do Conselho Escolar Cecília Meireles

Protocolo 77172957

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Carlos Gomes

CONTRATADA: R.T.B. Comércio e Representações LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 34.477.133/0001-75

OBJETO: É objeto desta contratação a Aquisição de Material de Expediente.

VALOR: R$ 39.052,40 (trinta e nove mil e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA: Data e horário do sistema.

ASSINAM: Shirley Andrade de Souza

Rita Teixeira Bastos

Protocolo 77274526

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 08/2026 (ID 76846030), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77130015) e o Resultado da Análise (ID 77313102), HOMOLOGA o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	SILVA & STRE LTDA, CNPJ: 31.836.579/0002-31	amendoim, arroz, beterraba, canjica, cenoura, frango coxa e sobrecoxa, frango peito e milho verde	**R$ 4.676,47**
2	MERCADO FORTALEZA LTDA - ME CNPJ: 13.129.091/0001-01	açafrão, aveia, alho, canela em pó, castanha, cebola, chicória, extrato de tomate, farinha de mandioca, feijão, fubá, leite integral, maçã, macarrão, óleo de soja, ovos de galinha, pimentão amarelo e sal.	**R$ 6.498,18**
3	S. M COMERCIAL DE ALIMENTOS FAVORITO LTDA CNPJ: 06.339.174/0001-60	açúcar, creme de leite e leite de coco.	**R$ 335,96**
4	MARCIO DE OLIVEIRA LTDA CNPJ: 46.891.108/0001-12	pão massa fina e pão francês (torrada)	**R$3.556,14**
Valor Total			**R$ 15.066,75**

Rolim de Moura/RO, 05 de outubro de 2026.

Daniela Dias
Presidente do Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon

Protocolo 77314029

EXTRATO

CONTRATO Nº 04/2026 (77213015)
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM PAULO FREIRE
CONTRATADA: EDIVALDO RIBEIRO LIMA LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 34.724.484/0001-33
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos
VALOR: R$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho, 30 de Setembro de 2026.

Sandra Alves da Silva Nogueira
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Paulo Freire

Edivaldo Ribeiro Lima
Responsável/Contratada

Protocolo 77213353

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PAULO DE ASSIS RIBEIRO, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7823/PROAFI ESCOLA REGULAR/2026 (ID 76723486), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77164233) e o Resultado da Análise (ID 77167736), **HOMOLOGA** o procedimento realizado conforme abaixo:

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total R$

1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 16 e 17	43.444.691 DIEGO COSTA OLIVEIRA	Instalação de aparelho de ar-condicionado – 18.000 BTUs; Desinstalação de aparelho de ar-condicionado – 18.000 BTUs, Desinstalação de aparelho de ar-condicionado – 24.000 BTUs Desinstalação de aparelho de ar-condicionado – 30.000 BTUs, Reinstalação de aparelho de ar-condicionado – 18.000 BTUs, Reinstalação de aparelho de ar-condicionado – 24.000 BTUs , Reinstalação de aparelho de ar-condicionado – 30.000 BTUs; Manutenção preventiva técnica – 24.000 BTUs; Manutenção preventiva técnica – 30.000 BTUs; Diagnóstico/visita técnica para identificação de falha; Detecção e correção de vazamento no sistema frigorígeno	2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais)
2, 3, 10, 13, 14, 15 e 18	66.134.556 JOAO BATISTA DA FONSECA	Instalação de aparelho de ar-condicionado – 24.000 BTUs; Instalação de aparelho de ar-condicionado – 30.000 BTUs; Manutenção corretiva técnica – 18.000 BTUs; Manutenção corretiva técnica – 24.000 BTUs; Manutenção corretiva técnica – 30.000 BTUs; Recarga de fluido refrigerante	2.195,00 (dois mil cento e noventa e cinco reais)
-	22.694.667 ANTONIO DOS SANTOS	-	-0-
TOTAL			4.455,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Colorado do Oeste,02 de outubro de 2026.
GERSON ZIMOLONG
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77316905

AVISO

CONSELHO ESCOLAR CORONEL ALUÍZIO PINHEIRO FERREIRA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 26/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.042160/2026-55

Objeto: Manutenção corretiva e preventiva de todos os bebedouros da escola, e limpeza nas caixas d'agua e cisternas.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 à 07/10/2026,** das 08:00 as 14:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS AS 14:00 DO DIA 07/10/2026.

O Conselho Escolar Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira C.N.P.J nº 84.650.894/0001-05 localizado na Avenida Maceió, Nº 4665, Centro - Rolim de Moura/RO - 76940-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Financeiro - PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Manutenção corretiva e preventiva de todos os bebedouros da escola, e limpeza nas caixas d'agua e cisternas, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 à 07/10/2026,** das 08:00 as 14:00, pelo endereço eletrônico: aluizioferreira@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Maceió, Nº 4665, Centro - Rolim de Moura/RO - 76940-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Manutenção corretiva e preventiva de todos os bebedouros da escola, e limpeza nas caixas d'agua e cisternas, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM.CEL. ALUÍZIO PINHEIRO FERREIRA;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail aluizioferreira@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail aluizioferreira@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **05/10/2026 à 07/10/2026,** das 08:00 as 14:00**,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

7.5 - O prazo para execução do serviço será de 05 (cinco) dias corridos a contar da ordem de fornecimento, E É IMPRORROGÁVEL.

7.6 - É VEDADA A TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO, DEVENDO A EMPRESA GANHADORA ter um profissional devidamente habilitado que será RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E É VETADA a utilização de menores de 18 anos na execução dos serviços.

7.7 - A empresa deverá emitir o Certificado e Laudo - Limpeza e Higienização de Caixa D'água, Reservatórios e Bebedouros.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Rolim de Moura/RO, 01 de outubro de 2026.

Felipe Ferreira dos Santos
Presidente da Comissão de Contratação
Gildo Benedito Ramos da Rocha
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77316049

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 06/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Josué Montello
CONTRATADA: FAZOLIN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: CNPJ nº **39.883.052/0001-99**
OBJETO: Limpeza e Manutenção dos Ares Condicionados
VALOR: R$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 180 dias.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026
ASSINAM: Marilza Angelica Oliveira Cruz

Protocolo 77317894

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. João Bento da Costa, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 10/2026 (76723975), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (76951306) e o Resultado da Análise (77214685), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Homologado	Item	Valor Total
1	RB DE MELO	2, 11, 18, 25, 26, 52 e 60	764,22
2	BS COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	1, 5, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 23, 24, 27, 31, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 59, 62 e 63	11.282,60
3	LINIKA REPRESENTAÇÕES E COMERCIO	3, 4, 7, 21, 22, 28, 29, 30, 32 a 40, 45, 46, 47, 51, 55, 58 e 61	10.092,30
4	D I MARTINS COMERCIO E SERVIÇOS	6, 9, 10, 16, 19, 20, 41, 57 e 64	26.349,40
Valor Total			48.488,52

Porto Velho, 05 de Outubro de 2026.

Olavo Bernardo da Rocha Filho
Presidente do Conselho Escolar da EEEM Profº João Bento da Costa

Protocolo 77215177

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. João Bento da Costa, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 11/2026 (76723988), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (76951484) e o Resultado da Análise (77214786), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Homologado	Item	Valor Total
1	RB DE MELO	36 a 38, 45, 46	4.548,00
2	EDIVALDO RIBEIRO LIMA LTDA	1, 3, 4, 8, 10 a 12, 14 a 18, 20, 21, 23, 25, 28, 31, 33, 35, 39 a 42, 44, 47	31.416,60
3	MASTERMED COMERCIO E SERVIÇOS	2, 5, 6, 7, 30	10.244,40
4	MAIS DISTRIBUIDORA	9, 13, 19, 22, 24, 26, 27, 29, 32, 34, 43	6.990,80
Valor Total			53.199,80

Porto Velho, 05 de Outubro de 2026.

Olavo Bernardo da Rocha Filho

Presidente do Conselho Escolar da EEEM Profº João Bento da Costa

Protocolo 77215386

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 07/2026, (ID:76684955), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID: 77026394) e o Resultado da Análise (ID:77317885), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	**RB DE MELO**	26,33 e 36	R$706,60
02	**C20 Expertise**	12,16 e 27	R$962,00
02	**Linika Representações**	1,2,3,4,5,8,10,11, 13,15,17,18,19,20,21, 22,23,24,29,30,31,32, 34,35,37,38,39,40,41,42,43, 44,45,46,47,48,49.	R$14.327,67
04	**Excelencia Comércio**	06,07,09,14,25 e 28	R$951,74
Valor total			**R$16.948,01**

Porto Velho-RO, 05 de outubro de 2026

SELMA TEIXEIRA DA SILVA AMORIM

Presidente do Conselho Escolar da EEEF Padre Mário Castagna

Protocolo 77319035

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANÍSIO TEIXEIRA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.039436/2026-18

Objeto: Aquisição de Material de Consumo para Manutenção de bens Móveis(elementos filtrantes para bebedouros).

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 á 08/10/2026**

O Conselho Escolar do Conselho, C.N.P.J Nº 84.727.627/001-39, localizado na Cardeal, Nº 1794, Setor 02 - Ariquemes/RO - CEP: 76873-110 doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, "Proafi Escola - Regular" 2026, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a **Aquisição de Material de Consumo para Manutenção de bens Móveis(elementos filtrantes para bebedouros)**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos

do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 á 08/10/2026** pelo endereço eletrônico prestacaoanisioteixeira.ro@gmail.com ou entregue diretamente à unidade executora no endereço ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Cardeal, Nº 1394, setor 02 - Ariquemes/RO - CEP: 76.873-110, no horário comercial, de 07h e 30 minutos ás 17h e 30minutos, na sala da direção escolar ou setor de prestação de contas, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Empresa Especializada para o fornecimento Material de Consumo para Manutenção de bens Móveis(elementos filtrantes para bebedouros), considerando o menor preço por item.

1.2 - **O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE** dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de prestacaoanisioteixeira.ro@gmail.com a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta https://drive.google.com/file/d/1SLIBsiVv39F7cdtCyamb9HwdFMT7ZqFQ/view?usp=sharing** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo,60(sessenta dias), dias contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo prestacaoanisioteixeira.ro@gmail.comdentro do prazo de **05/10/2026 á 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - **Em caso de envio por correspondência eletrônica.** Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - **Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, "Proafi Escola - Regular" 2026, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa**, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta https://drive.google.com/file/d/1SLlBsiVv39F7cdtCyamb9HwdFMT7ZqFQ/view?usp=sharing

Ariquemes/RO, data e hora do sistema.

EDNEI ORNELES LOPES

Presidente da Comissão de Contratação

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Anísio Teixeira

Protocolo 74765215

AVISO

CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.051709/2026-01

Objeto: Aquisição de Material manutenção

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 07/10/2026

O Conselho Escolar Cora Coralina, C.N.P.J nº 84.650.696/0001-91 localizado naRua José do Patrocínio, Nº 2159, Centro, Cacoal - RO- CEP 76963 790, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro, PROAFI ESCOLA , **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para aquisição de material manutenção referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026 pelo endereço eletrônico coracoralinacacoal@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua José do Patrocínio, Nº 2159, Centro, Cacoal - RO - CEP 76963 790, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de material manutenção, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar ;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail coracoralinacacoal@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas,

podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail coracoralinacacoal@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de05/10/2026 a 07/10/2026 devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos doPrograma de Apoio Financeiro - PROAFI -serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia.
Anexo I Integra o presente Aviso: 77317647

Cacoal, data e hora do sistema.

Simone Zuffi Pichek
Presidente da Comissão de Contratação
Everson de Oliveira Souza
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76694316

AVISO

CONSELHO ESCOLAR VALDIR MONFREDINHO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 13/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.055475/2026-62

Objeto: *Limpeza e Conservação*

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 09/10/2026**

O CONSELHO ESCOLAR VALDIR MONFREDINHO, C.N.P.J nº 00.700.422/0001-70 localizado na Rua Floriano Peixoto, Nº 310, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno -RO - 76970-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de serviços de: Limpeza e Conservação -Limpeza de Reservatório de água e Limpeza de caixa de gordura, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 a 09/10/2026**, pelo endereço eletrônico ceejagliceria@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço na Rua Floriano Peixoto, Nº 310, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno -RO - 76970-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Limpeza e Conservação -Limpeza de Reservatório de água e Limpeza de caixa de gordura, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Cejja Glicéria Maria de Oliveira Crivelli;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceejagliceria@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceejagliceria@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de**05/10/2026 a 09/10/2026** *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Valdir Monfredinho, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1**-** Os serviço de Limpeza e Conservação - Limpeza de Reservatório de água e Limpeza de caixa de gordura deverão ser realizados na Escola Ceeja Glicéria Maria de Oliveira Crivelli, localizada, Rua Floriano Peixoto, Nº 310, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno -RO - 76970-000, município de Pimenta Bueno, no horário das 8h:00 às17h:00 de segunda a sexta feira.
7.2- O serviço será realizada de acordo com a ordem de serviço e de acordo com a necessidade do Conselho Escolar Valdir Monfredinho.
7.3- O prazo para a realização do serviço será em até 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de serviço , no endereço citado no item 7.1

8 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

8.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
8.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
8.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
8.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
9.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
9.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
9.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
9.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
9.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
9.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.9.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
9.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta 77315747

Pimenta Bueno, 05 de outubro de 2026.
Sirlene Gonçalves de Santana Canuto
Presidente da Comissão de Contratação
Maria Fátima de Andrade Sanches
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77315749

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA EEEMTI JUSCELINO K. DE OLIVEIRA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026 PROCESSO SEI Nº 0029.022933/2026-87

Objeto: Aquisição de produtosda merenda escolar(supermercados)

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: Até o dia 08 de outubro de 2026.

O Conselho Escolar da Escola EEEMTI JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, C.N.P.J nº 01.700.028/0001-02 localizado na Av Amapá, Nº 4503, Santa Felicidade – Alta Floresta D'Oeste - RO – CEP 76954-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PEALE - Programa Estadual da Alimentação Escolar , **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Aquisição de produtos de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

supermercados para merenda escolar, **Abacaxi; Açúcar; Alho; Arroz; Aveia; Beterraba;Carne bovina músculo moído; Carne, bovina, músculo, sem gordura;Cebola; Cenoura; Creme de Leite; Farinha de mandioca; Farinha de trigo; Feijão carioca; Feijão preto; Fermento em pó químico; Coxa e Sobrecoxa; Frango peito; Laranja pêra; Leite de coco; Maçã Fuji; Macarrão; Manteiga sem sal; Melancia; Melão; Milho fubá; Milho verde cru; Óleo de Soja; Orégano; Pão francês; Pepino; Queijo mozarela; Repolho branco; Sal; Tangerina Poncã; Tomate; Tomate, extrato.)**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 05/10/**2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico escolajko_afo@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço: Av Amapá, Nº 4503, Santa Felicidade – Alta Floresta D'Oeste - RO– CEP 76954-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada (supermercados) **a compra dos itens relacionados**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

1.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

1.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas':

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

1.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolajko_afo@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

1.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

1.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

1.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

1.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

1.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

1.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

1.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

1.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas; III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

1.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

1.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolajko_afo@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 05/10/**2026 a 08/10/2026** - ***(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)***, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

1.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

1.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

1.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e- mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

1.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Juscelino K. de Oliveira**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

6.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

6.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PEALE **– Programa Estadual de Alimentação Escolar** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

6.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

6.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

6.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

6.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

6.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

6.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

6.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

6.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

6.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o **foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.**

Anexos. Integram o presente Aviso:

77021486- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Alta Floresta D'Oeste, 05 de outubro de 2026.

Antonio Florentino da Silva
Presidente da Comissão de Contratação
Kenya Alves Rodrigues Savegnago
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77021508

ADENDO
AVISO
ASSOCIAÇÃO CONSELHO ESCOLAR TEIXEIRÃO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO SEI Nº 0029.050673/2026-30

Objeto: **Material de Consumo - Expediente**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 08/10/2026**

A Associação Conselho Escolar Teixeirão, C.N.P.J nº 00.670.384/0001-50 localizado na Rua Carlos de Lima, 1729, Bairro Novo Horizonte - Urupá/RO - CEP 76.929-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - Programa de Apoio Financeiro, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de **material de expediente**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo d e **05/10/2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico altamirbsoares@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Carlos de Lima, 1729, Bairro Novo Horizonte - Urupá/RO - CEP 76.929-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 – DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de **materiais de expediente**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2 . 1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas, que:

I - Apresentem irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

I I - Com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

V I - Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3 .1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **altamirbsoares@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor;

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **altamirbsoares@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 – DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 – DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome da Associação Conselho Escolar Teixeirão com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do
tributo incidente (se o caso).

7 – DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** - Programa de Apoio Financeiro serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 – DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Alvorada do Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta ID (77152033).
Urupá/RO, 02 de outubro de 2026

Ivanildo Justino de Oliveira
Comissão de Contratação
Maria Rodrigues de Souza
Associação Conselho Escolar Teixeirão
Presidente

Protocolo 77273251

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATANTE: Associação Conselho Escolar Teixeirão CNPJ: 00.670.384/0001-50

CONTRATADO: COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE URUPÁ

OBJETO: Constitui objeto do presente a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Merenda Escolar em atendimento as necessidades da EEEFM Altamir Billy Soares visando garantir a continuidade da oferta.

VALOR: R$ 14.588,88

PROCESSO: 0029.024307/2026-25

VIGÊNCIA: 60 dias

DATA DE ASSINATURA:01/10/2026

ASSINAM:

Maria Rodrigues de Souza / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77321868

AVISO

CONSELHO ESCOLAR FERNANDA SOUZA DE PAULA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 09/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.025182/2026-51

Objeto: O Objeto da despesa é aquisição de *Gêneros Alimentícios para atender 60 dias da merenda escolar* na Escola Fernanda Souza de Paula.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **06/10/2026 a 08/10/2026.**

O Conselho Escolar Fernanda Souza de Paula, C.N.P.J nº 84.568.518/0001-16 localizado na Rua São Paulo, Nº 3435, Bairro Liberdade - Município/RO - CEP 76.974-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PEALE Programa Estadual de Alimentação Escolar, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Gêneros Alimentícios (merenda Escolar), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **06/10/2026 a 08/10/2026.**, pelo endereço eletrônico financeirofernanda@seduc.ro.gov.brou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua São Paulo, Nº 3435, Bairro Liberdade - Município Espigão do Oeste/RO - CEP 76.974-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Gêneros Alimentícios para atender 60 dias da merenda escolar*, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Fernanda Souza de Paula;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeirofernanda@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeirofernanda@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **06/10/2026 a 08/10/2026.**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Fernanda Souza de Paula, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PEALE Programa Estadual de Alimentação Escolar serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Espigão do Oeste/RO, 05 de Outubro de 2026

Aparecida Oliveira de Carvalho
Presidente da Comissão de Contratação
Simone Ferreira da Silva
Presidente do Conselho Escolar Fernanda Souza de Paula

Protocolo 76282843

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AVISO

PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026 - PEALE

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MANUEL BANDEIRA

Objeto: Aquisição de produtos para o preparo da merenda escolar para atendimento a 100 (cem) dias letivos aos 606 (seiscentos e seis) estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Educação Especial.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 à 08/10/2026.**

O Conselho Escolar **da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira**, C.N.P.J nº 15.892.771/0001-08, localizado na Rua Mato Grosso nº 4298 , município de Colorado do Oeste/RO, CEP: 76.993-000, doravante Unidade Executora, aderente ao **PEALE - Programa Estadual de Alimentação Escolar**,**AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada em fornecer genêros alimentícios, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **05/10/2026 à 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico **[financeiromanuelbandeira@seduc.ro.gov.br]** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Mato Grosso nº 4298 , município de Colorado do Oeste/RO, CEP: 76.993-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada em fornecer genêros alimentícios, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Conselho Escolar Floriano Peixoto ou com a respectiva unidade escolar EEEF Floriano Peixoto;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **[financeiromanuelbandeira@seduc.ro.gov.br]** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso (certidões negativas e Alvará), considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 90 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **[financeiromanuelbandeira@seduc.ro.gov.br]**, dentro do prazo de **05/10/2026 à 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. **Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em **nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira/PEALE**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PEALE/2026** e serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a entrega de produtos pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas àentrega dos produtos, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta (76799846)
Anexo II - Minuta do Contrato (77303001)
Colorado do Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.

Rogério Batista Moreno
Presidente da Comissão de Contratação

Alessandra da Costa A. Badaró
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77307123

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 09/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Cândido Portinari
CONTRATADA: Rolim Net Serviços & Internet Ltda
CNPJ DA CONTRATADA: 09.337.446/0001-80
OBJETO: É objeto desta contratação a internet fibra óptica 1.000 megas com instalação completa
VALOR: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: Dez meses.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026
ASSINAM: Rosiane Barbosa da Silva Taliari - Contratante

Protocolo 77323686

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 04/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.021822/2026-53
Objeto: Material de Consumo (Material de Expediente) no elemento de Despesa 33.90.30, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 07/10/2026
O Conselho Escolar A Unidade Executora da EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS inscrito no CNPJ nº **01.862.012/0001-98**, Localizada na Rua da Cassiterita, nº 4608, Bairro: Flodoaldo Pontes Pinto, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Consumo (Material de Expediente) referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026**,** pelo endereço eletrônico: escolajoseotino@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: Material de Consumo (Material de Expediente)
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolajoseotino@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolajoseotino@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026**, ate as 12 horas do dia 07/10/2026** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho - RO, 05 de outubro de 2026.
Tainá Trindade Pinheiro
Responsável pelo levantamento

Alessandra Braga Da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77320161

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 05/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.021822/2026-53

Objeto: Material de Consumo (Material de Limpeza) no elemento de Despesa 33.90.30, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 07/10/2026
O Conselho Escolar A Unidade Executora da EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS inscrito no CNPJ nº **01.862.012/0001-98**, Localizada na Rua da Cassiterita, nº 4608, Bairro: Flodoaldo Pontes Pinto, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Consumo (Material de Limpeza) referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento

Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026**,** pelo endereço eletrônico: escolajoseotino@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: Material de Consumo (Material de Limpeza)

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolajoseotino@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolajoseotino@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026**, ate as 12 horas do dia 07/10/2026** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho - RO, 05 de outubro de 2026.
Tainá Trindade Pinheiro
Responsável pelo levantamento

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Alessandra Braga Da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77321388

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.021822/2026-53

Objeto: Serviço de Terceiro e Pessoa Juridica (Manutenção e Limpeza de Terreno) no elemento de Despesa 33.90.39, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 05/10/2026 a 07/10/2026

O Conselho Escolar A Unidade Executora da EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS inscrito no CNPJ nº **01.862.012/0001-98**, Localizada na Rua da Cassiterita, nº 4608, Bairro: Flodoaldo Pontes Pinto, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Serviço de Terceiro e Pessoa Juridica (Manutenção e Limpeza de Terreno) referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026**,** pelo endereço eletrônico: escolajoseotino@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: Serviço de Terceiro e Pessoa Juridica (Manutenção e Limpeza de Terreno)

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolajoseotino@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolajoseotino@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 05/10/2026 a 07/10/2026**, ate as 12 horas do dia 07/10/2026** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM DR JOSÉ OTINO DE FREITAS, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho - RO, 05 de outubro de 2026.
Tainá Trindade Pinheiro
Responsável pelo levantamento

Alessandra Braga Da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77322281

AVISO
ASSOCIAÇÃO CONSELHO ESCOLAR TEIXEIRÃO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO PROCESSO SEI Nº 0029.050673/2026-30

Objeto: **Material de Consumo - Expediente**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **05/10/2026 a 08/10/2026**
A Associação Conselho Escolar Teixeirão, C.N.P.J nº 00.670.384/0001-50 localizado na Rua Carlos de Lima, 1729, Bairro Novo Horizonte - Urupá/RO - CEP 76.929-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - Programa de Apoio Financeiro, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de **material de expediente**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo d e **05/10/2026 a 08/10/2026**, pelo endereço eletrônico altamirbsoares@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Carlos de Lima, 1729, Bairro Novo Horizonte - Urupá/RO - CEP 76.929-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 – DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de **materiais de expediente**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2 . 1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas, que:
I - Apresentem irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
I I - Com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

IV - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;
V - Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
V I - Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3 .1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **altamirbsoares@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor;
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **altamirbsoares@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de **05/10/2026 a 08/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 – DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 – DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome da Associação Conselho Escolar Teixeirão com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do
tributo incidente (se o caso).

7 – DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** - Programa de Apoio Financeiro serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 – DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Alvorada do Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta ID (77152033).
Urupá/RO, 05 de outubro de 2026

Maria Rodrigues de Souza
Associação Conselho Escolar Teixeirão
Presidente

Protocolo 77324012

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 003/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEF Tancredo de Almeida Neves
CONTRATADA: MJ OLIVEIRA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 61.664.765/0001-10
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de material de consumo (material de expediente e processamento de dados).
VALOR: R$ 9.670,00 (Nove mil seiscentos e setenta reais).
VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
ASSINAM: Paulo Roberto Pires - João Vitor Bettero Oliveira

Protocolo 77287209

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

E DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Barão do Solimões, inscrito no CNPJ: 04.772570/0001-50, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (ID74144762), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77298206) e o Resultado da Análise (ID77298244), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

01	Maya Comércio de Alimentos EIRELICNPJ:30.433.982/0001-76	Cebola nacional branca ; Cenoura ; Creme de leite ; Feijão carioquinha	R$ 1.693,00
02	EPC Comércio LTDACNPJ: 62.914.648/0001-20	Açúcar tipo cristal ; Alho nacional branco comum ; Milho verde em conserva; Torrada industrializada	R$ 994,00
03	M. DO. S. Braga EIRELI-MECNPJ:21.921.760/0001-01	Arroz agulhinha (polido) ; Azeite de dendê ; Carne bovina de 2ª, congelada, moída (paleta/músculo e/ou lombo); Farinha de tapioca da região granulada ; Frango congelado, coxa e sobrecoxa ; Macarrão tipo espaguete ; Manteiga ; Sal marinho iodado refinado	R$ 20.656,90
04	ACF Santos-ME CNPJ: 27.271.958/000-73	Extrato de tomate ; Farinha de mandioca – (amarela/ branca); Leite de coco industrializado; Óleo vegetal de soja	R$ 1.513,30
05	Shopping de Carnes Magalhães LTDA CNPJ: 08.943.974/0001-10	Carne bovina in natura de 2ª, congelada, em cubos	R$ 11.935,00
06	Hort Leste Comércio LTDA62.404.303/0001-27	Leite uht integral; Leite em pó integral (lata ou pacote) ; Maçã nacional - vermelha	R$ 5.492,15
Valor Total			R$ 42.284,35

Porto Velho,05 de Outubro de 2026.

Marcelo Lima de Araujo
Presidente do Conselho Escolar
da Escola Barão do Solimões

Protocolo 77298315

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE.
CONTRATADA: F P dos Santos CIA Ltda - EPP
CNPJ DA CONTRATADA: 84.644.012/0001-49
OBJETO: É objeto desta contratação de **Materiais para manutenção de bens imóveis.**
VALOR: R$ 1.066,20 (Mil sessenta e seis reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
ASSINAM: José Porite Arikapú/ Florismar Praxedes dos Santos

José Porite Arikapú
Presidente do Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE

Protocolo 77312100

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tancredo de Almeida Neves**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (76951885), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (77302724) e o Resultado da Análise (77302984), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total

1	MAYA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI CNPJ: 30.433.982/0001-76	Cebola nacional branca ; Cenoura ; Creme de leite ; Feijão carioquinha ; Queijo Mussarela	R$ 1.497,50
2	EPC COMÉRCIO LTDA CNPJ:62.914.648/0001-20	Açúcar tipo cristal ; Alho nacional branco comum ; Milho verde em conserva ; Torrada industrializada	R$ 891,90
3	M. DO. S. BRAGA LTDA CNPJ: 21.921.760/0001-01	Arroz agulhinha (polido); Azeite de dendê ; Carne bovina de 2ª, congelada, moída ; Farinha de tapioca da região granulada; Frango congelado, coxa e sobrecoxa ; Frango congelado, peito; Leite em pó integral (lata ou pacote) ; Macarrão tipo espaguete; Manteiga; Sal marinho iodado	R$ 15.250,40
4	ACF SANTOS-ME CNPJ: 27.271.958/0001-73	Extrato de tomate ; Farinha de mandioca – (amarela/ branca); Leite de coco industrializado; Óleo vegetal de soja	R$ 1.087,10
5	SHOPPING DE CARNES MAGALHÃES LTDA CNPJ:08.943.974/0001-10	Carne bovina in natura de 2ª, congelada, em cubos	R$ 9.479,80
6	HORTLESTE COMÉRCIO LTDA CNPJ: 62.404.303/0001-27	Leite uht integral ; Maçã nacional - vermelha; Ovo de galinha	R$ 2.463,60
Valor Total			R$30.670,30

Cliciane Pinheiro Rebouças
Presidente do Conselho Escolar
E.E.E.F.M. Presidente Tancredo de Almeida Neves

Protocolo 77303933

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO
CONTRATADA: F P dos Santos CIA Ltda - EPP
CNPJ DA CONTRATADA: 84.644.012/0001-49
OBJETO: É objeto desta contratação de **Materiais para Manutenção de Bens Imóveis.**
VALOR: R$ 451,80 (Quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
ASSINAM: Fernando Maria Duarte/ Florismar Praxedes dos Santos

Fernando Maria Duarte
Presidente do Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO

Protocolo 77236622

TERMO
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA EEFM CESAR FREITAS CASSOL**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 08/2026 (76611295), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (76775130) e o Resultado da Análise (76880815), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Ordem	PROPONENTE	DESCRIÇÃO DO ITEM	Valor Total
1	T DA SILVA MOREIRA LTDA	Serviço de limpeza, higienização e manutenção preventiva em aparelho de ar-condicionado, capacidade de **60.000 BTUs**, Serviço de recuperação da unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado com capacidade de 60.000 BTUs, Complemento de carga de fluido refrigerante para aparelho de ar-condicionado de **60.000 BTUs,** Serviço de limpeza, higienização e manutenção preventiva em aparelho de ar-condicionado, capacidade de **30.000 BTUs**, Complemento de carga de fluido refrigerante para aparelho de ar-condicionado de **30.000 BTUs,** Serviço de limpeza, higienização e manutenção preventiva em aparelho de ar-condicionado, capacidade de **24.000 BTUs**, Complemento de carga de fluido refrigerante para aparelho de ar-condicionado de **24.000 BTUs,** Serviço de limpeza, higienização e manutenção preventiva em aparelho de ar-condicionado, capacidade de **18.000 BTUs**, Complemento de carga de fluido refrigerante para aparelho de ar-condicionado de **18.000 BTUs,** Serviço de limpeza, higienização e manutenção preventiva em aparelho de ar-condicionado, capacidade de **12.000 BTUs**, Complemento de carga de fluido refrigerante para aparelho de ar-condicionado de **12.000 BTUs,** Serviço (troca rolamento) **24000 btus**, Serviço (troca capacitor interno) **24000 btus**, Serviço (troca capacitor externo) **24000 btus.**	R$ 19.865,00
Valor Total			**R$ 19.865,00**

IONAN SANTOS DE FARIA

Presidente do Conselho Escolar da Escola EEFM Cesar Freitas Cassol

Protocolo 77184899

EXTRATO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR EEEFM CESAR FREITAS CASSOL

CONTRATADA: M A DE SOUZA RODRIGUES

CNPJ DA CONTRATADA: **34.187.275/0001-06**

OBJETO: É objeto desta contratação Aquisição de Bem Permanente/**MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2**

VALOR: R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 100 (cem) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026

ASSINAM: IONAN SANTOS DE FARIA e MARCELA ADRIANA DE SOUZA RODRIGUES

IONAN SANTOS DE FARIA

Presidente do Conselho Escolar E.E.E.F.M Cesar Freitas Cassol

MARCELA ADRIANA DE SOUZA RODRIGUES

Contratado

Protocolo 77120889

TERMO

UNIDADE EXECUTORA: “Conselho Escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Seis de Julho"

RECURSO DO PROGRAMA: PNAE

ENDEREÇO: Avenida Tapajós, nº3659, Centro.

MUNICÍPIO: Cabixi - RO

CNPJ:84.559.384/0001-77

Homologamos o Procedimento via dispensa de licitação, adjudicando os itens conforme especificação de valor abaixo relacionado, em razão do proponente ter apresentado uma proposta adequada e de menor preço. O fornecimento obedecerá às condições formuladas na Planilha de Pesquisa de Preço e seus anexos da respectivo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Processo em conformidade com o julgamento realizado pela Comissão de Compras em favor do Sr. **Raimundo Umbelino das Neves**, representante legal da COOPPESCA - Cooperativa de Pescadores e Aquicultores do Estado de Rondônia, com sede na Av. B, nº147, Km 3 - Jí Paraná -RO, inscrito no CPF sob n.º ***.693.372-**,PNAE01 parcela EXTRA de 2026.

Valor de **R$929,52** (novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos).

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.(R$)	VALOR TOTAL(R$)
14	Peixe Filé de Tambaqui	KG	18	51,64	929,52
TOTAL ADJUDICADO (R$)					R$929,52

MARILDA GRÉGIO
Presidente do Conselho Escolar
ADELZA AUXILIADORA CELEBRINI
Presidente da Comissão de Compras
AIRTON LOPES FERREIRA
Membro da Comissão de Compras
JOSÉ SIMPLICIO RAMOS
Membro da Comissão de Compras

Cabixi, 05 de outubro de 2026.
Protocolo 77316438

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Jean Piaget, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 01/2025 (ID 74241046), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 74288925) e o Resultado da Análise (ID 74300839), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	JB Comercial de Alimentos LtdaCNPJ: 48.004.231/0001-08	Açai/polpa, amendoim , arroz (beneficiado), aveia em flocos, banana prata in natura, batata, beterraba, canela em pó, canjica de milho branca (milho para mungunzá), canjiquinha de milho/xerém de milho amarelo, cebola nacional (branca), cenoura, colorífico Colorau de urucum,farinha de mandioca, farinha de milho, farinha de tapioca, feijão carioquinha,fubá, leite UHTintegral, leite de coco industrializado,macarrão tipo espaguete, melão, melancia, óleo de soja vegetal, ovos de galinha (GRANJA), pimentão vermelho, polpa de abacaxi, repolho, sal, tomate.	R$ 21.082,55
2	S M DE AMORIM - MECNPJ: 59.035.175/0001-87	Açúcar, Agrião, alho nacional Branco, cebolinha, coentro, couve in natura, extrato de tomate, laranja pera, leite em pó integral (lata ou pacote), limão tahiti, maçã fuji,mamão papaia, manga palmer, melão, milho verde em conserva, pimentão verde.	R$ 3.783,11
3	Fenix Grill LTDACNPJ: 13.504.249/0001-86	carne bovina de 2ª em cubos, carne bovina de 2ª moída.	R$ 26.690,00
4	Panificadora Modelo Ltda CNPJ: 48.002.855/0001-88	Manteiga sem sal, pão francês (de sal) 50g.	R$ 3.061,88

5	Isbrecht Comércio de alimentos LTDA CNPJ: 15.393.287/0001-34	Laranja Pera, Torrada Pão Frances	R$ 1.129,95
Valor Total			R$ 58.882,42

Espigão d'Oeste - RO, data e hora do sistema.
Doraci Neimog
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77167163

Ato Público nº 438/2026/SEDUC-GAB

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto na Lei nº 5.737, de 22 de janeiro de 2024, que instituí o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, dar suporte e apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, e proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas, em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes e às normas e diretrizes da rede pública de ensino do Estado de Rondônia, às unidades administrativas e unidades escolares, aqui denominadas como Unidade Executora - UEx, regulamentada pelo Decreto nº 29.000, de 22 de março de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a R$ 115.624,00 (cento e quinze mil seiscentos e vinte e quatro reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, "Proafi Escola -Regular" 2026**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.013044/2026-29, para atender às necessidades do Conselho Escolar Prof Miriam da Rocha Patrocinio, da CEEJA DR Cláudio Fialho, inscrito no CNPJ sob nº 84.633.031/0001-70, localizado no município de Guajará-Mirim, sob a jurisdição da Superintendência Regional de Educação de Guajará-Mirim.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77250077

Ato Público nº 439/2026/SEDUC-GAB

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto na Lei nº 5.737, de 22 de janeiro de 2024, que instituí o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, dar suporte e apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, e proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas, em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes e às normas e diretrizes da rede pública de ensino do Estado de Rondônia, às unidades administrativas e unidades escolares, aqui denominadas como Unidade Executora - UEx, regulamentada pelo Decreto nº 29.000, de 22 de março de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a R$ 354.736,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta e seis reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro -PROAFI, "Proafi Escola -Regular" 2026**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.012779/2026-35, para atender às necessidades do Conselho Escolar do Colegio Tiradentes da Policia Militar de Porto Velho-Unidade I, da Colegio Tiradentes da Policia Militar - CTPM I, inscrito no CNPJ sob nº 32.148.649/0001-40, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Superintendência Regional de Educação de Porto Velho.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77250545

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER

Portaria nº 87 de 05 de outubro de 2026

O GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 16 de 20 de fevereiro de 2026, que designa a servidora **TALITA ARAÚJO DOS SANTOS,** matrícula nº ******219, a responder em substituição ao Gestor de Contratos, da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER, nos casos de ausência e/ou impedimentos do Titular.

Art. 2º - DESIGNAR, a contar de 05 de outubro de 2026, a servidora **DANIELE PIRES DE LIMA**, matrícula nº ******295**, a responder em substituição ao Gestor de Contratos, da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER, nos casos de ausência e/ou impedimentos do Titular.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

LEONILDO NERY RODRIGUES

Gestor da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

Protocolo 77305119

Portaria nº 88 de 05 de outubro de 2026

Regulamenta o Procedimento de Investigação Preliminar no âmbito da Fundação Cultural do Estado de Rondônia, disciplina a atuação da comissão investigativa, estabelece prazos e comunicações eletrônicas e dispõe sobre a conclusão e o acompanhamento das apurações.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA — FUNCER, no exercício das atribuições legais e estatutárias de direção e organização administrativa da Fundação;

CONSIDERANDO os arts. 5º, incisos LIV, LV e LVI, e 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Complementar estadual nº 68, de 9 de dezembro de 1992, especialmente o dever de apuração de irregularidades, observadas suas alterações;

CONSIDERANDO a Lei estadual nº 3.830, de 27 de junho de 2016, com suas alterações, especialmente as disposições relativas à competência, imparcialidade, comunicação, instrução, manifestação dos interessados, motivação e contagem de prazos;

CONSIDERANDO a Lei Complementar estadual nº 447, de 2 de junho de 2008, com suas alterações, e as competências da Corregedoria-Geral da Administração;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer notícias de irregularidade com diligência, preservar provas e subsidiar decisões fundamentadas, respeitados os direitos dos envolvidos e as competências dos órgãos estaduais;

RESOLVE:

CAPÍTULO I — OBJETO E NATUREZA

Art. 1º Fica regulamentado o Procedimento de Investigação Preliminar — PIP no âmbito da FUNCER, pessoa jurídica de direito público integrante da Administração indireta do Estado de Rondônia, para esclarecimento de fatos e reunião de elementos que subsidiem o arquivamento ou o encaminhamento à Corregedoria-Geral da Administração — CGA.

§ 1º O PIP tem natureza investigativa, preparatória e não punitiva, destinando-se a verificar a existência de indícios de autoria e materialidade de possíveis irregularidades administrativas ou funcionais relacionadas às atividades da Fundação.

§ 2º O PIP não aplica penalidades, não constitui julgamento disciplinar nem autoriza registro funcional de punição, constituição definitiva de débito ou declaração definitiva de culpabilidade.

§ 3º O PIP não é requisito obrigatório para instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar pela autoridade competente, podendo haver encaminhamento direto à CGA quando os elementos disponíveis forem suficientes ou houver determinação legal ou institucional nesse sentido.

Art. 2º O procedimento abrangerá fatos relacionados à atuação de agentes públicos na FUNCER, inclusive na gestão cultural, nos equipamentos culturais, na preservação de acervos e bens patrimoniais, nas contratações, nos repasses e nas atividades administrativas, respeitado o vínculo jurídico de cada pessoa envolvida.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Parágrafo único. A identificação de fatos sujeitos a regime próprio de responsabilização de fornecedores, organizações da sociedade civil, beneficiários ou outros particulares ensejará encaminhamento à unidade ou autoridade competente, sem transposição automática do regime disciplinar dos servidores.

Art. 3º A apuração observará legalidade, finalidade, impessoalidade, imparcialidade, motivação, proporcionalidade, eficiência, duração razoável, boa-fé, proteção de dados, preservação da prova e respeito à dignidade das pessoas.

§ 1º Serão investigados elementos favoráveis e desfavoráveis às hipóteses examinadas, vedada a seleção de provas voltada exclusivamente à confirmação da denúncia.

§ 2º O relatório distinguirá fatos comprovados, indícios, versões conflitantes e pontos não esclarecidos, sem presumir responsabilidade em razão do cargo ocupado ou da mera participação em um processo administrativo.

Art. 4º O caráter preliminar dispensa a estrutura acusatória própria do PAD, mas não afasta direitos legais de acesso aos autos, assistência por advogado, apresentação de documentos e esclarecimentos, proteção contra autoincriminação e manifestação final.

§ 1º Recomenda-se proporcionar participação aos envolvidos durante a coleta de elementos sempre que compatível com a preservação das diligências e com a finalidade investigativa.

§ 2º As oportunidades expressamente asseguradas nesta Portaria deverão ser observadas. Sua natureza não punitiva não autoriza a supressão de direitos previstos em lei ou a utilização de prova ilícita.

CAPÍTULO II — COARE E COMPETÊNCIAS

Art. 5º A investigação será conduzida por Comissão de Apuração Preliminar — COARE, designada pelo Presidente da FUNCER, composta por três servidores efetivos e estáveis, com presidente, secretário e assessor, e suplentes designados por ato próprio.

§ 1º A comissão poderá ser permanente, com distribuição dos procedimentos por ato específico, ou constituída para determinado objeto, conforme a organização da Fundação.

§ 2º A FUNCER poderá solicitar a outros órgãos a disponibilização de servidores para compor a comissão, mediante formalização administrativa e observância das regras aplicáveis.

§ 3º O exercício na comissão não cria gratificação nem vantagem remuneratória por força desta Portaria.

Art. 6º Compete à comissão planejar a investigação, promover diligências, requisitar documentos internos, colher esclarecimentos, avaliar a consistência dos elementos, controlar prazos e elaborar relatório conclusivo.

§ 1º A comissão atuará com autonomia técnica, sem interferência na valoração fundamentada dos elementos, mantendo-se sujeita ao controle de legalidade e às competências da Presidência.

§ 2º O apoio de servidores, especialistas e unidades técnicas não transfere a estes a responsabilidade pelo relatório da comissão.

§ 3º Requisições a órgãos externos serão encaminhadas pela autoridade competente ou por agente com atribuição legal para tanto.

Art. 7º O presidente da comissão coordenará os trabalhos, distribuirá tarefas, conduzirá oitivas, providenciará a documentação dos atos e manterá atualizado o cronograma.

Parágrafo único. As deliberações relevantes serão registradas em ata ou despacho; eventual divergência entre membros constará do relatório ou de manifestação separada, sem impedir o encaminhamento no prazo.

Art. 8º Aplicam-se aos membros e à autoridade decisória as regras de impedimento e suspeição da Lei nº 3.830/2016.

§ 1º Antes do primeiro ato, cada membro declarará a inexistência de impedimento e suspeição, comunicando imediatamente circunstância superveniente.

§ 2º O membro envolvido nos fatos, com interesse no resultado ou que deva ser ouvido como testemunha não participará da investigação correspondente.

§ 3º O Presidente da FUNCER decidirá arguição relativa aos membros em até cinco dias úteis, com substituição quando cabível. Se o próprio Presidente estiver impedido, a atuação decisória caberá ao substituto legal desimpedido ou à autoridade competente, mediante definição jurídica da competência.

CAPÍTULO III — RECEBIMENTO E ADMISSIBILIDADE

Art. 9º A notícia de irregularidade poderá decorrer de denúncia, representação, comunicação interna, ouvidoria, relatório de auditoria, determinação de órgão de controle ou conhecimento de ofício, devendo ser registrada em processo administrativo.

§ 1º Comunicação oral será reduzida a termo. A identidade do denunciante será protegida nos termos da legislação aplicável.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 2º Notícia anônima poderá justificar verificação preliminar quando contiver elementos verificáveis, não constituindo, por si só, prova de responsabilidade.

§ 3º A notícia deverá indicar, quando possível, fato, local, período, pessoas relacionadas e documentos disponíveis; a ausência de identificação de autoria não impede diligências voltadas à sua identificação.

Art. 10. A comissão ou unidade designada realizará análise de admissibilidade em até dez dias úteis do recebimento, examinando delimitação dos fatos, pertinência com as atividades da FUNCER, competência, existência de elementos verificáveis, duplicidade e risco prescricional.

§ 1º A análise proporá, de forma motivada, arquivamento, instauração de PIP, complementação pontual ou encaminhamento direto ao órgão competente.

§ 2º A complementação deverá ser delimitada e ter prazo definido, observado o limite do caput e ressalvados prazos legais específicos.

§ 3º A decisão compete ao Presidente da FUNCER; a comissão não determinará arquivamento definitivo por conta própria.

Art. 11. Havendo apuração em curso na CGA sobre o mesmo objeto, a comissão comunicará a coincidência e proporá remessa dos elementos disponíveis, evitando duplicação desnecessária.

Parágrafo único. Risco de prescrição, perda de prova, continuidade de dano ou urgência de determinação de controle ensejará comunicação imediata à Presidência e à autoridade competente, sem aguardar o encerramento do PIP.

CAPÍTULO IV — INSTAURAÇÃO E PRAZOS

Art. 12. O PIP será instaurado por portaria do Presidente da FUNCER publicada no Diário Oficial do Estado, contendo número do processo, objeto sintético, composição da comissão, prazo e finalidade investigativa.

§ 1º O objeto deverá ser suficientemente delimitado para orientar a investigação, preservados dados pessoais desnecessários à publicação, identidade protegida do denunciante e informações legalmente sigilosas.

§ 2º Ampliação relevante do objeto dependerá de decisão fundamentada da Presidência e de ato complementar publicado, sem reinício automático do prazo.

§ 3º Fatos autônomos poderão ensejar procedimento distinto quando a separação for necessária e motivada, vedada a fragmentação destinada a contornar o prazo desta Portaria.

Art. 13. O PIP será concluído em até noventa dias úteis, contados da publicação de sua portaria de instauração no Diário Oficial do Estado, abrangendo investigação, oportunidade de manifestação escrita, relatório final e decisão do Presidente da FUNCER.

§ 1º Exclui-se o dia da publicação e inclui-se o do vencimento. A contagem observará o art. 84 da Lei nº 3.830/2016, inclusive finais de semana, feriados e pontos facultativos do calendário oficial aplicável.

§ 2º O prazo não será prorrogado por conveniência administrativa, excesso ordinário de trabalho, substituição de membro ou ampliação de objeto.

§ 3º Suspensões impostas por lei ou ordem judicial serão respeitadas, com registro do fundamento, período e nova data de vencimento. A suspensão não alcança automaticamente a prescrição disciplinar.

§ 4º A passagem do prazo não gera arquivamento automático nem invalidação automática dos atos, devendo ser imediatamente comunicada e justificada; não legitima, porém, a continuidade indefinida da investigação.

Art. 14. Em até cinco dias úteis da publicação, a comissão aprovará plano de trabalho com hipóteses investigativas, fontes de prova, diligências, responsáveis e datas de conclusão.

§ 1º O cronograma reservará, preferencialmente, até cinquenta dias úteis para coleta de elementos, dez dias úteis para manifestação final, dez dias úteis para relatório e até vinte dias úteis para decisão, todos dentro do prazo global.

§ 2º A antecedência mínima das notificações será incorporada ao planejamento. A comissão revisará semanalmente o cronograma e registrará pendências e providências.

§ 3º Diligências que ultrapassem o prazo global serão descritas no relatório, com indicação de sua relevância e dos motivos da não realização, para avaliação do Presidente e eventual encaminhamento à CGA.

Art. 15. As unidades internas atenderão solicitações da comissão em até cinco dias úteis, salvo prazo distinto motivadamente fixado em razão da complexidade, respeitados os prazos legais e o limite global.

Parágrafo único. Eventual impossibilidade será comunicada antes do vencimento, com indicação dos elementos já disponíveis. Resistência injustificada será registrada e comunicada à autoridade competente, sem aplicação de penalidade pela comissão.

CAPÍTULO V — AUTOS E COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 16. O PIP tramitará em processo próprio no SEI ou sistema oficial que o substitua, relacionado aos processos de origem, com documentos organizados, assinaturas, datas, registros de acesso e indicação de procedência.

§ 1º O acesso restrito deverá ter fundamento legal registrado, preservando a investigação e os dados pessoais sem afastar direitos de acesso dos envolvidos e de seus procuradores.

§ 2º E-mail, WhatsApp e repositórios digitais serão meios de comunicação e transferência; os elementos relevantes deverão ser incorporados aos autos ou vinculados a repositório institucional sob custódia da Fundação.

Art. 17. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, WhatsApp, ciência no sistema oficial, entrega pessoal ou correspondência com aviso de recebimento, desde que assegurada a identidade do destinatário e a certeza da ciência.

§ 1º Serão utilizados contatos institucionais ou informados e confirmados pelo destinatário, com registro da forma de verificação de identidade. As comunicações partirão preferencialmente de conta ou número institucional identificado.

§ 2º É obrigatória a confirmação de recebimento, mediante resposta expressa, termo de ciência, comprovante de ciência no sistema oficial ou outro registro inequívoco atribuível ao destinatário.

§ 3º O simples envio, aviso de entrega, sinal de leitura do aplicativo ou confirmação automática do servidor de e-mail, isoladamente, não satisfaz a exigência de ciência inequívoca.

§ 4º Sem confirmação suficiente, a comissão tentará novo contato ou meio alternativo; o prazo do destinatário não se iniciará exclusivamente pelo envio sem ciência demonstrada.

Art. 18. A comissão juntará aos autos a notificação, seu conteúdo integral, identificação do canal e destinatário, datas e horários de envio e confirmação, prova da ciência e certidão assinada pelo agente responsável.

§ 1º Capturas de tela deverão preservar o contexto necessário, sem exposição de conversas particulares estranhas ao objeto; arquivos originais serão preservados quando disponíveis.

§ 2º A notificação informará finalidade, condição da pessoa ouvida, fatos pertinentes, número do processo, data, horário, local ou acesso remoto, prazo, canais de resposta, direitos aplicáveis e eventual gravação.

§ 3º Havendo advogado constituído, observar-se-ão as prerrogativas legais de comunicação e identificação profissional, sem prejuízo da ciência pessoal para ato que exija presença do envolvido.

Art. 19. A pessoa convocada para oitiva, audiência ou diligência será notificada com antecedência mínima de cinco dias úteis completos, contados da ciência comprovada até a data do ato.

§ 1º Não serão computados, para a antecedência, o dia da confirmação nem o dia da realização do ato. A publicação da instauração não substitui a notificação individual.

§ 2º Alteração substancial de data, horário ou modalidade exigirá nova comunicação com observância da antecedência, ressalvado comparecimento espontâneo efetivamente esclarecido e sem prejuízo.

§ 3º Ausência de ciência válida ou falha que impeça participação ensejará redesignação. O não comparecimento não implica confissão ou presunção de veracidade da denúncia.

CAPÍTULO VI — PROVAS E DILIGÊNCIAS

Art. 20. Serão admitidas provas documentais, testemunhais, periciais, inspeções, registros digitais, fotografias, áudios, vídeos, pareceres técnicos e outros meios juridicamente admissíveis e pertinentes ao objeto.

§ 1º A prova emprestada exigirá origem lícita, acesso juridicamente autorizado e preservação de contexto, com oportunidade de manifestação sobre seu conteúdo antes da conclusão que possa afetar o envolvido.

§ 2º Requerimentos probatórios serão decididos motivadamente, podendo ser indeferidos os ilícitos, impertinentes, desnecessários ou protelatórios, nos termos da Lei nº 3.830/2016.

§ 3º A comissão buscará documentos já existentes na Administração, evitando impor ao envolvido ônus desnecessário de reprodução.

Art. 21. Documentos e evidências digitais serão registrados com identificação de origem, forma de obtenção, data, responsável pela coleta e relação com o objeto.

§ 1º Sempre que viável, serão preservados arquivo original, metadados e código de verificação de integridade, registrando-se transferências e alterações de formato.

§ 2º Capturas, transcrições e relatórios automatizados não dispensam a avaliação de autenticidade, contexto e completude. Conteúdo produzido por inteligência artificial não constitui, por si só, prova do fato e deverá ser conferido com a fonte original.

§ 3º É vedado obter senhas pessoais, invadir contas, interceptar comunicações ou acessar dados protegidos sem autorização jurídica adequada.

Art. 22. A perícia ou avaliação técnica será realizada por profissional com qualificação pertinente e sem conflito de interesses, com objeto, quesitos, metodologia e limitações documentados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Parágrafo único. A comissão poderá solicitar apoio técnico institucional; contratação externa dependerá das regras próprias de contratação e autorização de despesa, não decorrendo desta Portaria autorização para contratar ou realizar despesa.

Art. 23. São inadmissíveis provas obtidas por meios ilícitos e elementos deles derivados quando houver dependência causal, ressalvadas hipóteses juridicamente reconhecidas de ausência de nexo ou obtenção por fonte independente.

§ 1º Identificada possível ilicitude, a comissão suspenderá a utilização do elemento e registrará a questão, podendo solicitar manifestação jurídica e ouvir o interessado quando necessário.

§ 2º Reconhecida a ilicitude por decisão fundamentada, será determinado o desentranhamento dos autos utilizáveis na apuração, com certidão de identificação e exclusão de seu emprego no relatório e na decisão.

§ 3º Em processo eletrônico, o desentranhamento será realizado pelos mecanismos oficiais de segregação ou retirada de acesso, preservando trilha de auditoria; eventual conservação separada dependerá de fundamento legal e acesso restrito, sem uso como prova de responsabilidade.

§ 4º A comissão reavaliará os elementos derivados e as conclusões dependentes da prova excluída. Desentranhamento não autoriza destruição informal ou apagamento de registros públicos.

CAPÍTULO VII — OITIVAS PRESENCIAIS E REMOTAS

Art. 24. Testemunhas, comunicantes e pessoas envolvidas poderão ser ouvidos presencialmente, por videoconferência no Google Meet ou plataforma equivalente, ou por videochamada ou chamada de WhatsApp, conforme adequação ao caso.

§ 1º A comissão verificará identidade, qualidade da conexão, compreensão, privacidade e possibilidade efetiva de participação, registrando data, horários e participantes.

§ 2º A chamada exclusivamente por áudio será admitida mediante justificativa e identificação por meio adicional confiável. Não será exigida exposição pública de documento pessoal.

§ 3º Será oferecida alternativa presencial ou apoio institucional quando a pessoa não dispuser de equipamento, conexão ou condições de acessibilidade adequadas.

Art. 25. A oitiva será conduzida com linguagem respeitosa, perguntas pertinentes e ausência de indução, intimidação ou prejulgamento, registrando-se a condição em que cada pessoa presta esclarecimentos.

§ 1º A pessoa cujos atos sejam investigados será informada sobre a natureza não punitiva do procedimento, o direito de permanecer em silêncio quanto a fatos que possam incriminá-la e a possibilidade de assistência por advogado.

§ 2º A testemunha será orientada a relatar o que sabe, distinguindo percepção direta e informação de terceiros, observadas hipóteses legais de dispensa, sigilo profissional e proteção contra autoincriminação.

§ 3º Oitivas ocorrerão individualmente. Perguntas propostas por interessado ou procurador, quando admitidas na diligência, serão dirigidas por intermédio de quem preside o ato, com registro de indeferimentos relevantes.

Art. 26. A oitiva poderá ser gravada ou não, mediante definição registrada pela comissão e comunicação prévia aos participantes sobre finalidade, acesso e custódia.

§ 1º Toda oitiva terá termo escrito, mesmo quando gravada, contendo identificação, informações essenciais, ocorrências e referência à mídia, se houver.

§ 2º Sem gravação, o termo reproduzirá fielmente as perguntas e respostas relevantes e será submetido à pessoa ouvida para conferência e assinatura ou confirmação expressa, documentando-se eventual recusa e suas razões.

§ 3º Havendo gravação, o arquivo completo será preservado em repositório institucional, vinculado aos autos e acessível a quem possuir direito de acesso; a transcrição integral poderá ser dispensada se houver registro suficiente e acesso efetivo à mídia.

§ 4º Gravação interrompida, incompleta ou comprometida deverá ser certificada, com repetição da parte necessária ou confirmação escrita dos esclarecimentos, conforme o prejuízo identificado.

§ 5º É vedada divulgação das mídias em grupos de mensagens, redes sociais ou ambientes sem autorização legal. O tratamento institucional será fundamentado nas atribuições legais aplicáveis, com observância da LGPD.

CAPÍTULO VIII — MANIFESTAÇÃO ESCRITA E VÍDEO COMPLEMENTAR

Art. 27. O envolvido poderá atuar pessoalmente ou por advogado, sendo facultativa a representação profissional, ressalvada exigência de lei específica.

Parágrafo único. Serão assegurados acesso aos elementos documentados pertinentes à sua situação, apresentação de documentos, esclarecimentos e pedidos fundamentados, observadas as restrições legais de dados de terceiros e a proteção de diligências ainda não documentadas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 28. Concluída a coleta de elementos, a comissão notificará o envolvido para manifestação final escrita no prazo de dez dias úteis, contado da ciência comprovada e da disponibilização dos elementos necessários à manifestação.

§ 1º A comunicação apresentará síntese objetiva dos fatos e elementos pertinentes, sem equivaler a indiciamento ou imputação disciplinar definitiva.

§ 2º A abertura da oportunidade e seu registro nos autos são obrigatórios quando houver pessoa identificada cujos atos sejam examinados. A apresentação da peça é exercício de direito, não obrigação de autodefesa.

§ 3º Para formalização da defesa escolhida pelo envolvido, a peça escrita é obrigatória e poderá ser apresentada por ele ou por seu advogado; o vídeo previsto no artigo seguinte será complementar e não a substituirá.

§ 4º O silêncio, a ausência ou a não apresentação da peça não implicam revelia, confissão, renúncia geral a direitos nem presunção de responsabilidade, permitindo a conclusão com os elementos disponíveis.

§ 5º A comissão oferecerá apoio para redução a termo ou meio acessível equivalente quando necessário, sem criar barreira ao exercício dos direitos.

Art. 29. Além da peça escrita, será admitida sustentação ou exposição complementar em vídeo de até dez minutos, realizada pelo envolvido ou seu advogado, dentro do prazo de manifestação final.

§ 1º O vídeo poderá ser encaminhado ao WhatsApp ou e-mail oficial da comissão, diretamente ou mediante link do Google Drive ou serviço equivalente, com permissão de acesso e identificação do remetente e processo.

§ 2º A comissão confirmará recebimento, verificará abertura e integridade e incorporará cópia ao repositório institucional, com termo de juntada e referência nos autos. Link externo sem acesso ou sujeito a expiração não substitui a custódia institucional.

§ 3º Falha de acesso será comunicada para regularização em até dois dias úteis, preservada a tempestividade do envio original demonstrado; a comissão ajustará a tramitação para evitar prejuízo.

§ 4º Será assegurada a análise do conteúdo relevante, com menção expressa no relatório. Eventual excesso de duração será comunicado para adequação, sem descarte automático de argumento relevante.

§ 5º O limite do caput refere-se ao vídeo complementar desta fase e não reduz prazo de sustentação oral assegurado por lei em recurso ou outro ato, especialmente o art. 36-I da Lei nº 3.830/2016.

Art. 30. Se houver produção de elemento novo relevante após a manifestação, a comissão disponibilizará seu conteúdo e abrirá nova oportunidade de manifestação em dez dias úteis, quanto ao elemento acrescido.

Parágrafo único. A providência será planejada dentro do limite global; se isso não for viável, a comissão não adotará conclusão desfavorável definitiva com base em elemento sem oportunidade de manifestação e registrará a pendência para decisão da Presidência e eventual apreciação pela CGA.

CAPÍTULO IX — RELATÓRIO E DECISÃO

Art. 31. Encerrada a instrução, incluindo a oportunidade de manifestação final e a apreciação das diligências cabíveis, a comissão elaborará, assinará e encaminhará relatório final em até dez dias úteis, dentro do prazo global de noventa dias úteis.

Parágrafo único. A comissão não aplicará penalidade nem formulará decisão definitiva sobre infração disciplinar; sua conclusão terá caráter técnico e propositivo.

Art. 32. O relatório conterá identificação do procedimento, objeto e cronologia; diligências realizadas; provas examinadas e sua procedência; versões e manifestações, inclusive o vídeo; avaliação individualizada da relação entre condutas e elementos; limitações e pendências; risco prescricional; e proposta fundamentada.

§ 1º A proposta indicará arquivamento ou encaminhamento à CGA, podendo sugerir que esta avalie instrumento consensual legalmente cabível, sem celebração de TAC pela comissão com fundamento nesta Portaria.

§ 2º Poderão ser recomendadas melhorias de gestão e remessas a outros órgãos competentes, independentemente do resultado investigativo, sem produzir sanção indireta.

§ 3º O relatório explicará a suficiência ou insuficiência dos indícios e responderá aos argumentos capazes de alterar a conclusão, evitando referências genéricas a documentos sem identificação.

Art. 33. O Presidente da FUNCER decidirá fundamentadamente pelo arquivamento ou encaminhamento dos autos à CGA, preferencialmente em até vinte dias úteis do recebimento do relatório, respeitado o limite global e o prazo legal para decisão.

§ 1º A autoridade poderá adotar os fundamentos do relatório por referência expressa ou deles divergir mediante motivação própria, sem determinar previamente à comissão qual conclusão deverá emitir.

§ 2º Diligências complementares serão determinadas uma única vez, com objeto e prazo delimitados, quando indispensáveis e exequíveis dentro do prazo global, preservada a oportunidade de manifestação sobre elementos novos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 3º Se persistirem lacunas relevantes que não possam ser supridas tempestivamente, a decisão explicitará as limitações e o fundamento para arquivar ou encaminhar, sem fabricar certeza sobre os fatos.

Art. 34. O arquivamento poderá decorrer de inexistência de irregularidade evidenciada, insuficiência de elementos para prosseguimento ou outra causa juridicamente motivada, devendo a decisão especificar sua razão.

§ 1º A ausência de elementos suficientes não equivale a declaração de falsidade da denúncia.

§ 2º Surgindo elementos novos relevantes, será avaliada reabertura ou remessa à CGA, observadas competência, prescrição, segurança jurídica e decisões anteriores. O arquivamento interno não vincula a atuação legal de órgãos externos.

Art. 35. O encaminhamento à CGA conterá portaria e comprovante de publicação, relatório, decisão, comunicações e comprovações de ciência, manifestações, documentos e mídias pertinentes, índice de peças, registro de eventuais provas excluídas e indicação de diligências pendentes.

§ 1º A remessa será realizada em até cinco dias úteis da decisão, por canal oficial e com confirmação de recebimento, preservadas restrições de acesso e integridade.

§ 2º Compete à CGA apreciar os elementos e decidir sobre providências correcionais de sua atribuição. O encaminhamento não representa condenação, obrigação de instaurar PAD ou aprovação automática da hipótese da comissão.

§ 3º A eventual execução de decisão punitiva emanada de órgão competente dependerá do regime próprio e não integrará o PIP.

Art. 36. O envolvido será cientificado da decisão em até cinco dias úteis, com registro nos autos, respeitados sigilos de terceiros; o comunicante receberá informação sobre o tratamento da notícia nos limites legais.

Parágrafo único. Serão observados os meios de impugnação previstos em lei, inclusive pedido de reconsideração quando cabível perante o dirigente máximo da Administração indireta, sem criação de recurso disciplinar próprio. Atos preparatórios terão o regime da Lei nº 3.830/2016.

CAPÍTULO X — CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 37. A comissão manterá cadastro de todos os PIPs, inclusive arquivados, encaminhados e em curso, com número, objeto sintético, datas, prazo, suspensões legais, estágio, resultado, destino e comprovante de remessa.

§ 1º Serão monitorados tempo de admissibilidade, duração total, cumprimento de notificações, pendências e providências preventivas, sem divulgação de dados pessoais desnecessários.

§ 2º O controle interno acompanhará a regularidade dos registros e dos prazos, preservando a autonomia técnica e os impedimentos aplicáveis.

Art. 38. Na prestação de contas anual, todos os PIPs do exercício e os de exercícios anteriores ainda pendentes serão informados e encaminhados ao órgão de controle competente, para fins de registro e anotação, por meio de relação individualizada e acesso aos respectivos autos.

§ 1º O pacote de prestação de contas conterá relatório consolidado e, para os concluídos, relatório final e decisão; para os pendentes, fase, prazo e justificativa. As peças integrais serão remetidas ou disponibilizadas por acesso seguro conforme as normas e especificações do órgão de controle destinatário.

§ 2º O envio será coordenado pelo controle interno e pela unidade responsável pela prestação de contas, com antecedência compatível com o calendário oficial, e terá comprovante de recebimento ou de disponibilização juntado aos registros.

§ 3º A anotação tem finalidade de controle e não constituirá registro de penalidade funcional ou presunção de irregularidade das contas.

§ 4º A comunicação anual não substitui remessas imediatas legalmente exigidas, respostas a determinações nem providências diante de dano, risco ou indícios de ilícito.

Art. 39. Indícios de dano ao erário, ilícito penal, ato lesivo de pessoa jurídica ou outras matérias de competência distinta serão comunicados à Presidência, que promoverá os encaminhamentos pertinentes, observadas as competências legais da CGA, CGE, Tribunal de Contas, Ministério Público, autoridades policiais e unidades administrativas.

Parágrafo único. A investigação preliminar não substitui tomada de contas especial, processo sancionador de contratação ou outro procedimento legal específico, nem autoriza retenção indevida de notícia urgente.

CAPÍTULO XI — DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. A restrição de acesso será periodicamente reavaliada; a guarda, transferência e destinação dos autos e mídias observarão a legislação de arquivos, a LAI, a LGPD e os instrumentos oficiais de gestão documental.

Parágrafo único. Será preservado acesso das autoridades e órgãos de controle legitimados, com registro de compartilhamento e vedação de divulgação incompatível com o fundamento de proteção.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 41. O PIP não interrompe nem suspende, por força desta Portaria, a prescrição disciplinar. A comissão registrará as datas relevantes e alertará a autoridade competente sempre que identificar risco, aplicando-se as causas previstas na legislação pertinente.

Art. 42. Os casos omissos serão submetidos ao Presidente da FUNCER, com apoio jurídico quando necessário, respeitados a Lei nº 3.830/2016, o regime funcional aplicável e as competências da CGA.

Parágrafo único. A norma será avaliada anualmente quanto à efetividade, cumprimento de prazos, regularidade das comunicações e qualidade dos relatórios, sem alteração casuística de garantias em procedimento em curso.

Art. 43. Os procedimentos já em andamento poderão observar esta Portaria quanto aos atos futuros compatíveis, preservados atos válidos, prazos já iniciados e direitos dos envolvidos, mediante despacho de adequação.

Art. 44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 05 de Outubro de 2026.

LEONILDO NERY RODRIGUES

Gestor da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

ANEXO I — QUADRO DE PRAZOS

Etapa	Prazo	Responsável
Admissibilidade prévia	10 dias úteis do recebimento	Comissão ou unidade designada
Plano de trabalho	5 dias úteis da publicação	Comissão
Conclusão integral do PIP	90 dias úteis da publicação no DOE	Comissão e Presidente da FUNCER
Antecedência para oitiva ou diligência	5 dias úteis completos após ciência comprovada	Comissão
Resposta de unidade interna	5 dias úteis, salvo prazo motivado	Unidade requisitada
Manifestação final escrita	10 dias úteis da ciência e acesso aos elementos	Envolvido ou advogado
Vídeo complementar	Até 10 minutos, no prazo da manifestação	Envolvido ou advogado
Relatório final	10 dias úteis após encerramento da instrução	Comissão
Decisão	Preferencialmente 20 dias úteis do relatório, dentro dos 90 dias e do limite legal	Presidente da FUNCER
Remessa e ciência da decisão	5 dias úteis da decisão	Unidade responsável

Observação: a remessa e a ciência são providências de execução da decisão; deverão ocorrer preferencialmente dentro dos 90 dias, sem ampliar o prazo para decidir. Suspensões legais ou judiciais serão registradas e respeitadas. O cronograma indicativo soma 50 + 10 + 10 + 20 dias úteis, com o plano de trabalho incluído na fase de coleta.

ANEXO II — CONFERÊNCIA PARA ENCERRAMENTO

1. Portaria de instauração e publicação no DOE identificadas; objeto delimitado.
2. Declarações de imparcialidade e plano de trabalho juntados.
3. Comunicações com prova de identidade e confirmação de recebimento certificadas.
4. Antecedência de cinco dias úteis observada; falhas e redesignações documentadas.
5. Documentos e mídias sob custódia institucional, com origem e integridade registradas.
6. Oitivas acompanhadas de termos escritos e de mídias, quando existentes.
7. Ilicitude examinada; provas inadmissíveis excluídas da valoração.
8. Oportunidade de manifestação escrita oferecida; silêncio registrado sem presunção de culpa.
9. Vídeo complementar recebido e analisado, se apresentado.
10. Relatório individualizado e assinado em dez dias úteis; divergências registradas.
11. Decisão motivada do Presidente proferida dentro do limite global.
12. Remessa, ciência e inclusão no cadastro para prestação de contas providenciadas.

ANEXO III — INDICADORES

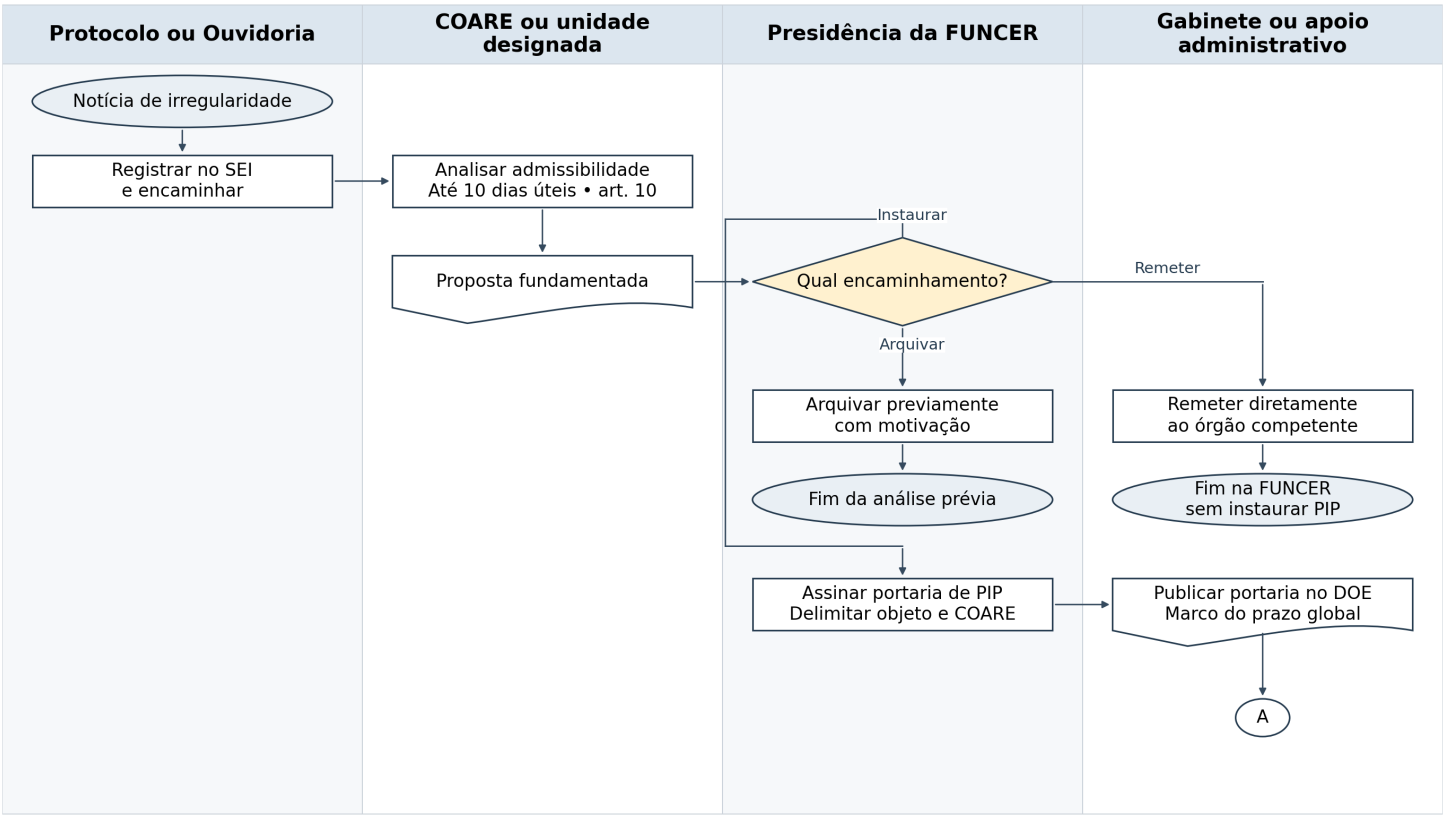
Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Indicador e fundamento	Como medir	Meta e natureza	Responsável e evidência
01 Admissibilidade no prazo Art. 10	% de análises concluídas em até 10 dias úteis do recebimento.	100% Prazo da minuta.	COARE ou unidade designada Registro de recebimento e análise.
02 Plano de trabalho tempestivo Arts. 8º e 14	% de planos aprovados em até 5 dias úteis da publicação.	100% Prazo da minuta.	COARE Plano assinado e publicação no DOE.
03 Coleta concluída até D50 Art. 14 § 1º	% de PIPs cuja coleta se encerra até o 50º dia útil.	100% como meta gerencial Referência preferencial.	COARE Cronograma e termo de conclusão da coleta.
04 Respostas internas no prazo Art. 15	% de requisições atendidas até 5 dias úteis ou no prazo distinto motivadamente fixado.	100% Prazo aplicável à requisição.	Unidade requisitada Requisição, recebimento e resposta.
05 Ciência eletrônica comprovada Arts. 17–18	Notificações eletrônicas com identidade, conteúdo, confirmação válida e certidão ÷ total expedido × 100.	100% Requisito de regularidade.	COARE e apoio administrativo Mensagem e certidão nos autos.
06 Antecedência regular das oitivas Art. 19	Atos com 5 dias úteis completos entre ciência e realização ÷ atos sujeitos à antecedência × 100.	100% Excluir os dias de ciência e do ato.	COARE Ciência comprovada e termo da oitiva.
07 Oportunidade de manifestação Arts. 28 e 30	% de oportunidades devidas abertas com acesso aos elementos e prazo integral de 10 dias úteis.	100% Inclui nova prova relevante.	COARE Notificação, acesso e termo de decurso.
08 Relatório final tempestivo Art. 31	% de relatórios assinados e encaminhados em até 10 dias úteis do encerramento da instrução.	100% Prazo da minuta.	COARE Termo de encerramento e relatório.
09 Decisão em até 20 dias úteis Art. 33	% de decisões proferidas em até 20 dias úteis do recebimento do relatório.	100% como meta gerencial Referência preferencial.	Presidência Recebimento e decisão assinada.
10 Conclusão dentro dos 90 dias úteis Art. 13	% de PIPs com decisão até o vencimento global, consideradas suspensões legais registradas.	100% Limite global da minuta.	Presidência e COARE DOE, calendário e decisão.

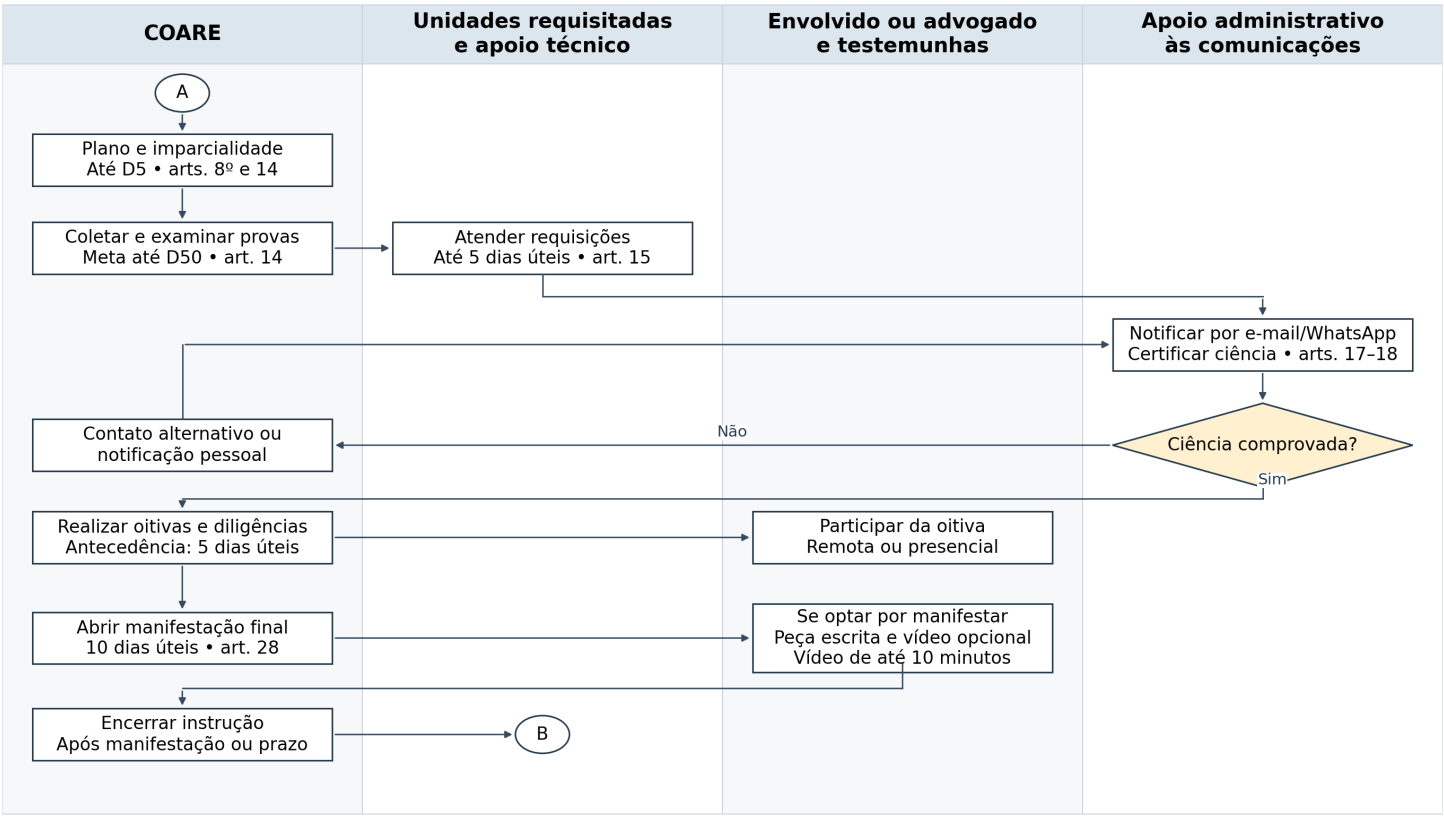
Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

11 Execução da decisão no prazo Arts. 35–36	Medir separadamente: % de remessas à CGA em até 5 dias úteis; % de ciências em até 5 dias úteis da decisão.	100% em cada medida Preferir execução dentro de D90.	Gabinete ou unidade responsável Protocolo da CGA e prova de ciência.
12 Vídeos recebidos e examinados Art. 29	Vídeos apresentados, sob custódia institucional e apreciados no relatório ÷ vídeos apresentados × 100.	100% Vídeo é facultativo.	COARE Juntada, arquivo e relatório.
13 Carteira vencida e duração Arts. 13 e 37	Quantidade de PIPs abertos além do prazo; mediana dos dias úteis entre publicação e decisão nos concluídos.	Zero PIPs vencidos Mediana ≤ 90 dias úteis.	COARE; controle interno acompanha Cadastro, suspensões e decisões.
14 Cobertura da prestação anual Art. 38	PIPs incluídos com documentação ou acesso seguro ÷ PIPs do exercício e anteriores pendentes × 100.	100% até o prazo oficial Sem inventar data própria.	Controle interno e unidade de contas Relação e comprovante de envio/acesso.

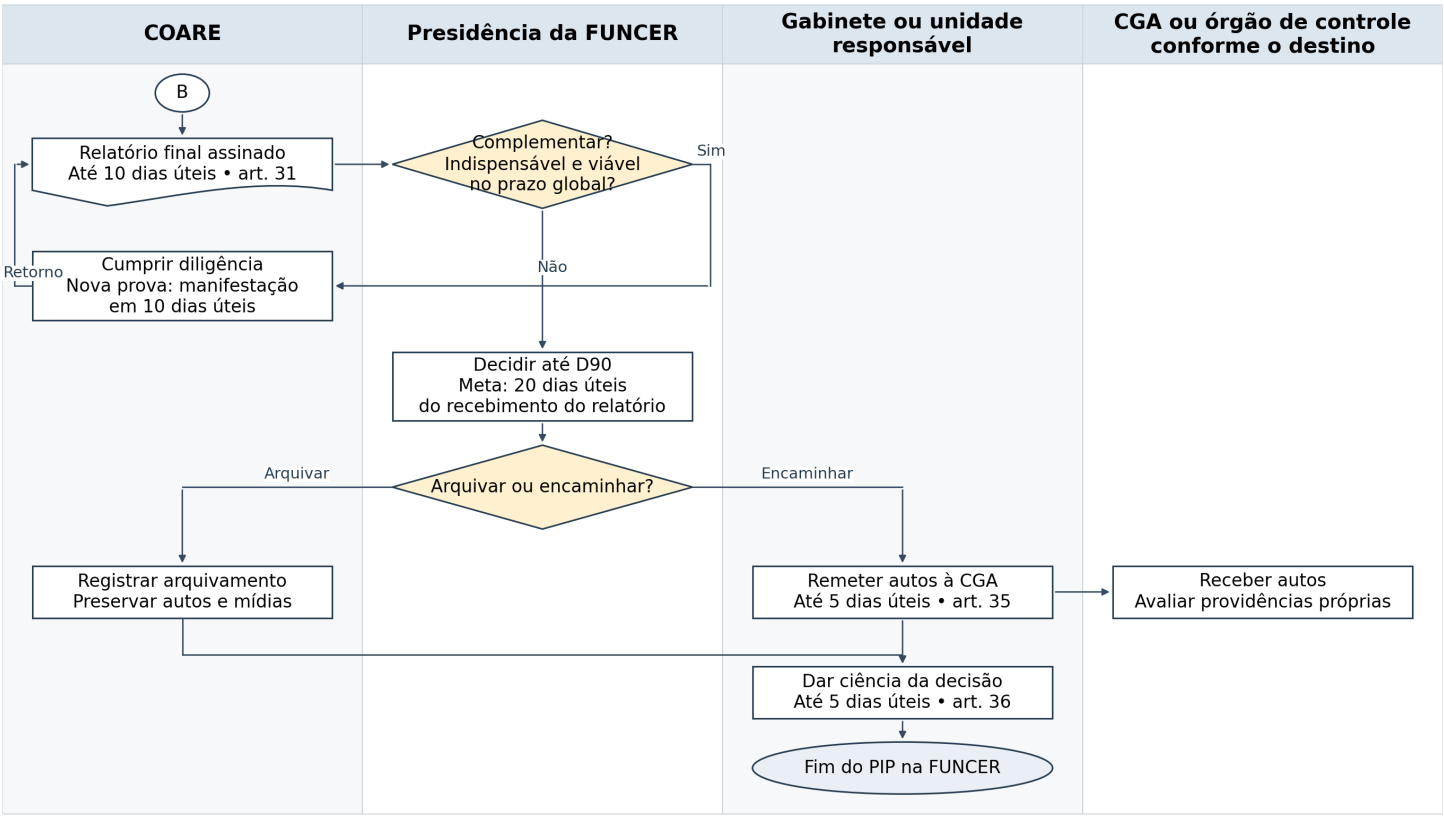
ANEXO IV - FLUXOGRAMAS
setores da admissibilidade à instauração



Setores da Instrução e Manifestação



Setores do Relatório à Decisão Final



Anexo V - Regras de operação e prestação de contas

Sequência após a conclusão e no fechamento anual	Executor	Entrega e prazo
1 Atualizar o cadastro de todos os PIPs, inclusive arquivados, remetidos e em curso.	COARE	Cadastro com fase, prazo, resultado, destino e comprovantes; art. 37.

2 Conferir a relação com os processos oficiais e identificar pendências ou omissões.	Controle interno	Conferência de completude e regularidade; art. 37 § 2º.
3 Consolidar relatório anual, decisões dos concluídos e situação dos pendentes; viabilizar acesso seguro.	Controle interno e unidade responsável pela prestação de contas	Pacote no formato e calendário oficiais do órgão destinatário; art. 38.
4 Encaminhar ao órgão de controle competente e registrar comprovante.	Unidade responsável pela prestação de contas	Remessa ou disponibilização segura de todos os PIPs abrangidos; art. 38.
5 Registrar o recebimento ou a disponibilização e atender diligências de controle.	Unidade de contas com apoio da COARE	Comprovante nos registros; não constitui punição nem substitui remessas urgentes.

Protocolo 77312711

INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025

PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Roseclaudio Santos Bezerra, CPF/MF n.º ***.096.312-**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 4.066,30 (Quatro mil e sessenta e seis reais e trinta centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68508905). Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026.* ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69

ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira

Lanara Cintya Almeida da Silva

Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar

Paulo Dimer Justo

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77217169

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025

PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Weliton Aparecido dos Anjos Pereira, CPF/MF n.º ***.272.122-**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 1.129,90 (Um mil, cento e vinte e nove reais e noventa centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68509440). Os preços contratuais não serão reajustados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026. ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69
ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira
Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar
Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77238189

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025
PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Rogério Gobbi, CPF/MF n.º ***.742.462-**.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).
CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 2.793,02 (Dois mil, setecentos e noventa e três reais e dois centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68508819). Os preços contratuais não serão reajustados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2024. ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69
ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira
Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar
Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76915306

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025
PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Abrahao Thomaz Neto, CPF/MF n.º ***.865.892-**.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).
CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 4.733,80 (Quatro mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68504176). Os preços contratuais não serão reajustados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026. ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69
ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira
Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar
Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76914351

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025
PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Samuel Fabril Silva, CPF/MF n.º ***.219.362-**.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).
CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 2.050,40 (Dois mil e cinquenta reais e quarenta centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68508970). Os preços contratuais não serão reajustados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026. ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69
ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira
Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar
Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76014562

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025
PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Afonso Junior Brito Dias, CPF/MF n.º ***.010.052-**.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98)
CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 3.621,00 (Três mil, seiscentos e vinte e um reais)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68504416). Os preços contratuais não serão reajustados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento*

*de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026. **PR**AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69
ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira
Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar
Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76039949

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025
PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e a Produtora Rural Bernardete Bernardo, CPF/MF n.º ***.581.732-**.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).
CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 3.005,00 (Três mil e cinco reais)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68504927). Os preços contratuais não serão reajustados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026. **PR**AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69
ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira
Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar
Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77217698

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025
PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e a Produtora Rural Vilma Maria da Silva, CPF/MF n.º ***.113.312-**.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).
CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 1.066,20 (Um mil e sessenta e seis reais e vinte centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68509315). Os preços contratuais não serão reajustados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026. **PR**AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira

Lanara Cintya Almeida da Silva

Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar

Paulo Dimer Justo

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76885628

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025

PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e a Produtora Rural Lucineis Neves da Silva, CPF/MF n.º ***.900.822-**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 1.368,00 (Um mil, trezentos e sessenta e oito reais)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68508620). Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026– *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221*Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2024.* ***PR*****AZO:** O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69

ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira

Lanara Cintya Almeida da Silva

Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar

Paulo Dimer Justo

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76901189

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025

PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e o Produtor Rural Gustavo Henrique dos Santos, CPF/MF n.º ***.302.342-**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 3.191,70 (Três mil, cento e noventa e um reais e setenta centavos)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68506784). Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026 – *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221 *Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026.* ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69

ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira

Lanara Cintya Almeida da Silva

Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76909554

EXTRATO

CENTEC ABAITARÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2026/IDEP-APACENTEC da CHAMADA PÚBLICA - 01/2025

PARTES: CONTRATANTE: O Conselho Escolar Valdinar Souza FerreiraDo Centro Técnico Estadual de educação Rural - CENTEC AbaitaráCNPJ: 18.009.457/0001-22,e a Produtora Rural Adaiane Cristina Simões da Silva Rosa, CPF/MF n.º ***.605.102-**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de material de consumoGêneros Alimentícios da agricultura familiar, através da Chamada Pública 01/2025 ID (0029.060075/2025-98).

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 1.178,00 (Um mil, cento e setenta e oito reais)** de acordo com os valores especificados no edital 01/2025 ID (68504282). Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE 6ª, 7ª e 8ª PARCELA DE 2026– *Fonte de Recurso**:*** 0.2.21.000000 0.221*Programa de atividade: PNAE; Elemento de Despesa**: 33.90.30** do ano de 2026.* ***PR***AZO: O prazo de vigência do contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.

PROCESSO Nº . 0048.000313/2026-69

ASSINAM: Paulo Dimer Justo – Presidente do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira

Lanara Cintya Almeida da Silva
Assistente Administrativo / Prestador de Contas Escolar

Paulo Dimer Justo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76048726

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS

Portaria nº 1559 de 20 de julho de 2026

Divulga os beneficiários suspensos e desligados do Programa Estadual Crescendo Bem, referente ao mês de julho de 2026.

O **DIRETOR TÉCNICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso das competências que lhe são delegadas pela Portaria nº 3045 de 08 de dezembro de 2025, publicada no DOE nº 234, de 11 de dezembro de 2025, referente às competências dadas à Secretária de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social através do artigo 159 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a análise dos cadastros inseridos no Sistema de Cadastramento e Gestão do Programa Estadual Crescendo Bem, referente ao mês de Julho, lançados até 30/06/2025, objeto do monitoramento técnico de elegibilidade, conforme Relatório Geral de Habilitação - Jul/26 (74594892) e Errata (74714226).

RESOLVE:

Art. 1º Torna público o resultado das análises dos cadastros suspensos do Programa Estadual Crescendo Bem, referente ao mês de Julho de 2026, conforme Relatório Geral de Habilitação - Jul/26 (74594892), cujos nomes constam no Anexo Único desta Portaria.

§1. As suspensões dispostas no Anexo Único se dão em face ao descumprimento da disposição do art. 13 do Decreto n°30.976, de 01 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO
Diretor Técnico de Políticas Públicas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Delegação de poderes - Portaria nº 576/2024 (0048442357)

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO NOMINAL DE BENEFICIÁRIOS SUSPENSOS DO PROGRAMA CRESCENDO BEM

Nº	NOME BENEFICIÁRIO(A)	CPF	MUNICÍPIO
1	Geisy Kelli dos Santos Pereira	***460.062**	Alta Floresta d'Oeste
2	Adriana Garbrecht Ludugerio Dettmann	***069.912**	Alto Alegre Dos Parecis
3	Edna da Silva Pereira	***222.812**	Alto Alegre Dos Parecis
4	Tatiane dos Santos Olejnik	***705.952**	Alto Paraíso
5	Andreina Ferreira de Morais	***097.902**	Ariquemes
6	Elaine De Souza Ramos	***015.002**	Ariquemes
7	Michele de Paulo Teixeira	***786.671**	Ariquemes
8	Miria Alencar Vieira	***514.002**	Ariquemes
9	Rita De Cassia Gomes Morais	***425.662**	Ariquemes
10	Vitoria Caroline Oliveira Uliana	***531.702**	Ariquemes
11	Maria Lucia de Jesus Brito	***304.512**	Buritis
12	Maria Madalena Ferreira	***288.332**	Buritis
13	Rayane Moreira da Costa	***689.662**	Buritis
14	Erica Pereira Da Silva	***483.852**	Cacoal
15	Maria Da Penha Bravin Vilela	***424.852**	Cacoal
16	Nathielly Cristina Demuner Bento	***904.302**	Cacoal
17	Raires de Oliveira Vieira	***110.663**	Candeias do Jamari
18	Regianne Cristina Soares	***795.162**	Chupinguaia
19	Vanessa Meireles Gomes	***47.402***	Chupinguaia
20	Helen Vitória Dos Santos Evangelista	***884.032**	Colorado do Oeste
21	Josilaine Taylor Da Silva Gonçalves	***945.772**	Colorado do Oeste
22	Viviane das Chagas Barbosa	***134.422**	Colorado do Oeste
23	Angelica da Silva Lima	***747.432**	Costa Marques
24	Jeane Cortez Parada Stevanelli	***494.422**	Costa Marques
25	Maria Eduarda Lima Medeiros	***455.152**	Costa Marques
26	Sirley Maria de Jesus	***745.222**	Costa Marques
27	Josieli Vilhalba de Araujo	***567.092**	Cujubim
28	Kamily Nienke Da Silva	***465.822**	Espigão D'Oeste
29	Matheus de Oliveira Honorio	***911.982**	Espigão D'Oeste
30	Cassandra Montes Rodrigues	***629.452**	Guajará-Mirim
31	Deisy Dorado Anez	***497.202**	Guajará-Mirim
32	Rai da Silva Rodrigues	***233.672**	Guajará-Mirim
33	Rosilene Da Silva Araújo	***919.902**	Guajará-Mirim
34	Tássia Camila Sá Gomes Wanderley	***650.672**	Guajará-Mirim
35	Eliziane Justino Da Silva	***980.082**	Ji-Paraná
36	Leidimar Da Conceicao Silva	***554.932**	Ji-Paraná
37	Patrícia Priscilla Lourenço Da Silva	***235.962**	Ji-Paraná
38	Rafaela Cabral De Souza	***953.222**	Ji-Paraná
39	Thalita Gomes Da Costa	***585.412**	Ji-Paraná
40	Lúcia Berger	***848.432**	Ministro Andreazza
41	Rosemar Barbosa Da Silva	***986.242**	Ministro Andreazza
42	Solange Alves Brum	***813.852**	Monte Negro
43	Cleidiane Nunes De Oliveira	***255.962**	Nova Brasilândia D' Oeste
44	Suelen Aparecida de Souza	***547.242**	Nova Brasilândia D' Oeste
45	Andressa Bezerra Gobbi	***813.242**	Novo Horizonte do Oeste
46	Enilda Valim da Silva	***489.522**	Ouro Preto do Oeste
47	Franciele De Lima De Almeida	***694.972**	Ouro Preto do Oeste
48	Luana Teles Pereira Ramos	***667.992**	Ouro Preto do Oeste

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

49	Cristiane Viralino Da Silva	***350.989**	Pimenta Bueno
50	Samara Aparecida Pereira Ayala	***42.292***	Pimenta Bueno
51	Andressa Mucuta da Silva	***790.062**	Presidente Médici
52	Dayane Maria Da Silva Florenço	***219.854**	Presidente Médici
53	Elisdete do Nascimento	***890.102**	Presidente Médici
54	Natalia Dos Santos Rodrigues	***584.342**	Presidente Médici
55	Pamela Gonçalves Da Luz	***59.651***	Presidente Médici
56	Tauany Rezende Alves	***986.272**	Presidente Médici
57	Joely Maria Gonçalves da Silva	***160.342**	Santa Luzia do Oeste
58	Taylaine Barbosa Lima	***54.142***	Santa Luzia do Oeste
59	Daiany de Andrade Alves	***321.552**	São Francisco do Guaporé
60	Simone Rodrigues Feldhaus	***355.992**	São Francisco do Guaporé
61	Cassieli Nascimento De Oliveira	***990.062**	Vale Do Paraíso
62	Amanda Da Silva Marcon	***382.052**	Vilhena
63	Dheise Naiara Pereira Dos Santos	***049.222**	Vilhena
64	Eulália Catarina Fucthel De Oliveira	***694.632**	Vilhena
65	Karina dos Santos Souza	***973.332**	Vilhena
66	Ketlen Luiza Soares Souza	***597.542**	Vilhena
67	Marianny Ederlin Punchilupi Burgos	***054.422**	Vilhena

Protocolo 74600738

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fomentada: **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA ORO MACAN**

CNPJ nº: 17.475.877/0001-31

Fomento nº 735/2024/PGE-SEAS

Valor Global: R$ 82.436,20 (oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos)

Processo nº 0026.007162/2024-66

Tratam os autos de processo de parceria celebrado entre o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, e a Fomentada**,** visando a aquisição de bens permanentes.

As análises foram procedidas com base na legislação — Lei n.º 13.019/2014, Decreto Estadual n.º 21.431/2016 e 8.726/16e a Lei Estadual n.º 3.122/2013 e, no que couber, Lei n.º 14.133/21

Tendo em vista a análise realizada pelo Controle Interno por meio do Parecer nº 2257/2026/SEAS-CI (ID.77195024), o qual afirma que:

"Considerando que esta Unidade Setorial de Controle Interno não possui atribuição para impedir, vedar ou aprovar prestações de contas, competindo-lhe tão somente analisar os documentos, alertar e orientar quanto a eventuais falhas ou impropriedades identificadas, opinamos pela aprovação e homologação, COM ressalvas, da Prestação de Contas apresentada pela ASSOCIAÇÃO INDÍGENA ORO MACAN – CNPJ nº 17.475.877/0001-31, referente ao Termo de Fomento nº 735/SEAS/PGE/2024 (0055753366), em razão dos apontamentos e da análise documental realizada nos autos."

Resolvo:

Aprovar e homologar com ressalvas a prestação de contas do Fomento, nos termos do art. 69, § 5, II da Lei n.º 13.019/2014.

Outrossim, os autos deverão permanecer à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021

Protocolo 77225005

Portaria nº 2042 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de

outubro de 2021, publicada no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198.

Considerando os termos do Memorando 200 (77162252), conforme consta no Processo nº 0026.007486/2026-66.

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR, no período de 09/10/2026 a 11/10/2026**,** a servidora GÉSSICA XAVIER DE SOUZA, Assessora VII, CDS-07, matrícula nº ******682, para responder pela Gerência de Almoxarifado e Patrimônio – GAP, desta Secretaria, cumulativamente com o cargo que já exerce, em substituição ao titular, NALDO MACHADO DOS SANTOS**,** Gerente, CDS-09, matrícula nº ******417, em razão de seu afastamento por Licença Médica, conforme consta no Processo nº 0026.007483/2026-22.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77227889

Portaria nº 2041 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicada no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198.

Considerando os termos do Memorando 200 (77162252), conforme consta no Processo nº 0026.007486/2026-66.

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR, no período de 28/09/2026 a 08/10/2026**,** a servidora JULLY DULCINÉIA VIEIRA DOS SANTOS, Assessora VII, CDS-07, matrícula nº ******391, para responder pela Gerência de Almoxarifado e Patrimônio – GAP, desta Secretaria, cumulativamente com o cargo que já exerce, em substituição ao titular, NALDO MACHADO DOS SANTOS**,** Gerente, CDS-09, matrícula nº ******417, em razão de seu afastamento por Licença Médica, conforme consta no Processo nº 0026.007483/2026-22.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77226180

Resolução N. 4/2026/SEAS-CONSEDH

Dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONSEDH/RO para o biênio 2026-2028.

O **CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – CONSEDH/RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 709, de 19 de abril de 2013, bem como pelo Regimento Interno publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 17 de outubro de 2016.

Considerando a eleição da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, eleita em Reunião Extraordinária realizada no dia 24 de setembro de 2026, às 9:00h, por meio de videoconferência através do aplicativo Zoom.

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar a composição da Mesa Diretora do CONSEDH/RO, eleita para mandato de 02 (dois) anos (biênio 2026/2028), admitindo-se uma recondução, observado o prazo limite do mandato dos conselheiros, de acordo com a Lei Complementar nº 709, de 19 de abril de 2013.

Presidente: ARILDO OLIVEIRA SABINO, Conselheiro Titular, Sociedade Civil, representante do Instituto Padre Ezequiel Ramim - Iper.

Vice-Presidente: DÉBORA DE ALMEIDA VOLPI, Conselheira titular, Governamental, representante da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - Seas;

Secretária-Geral: VALENTINA FRANCO PEREIRA, Conselheira Titular, Sociedade Civil, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rondônia - OAB/RO;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ARILDO OLIVEIRA SABINO

Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONSEDH

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo 77239824

Resolução N. 5/2026/SEAS-CONSEDH

Dispõe sobre a aprovação do calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH/RO, para o exercício de 2026.

O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – CONSEDH/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 709, de 19 de abril de 2013, bem como pelo Regimento Interno publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 17 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO As deliberações ocorridas na Reunião Extraordinária do CONSEDH-RO realizada no dia 24 de setembro de 2026, por videoconferência;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS PARA O EXERCÍCIO 2026,** a serem realizadas mensalmente as ultimas quartas-feiras do mês, às 15h, conforme demonstrado no quadro abaixo:

MÊS	DIA
OUTUBRO	28
NOVEMBRO	25
DEZEMBRO	30

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARILDO OLIVEIRA SABINO

Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONSEDH/RO

Protocolo 77242028

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fomentada: Lar do Idoso São Vicente de Paulo
CNPJ ° 01.391.991/0001-43
Termo de Fomento n° 567/2025/PGE-SEAS
Valor Global: R$ 190.800,00 (cento e noventa mil e oitocentos reais)
Processo n° 0026.006771/2025-89

Tratam os autos de processo de convênio celebrado entre o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, e a Fomentada**,** para a aquisição e instalação de equipamentos industriais permanentes (lavadora horizontal 30 kg, centrífuga tripé 20 kg, secadora rotativa 30 kg, calandra elétrica mural e kit dosador automático) para atender as necessidades da entidade.

As análises foram procedidas com base na legislação – Lei n.° 14.133/2021, Lei n.º 8.742/1993, Decreto Federal n.º 11.531/2023, Lei Estadual n.º 5.024/2021, Decreto Estadual n.º 26.165/2021, e demais normas pertinentes.

Tendo em vista a análise realizada pela Gerência de Controle Interno por meio do Parecer n° 2155/2026/SEAS-CI, o qual afirma que:

Considerando que a presente setorial de Controle Interno não dispõe de atribuições destinadas a impedir, vedar ou aprovar prestações de contas, possuindo competência de tão somente alertar e orientar, apontando eventuais falhas documentais, opinamos pela **Aprovação e Homologação da Prestação de Contas**, do **Lar do Idoso São Vicente de Paulo**, **inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.391.991/0001-43,** referente ao **Termo de Fomento nº nº 567/2025/PGE-SEAS (0065630140**, em virtude da análise documental apresentada nos autos em epígrafe.

Resolvo:

Aprovar e Homologar a prestação de contas do Fomento, nos termos do § 2, art. 27 do Decreto Estadual nº 26.165/2021.

Outrossim, os autos deverão permanecer à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021

Protocolo 77228911

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

EDITAL Nº 75/2026/SEAS-COHAB

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA ANÁLISE FINANCEIRA DOS CANDIDATOS A BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE VILHENA

O Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições legais, torna pública EDITAL DE CHAMAMENTO DOS CANDIDATOS A BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE VILHENA, para cumprimento da Etapa de Análise Financeira do Programa MEU SONHO, regulamentado pelo Edital nº 4/2024/SEAS-COHAB, publicado no DIOF nº 244 de 27.12.2024 e suas retificações, que trata da concessão de subsídios da política estadual de habitação, conforme Decreto Estadual nº 29.890/2024.

DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A SEAS, conforme item 1.3 do Edital nº 4/2024/SEAS-COHAB, não é responsável pela construção dos empreendimentos vinculados ao Programa MEU SONHO.

As unidades habitacionais dos empreendimentos dispostos neste edital não são exclusivas para o Programa MEU SONHO.

O procedimento de Chamamento respeita a ordem de classificação estabelecida no Edital nº 14/2025/SEAS-COHAB ANEXO II - VILHENA, publicado no DIOF nº 135 de 21.07.2025 e consultável no sítio eletrônico https://rondonia.ro.gov.br/portal/publicacoes/

O beneficiário não é obrigado a se submeter à análise financeira caso não tenha interesse nas unidades habitacionais disponibilizadas.

A escolha do empreendimento e imóvel ficará a critério do beneficiário e sua capacidade financeira para arcar com o financiamento.

O beneficiário, não poderá utilizar o subsídio para unidades habitacionais não constante neste edital, assim como não poderá utilizá-lo para financiamento em município diferente do qual foi convocado.

Os candidatos a beneficiários chamados no presente Edital que optarem não comparecer ou forem reprovados na etapa de Análise Financeira, permanecerão com a sua colocação da Lista de Classificados Geral e por Município, em conformidade ao item 8.4 do Edital nº 4/2024/SEAS-COHAB.

DOS EMPREENDIMENTOS

A lista de candidatos a beneficiários do presente edital será submetidos a etapa de Análise Financeira, conforme comparecimento dentro do prazo, a fim de obter o financiamento para o seguinte empreendimento:

Cidade de Vilhena/RO
RESIDENCIAL GIRARDELLO II - *Rua CV5, 06 - bairro Cidade Verde, Vilhena, CEP76.984-003*

Os candidatos a beneficiários podem visualizar maiores informações acerca dos empreendimentos, acessando o sitio eletrônico da SEAS: **https://rondoniasocial.ro.gov.br/meusonho** e efetuando seu login com o Gov.br.

A lista de candidatos classificados chamados no presente edital é a primeira, específica para o empreendimento RESIDENCIAL GIRARDELLO II**.**

Para o presente, estão disponíveis **8 unidades habitacionais horizontais,** localizadas no RESIDENCIAL GIRARDELLO II e, para tanto, estão convocados **100 candidatos** para comparecimento nos locais indicados, a fim de dar cumprimento na etapa de análise financeira.

DO CHAMAMENTO PARA ANÁLISE FINANCEIRA

Os candidatos a beneficiários **classificados na cidade de Vilhena** e chamados nesse ato são os relacionados no **ANEXO I** deste edital para comparecimento, prioritariamente, nos correspondentes da Caixa Econômica Federal - CEF ou, na ausência destes, diretamente nas Agências da Caixa Econômica Federal - CEF, para cumprimento da Etapa de Análise Financeira, nas seguintes agências e/ou correspondentes:

Cidade de Vilhena/RO
Correspondentes: **BAIOTO COMERCIO E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA:** Av Capitão Castro 3295, 3295 - Centro **CREDCASA:** Av. Presidente Tancredo Neves, 4661, sala 01 lote 09 QUADRA 64 SETOR 04, 4661 - Jardim Eldorado **DROGARIA BEM ESTAR:** Rua Pernambuco 1691 ST 19, - Novo Tempo; **FARMACIA SÃO :** Rua Jamari 604 setor 01 lote 05 quadra 148 - Sao Jose, 76980-324; **MULTICRED:** Av. Parana, Av. Parana 821, 821 - 76987-279. **RAC CORRESPONDENTE:** Marechal rondon 3140 sl 12 lj r costa e silva 60, 3140 - centro (s-01) 76980-156.

Agências:
AGÊNCIA PARK SHOPPING VILHENA: Av Sabino Bezerra de Queiroz num 5422 - Jardim Eldorado, 7698720;
AGÊNCIA VILHENA: Av Major Amarante num 3271 - centro (s-01), 76980153

A pesquisa realizada dos correspondentes dispostos no quadro acima deu-se na data de 25 de setembro de 2026, no sitio eletrônico da caixa, no endereço eletrônico https://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/encontre-a-caixa.aspx
Demais informações sobre a Etapa da Análise Financeira poderão ser consultadas no:

Endereço Eletrônico	https://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/encontre-a-caixa.aspx
Aplicativo Habitação Caixa	https://www.caixa.gov.br/atendimento/aplicativos/habitacao/Paginas/default.aspx
Canais Digitais (Whatsapp)	0800-1040104
Telefones	4004-0104 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 1040104 (demais regiões) e, no exterior, ligue a cobrar para (61) 2107-5700

O procedimento de Chamamento respeita a ordem de classificação por município estabelecida no Edital nº 14/2025/SEAS-COHAB ANEXO II - VILHENA/RO, publicado no DIOF nº 135 de 21.07.2025 e consultável no sítio eletrônico https://rondonia.ro.gov.br/portal/publicacoes/
Os candidatos a beneficiários listados no ANEXO I abaixo, devem comparecer na Agência e/ou correspondente no prazo de 20 dias, conforme estabelecido pelo item 7.6 do Edital nº 4/2024/SEAS-COHAB, entre os dias 06 de outubro até 26 de outubro de 2026, munidos da seguinte documentação em vias originais:

a) RG e CPF;
b) Comprovante de residência (últimos 2 meses);
c) Comprovante de renda (últimos 3 meses);
d) Certidão de nascimento ou casamento; e
e) Declaração de união estável (se houver).

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO
Diretor Técnico de Políticas Públicas
Delegação de poderes - Portaria nº 576/2024 (0048442357)

ANEXO I

Classificação Município	Classificação Geral	Nome	CPF Anonimizado	Enderecos → Cidade
1	3	CAROLINE KURTZ	***.158.102-**	Vilhena
2	5	JOBERT BRUNO BARBOZA DE OLIVEIRA	***.293.992-**	Vilhena
3	23	BRUNO DOS SANTOS ZIMERMANN	***.539.942-**	Vilhena
4	58	WILSON MARQUES MOREIRA	***.466.392-**	Vilhena
5	62	DAVID DA SILVA SOUSA	***.607.202-**	Vilhena
6	107	LUCIANO GUARATE DE QUEIROZ	***.016.992-**	Vilhena
7	114	GUILHERME PIERRE ARAUJO	***.272.852-**	Vilhena
8	115	MATHEUS SANCHES DOS SANTOS	***.235.342-**	Vilhena
9	116	KATRINE DA CONCEICAO MACIEL	***.347.333-**	Vilhena
10	137	VALCIR RAMOS ALVES	***.182.632-**	Vilhena
11	146	EMERSON LUIS MENDES MORGADO	***.695.772-**	Vilhena
12	151	ISABEL RODRIGUES MARINHO	***.073.932-**	Vilhena
13	169	THIAGO SOUZA DE OLIVEIRA	***.622.312-**	Vilhena
14	170	KAUANE CRISTINA LOPES DE OLIVEIRA	***.783.882-**	Vilhena
15	176	JULIANA SOUZA DA SILVA	***.099.622-**	Vilhena
16	183	HENRIQUE DE ALMEIDA MACHADO	***.375.242-**	Vilhena
17	184	REBECA COSTA PEREIRA	***.544.128-**	Vilhena
18	199	EZEQUIEL DA SILVA COSTA	***.549.782-**	Vilhena
19	204	MAKISON WILLIAN GONCALVES DE SOUZA	***.777.412-**	Vilhena
20	207	KELLY SILVA PINTO	***.332.152-**	Vilhena

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

21	211	WESLEY CLEITON PERIM	***.268.952-**	Vilhena
22	216	JAQUELINE DA SILVA GOMES DE PAULA	***.643.582-**	Vilhena
23	220	JAQUELINE GOMES MACEDO	***.223.792-**	Vilhena
24	223	CLEISON NUNES DA SILVA	***.317.182-**	Vilhena
25	224	NATALIA DE AMORIM	***.108.612-**	Vilhena
26	225	VANESSA DA SILVA DE SOUZA	***.877.552-**	Vilhena
27	226	VALERIA SUTIL DE CAMPOS	***.083.952-**	Vilhena
28	241	JACKELINE ESCARPONEZA TARTAS	***.934.982-**	Vilhena
29	245	PATRICK DE SOUZA TEIXEIRA	***.962.392-**	Vilhena
30	246	MAYRA GUERREIRO CYSNE	***.546.757-**	Vilhena
31	268	DIOGO MACHADO SOUZA	***.565.682-**	Vilhena
32	282	JOAO VICTOR DE FREITAS LOPES	***.212.642-**	Vilhena
33	285	RENATA RODRIGUES DE FARIA DOS SANTOS	***.801.862-**	Vilhena
34	306	ADRIANO ALVES PIMENTA	***.867.062-**	Vilhena
35	310	MARYANA RIBEIRO LUPATINI	***.339.732-**	Vilhena
36	326	KLEVERSON SOARES DA CUNHA	***.344.892-**	Vilhena
37	342	JHONATAN ABREU BERGHAHN	***.270.372-**	Vilhena
38	352	JOSE MAYKON LUIZ MENEZES	***.051.712-**	Vilhena
39	365	GABRIELA FARIAS DUARTE	***.724.951-**	Vilhena
40	374	JENNIFER THAIS SANTOS DA SILVA	***.028.182-**	Vilhena
41	402	SIDILENE DA SILVA GAMARRA	***.465.001-**	Vilhena
42	403	GRACIELI DE SOUSA FERNANDES	***.030.722-**	Vilhena
43	421	MAIARA QUEIROZ DO NASCIMENTO	***.361.282-**	Vilhena
44	439	NATANAEL CARVALHO DOS SANTOS	***.264.672-**	Vilhena
45	449	WEVERTON DIEGO SANTOS RANCHEL	***.315.202-**	Vilhena
46	452	MELKE RANS DA SILVA SOARES	***.107.832-**	Vilhena
47	455	NOHANA VIEIRA PRADO	***.526.902-**	Vilhena
48	458	EVELYN KETLYN DA SILVA KEGLER MONTE	***.561.512-**	Vilhena
49	467	TAMIRES APARECIDA VENANCIO	***.970.871-**	Vilhena
50	475	RUAMA RUBIA DE LIMA PEREIRA	***.936.081-**	Vilhena
51	489	GABRIELY CAMPOS DE LIMA	***.453.832-**	Vilhena
52	497	MARIELLY VASCONCELOS DE OLIVEIRA	***.862.852-**	Vilhena
53	511	ISMAEL VIEIRA REGINALDO AIKANA	***.875.002-**	Vilhena
54	522	MILENA CAROLINE DA SILVA CARDOSO	***.384.672-**	Vilhena
55	524	ELISANGELA ALMEIDA DA SILVA	***.486.321-**	Vilhena
56	585	JOAO PAULO VELOSO	***.222.841-**	Vilhena
57	598	ANNELISE CAMPINHO DE OLIVEIRA	***.599.132-**	Vilhena
58	599	FRANCIELE DE ALMEIDA ANDRADE DA SILVA	***.021.852-**	Vilhena
59	603	NOELI DE OLIVEIRA SCARMOCIM	***.654.682-**	Vilhena
60	614	ANA PAULA DE ALMEIDA SILVA	***.418.702-**	Vilhena
61	618	CARLA GEORDANIA DA SILVA CAMARGO	***.700.922-**	Vilhena
62	619	ANNY CIBELLY DOS SANTOS	***.825.722-**	Vilhena
63	635	ELLEN CAROLINE CARVALHO DE OLIVEIRA	***.651.892-**	Vilhena
64	645	LARYSSA GABRIELA MENEZES	***.043.562-**	Vilhena
65	658	NILVANIA GOMES RODRIGUES	***.389.021-**	Vilhena
66	664	CAMILA MENEZES MELO	***.901.492-**	Vilhena
67	676	JULIANO ALVES DOS SANTOS	***.958.432-**	Vilhena
68	678	MARCUS WINICIUS MARQUES DOS SANTOS	***.594.212-**	Vilhena
69	694	DANIELE LIMA DOS SANTOS BALBINO	***.449.132-**	Vilhena

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

70	696	ANA CAROLINA ALLES DE ALMEIDA	***.892.202-**	Vilhena
71	708	KELLY CRISTINA OLIVEIRA MUNHOZ	***.621.382-**	Vilhena
72	711	GESICA BETANIA DE ALMEIDA	***.701.642-**	Vilhena
73	712	ANGELO DE SIQUEIRA	***.183.972-**	Vilhena
74	715	NEIVO GEREMIA JUNIOR	***.619.382-**	Vilhena
75	719	WANDERSON GONCALVES FIAIS	***.278.922-**	Vilhena
76	722	JOSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	***.703.542-**	Vilhena
77	731	IHONARA STEFFANNY FREITAS DE GODOI	***.391.598-**	Vilhena
78	733	DAIANE GRACIELLE CORREA SILVA	***.175.172-**	Vilhena
79	734	ANDRIELE TRINDADE DA SILVA	***.178.792-**	Vilhena
80	756	ERICK GUSTAVO DA SILVA ARAUJO	***.326.012-**	Vilhena
81	774	KARINA SANTANA GERONIMO	***.335.862-**	Vilhena
82	801	LUDMILA UMBELINO DA SILVA	***.713.622-**	Vilhena
83	803	REBECA PINHEIRO MENDES	***.088.432-**	Vilhena
84	804	ANA ROSA PEDROSO DE ANDRADE	***.375.622-**	Vilhena
85	820	MARIANNY EDERLIN PUNCHILUPI BURGOS	***.054.422-**	Vilhena
86	827	EDINEUZA DE LIMA SANTOS	***.967.461-**	Vilhena
87	832	JESSICA FERREIRA DA SILVA	***.233.572-**	Vilhena
88	852	SILMARA CRISTINA PINTO JESUS	***.182.122-**	Vilhena
89	876	CLEILTON GARCIA DA SILVA	***.758.332-**	Vilhena
90	878	VIVIANE CAMILO JACOB	***.487.672-**	Vilhena
91	895	ITALO DOS SANTOS DA SILVA	***.761.142-**	Vilhena
92	928	ABDIAS AMORIM JUNIOR	***.520.162-**	Vilhena
93	956	RIONNE BARBOZA DE SOUZA	***.473.262-**	Vilhena
94	963	BRUNO HENRIQUE COELHO MOREIRA	***.179.891-**	Vilhena
95	974	JHENEFFER RIBEIRO SOARES	***.035.101-**	Vilhena
96	1010	SILVIO JUNIOR ALVES DOS SANTOS	***.336.472-**	Vilhena
97	1018	DEUSELINA MARIA GOMES DE FREITAS	***.424.582-**	Vilhena
98	1021	GUSTAVO PEREIRA COMBY	***.502.561-**	Vilhena
99	1040	VALDEMIR DE CARVALHO	***.775.622-**	Vilhena
100	1068	NAYANA REZENDE DOS SANTOS	***.207.582-**	Vilhena

Protocolo 77035384

Portaria nº 2044 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicada no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198.

Considerando os termos do Memorando id.76797044, contidos nos autos do SEI nº 0026.007241/2026-39;

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Folga Compensatória de 01 (um) dia, ao servidor TYELISSON SILVA ARAUJO, ocupante do cargo de Assessor VII, matrícula nº ******972, lotada na Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – Seas, para ser usufruída no dia 15/10/2026.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021

Protocolo 77237001

Portaria nº 2032 de 29 de setembro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021 - publicado no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198;

Considerando o contrato nº 0787/SEAS/PGE/2022, celebrado entre a **SEAS** e o **INSTITUTO CHANCE**, bem como o Termo de Compromisso de Estágio n.3411;

Considerando a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008 e Decreto Estadual n° 27.159, de 12/05/2022;

Considerando o Memorando nº 116/2026/SEAS-COHAB (76265707), contido nos autos de id.0026.005356/2026-99;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, como Estagiária de Nível Superior, pelo período de **21/09/2026 a 20/09/2027**, a Estudante **ANNE RAÍSSA GOMES DESMONE,** para laborar nesta **Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS**.

Art. 2º - O valor da Bolsa Estágio será equivalente ao disposto no Anexo Único, do Decreto Estadual n° 27.159, de 12/05/2022, e será pago mensalmente junto com o Auxílio Transporte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77161409

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 0026.005450/2026-48

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2041 (76285163) e **Certificado** (77107677), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Armandino Junior Rodrigues Jordão e Maria Luiza Pacheco Rodrigues Ribeiro**,** no valor total de **R$ 890,00 (oitocentos e noventa reais),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77107694

Portaria nº 2047 de 01 de outubro de 2026

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207.

Considerando o Memorando nº 529/2026/SEAS-GFEAS, de 29 de setembro de 2026.

Resolve:

Art. 1°- Autorizar a concessão de diárias e o deslocamento aos servidores abaixo relacionados, ao Ramal do Jacu I, Brasileira, Silveira, Itacoã e Bom Jardim - Porto Velho, para realizar ação de entrega de cestas básicas e fardos de água às famílias residentes em comunidades ribeirinhas e localidades rurais do Médio Madeira. A concessão de diárias no período de 30/09 e 01 e 02/10/2026.

Nome	Matrícula	Lotado
Nubia Elizabet de Medeiros Brasileiro	******526	Porto Velho
Alcione Ferreira de Carvalho	******256	Porto Velho
Ericson Cerqueira Soares	******170	Porto Velho
Cleiton da Silva	******017	Porto Velho
Paulo Breno Correia de Araújo	******065	Porto Velho
João da Rocha Filgueiras Netto	******430	Porto Velho
Izanir Silva de Almeida	******195	Porto Velho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 2°- Designar os Servidores Ericson Cerqueira Soares, Cleiton da Silva, Paulo Breno Correia de Araújo, João da Rocha Filgueiras Netto e Izanir Silva de Almeida como Condutores dos Veículos Oficiais.

Art. 3°- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 4°- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 5°- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro.
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77249010

Portaria nº 2039 de 30 de setembro de 2026

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207.

Considerando o Memorando nº 501/2026/SEAS-GRC, de 25 de setembro de 2026.

Resolve:

Art. 1°- Autorizar a concessão de diárias e o deslocamento aos servidores abaixo relacionados, ao Distrito Nova Dimensão - Nova Mamoré, para atendimentos para emissão e atualização da carteira SUS, aferição de pressão arterial e teste de glicemia no Programa Rondônia Cidadã. A concessão de diárias no período de 09 a 11/10/2026.

Nome	Matrícula	Lotado
Lucas Davi Marques de Oliveira	******219	Porto Velho
Cleonice Rocha Saraiva	******476	Porto Velho
Bárbara Évelin Santos de Abreu	******505	Porto Velho

Art. 2°- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 3°- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 4°- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro.
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77208770

Portaria nº 2045 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 79 de 29 de janeiro de 2024 (0045519891).

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão que terá por finalidade o Recebimento, Fiscalização e Acompanhamento do Contrato Nº 206/2024/PGE-SEAS (0046331894), referente ao processo de nº 0026.002198/2023-72, firmado entre a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Social -SEAS e a empresa ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n°15.512.542/0001-10, referente a prestação de serviço de impressão (cópias), com **regime de comodato** de equipamentos de máquinas multifuncionais, pelo período de 12 (doze) meses.

1. **LIS REGINA FERNANDES DE MENEZES BEZERRA,** Assessora, Matrícula nº ******411 (Membro);
2. **RAFAEL MENDES SOARES**, Assessor, Matrícula nº ******462 (Membro);
3. **ELAINE CRISTINA FERNANDES REIS,** Assessora, Matrícula nº ******458 (Membro);
4. **VANESSA SILVA DE OLIVEIRA**, Assessora, Matrícula nº******493 (Membro).

Art. 2º – Fica designado para emissão de Relatório de Execução de Serviços Prestados, de sua respectiva unidade/setor, os servidores mencionados no quadro abaixo:

UNIDADE	RESPONSÁVEL
SEAS-ARIQUEMES	**Fiscal titular:** MARCELA PATRICIA COSTA SOUZA LUNARDI - Matrícula nº ******714 **Fiscal substituto:** Ryan Cristopher Borges Farias - Matrícula nº ******713
SEAS-CACOAL	**Fiscal Titular:** BETÂNIA RODRIGUES CORA KLOOS - Matrícula nº ******903. **Fiscal Substituta:** NATALIA SANTANA PINA - Matrícula nº ******294.
SEAS-JARU	**Fiscal titular:** LÍDIA MILER MARTINS, Matrícula:******778 **Fiscal substituto:** ANDRESSA NUNES AMARAL DA SILVA VALENTIM - Matrícula nº****** 644
SEAS-JI PARANÁ	**Fiscal titular:** Shara Alves Berguerand - Matrícula nº******837. **Fiscal substituto:** Elisabeth Pereira Monte - Matrícula nº ******478.
SEAS-OURO PRETO DO OESTE	**Fiscal Titular:** WEVERSON PEREIRA DE SOUZA - Matrícula nº ******448 **Fiscal Substituta:** FABIANO RICARDO RIBEIRO - Matrícula nº ******120
SEAS-ROLIM DE MOURA	**Fiscal titular:** WENDER FERNANDES FERREIRA - MATRÍCULA nº******943. **Fiscal substituto:** TALIA RAFAELE FERREIRA BELLETTI - MATRÍCULA nº ******010.
SEAS-SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	**Fiscal Titular:** ANA PAULA DOS SANTOS CHALITO - Matrícula nº ******508 **Fiscal Substituta:** EDINA TEIXEIRA DE SOUZA MORAIS - Matrícula nº ******533
SEAS-VILHENA	**Fiscal titular:**LUZIVALDO DE MORAES GONÇALVES - Matrícula nº******935 **Fiscal substituto:** VÂNIA MARIA DA SILVA - Matricula nº ******723 **Fiscal substituto:** CARLA ITELVINA PEREIRA DE FREITAS - Matrícula nº *******579.
SEAS-GUAJARÁ MIRIM	**Fiscal titular:** ZILMAR DE LIMA TEIXEIRA - Matrícula: ******.187 **Fiscal substituto:** LETÍCIA DIAS LEITE - Matrícula: ******.603
SEAS-PORTO VELHO	**Fiscal titular:** CÉSAR COSTA MUNIZ DE SOUZA - Matricula nº ******401. **Fiscal substituto:** GISELE DIAS BETUCCI - Matricula nº ******413.

Art. 3º - Fica designado a servidora: **SARA DE SOUZA BARBOSA** , Mat. ******653, como Gestora do Contrato e, em caso de impedimentos legais, eventuais ou ausências, fica designado como substituta a servidora **VANESSA XAVIER DOS SANTOS**, Matrícula nº ******989, como gestora substituta.

Art. 4º - Ficam revogados os termos da Portaria nº 1741 de 14 de agosto de 2026;

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro - DAF/SEAS
Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77239238

Portaria nº 2049 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicada no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198.

Considerando os termos do Memorando 389 (77161490), conforme consta no Processo nº 0026.007484/2026-77.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 1° - DESIGNAR, no período de **30/0**9/2026 a 09/10/2026**,** o servidor FRANCISCO ENZO RODRIGUES DE SOUZA, Assessor VII, CDS-07, matrícula nº ******861, para responder pela Gerência da Política de Habitação – GHAB, desta Secretaria, cumulativamente com o cargo que já exerce, em substituição ao titular, FRANKLIN JUNIOR FARIAS DUARTE**,** Gerente, CDS-09, matrícula nº ******331, em razão de seu afastamento para usufruto de férias, conforme Portaria de Férias nº 14840 de 19 de novembro de 2025, ID 77162516.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77261366

Portaria nº 2050 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021 - publicado no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198;

Considerando o contrato nº 0787/SEAS/PGE/2022, celebrado entre a **SEAS** e o **INSTITUTO CHANCE**, bem como o Termo de Compromisso de Estágio n.3451;

Considerando a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008 e Decreto Estadual n° 27.159, de 12/05/2022;

Considerando o Memorando nº 120/2026/SEAS-DIRT (76265707), contido nos autos de id.0026.007258/2024-24;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, como Estagiário de Nível Superior, pelo período de **01/10/2026 a 30/09/2027**, o Estudante **GABRIEL KEMPIM DO NASCIMENTO,** para laborar nesta **Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS**.

Art. 2º - O valor da Bolsa Estágio será equivalente ao disposto no Anexo Único, do Decreto Estadual n° 27.159, de 12/05/2022, e será pago mensalmente junto com o Auxílio Transporte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77262823

Portaria nº 2053 de 05 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021 - publicado no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198;

Considerando os termos do Decreto n° 26.869, de 26/01/2022, que institui o Plano de Trabalho Remoto no âmbito do Poder Executivo e altera e revoga dispositivos do Decreto n° 21.971, de 22/05/2017;

Considerando o Plano de Trabalho apresentado através do id (74356309), e deferimento expedido pelo Gestor desta pasta através id. (74390221), conforme consta nos autos de n° 0026.007376/2025-13;

Considerando a Portaria de férias nº 11521 de 29 de julho de 2026 (76993375), Protocolo DOC62389;

Considerando o Despacho id (76629571), conforme consta nos autos de de n° 0026.007376/2025-13;

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR, a inclusão da servidora Tamir Silva de Paula, matrícula n°******518, Assessora VII, no Regime de Escritório Remoto - Home Office, podendo exercer suas atividades e atribuições fora das dependências físicas da SEAS, nos termos do Decreto n° 26.869, de 26/01/2022.

Art. 2° A servidora deverá cumprir com o estabelecido no Art. 8°, do Decreto n° 26.869, de 26/01/2022, ficando condicionada a efetiva execução das atribuições, em conformidade ao respectivo Plano de Trabalho Individualizado.

Art. 3° O período de tempo em que a servidora terá assegurado sua inclusão no Regime de Escritório Remoto será de **23/10/2026 a 04/11/2026**, permitidas sucessivas renovações, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Art. 4° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77295413

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 2048 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021 - publicado no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198;

Considerando os termos do Decreto n° 26.869, de 26/01/2022, que institui o Plano de Trabalho Remoto no âmbito do Poder Executivo e altera e revoga dispositivos do Decreto n° 21.971, de 22/05/2017;

Considerando o Memorando nº 172/2026/SEAS-GLOG id (77028086),conforme consta nos autos de n° 0026.009715/2025-04;

RESOLVE:

Art. 1° CONVALIDAR, pelo período de 02/09/2026 **a 27/09/2026,** a Portaria nº 1817 de 24 de agosto de 2026 (75879062), que versa sobre a inclusão do servidor FRANCISCO ISRAEL DE ALBUQUERQUE, matrícula n°******980, Agente em Atividades Administrativas da Gerência de Logística, no Regime de Escritório Remoto - Home Office, podendo exercer suas atividades e atribuições fora das dependências físicas da SEAS, nos termos do Decreto n° 26.869, de 26/01/2022.

Art. 3° O período de tempo em que o servidor terá assegurado sua inclusão no Regime de Escritório Remoto será de, permitidas sucessivas renovações, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Art. 4° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 77252291

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fomentada: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PENIEL

CNPJ n.º: 10.931.619/0001-73

Fomento Nº 802/2024/PGE-SEAS

Valor Global: R$ 100.000,00 (cem mil reais)

Processo n.º0026.007161/2024-11

Tratam os autos de processo de parceria celebrado entre o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, e a Fomentada**,** visando a aquisição de um veículo automotor.

As análises foram procedidas com base na legislação — Lei n.º 13.019/2014, Decreto Estadual n.º 21.431/2016 e a Lei Estadual n.º 3.122/2013 e, no que couber, Lei n.º 14.133/2021 e Instrução Normativa STN n.º 01/1997.

Tendo em vista a análise realizada pelo Controle Interno por meio do Parecer nº 1997/2026/SEAS-CI, o qual afirma que *"Considerando que a presente setorial de Controle Interno não dispõe de atribuições destinadas a impedir, vedar ou aprovar prestações de contas, possuindo competência de tão somente alertar e orientar, apontando eventuais falhas documentais, opinamos pela* ***aprovação da prestação de contas*****da** ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PENIEL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.931.619/0001-73**,** referente ao **Termo de Fomento nº** 802/2024/PGE-SEAS (0056049297)**,** em virtude da análise documental apresentadas nos autos em epígrafe.*".*

Resolvo:

Aprovar e homologar a prestação de contas do Fomento, nos termos do art. 69, § 5, II da Lei n.º 13.019/2014.

Outrossim, os autos deverão permanecer à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021

Protocolo 77297180

Resolução N. 09/2026/SEAS-CONEDCA

Institui e designa a Comissão Especial Eleitoral responsável pela organização e condução do processo de escolha dos representantes da sociedade civil para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente -

CONEDCA/RO, para o biênio 2027/2028, e dá outras providências.

O **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RONDÔNIA - CONEDCA/RO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 2.760, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONEDCA;

CONSIDERANDO que o art. 3º, § 2º, da Lei Estadual nº 2.760/2012 estabelece que a representação da sociedade civil no CONEDCA deverá submeter-se, de dois em dois anos, ao processo democrático de escolha;

CONSIDERANDO que o art. 3º, § 5º, da Lei Estadual nº 2.760/2012 determina que o Ministério Público seja solicitado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral de escolha dos representantes da sociedade civil;

CONSIDERANDO o disposto no art. 33 do Regimento Interno do CONEDCA, aprovado pela Resolução nº 4/2025/SEAS-CONEDCA, segundo o qual as entidades representantes da sociedade civil serão em número de 9 (nove) e deverão comprovar suas atividades voltadas à defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, bem como estar constituídas há, no mínimo, 2 (dois) anos no Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 34 do Regimento Interno, que prevê a necessidade de formação de Comissão Eleitoral para iniciar o processo de escolha dos novos conselheiros;

CONSIDERANDO que o art. 35, inciso I, do Regimento Interno estabelece a criação de Comissão Especial Eleitoral, composta por, no mínimo, 5 (cinco) instituições, responsável por organizar e conduzir o processo de seleção dos conselheiros da sociedade civil;

CONSIDERANDO que o art. 35, inciso II, do Regimento Interno estabelece que os conselheiros da sociedade civil interessados no processo de escolha não poderão integrar a Comissão Eleitoral, devendo esta, nessa hipótese, ser formada excepcionalmente por conselheiros governamentais;

CONSIDERANDO a manifestação de interesse de atuais conselheiros representantes da sociedade civil em participar do processo de escolha para o biênio 2027/2028, circunstância que impede sua participação na Comissão Especial Eleitoral, em observância ao Regimento Interno;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência, a isonomia, a imparcialidade, a publicidade e a regularidade do processo de escolha, sem qualquer forma de interferência do Poder Público na escolha das entidades da sociedade civil, conforme estabelece o art. 35, § 2º, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação, pelo Plenário do CONEDCA/RO, durante a 7ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de agosto de 2026, da composição da Comissão Especial Eleitoral, formada por representantes governamentais, para organização e condução do processo de escolha das entidades da sociedade civil que integrarão o CONEDCA/RO no biênio 2027/2028, conforme registrado na respectiva Ata;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial Eleitoral do Conedca, responsável por organizar, coordenar e conduzir o processo de escolha dos representantes das entidades da sociedade civil que irão compor o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-Conedca, para o biênio 2027/2028.

Art. 2º Em caráter excepcional, a Comissão Especial Eleitoral será composta exclusivamente por conselheiros representantes do Poder Público, em razão da manifestação de interesse dos conselheiros representantes da sociedade civil, que já atuam no Conedca, em participar do processo eleitoral para o biênio 2027/2028, nos termos do art. 35, inciso II, do Regimento Interno do Conedca.

Art. 3º A Comissão Especial Eleitoral será composta por, no mínimo, 5 (cinco) conselheiros representantes governamentais, designados pelo Plenário do Conedca.

§ 1º Fica composta a Comissão Eleitoral, composta por 06 membros governamentais, ficando o primeiro membro na presidência dos trabalhos.

Nº	Conselheiro(a) Governamental	Órgão/Instituição	Função na Comissão
01	Aparecida Meireles de Souza e Souza	SEAS	Membro/Presidente
02	Diego Alan Freitas da Cruz	SEPOG	Membro
03	Josie Moreira	SEDUC	Membro
04	Talita Sá Silva	SESAU	Membro
05	Katiana Nunes de Araújo Pessoa	FEASE	Membro
06	Terezinha de Sousa Sales	SEFIN	Membro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 2º A Comissão poderá solicitar apoio técnico e administrativo da Secretaria Executiva do Conedca para o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do processo eleitoral.

§ 3º A participação dos membros da Comissão Especial Eleitoral será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4º Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I. elaborar e submeter à apreciação do Plenário a minuta do edital que regulamentará o processo de escolha das entidades da sociedade civil;

II. definir, no âmbito de suas atribuições e em conformidade com a legislação e o Regimento Interno, os procedimentos operacionais necessários à execução do processo eleitoral;

III. acompanhar e coordenar o período de inscrições das entidades interessadas;

IV. receber e analisar a documentação apresentada pelas entidades participantes, observados os requisitos estabelecidos no art. 33 do Regimento Interno;

V. elaborar e publicar a relação das entidades habilitadas e não habilitadas, observados os procedimentos previstos no edital;

VI. analisar eventuais pedidos de reconsideração ou recursos apresentados no decorrer do processo, conforme as regras estabelecidas no edital;

VII. organizar e conduzir, juntamente com a presidente do Conedca, a Assembleia Eleitoral para escolha das entidades representantes da sociedade civil;

VIII. assegurar a regularidade dos procedimentos de votação, apuração e proclamação do resultado;

IX. elaborar a ata, circunstanciada da Assembleia Eleitoral, contendo o resultado da votação e a ordem de classificação das entidades eleitas e suplentes, com apoio da secretaria executiva do Conedca;

X. encaminhar ao Conedca, o resultado final do processo eleitoral para homologação e adoção das providências administrativas cabíveis;

XI. praticar os demais atos necessários à organização e conclusão do processo eleitoral, observadas as disposições da Lei Estadual nº 2.760/2012, do Regimento Interno e do respectivo edital.

Art. 5º A Comissão Especial Eleitoral deverá observar, em todas as fases do processo, os princípios da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade, isonomia e participação democrática, assegurando tratamento igualitário às entidades participantes.

Art. 6º A atuação da Comissão Especial Eleitoral terá caráter exclusivamente organizativo e procedimental, não lhe cabendo indicar, recomendar ou influenciar a escolha das entidades representantes da sociedade civil.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de ingerência do Poder Público na escolha das entidades da sociedade civil, nos termos do art. 3º, § 6º, da Lei Estadual nº 2.760/2012 e do art. 35, § 2º, do Regimento Interno do Conedca.

Art. 7º O processo de escolha deverá observar a participação do Ministério Público do Estado de Rondônia, que será formalmente convidado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral, nos termos do art. 3º, § 5º, da Lei Estadual nº 2.760/2012 e do art. 35, inciso IV, do Regimento Interno do Conedca.

Art. 8º A Comissão Especial Eleitoral deverá observar o prazo estabelecido no art. 35, inciso III, do Regimento Interno, promovendo a convocação da sociedade civil por meio de edital específico, a ser publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia, com ampla divulgação pelo Governo do Estado.

Art. 9º O edital do processo eleitoral deverá estabelecer, de forma clara e objetiva, as etapas relativas:

I. à convocação das entidades da sociedade civil;

II. às inscrições;

III. à apresentação e análise da documentação;

IV. à habilitação das entidades;

V. à divulgação dos resultados da habilitação;

VI. à apresentação e análise de recursos;

VII. ao credenciamento das entidades habilitadas;

VIII. à Assembleia Eleitoral;

IX. à votação e apuração;

X. à proclamação e homologação do resultado;

XI. à publicação dos nomes das entidades eleitas e respectivos representantes titulares e suplentes;

XII. às providências para nomeação e posse dos novos conselheiros.

Art. 10 Concluído o processo eleitoral, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará ao Plenário do Conedca, a ata da eleição, acompanhada da relação das entidades eleitas e de seus representantes titulares e suplentes, para as

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

providências previstas no Regimento Interno.

Art. 11 O resultado da eleição deverá ser divulgado oficialmente, no sitio eletrônico no sítio eletrônico **https://rondonia.ro.gov.br/seas/conteudo/publicacoes/,** observando-se que os representantes da sociedade civil eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução mediante participação em novo processo eleitoral, conforme dispõe o art. 37 do Regimento Interno.

Art. 12 Os representantes da sociedade civil eleitos serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e de seus respectivos representantes titulares e suplentes, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 2.760/2012.

Art. 13 Após a conclusão do processo de escolha, o Conedca encaminhará à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social-Seas, cópia da ata da eleição e relação dos conselheiros governamentais indicados, para o Decreto de nomeação, observando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias estabelecido no art. 35, inciso VI, do Regimento Interno.

Art. 14 Os casos omissos nesta Resolução serão submetidos à apreciação do Plenário do Conedca, observadas as disposições da Lei Estadual nº 2.760/2012, do Regimento Interno e das demais normas aplicáveis, conforme estabelece o art. 45 do Regimento Interno.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 05 de Outubro de 2026.

VANDERLEI FERREIRA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CONEDCA/RO

Protocolo 76999142

Portaria nº 2054 de 05 de outubro de 2026

Designa servidor para atuar como gestor de parceria do processo em questão e dá outras providências.

O Diretor Administrativo e Financeiro, Gestor e Ordenador de Despesa por Delegação na Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, no uso de suas competências, atribuídas pela Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021;

Considerando o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações e o Decreto Estadual nº 21.431, de 29 de novembro de 2016, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB de 25/10/2019, que estabelece normas para gestão e fiscalização de contratos e convênios e congêneres no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, e dá outras providências e;

Considerando que os atos normativos acima descritos, determinam a designação de um responsável pela gestão de parcerias celebradas por meio de termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da legislação mencionada;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora RACHEL EMERICH, matrícula n° ******462 para atuar como gestores de parceria titulares do Processo n° 0005.002464/2026-58, que visa a celebração de Termo de Fomento entre a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social e a Associação de Pequenos Agricultores Rurais - APAR, atentando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, Decreto Estadual nº 26.165/2021 e Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB.

Art. 2º- Designar o servidor, **CAROLINE DE SOUZA SARAIVA**, matrícula nº ******554, para atuar como gestora de parceria substituta, substituindo a titular em seus impedimentos legais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77295782

Portaria nº 2051 de 05 de outubro de 2026

Designa servidor para atuar como Gestor de Parceria e dá outras providências.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS, no uso de suas competências como Gestor e Ordenador de Despesa por delegação, atribuídas mediante Portaria nº 634, de 01 de Outubro de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos convênios firmados pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência;

CONSIDERANDO o comando insculpido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios;

CONSIDERANDO a Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB de 25/10/2019 que estabelece normas para gestão e fiscalização de contratos e convênios e congêneres no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que os atos normativos acima descritos, determinam a designação de um responsável pela gestão de parcerias celebradas por meio de termo de convênio, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da legislação mencionada;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor RACHEL EMERICH, matrícula nº ******462, para atuar na função de Gestor de Parceria do Convênio a ser celebrado entre Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e o Município de Pimenta Bueno, referente ao processo nº 0026.004461/2023-68, objetivando o repasse para a Construção do Conselho Tutelar no Município, em observância ao que preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria Conjunta nº 33/CGU/MF/MGI, Decreto Estadual nº 26.165/2021 e Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB.

Art. 2º - Designar as servidoras **ANNEVA KANINKA KUIPERS RODRIGUES**, matrícula nº ***.***.518 e **TAINÁ CRISTINA BORGES DE LIMA**, matrícula nº ***.***.743 da Gerência de Infraestrutura da SEAS, nos termos do Decreto nº 26.429, de 17 de setembro de 2021 e suas alterações (Regimento Interno da SEAS), ao apoio, sempre que necessário à consecução dos objetivos delineados na Parceria, consistindo nas seguintes atividades:

I – emissão de pareceres técnicos relacionados à matéria de engenharia, arquitetura e infraestrutura referentes ao objeto do convênio;

II – análise e manifestação técnica sobre projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos de natureza técnica vinculados à execução da obra;

III – realização de vistorias técnicas, quando necessário, para verificação da execução física do objeto pactuado;

IV – análise de medições, relatórios de execução e documentos técnicos apresentados pelo ente convenente;

V – elaboração de relatórios técnicos e manifestações técnicas destinadas a subsidiar as decisões do gestor da parceria;

VI – avaliação de eventuais solicitações de alteração técnica do objeto, ajustes de projeto ou adequações necessárias à correta execução da obra;

VII – outras atividades de natureza técnica relacionadas à engenharia que se façam necessárias ao acompanhamento e à adequada execução do objeto do convênio.

Art. 3º - Revogar a Portaria n° 890 de 06 de maio de 2025 (0059868737).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77290545

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FEASE

Portaria nº 701 de 01 de outubro de 2026

Designar a Servidora para Responder em Substituição no cargo de Coordenadora de Apoio ao Adolescente, desta Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo-Fease.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art.º 71 e art.º 161 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

Resolve:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora **KATIANA NUNES DE ARAÚJO PESSOA**, Assessora Pedagógica, matrícula ***.***.407, para responder na função de CDS-06, no Cargo de Coordenadora de Apoio ao Adolescente, em SUBSTITUIÇÃO à servidora **KATILIANE DANTAS FERREIRA**, matrícula ***.***.364, em razão de Recesso Administrativo, no período de **01 a 05 de outubro de 2026,** conforme Portaria nº 696 de 29 de setembro de 2026.

Art.2º Fica tornada sem efeito a Portaria nº 699 de 30 de setembro de 2026.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELZA GUARDA BELLO FREITAS

Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo

Protocolo 77227304

Portaria nº 704 de 01 de outubro de 2026

Conceder Folga ao servidor desta Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo-Fease, por motivo de Doação de Sangue.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 71 e 138-A da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 08 (oito) dias de folga por doação de sangue no período de 07/08/2027 a 14/08/2027, com base na Lei Estadual nº 3922 de 17.10.2016, ao servidor, EDIVALDO PACÍFICO DANTAS FILHO, Agente de Segurança Socioeducativo, matrícula nº ********928**, pertencente ao quadro de pessoal civil do Estado de Rondônia, em razão de ter realizado 04 (quatro) doações de sangue para a FUNDAÇÃO FHEMERON, conforme declaração ID.(77248289).

Art.2º Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação.

ELZA GUARDA BELLO FREITAS

PRESIDENTE-FEASE

Protocolo 77264659

Portaria de férias nº 14398 de 05 de outubro de 2026.

O(A) PRESIDENTE DA FEASE, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 3 DE ABRIL DE 2026 de 03/04/2026,publicada no DOE n.Edição 64, de 03/04/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **CLADEAN SOUSA COSTA,** SÓCIOEDUCADOR, matrícula ******816, pertencente ao quadro de servidores de Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo, originalmente marcadas para o**08/09/2026 a 27/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/09/2026 a 27/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **05/01/2027 a 14/01/2027 e 05/04/2027 a 14/04/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

ELZA GUARDA BELLO FREITAS

PRESIDENTE DA FEASE

Protocolo DOC65096

Portaria nº 706 de 05 de outubro de 2026

Conceder Adicional de Titulação a servidora desta Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - Fease.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Estadual, pelos art. 280 da Lei Complementar 68/92, Art. 71 e Art. 161 da Lei Complementar nº 965 de 20 de dezembro 2017, que dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Adicional de Titulação em Pós Graduação, conforme LEI COMPLEMENTAR N° 1.206, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, "ANEXO V", a servidora **KARIN MARIA GOMES CURY,** matrícula nº ******430**, Agente de Segurança Socioeducativo, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, desta Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – Fease, com fulcro no Art. 39, da LC 1.124/2021. Tal direito se vale em virtude de seu certificado ser autenticado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, e verificado sua autenticidade por parte de seu Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a contar de **02/10/2026**.

ELZA GUARDA BELLO FREITAS
PRESIDENTE-FEASE

Protocolo 77320739

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI

Resolução N. 015/2026/SEAGRI-CEDRS
Designada aos membros do Comitê Gestor da Rota do Cordeiro da Amazônia, no âmbito do Polo Cordeiro de Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA - CEDRS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo §1º do Art. 4° da Resolução nº 01/CEDRS-R0/2018, de 15 de maio de 2018, publicada no DOE nº 101, em 05 de junho de 2018, que alterou a Resolução nº 06/CEDRS/RO/2013, de 15.08.2013.

RE S O L V E:

Art. 1°. Designar para compor o Comitê Gestor da Rota do Cordeiro da Amazônia, os seguintes membros, com suas respectivas instituições, eleitos em reunião realizada no dia 18 de setembro de 2026:

Coordenadora: Aline Marafon – Cabanha Dorper Germano Carneiro - Carneiro Rondônia.

Vice – Coordenador: Danillo Antônio Morenz – Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

1° Secretário: Victor Rodrigues Andreoni – Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia – FAPERON.

2° Secretário: Francisco Anithoan de Figueiredo - Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.

Parágrafo único. O prazo de duração do mandato é de 2 (dois) anos, conforme dispõe o Art. 4° da Resolução n° 01/CEDRS-RO/2018, de 15 de maio de 2018.

Art. 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Paulo da Silva Batista
Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS
Secretário de Estado da Agricultura -SEAGRI
Governo de Rondônia

Protocolo 77137509

Portaria nº 190 de 05 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 71, II da Constituição Estadual, e da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017.

Considerando o teor do Memorando nº 22/2026/SEAGRI-NDE (77043433) e Autorização (77269947), que constam no Processo nº 0025.000964/2026-17.

R E S O L V E:

Art. 1º - **REMARCAR** o gozo de férias da servidora **ELIZIELLE DA SILVA MELO**, SEAGRI - Assessor IV - CDS-04, matrícula ******456, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Agricultura, referente ao **exercício de 2025**, do período previsto na Portaria nº 122 de 11 de maio de 2026 (72055264), no período de 7 dias (21/09/2026 a 27/09/2026), a qual fica transferida para fruição no período de 7 dias (21/03/2027 a 27/03/2027).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA
Secretário de Estado de Agricultura

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Portaria nº 382 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Artigo nº 41, inciso I, da Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, e o Decreto de 19 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 23 de junho de 2020;

R E S O L V E:

Art.1º - Nomeia e/ou substitui membros da secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental- SEDAM, para comporem a Comissão de Recebimento de Serviços-CRS e fiscais de Contratos Administrativos, da SEDAM, conforme quadro demonstrativo:

NOME	CPF/MATRÍCULA	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
AIMEE DARWICH FERREIRA	***.***.768	PRESIDENTE	COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE SERVIÇOS
DHEYME PEREIRA VIANA	***.***.723	MEMBRO	COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE SERVIÇOS
AYANNE CARMENCITA RAMOS DIAS	***.***.836	MEMBRO	COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE SERVIÇOS
EMILY KATLIN PEREIRA DA CRUZ	***.***.255	MEMBRO SUPLENTE	COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE SERVIÇOS
INGRID OLIVEIRA REIS	***.***.786	MEMBRO SUPLENTE	COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE SERVIÇOS
WILLIAN VIEIRA SOUZA	***.***.094	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS/CONVÊNIOS SEJUS
FRANCISCO SONE NOGUEIRA DA SILVA	***.***.238	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS/CONVÊNIOS SEJUS
FILIPE DA SILVA BATISTA	***.***.335	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TRANSMISSÃO DE DADOS
PEDRO HENRIQUE AGUIAR BATISTA	***.***.867	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TRANSMISSÃO DE DADOS
WILLIAN VIEIRA SOUZA	***.***.094	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
DANIEL RAMON BORGO ALVES DE OLIVEIRA	***.***.775	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
WILLIAN VIEIRA SOUZA	***.***.094	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA
DANIEL RAMON BORGO ALVES DE OLIVEIRA	***.***.775	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA
ANA CLÁUDIA AMORA MENEZES	***.765.892-**	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS
LUCIENE SOARES DA SILVA	***.***.588	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS
WILLIAN VIEIRA SOUZA	***.329.102-**	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA
FRANCISCO SONE NOGUEIRA DA SILVA	***.***.238	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA
BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO DE SOUZA	***.***.811	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TAXAS DO BANCO DO BRASIL
RAFAELA CRISTINA AIRES VENANCIO	***.***.770	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TAXAS DO BANCO DO BRASIL
LUCAS DANIEL DOS SANTOS SOUZA	***.046.912-**	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORR
LUCIANA MAIA DO N. DE OLIVEIRA	***.***.561	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORR
LUCIANA MAIA DO N. DE OLIVEIRA	***.***.561	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

AMANDA PATRÍCIA DE MATOS	***.***.230	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
LUCIANA MAIA DO N. DE OLIVEIRA	***.***.561	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL
AMANDA PATRÍCIA DE MATOS	***.***.230	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL
LUCIANA MAIA DO N. DE OLIVEIRA	***.***.561	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS
GUILHERME RODRIGUES LOBO	***.***.804	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS
LUCIANA MAIA DO N. DE OLIVEIRA	***.***.561	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS
GUILHERME RODRIGUES LOBO	***.***.804	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS
ULIANE RODRIGUES DA SILVA BRANDÃO	***.***. 370	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS
ANNA CLARA RAMOS FÉLIX	***.***.345	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS
FILIPE DA SILVA BATISTA	***.***.335	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE CÓPIAS E DE DIGITA
PEDRO HENRIQUE AGUIAR BATISTA	***.***.867	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE CÓPIAS E DE DIGITA
LIVIA BALBINO GUIMARÃES	***.***.132	FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO/SALÃO DE E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
JOYCE SALOMÃO FAGUNDES	***.***.049	FISCAL SUPLENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO/SALÃO DE E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

Art. 2º -Ficam designados os membros e/ou membros suplentes desta Comissão para atuar como fiscais, na impossibilidade e/ou ausência do fiscal nomeado.

Art. 3º - Ficam designados os ficais e/ou fiscais suplentes desta Comissão para atuar como membros, na impossibilidade e/ou ausência dos

membros.

Art. 4º -Compete aos Fiscais e/ou Fiscais Suplentes dos contratos administrativos, dentre outras atribuições previstas em normas vigentes,

acompanhar a execução dos contratos, anotando em registro próprio todas as ocorrências decorrentes da relação contratual e determinando, quando necessário, a regularização das supostas falhas, incorreções e/ou defeitos observados.

Art. 5º -Cabe a comissão a responsabilidade pelo recebimento dos serviços prestados a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, devendo formalizar e encaminhar, ao setor financeiro da SEDAM, Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços prestados, bem como a devida certificação das Notas Fiscais.

Art. 6º -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º -Revogam-se todas as portarias anteriores a esta publicação e as disposições em contrario.

DÊ-SE CIÊNCIA
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

Protocolo 77201011

Portaria nº 383 de 30 de setembro de 2026

Cria a Comissão de Recebimento de Materiais de Consumo, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Artigo nº 41, inciso I, da Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, e o Decreto de 19 de junho de 2020,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 23 de junho de 2020;

Considerando ser de inteira responsabilidade da Gerência de Patrimônio Mobiliário- GPM da Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, a regularização do Recebimento e entrega de materiais de consumo;

Considerando as informações no Ofício Circular nº 28/2019/SEPAT-GPM, constante no processo administrativo nº 0064.348619/2019-76 o qual a GPM/SEPAT comunica e estabelece que a contar da data 14/08/2019, não efetuará recebimento e dará procedimento a emissão de Termo de Recebimento Definitivo do Material de Consumo, passando a responsabilidade para cada secretaria o trâmite legal, atentando ao que estabelece o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019; e

Considerando ser de inteira responsabilidade a cada secretariado o recebimento de material de consumo, competindo a SEPAT apenas fiscalizar o material adquirido pelas secretarias, restando a cada uma delas receber os materiais e dar continuidade ao processo junto ao controle interno de cada ente.

Resolve:

Art. 1º. Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, a Comissão de Recebimento de Materiais de Consumo;

Art. 2º. Farão parte da presente comissão os servidores relacionados no Anexo I desta Portaria;

Art. 3º. Caberá à Comissão, conforme o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei Federal n. 8.666, de 1993, o recebimento do material de consumo adquirido por meio de processo de compra, uma vez que o recebimento do mesmo não implica necessariamente a sua aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda e conservação do material do fornecedor a unidade recebedora;

Art. 4º. São atribuições da Comissão:

I - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade, o material entregue de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e Processo Administrativo correlacionado, assim como na Nota de Empenho, Nota Fiscal e Contrato de Aquisição ou outros instrumentos, na forma do disposto no artigo 62 da Lei n. 8.666, de 1993, atestando que o referido material de consumo foi entregue dentro do prazo e em perfeito estado de uso;

II - rejeitar o material de consumo sempre que o referido estiver fora das especificações do instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra inicialmente apresentada na fase de licitação;

III - expedir Termo de Recebimento, Aceitação ou Notificação, neste último caso se o bem for rejeitado;

§ 1º. Estando o material de consumo de acordo com as especificações quantitativas e qualitativas descritos nos documentos constantes nos autos do processo administrativo, irá realizar o recebimento definitivo, certificando a Nota Fiscal no verso, no mínimo por 3 (três) membros da Comissão, sendo um deles pertencente a Coordenação solicitante do material adquirido;

§ 2º. Após o recebimento definitivo do material de consumo a Comissão encaminhará o Processo a Gerência de Patrimônio e Almoxarifado - GPA, onde serão procedidos o seu registro e a sua localização e, posterior liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado e Municípios – SIAFEM, sendo os materiais incorporados ao acervo patrimonial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e distribuídos a Coordenadoria solicitante;

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º -Revogam-se todas as portarias anteriores a esta publicação e as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ANEXO I

MEMBROS DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO

NOME	CPF/MATRÍCULA	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
AIMÉE DARWICH FERREIRA	***.***.768	PRESIDENTE	SEDAM-COPAF
ANA MARIA SILVA DANTAS	***.***.683	MEMBRO	SEDAM-GPA
LUCIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	***.***.385	MEMBRO	SEDAM-GPA
RAUL MIQUELINI XAVIER	***.***.021	MEMBRO	SEDAM-GPA
EMILY KATLIN PEREIRA DA CRUZ	***.***.255	MEMBRO	SEDAM-COPAF
INGRID OLIVEIRA REIS	***.***.786	MEMBRO	SEDAM-COPAF
JOSÉ THIAGO MARIN INÁCIO	***.***.686	MEMBRO	SEDAM-CEAM
LEANDRO DE OLIVEIRA ALMEIDA	***.***.262	MEMBRO	SEDAM-CEAM
FILIPE DA SILVA BATISTA	***.***.335	MEMBRO	SEDAM-CTI
PEDRO HENRIQUE AGUIAR BATISTA	***.***.867	MEMBRO	SEDAM-CTI

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

LARISSA BIZERELLODE SOUZA	***.***.***-74	MEMBRO	SEDAM-COPAM
VICTÓRIA DUARTE DE QUEIROZ	***.***.791	MEMBRO	SEDAM-COPAM
LUZIA GONÇALVES DE SOUZA	***.***.491	MEMBRO	SEDAM-CODEF
IZABEL ALVES AZEVEDO	***.***.605	MEMBRO	SEDAM-CODEF
GABRIELA ANAMÁRIA SILVA	***.***.823	MEMBRO	SEDAM- COGEO
SARA REGIANE TAVARES LOPES	***.***.783	MEMBRO	SEDAM-COGEO
RAIMUNDA CRISTIANA ARAÚJO MARTINS	***.***.437	MEMBRO	SEDAM-COMRAR
JENNYFER LOISE ARAÚJO BARROSO	***.***.949	MEMBRO	SEDAM-COMRAR
MARIA AUXILIADORA DA FONSECA FERREIRA	***.***.057	MEMBRO	SEDAM-CUC
ROGERIO VARGAS MOTA	***.***.158	MEMBRO	SEDAM-CUC
THAÍS CAROLINE MOLITOR	***.***.243	MEMBRO	SEDAM-CFP
FABIANE CANTANHEDE MACHADO	***.***.195	MEMBRO	SEDAM-CFP
ADRIELE MAIARA CARNEIRO MUNIZ	***.***.784	MEMBRO	SEDAM-COREH
CLÁUDIA THAÍS LEITE GUEDES	***.***.816	MEMBRO	SEDAM-COREH
KARINY MARTINS FERREIRA	***.***.317	MEMBRO	SEDAM-CGRH
FABIANA PEREIRA DA SILVA SOARES	***.***.752	MEMBRO	SEDAM-CGRH
WELIDA LOURO DE CARVALHO	***.***.***-02	MEMBRO	SEDAM-COLMAM
MIKAELEVIEIRA BENTES	***.***.367	MEMBRO	SEDAM-COLMAM

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

Protocolo 77203129

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC

Portaria nº 644 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SEDEC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 71, VI, da Constituição do Estado de Rondônia e pelos artigos 30, 42 e 97, todos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017.

RESOLVE :

Art. 1º - DESIGNAR a servidora LETÍCIA PAULA CAZULA SILVA, Assessor VI, matrícula ******352, lotada no Núcleo de Recursos Humanos da Coordenadoria Administrativa Financeira (CAF/SEDEC), a contar de 1º de outubro de 2026, para EXERCER a função de CHEFE DE NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico SEDEC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 1º de outubro de 2026.

Porto Velho-RO, data e hora do sistema

CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico
SEDEC

Protocolo 77263126

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO N° 0069.002477/2026-82

Considerando que a prestação de contas de diárias desta Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO, foi objeto de análise por esta SEOSP/RO, através do Parecer 878 (77208588), onde consta a regularidade.

Considerando a certidão retro mencionado, em que a despesa encontra-se nas normas aplicáveis à Administração Pública, em cumprimento a Resolução nº 01 de 23 de novembro de 2017 e Resolução nº 03 de 5 de janeiro de 2018,

Pág. 57 DOE N.4, da Controladoria Geral do Estado – CGE/RO, portanto, apta para ser homologada, nos termos do art. 18, do Decreto n.º 18.728 de 27 de março de 2014, encaminho o referido.

PEDRINA MARIA FERREIRA DA SILVA
Gerente Financeiro - SEOSP/RO

DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas, determinado à Gerência Financeira, que proceda com os atos de baixa da responsabilidade dos beneficiados, **GABRIEL BREMMER DO NASCIMENTO e LEANDRO RODRIGO MOMENTE,** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, do processo supramencionado. Tornar Público a presente homologação nos termos do Decreto nº 17.145 de 1º de outubro de 2012.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO

Protocolo 77243270

ATO Nº 138/2026/SEOSP-NFEF
ATO DE HOMOLOGAÇÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS – FINAL

Processo SEI 0009.346627/2020-86
Fomento n.º 146/PGE-2021
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Guaporé/RO

Objeto: Reforma do piso da administração e pátio. Nos termos dos procedimentos das parcerias firmadas entre a Administração Pública Federal e as Organizações da Sociedade Civil regidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, Decreto nº 21.431, de 39 de novembro de 2016, Lei federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, Lei estadual 3.307, de 19 de dezembro de 2013, Instrução Normativa nº 001/2008-CGE/RO de 02 de janeiro de 2008, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Com base no relatório de fiscalização (id.0065875639), Checklist (id.71522518;77091856),Relatório de monitoramento (id.73871515;74206620), Análise (id.71573853) e Parecer Técnico nº 868/2026/SEOSP-CIN (id.77096592), **APROVO e HOMOLOGO** a Prestação de Contas final do Fomento n.º 146/PGE-2021, **com ressalvas,** em razão da improbidade relacionada a seguir:

(...)

11.4 A ressalva decorre da **execução parcial do objeto (54,20%), da realização de intervenções não aprovadas previamente e da necessidade de adoção das providências cabíveis quanto ao aprimoramento dos procedimentos em parcerias futuras. (77096592)**

(...)

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO

Protocolo 77251771

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO Termo de FOMENTO N. 19/2025/SEOSP-NFEF 2-FOMENTANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP 3-FOMENTADA: ASSOCIAÇÃO RURAL, SOCIAL, CULTURAL, ESPORTIVA E DE LAZER DE OURO PRETO DO OESTE – CATRE NORTE 4-OBJETO: Fica autorizado o apostilamento ao Termo de Fomento n. 19/2025/PGE-SEOSP, para adequações técnicas que se fazem necessárias para melhorias e/ou conclusão do objeto pactuado, sem alteração do objeto pactuado, com utilização do saldo de fomento existente no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e utilização do saldo de rendimentos no valor de R$ 29.419,59 (vinte e nove mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos). 5**-DATA DE ASSINATURA**: 28/07/2026.

KAISER GUILHERME BARRETO DE MELO
Chefe de Análise Técnica

Protocolo 74847329

Portaria de férias nº 14403 de 05 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O(A) O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) pelo art. 41 da Lei Complementar nº 965/2017, pela Lei Complementar nº 1.060/2020. de 03/04/2023,publicada no DOE n.Decreto de 31 de Março de 2023 - DIOF Edição 62, de 03/04/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **KAWANY PEREIRA DOS SANTOS,** ADMINISTRADOR - LC 67/92 , matrícula ******328, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, originalmente marcadas para o**17/08/2026 a 26/08/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**17/08/2026 a 26/08/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **14/12/2026 a 23/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP

Protocolo DOC65101

Portaria de férias nº 14404 de 05 de outubro de 2026.

O(A) O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) pelo art. 41 da Lei Complementar nº 965/2017, pela Lei Complementar nº 1.060/2020. de 03/04/2023,publicada no DOE n.Decreto de 31 de Março de 2023 - DIOF Edição 62, de 03/04/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDILENO DURAM DA SILVA,** SEOSP - Assessor VIII - CDS - 08 *, matrícula ******901, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, do(s) período(s) de**(05/01/2026 a 14/01/2026) e (15/01/2026 a 24/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (14/12/2026 a 23/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(15/01/2026 a 24/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/12/2026 a 10/12/2026) e (14/12/2026 a 23/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP

Protocolo DOC65102

Portaria de férias nº 14405 de 05 de outubro de 2026.

O(A) O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) pelo art. 41 da Lei Complementar nº 965/2017, pela Lei Complementar nº 1.060/2020. de 03/04/2023,publicada no DOE n.Decreto de 31 de Março de 2023 - DIOF Edição 62, de 03/04/2023.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANA CAROLINA MATANA MALTA SOARES,** ARQUITETO - LC 67/92, matrícula ******639, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, do(s) período(s) de**(10/10/2026 a 19/10/2026) e (17/12/2026 a 05/01/2027),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(30/11/2026 a 09/12/2026) e (28/12/2026 a 16/01/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP

Protocolo DOC65103

Portaria de férias nº 14402 de 05 de outubro de 2026.

O(A) O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) pelo art. 41 da Lei Complementar nº 965/2017, pela Lei Complementar nº 1.060/2020. de 03/04/2023,publicada no DOE n.Decreto de 31 de Março de 2023 - DIOF Edição 62, de 03/04/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARIA SALETE MAURO DE ARRUDA,** SEOSP - Chefe de Núcleo de Planejamento e Saneamento Basico - CDS-03 *, matrícula ******606, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, originalmente marcadas para o**12/01/2026 a 21/01/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**12/01/2026 a 21/01/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **22/12/2026 a 31/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP

Protocolo DOC65104

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER

Portaria de férias nº 14336 de 01 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDER ANDRE FERNANDES DIAS,** OFICIAIS POLICIAIS MILITARES, matrícula ******991, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, do(s) período(s) de**(02/12/2026 a 11/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(24/12/2026 a 02/01/2027).**

Publique-se.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Porto Velho - RO 01/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65041

Portaria nº 2361 de 05 de outubro de 2026

A CORREGEDORA-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Portaria n.º 1468 de 20 de junho de 2023 c/c os Art. 193 e 289 da Lei Complementar n. 68/92,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, **a contar 05 de outubro de 2026**, o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 01**/CPPAD/CORRG/DER/2026**, SEI nº 0009.000764/2026-62**, em razão dos fatos expostos pela comissão processante por meio do Memorando n.º 93/2026/DER-CPPAD (Id. 73055984).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê ciência aos interessados.

(Assinada Eletronicamente)
NAIARA ALVES CASINI
Corregedora-Geral Autoridade Disciplinar por Delegação
Portaria 1468 (0039246819)

Protocolo 77290570

Portaria nº 2362 de 05 de outubro de 2026

A CORREGEDORA-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Portaria n.º 1468 de 20 de junho de 2023 c/c os Art. 193 e 289 da Lei Complementar n. 68/92,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, **a contar de** 08 de outubro de 2026, o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 03/CPPAD/CORRG/DER/2026, SEI nº 0009.003285/2026-06**, em razão dos fatos expostos pela comissão processante por meio do Memorando n.º 133/2026/DER-CPPAD (Id. 77291010).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê ciência aos interessados.

NAIARA ALVES CASINI
Corregedora-Geral Autoridade Disciplinar por Delegação
Portaria 1468 (0039246819)

Protocolo 77295537

Portaria nº 2363 de 05 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 12.09.2025, publicado no DOE n.º 174 de 12.09.2025.

Considerando o Requerimento DER-SALMOX (ID.77091462);

Considerando o Termo de compromisso de Estágio (ID.0064963338) e Certidão 519 (ID.77295277), nos autos do processo 0009.011738/2025-89;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** o gozo de recesso remunerado para ao estagiário GABRIEL OLIVEIRA SANTOS, matricula n.º ******643, lotado na Gerência de Patrimônio e Almoxarifado, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, com base no art. 13, da Lei Federal n. 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para usufruir no período de 18/12/2026 à 16/01/2027 - 30 (trinta) dias, referente ao Estágio Remunerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77295944

Portaria nº 2364 de 05 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 12.09.2025, publicado no DOE n.º 174 de 12.09.2025.

Considerando o Despacho DER-COFTC (ID.77184230) e Certidão 520 (Id.77297366) nos autos do Processo 0009.008944/2026-92;

RESOLVE:

Art. 1º - **REMARCAR** o gozo de férias da servidora ANA KARINA GLOMBA DE OLIVEIRA, matrícula n.º ******370, Chefe de Equipe de Engenharia, lotado na Coordenadoria Operacional e Fiscalização, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, anteriormente marcada para o período de 09/12/2026 à 18/12/2026 - 10 (dez) dias, ficando transferida para fruição do novo período em 27/01/2027 à 05/02/2027 - 10 (dez) dias, referente ao exercício 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor-Geral – DER/RO

Protocolo 77297879

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER

Portaria nº 204 de 02 de outubro de 2026

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13 inciso XIX do Regimento Interno, e Decreto de 30 de Dezembro de 2024.

RESOLVE:

Designar a servidora **Aldinéia Ferreira Lessa -** Técnico do Registro do Comércio, para substituir a servidora **Vilanir** Vieira de Lima **-** Técnico do Registro do Comércio, **exercendo a Função de Gerente dos Escritórios Regionais,** nos períodos de 06/10/2026 a 08/10/2026 em virtude da titular estar em viagem a serviço e no dia **19 de outubro** em razão de banco de horas.

Clébio Billiany de Mattos

Presidente

Protocolo 77271027

Portaria nº 205 de 02 de outubro de 2026

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13 inciso XIX do Regimento Interno, e Decreto de 30 de Dezembro de 2024.

RESOLVE:

Designar a servidora **Rosevanda Freire Pimenta**, Técnico do Registro do Comércio, para substituir o servidor **Leilson Costa de Souza**, ocupante do cargo efetivo de Técnico do Registro do Comércio, exercendo a função de **Coordenador de Integração**, em virtude de fruição de férias do titular, no período de 13/10/2026 a 22/10/2026.

Clébio Billiany de Mattos

Presidente

Protocolo 77271033

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPEM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001549/2026-80**

INTERESSADO (A): VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E ANDREW MACHADO ALVES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

VALOR: **R$ 2.447,50 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para cada tomador.**

Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E ANDREW MACHADO ALVES, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 248/2026/IPEM-CI de 29 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E ANDREW MACHADO ALVES no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77238762

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001564/2026-28**

INTERESSADO (A): JOÃO GUILHERME FIGUEIREDO LOBO E WELLINGTON BATISTA DE OLIVEIRA

VALOR: **R$ 4.005,00 (quatro mil e cinco reais)**

Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores JOÃO GUILHERME FIGUEIREDO LOBO E WELLINGTON BATISTA DE OLIVEIRA, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 254/2026/IPEM-CI de 30 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) JOÃO GUILHERME FIGUEIREDO LOBO E WELLINGTON BATISTA DE OLIVEIRA no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77245848

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001446/2026-10**

INTERESSADO (A): **HUDSON VIANA DIAS E THIAGO CRUZ DE LIMA**

VALOR: **R$ 4.005,00 (quatro mil e cinco reais)**

Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores **HUDSON VIANA DIAS E THIAGO CRUZ DE LIMA**, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 253/2026/IPEM-CI de 30 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) **HUDSON VIANA DIAS E THIAGO CRUZ DE LIMA** no

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77248646

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001447/2026-64**
INTERESSADO (A): **VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E EDVANIA BENICIO DE BRITO**
VALOR: **R$ 2.447,50 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para cada tomador.**
Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores **VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E EDVANIA BENICIO DE BRITO**, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 252/2026/IPEM-CI de 30 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) **VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E EDVANIA BENICIO DE BRITO** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77251542

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001358/2026-18**
INTERESSADO (A): **VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E ROSIVAL FERREIRA PEREIRA**
VALOR: **R$ 2.447,50 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para cada tomador.**
Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores **VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E ROSIVAL FERREIRA PEREIRA**, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 250/2026/IPEM-CI de 30 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) **VALTENCIR RODRIGUES DA SILVA E ROSIVAL FERREIRA PEREIRA** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77253977

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001556/2026-81**
INTERESSADO (A): **WALMIR FERNANDES DA SILVA E MARCELOS SILVA DOS SANTOS**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

VALOR: **R$ 3.782,50 (três mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)**
Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores **WALMIR FERNANDES DA SILVA E MARCELOS SILVA DOS SANTOS**, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 246/2026/IPEM-CI de 29 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) **WALMIR FERNANDES DA SILVA E MARCELOS SILVA DOS SANTOS** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77257987

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **0017.001357/2026-73**
INTERESSADO (A): **WELLINGTON BATISTA OLIVEIRA E GUSTAVO COUTO BERNADINO**
VALOR: **R$ 2.447,50 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para cada tomador.**
Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores **WELLINGTON BATISTA OLIVEIRA E GUSTAVO COUTO BERNADINO**, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 245/2026/IPEM-CI de 29 de setembro de 2026.

VICTÓRIA BATISTA FERREIRA CARNEIRO
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s) **WELLINGTON BATISTA OLIVEIRA E GUSTAVO COUTO BERNADINO** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77259829

FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E À PESQUISA - FAPERO

Portaria de férias nº 14388 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº55 de 06/05/2020 de 06/05/2020,publicada no DOE n.46, de 15/04/2020.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARCUS VINICIUS RIVOIRO,** CEDIDO COM ONUS PARA O ESTADO , matrícula ******496, pertencente ao quadro de servidores de Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa, do(s) período(s) de**(13/11/2026 a 12/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(03/11/2026 a 02/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

PAULO RENATO HADDAD
Presidente

Protocolo DOC65089

Portaria de férias nº 14389 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº55 de 06/05/2020 de 06/05/2020,publicada no DOE n.46, de 15/04/2020.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EUZABETE MARINHO DE ANDRADE,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******662, pertencente ao quadro de servidores de Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa, do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (13/01/2026 a 22/01/2026) e (13/10/2026 a 22/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (13/01/2026 a 22/01/2026) e (14/12/2026 a 23/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

PAULO RENATO HADDAD
Presidente

Protocolo DOC65090

Portaria de férias nº 14390 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº55 de 06/05/2020 de 06/05/2020,publicada no DOE n.46, de 15/04/2020.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EUZABETE MARINHO DE ANDRADE,** FAPERO - Diretor do Departamento de Planejamento Estratégico - CDS-12, matrícula ******991, pertencente ao quadro de servidores de Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa, do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (13/01/2026 a 22/01/2026) e (13/10/2026 a 22/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (13/01/2026 a 22/01/2026) e (14/12/2026 a 23/12/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

PAULO RENATO HADDAD
Presidente

Protocolo DOC65091

AVISO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 13/2026/FAPERO
PROCESSO SEI Nº 0012.000255/2026-81
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

A Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas, Tecnológicas e à Pesquisa – FAPERO, por intermédio de sua unidade competente, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **Contratação Direta, por Dispensa de Licitação em razão do valor**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando à contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais personalizados e a execução de serviços gráficos destinados à realização e divulgação do **Simpósio FAPERO – SIMFAP**, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Aviso e no respectivo Termo de Referência.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais personalizados e a execução de serviços gráficos destinados à realização e divulgação do **Simpósio FAPERO – SIMFAP**, compreendendo os 17 (dezessete) itens especificados no Termo de Referência (Id 74488268).

1.2. Os itens serão tratados de forma individualizada para fins de apresentação de propostas, julgamento, adjudicação e recebimento, admitindo-se a contratação de fornecedores distintos para itens diferentes, conforme o resultado do procedimento.

1.3. A separação dos itens decorre de suas características, unidades de medida, formas de fornecimento e possibilidade de atendimento independente, não caracterizando fracionamento indevido da despesa, uma vez que a necessidade foi planejada e estimada globalmente no mesmo processo administrativo.

1.4. O objeto compreende, conforme aplicável a cada item, a produção, personalização, acabamento, embalagem, transporte e entrega dos materiais, em estrita observância às especificações constantes do Termo de Referência e às artes fornecidas ou formalmente aprovadas pela FAPERO.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação direta será realizada com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, observados os requisitos do art. 72 da mesma Lei, bem como as disposições do **Decreto Estadual nº 28.874/2024** e demais normas aplicáveis.

2.2. A contratação observará, ainda, os princípios e demais disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à seleção da proposta mais vantajosa, compatibilidade dos preços com o mercado, habilitação do fornecedor e prevenção ao fracionamento indevido da despesa.

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. O valor global estimado da contratação é de **R$ 12.709,80 (doze mil, setecentos e nove reais e oitenta centavos)**.

3.2. **Os preços estimados dos itens não serão divulgados neste Aviso**, permanecendo a documentação relativa à pesquisa de preços e à memória de cálculo devidamente instruída nos autos do processo administrativo.

3.3. O valor estimado não constitui preço máximo obrigatório para a contratação, devendo as propostas observar a compatibilidade com os preços praticados no mercado e as condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.

4. DOS ITENS

4.1. A contratação compreende os seguintes itens:

Item	Descrição resumida	Quantidade	Unidade
1	Camiseta PP – 100% algodão, gola redonda, manga curta, personalizada	2	UN
2	Camiseta P – 100% algodão, gola redonda, manga curta, personalizada	5	UN
3	Camiseta M – 100% algodão, gola redonda, manga curta, personalizada	20	UN
4	Camiseta G – 100% algodão, gola redonda, manga curta, personalizada	15	UN

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

5	Camiseta GG – 100% algodão, gola redonda, manga curta, personalizada	4	UN
6	Ecobag de algodão, aproximadamente 35 x 40 cm, personalizada	180	UN
7	Bloco de anotações A5, 14,8 x 21 cm, 30 páginas, personalizado, acabamento colado	180	UN
8	Crachá 10 x 15 cm, impressão colorida, com cordão	180	UN
9	Caneta personalizada multifuncional com touch, suporte para celular e limpador de tela	180	UN
10	Caneca reta de porcelana branca, aproximadamente 300 ml, personalizada	80	UN
11	Copo ecológico, aproximadamente 500 ml, personalizado	180	UN
12	Placa de homenagem em acrílico personalizada	1	UN
13	Certificado de premiação, impressão colorida	7	UN
14	Certificado em formato de cheque simbólico, impressão colorida	7	UN
15	Faixa em lona vinílica 360 micras, 4,00 x 2,50 m, perfil de madeira e cordão de nylon	1	UN
16	Painel em lona fosca 360 micras, 2,50 x 2,50 m, com ilhós metálicos	1	UN
17	Banner em lona resistente, 1,00 x 1,20 m, com alças em cordão	2	UN

4.2. As especificações técnicas completas, inclusive materiais, dimensões, acabamentos, personalizações e demais características de cada item, constam do **Termo de Referência**, parte integrante deste procedimento.

5. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Em atendimento ao disposto no **art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, os interessados poderão encaminhar propostas adicionais no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir de **06 de outubro de 2026**.

5.2. O período para recebimento das propostas será:

Início: 06/10/2026

Término: 12/10/2026, às 13h30min.

5.3. Serão consideradas tempestivas as propostas encaminhadas dentro do período estabelecido neste Aviso.

6. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

6.1. Os interessados deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço:

E-mail: **financeirofapero@gmail.com**

6.2. A mensagem deverá conter, preferencialmente, no campo “Assunto”:

“Proposta – Dispensa de Licitação nº 13/2026/FAPERO – Material Gráfico SIMFAP”

6.3. O fornecedor poderá apresentar proposta para **um ou mais itens**, não sendo obrigatória a participação em todos os itens da contratação.

6.4. A proposta deverá identificar claramente os itens para os quais o fornecedor apresenta oferta, contendo, no mínimo:

a) descrição do item ofertado;

b) quantidade;

c) valor unitário;

d) valor total do item;

e) marca/modelo, quando aplicável;

f) identificação e dados do fornecedor;

g) CNPJ ou CPF, conforme o caso;

h) endereço, telefone e e-mail para contato; e

i) validade da proposta.

6.5. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento dos itens, inclusive tributos, encargos, transporte, embalagem, carga, descarga, personalização, acabamento e demais despesas incidentes, não sendo admitida cobrança posterior de valores adicionais.

6.6. A apresentação da proposta implica ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.

7. DA VALIDADE DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá permanecer válida pelo prazo mínimo de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, salvo indicação de prazo superior pelo fornecedor.

7.2. A ausência de indicação do prazo de validade implicará a adoção do prazo estabelecido no item anterior.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, desde que a proposta atenda integralmente às especificações, condições e exigências estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.

8.2. A Administração poderá adjudicar itens a fornecedores distintos, conforme o resultado do procedimento.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

8.3. Será considerada mais vantajosa, para cada item, a proposta que apresentar o menor preço e atender integralmente às especificações técnicas e demais condições exigidas.

8.4. Não serão aceitas propostas que apresentem produtos ou serviços apenas semelhantes ou equivalentes quando houver divergência em características essenciais do objeto, tais como material, dimensões, gramatura, capacidade, acabamento, personalização ou outras especificações estabelecidas no Termo de Referência.

8.5. A apresentação de catálogo, ficha técnica, portfólio, amostra ou produto de referência não autoriza, por si só, a alteração das especificações exigidas.

8.6. Poderão ser realizadas diligências para esclarecimento ou complementação das informações apresentadas, observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável.

9. DAS ARTES E DA PERSONALIZAÇÃO

9.1. As artes necessárias à personalização dos materiais serão fornecidas ou formalmente aprovadas pela FAPERO.

9.2. Os arquivos de arte eventualmente existentes nos autos em versões anteriores terão caráter meramente referencial. Para fins de produção, prevalecerá exclusivamente a versão da arte que for formalmente fornecida ou aprovada pela FAPERO para cada item.

9.3. A produção definitiva somente poderá ser iniciada após a aprovação expressa da arte, layout, prova digital, mockup ou amostra virtual, quando solicitada pela Administração.

9.4. A aprovação da arte não afasta a responsabilidade da contratada pela correta execução técnica do material.

9.5. A contratada deverá conferir previamente textos, dimensões, cores, logomarcas, quantidades e demais elementos da arte aprovada, comunicando imediatamente à FAPERO qualquer inconsistência identificada.

9.6. Erros de produção, impressão, personalização, acabamento, dimensões ou montagem decorrentes de falha da contratada deverão ser corrigidos ou substituídos às suas expensas.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação será verificada antes da formalização da contratação, na forma dos arts. 62 a 70 e 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, na extensão compatível com a contratação direta e com o objeto.

10.2. A documentação será exigida de acordo com a natureza jurídica e o enquadramento do fornecedor, observadas as simplificações e o tratamento favorecido legalmente assegurados às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, quando aplicáveis.

10.3. Poderão ser exigidos, conforme o caso:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e respectivas alterações;

b) documento de identificação do representante legal;

c) procuração ou instrumento de representação, quando aplicável;

d) inscrição no CNPJ ou CPF;

e) comprovação de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, conforme aplicável;

f) regularidade perante o FGTS, quando exigível;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou certidão equivalente;

h) declarações exigíveis no procedimento; e

i) demais documentos legalmente pertinentes.

10.4. Considerando a natureza dos bens e serviços, a padronização das especificações, a baixa complexidade técnica e o valor da contratação, **não será exigido atestado de capacidade técnica** como condição de habilitação.

10.5. Considerando o valor estimado da contratação e sua natureza, fica dispensada a exigência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, sem prejuízo da verificação das demais condições de habilitação exigíveis.

10.6. A dispensa da documentação econômico-financeira não afasta a necessidade de atendimento às demais condições de habilitação e regularidade exigidas neste Aviso e na legislação aplicável.

10.7. Serão realizadas, quando cabíveis, consultas aos cadastros oficiais disponíveis para verificação de eventual existência de sanções ou impedimentos que possam obstar a contratação.

11. DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

11.1. Será observado o tratamento favorecido e diferenciado assegurado às **microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e microempreendedores individuais – MEI**, na forma da legislação aplicável.

11.2. A contratação observará, ainda, as disposições do Decreto Estadual nº 28.874/2024 pertinentes à preferência de contratação desses fornecedores.

12. DA EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

12.1. O fornecimento será realizado conforme ordem ou solicitação formal da FAPERO, observadas as condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.

12.2. A execução ocorrerá, preferencialmente, em entrega única, admitida entrega parcelada somente mediante autorização formal da Administração.

12.3. O prazo de entrega será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados da aprovação final das artes e/ou do recebimento da ordem de fornecimento, conforme a condição que ocorrer por último, salvo prazo menor formalmente estabelecido para assegurar a realização do SIMFAP.

12.4. A entrega deverá ocorrer na sede da FAPERO, situada na **Av. Presidente Dutra nº 3004, Bairro Caiari, Porto Velho/RO**, ou em outro local formalmente indicado pela Administração no Município de Porto Velho/RO, sem acréscimo de custo.

12.5. Considerando que os materiais se destinam ao SIMFAP, programado para os dias **05 e 06 de novembro de 2026**, o prazo de entrega constitui condição essencial da contratação.

13. DO RECEBIMENTO

13.1. O objeto será recebido mediante conferência quantitativa e qualitativa dos materiais entregues.

13.2. Os itens deverão ser novos, sem uso, sem defeitos e em perfeitas condições de fabricação, acabamento e apresentação.

13.3. Serão rejeitados, total ou parcialmente, os itens que estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência, devendo a contratada realizar a correção ou substituição, sem ônus para a Administração.

13.4. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a conferência das especificações, dimensões, materiais, personalização, acabamento e quantidades.

13.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado por item efetivamente entregue e aceito pela Administração, após o recebimento definitivo e o respectivo atesto.

14.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal e os documentos exigidos pela Administração.

14.3. Não haverá pagamento de itens rejeitados, não entregues ou que apresentem desconformidades não sanadas.

14.4. Eventuais descontos decorrentes de glosas, danos, faltas ou desconformidades poderão ser aplicados, observados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa/Ação: 19.573.2086.2561

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 1.500.0.00001

15.2. A contratação fica condicionada à existência de dotação e disponibilidade orçamentária e financeira suficientes, bem como à emissão dos documentos orçamentários pertinentes.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação será formalizada por instrumento adequado, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação estadual aplicável.

16.2. O fornecedor adjudicatário deverá manter, durante a execução, as condições de habilitação e regularidade exigidas.

16.3. A recusa injustificada em formalizar a contratação ou o descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor às consequências e sanções previstas na legislação aplicável.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Fornecer os materiais de acordo com as especificações, quantidades, artes aprovadas e prazos estabelecidos.

17.2. Corrigir ou substituir, às suas expensas, os itens que apresentarem defeitos ou desconformidades.

17.3. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

17.4. Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, transporte, embalagem, personalização e adequação dos produtos entregues.

17.5. Comunicar imediatamente à FAPERO qualquer fato que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Fornecer as informações e artes necessárias à execução do objeto.

18.2. Aprovar as artes e layouts apresentados, quando solicitados.

18.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação.

18.4. Receber ou rejeitar os materiais de acordo com sua conformidade com as especificações.

18.5. Efetuar o pagamento dos itens regularmente entregues e aceitos.

19. DAS SANÇÕES

19.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

20.2. Eventual subcontratação parcial de etapa acessória, quando necessária à execução, dependerá de prévia anuência da Administração e não afastará a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas.

21. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E IDENTIDADE VISUAL

21.1. As logomarcas, artes, textos e demais elementos fornecidos pela FAPERO deverão ser utilizados exclusivamente para a execução desta contratação.

21.2. É vedada a utilização das artes e marcas institucionais para finalidade diversa da contratação sem autorização da FAPERO.

21.3. A contratada deverá preservar a integridade das marcas institucionais e executar os materiais rigorosamente de acordo com os arquivos e orientações aprovados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A participação no presente procedimento implica ciência e aceitação integral das condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.

22.2. O fornecedor é responsável pela veracidade das informações e documentos apresentados.

22.3. A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento, nos limites permitidos pela legislação.

22.4. Não serão consideradas propostas encaminhadas após o término do prazo estabelecido neste Aviso.

22.5. A Administração poderá revogar ou anular o procedimento, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas na legislação, sem que disso decorra direito à indenização aos participantes, ressalvadas as situações legalmente cabíveis.

22.6. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados por meio do mesmo endereço eletrônico utilizado para o recebimento das propostas.

22.7. Integram este procedimento, para todos os fins, o **Termo de Referência** e os demais documentos que instruem o Processo SEI nº 0012.000255/2026-81.

22.8. A adoção do critério de julgamento por item não implica fracionamento da contratação para fins de aferição do limite da dispensa, devendo ser considerado o valor global da necessidade planejada, bem como os demais parâmetros previstos na legislação aplicável.

22.9. Para fins de produção dos materiais personalizados, prevalecerão sempre as artes formalmente fornecidas ou aprovadas pela FAPERO, ainda que existam versões anteriores juntadas aos autos.

23. DO LOCAL E DATA

Porto Velho/RO, 05 de outubro de 2026

Paulo Renato Haddad
Presidente da FAPERO
Ordenador de Despesas

Protocolo 74557033

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

Portaria nº 1614 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo n. 0010.032753/2026-11e em atendimento ao disposto na Lei Estadual n. 1638/2006, Lei n. 2778/2012 e Lei n. 5201/2021;

Resolve:

Art. 1º **Conceder** atualização de Progressão Funcional da servidora **EUNILDE FIALHO SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula n. ******618, pertencente a este Departamento Estadual de Trânsito, conforme Anexo I desta Portaria, nos termos da Lei Estadual n. 1638/2006.

Art. 2º Fica aberto o prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação desta Portaria para que a servidora, achando-se prejudicada, possa contestar o referido enquadramento, peticionando através de requerimento à Diretoria-Geral, que analisará e julgará o recurso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

ANEXO I

MATRÍCULA	NOME	ADMISSÃO	LOTAÇÃO	CARGO	CLASSE/REFERENCIA	
					ATUAL	NOVA
******618	EUNILDE FIALHO SILVA DE OLIVEIRA	4/9/1995	PORTO VELHO	AGENTE DE TRÂNSITO	2/C	ESP/D

Protocolo 77226115

Portaria nº 1615 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo 0010.018627/2026-45 e em atendimento ao disposto na Lei Estadual n. 1638/2006, Lei n. 2778/2012 e Lei n. 5201/2021;

Resolve:

Art. 1º **Conceder** atualização de progressão funcional do servidor **CARLOS AUGUSTO MALTY JUNIOR**, matrícula n. ******952, pertencente a este Departamento Estadual de Trânsito, conforme **Anexo I** desta Portaria, nos termos da Lei Estadual n. 1638/2006.

Art. 2º Fica aberto o prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação desta portaria para que o servidor, achando-se prejudicado, possa contestar o referido enquadramento, peticionando através de requerimento a Direção-Geral que analisará e julgará o recurso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

ANEXO I

MATRÍCULA	NOME	ADMISSÃO	LOTAÇÃO	CARGO	CLASSE/REFERENCIA	
					ATUAL	NOVA
******952	CARLOS AUGUSTO MALTY JUNIOR	18/1/2008	PORTO VELHO	AGENTE DE TRÂNSITO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2/D	3/B

Protocolo 77237800

Portaria de férias nº 14382 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretora de Gestão de Pessoas - DGP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2025. de 06/05/2025,publicada no DOE n.84, de 07/05/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/09/2026 a 17/09/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **TIAGO REAL SOUZA**, **AUXILIAR EM FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**, matrícula ******659, pertencente ao

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

quadro de servidores de Departamento Estadual de Trânsito, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 17/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TAINA SERNALDO FRITZ MELO
Diretora de Gestão de Pessoas - DGP

Protocolo DOC65084

Portaria de férias nº 14381 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretora de Gestão de Pessoas - DGP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2025. de 06/05/2025,publicada no DOE n.84, de 07/05/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 20/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **PEDRO JOSE PEREIRA**, **AGENTE DE TRÂNSITO OPERACIONAL**, matrícula ******523, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Trânsito, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 20/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TAINA SERNALDO FRITZ MELO
Diretora de Gestão de Pessoas - DGP

Protocolo DOC65085

Portaria de férias nº 14375 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretora de Gestão de Pessoas - DGP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2025. de 06/05/2025,publicada no DOE n.84, de 07/05/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 21/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ELENILZA ALVES SIQUEIRA**, **DETRAN - Chefe de Posto Avançado - 2ª Categoria - CDS - 03 ***, matrícula ******254, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Trânsito, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(21/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TAINA SERNALDO FRITZ MELO
Diretora de Gestão de Pessoas - DGP

Protocolo DOC65086

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria de férias nº 14374 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretora de Gestão de Pessoas - DGP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2025. de 06/05/2025,publicada no DOE n.84, de 07/05/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 30/09/2026 a 09/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **DIONES CEZAR PEREIRA FUENTES**, **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, matrícula ******608, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Trânsito, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(30/09/2026 a 09/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TAINA SERNALDO FRITZ MELO
Diretora de Gestão de Pessoas - DGP

Protocolo DOC65087

Portaria de férias nº 14385 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Diretora de Gestão de Pessoas - DGP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 6 DE MAIO DE 2025. de 06/05/2025,publicada no DOE n.84, de 07/05/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 02/09/2025 a 11/09/2025, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **TATIANE GOMES NOGUEIRA**, **AGENTE DE TRÂNSITO OPERACIONAL**, matrícula ******629, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Trânsito, referente ao exercício de **2025**, marcadas anteriormente no período de **(02/09/2025 a 11/09/2025).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TAINA SERNALDO FRITZ MELO
Diretora de Gestão de Pessoas - DGP

Protocolo DOC65088

Portaria nº 1617 de 01 de outubro de 2026

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições delegadas sob a Portaria n. 17, de 05 de janeiro de 2026 (67935427); e

Considerando o Decreto n. 23.273, de 15.10.2018 e Decreto n. 25.394, de 11.09.2020, e conforme Processo n. 0010.030660/2026-43.

Resolve:

Art. 1º - **CONVALIDAR** a remarcação do gozo de férias da servidora **DELKER KLEMES MIRANDA NOBRE**, AGENTE DE TRANSITO OPERACIONAL, matrícula ******017, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Trânsito, do período de **(10/8/2026 a 29/8/2026)**, referente ao exercício de **2026**, a qual fica transferida para fruição no período de **(10/8/2026 a 19/8/2026)**.

TAINÃ SERNALDO FRITZ MELO
Diretora de Gestão de Pessoas

Protocolo 77254048

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria nº 1622 de 05 de outubro de 2026

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 8 de 5 de janeiro de 2026 (67923605), e conforme o Processo n. 0010.033121/2026-66;

Resolve:

Art. 1º **Designar** a servidora DIANE KELI ALVES TIAGO, estatutária, matrícula n. ******496, para responder, em substituição ao servidor FÁBIO JOSÉ DE OLIVEIRA MONTEIRO, matrícula n. ******502, pelo cargo de Pregoeiro, CDS-09, concomitante ao cargo de Membro da CPLMS (Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços), CDS-09, no período de 7/10/2026 a 9/10/2026, correspondente ao gozo de férias do titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Portaria n. 8, de 5 de janeiro de 2026

Protocolo 77298598

Portaria nº 1616 de 01 de outubro de 2026

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 17 de 5 de janeiro de 2026 (67935427); e

Considerando o Decreto n. 23.273, de 15/10/2018, e Decreto n. 25.394, de 11/9/2020, e conforme Processo n. 0010.031431/2026-46;

Resolve:

Art. 1º **Convalidar** o gozo de férias da servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - Detran/RO, conforme os dias e exercício, nos termos especificados:

SERVIDOR(A)	EXERCÍCIO	PORTARIA CONCESSÃO	QUANT. DIAS	PERÍODO ANTERIOR		PERÍODO ATUAL	
				INÍCIO	FINAL	INICIO	FINAL
MARILETE GOMES DE OLIVEIRA matrícula n. ******636	2024/2025	n. 13861 de 6/11/2024	4	6/3/2025	9/3/2025	8/9/2026	11/9/2026
			6	10/3/2025	15/3/2025	11/11/2026	16/11/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

TAINÃ SERNALDO FRITZ MELO

Diretora de Gestão de Pessoas

Protocolo 77252463

Portaria nº 1618 de 05 de outubro de 2026

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 8, de 5 de janeiro de 2026 (67923605), e conforme o Processo n. 0010.000751/2026-54;

Resolve:

Art. 1º Designar a servidora RENATA PINHO DA SILVA, estatutária, matrícula n. ******285, para responder, em substituição ao servidor ALEX SILVA DOS SANTOS, matrícula n. ******697, pelo cargo de Chefe de Ciretran - 3° Categoria, Theobroma, **CDS-03**, no período de **13/10/2026 a 22/10/2026**, correspondente ao gozo de férias do titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Portaria n. 8, de 5 de janeiro de 2026

Protocolo 77290015

Portaria nº 1619 de 05 de outubro de 2026

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 8, de 5 de janeiro de 2026 (67923605), e conforme o Processo n. 0010.033310/2026-39;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Resolve:

Art. 1º **Designar** a servidora MONICA MARTINS MADALENA, comissionada sem vínculo, matrícula n. ******803, para responder, em substituição ao servidor GILVANNI ALVES RODRIGUES, matrícula n. ******225, pelo cargo de Chefe de Posto Avançado - 2ª Categoria, Rondominas (Ouro Preto d'Oeste), CDS-03, concomitante ao cargo de Assessor I, Rondominas (Ouro Preto d'Oeste), CDS-01 no período de **1º/10/2026 a 20/10/2026**, correspondente ao gozo de férias do titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Portaria n. 8, de 5 de janeiro de 2026

Protocolo 77290932

ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.006386/2026-81- A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia –EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor do servidor André Luis Castro de Carvalho R$ 3.738,00 e do Diretor Tecnico e de planejamento José de Arimatéia da Silva R$ 3.738,00 no período de 07 a 10/07/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77243893

Decisão nº 24/2026/EMATER-CPLMS

O Diretor Presidente da ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMATER-RO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, RESOLVE com fundamento nos termos do art. 74, inciso III, da Lei Federal nº. 14.133/2021, DECLARAR INEXIGÍVEL a Licitação, objetivando o Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal "Curso Q Grader" para 04 (quatro) participantes no valor total de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), favor da Empresa CAFERON - CAFEICULTORES ASSOCIADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.394.227/0001-10, conforme Parecer Referencial nº 02/2024/PGE-EMATER Id.77100261 processo n.º 0011.009002/2026-82. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Alessando Pedralli da Silva. Porto Velho - RO, 05 de Outubro de 2026.

Protocolo 77316412

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO Nº 119 DE 24/09/2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.003932/2026-82.

RESOLVEM:

1 - Conceder pensão temporária a **SAMILLY DE SOUZA BATISTA (filha)**, inscrita no CPF sob o nº **xxx.359.982-xx**, representada por sua genitora **IVANILZA CORREA DE SOUZA** beneficiária do servidor ativo **JOSEMAR SILVEIRA BATISTA**, inscrito no CPF sob o nº **xxx.116.082-xx**, falecido em **31/05/2026**, ocupante do cargo de **Agente de Polícia**, classe **Especial**, matrícula nº **xxxxxx020**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - Sesdec**, no percentual correspondente a 100% (cem por cento) do benefício, equivalente a **60% (sessenta por cento) do valor dos proventos que o instituidor teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente para o trabalho na data do óbito,** com efeitos financeiros a contar da data do óbito, **31/05/2026**, com fundamento no **artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019; artigo 27, inciso II;**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

artigo 46, inciso I, artigo 47, inciso II; artigo 49; artigo 50; artigo 51, incisos I, II e III, todos da Lei Complementar nº 1.100/2021.

2 - A recomposição dos proventos será efetivada nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 76993747

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO Nº 120 DE 25/09/2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON E O DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.002714/2026-21.

RESOLVEM:

1 - Conceder pensão vitalícia a **LUCAS MARIA DALOMBA (cônjuge)**, inscrito no CPF sob nº **xxx.190.342-xx**, beneficiário da servidora ativa **AURELINA GOMES DA SILVA DA LOMBA**, inscrita no CPF sob nº **xxx.513.806-xx**, falecida em **03/03/2026**, ocupante do cargo de **Técnico Educacional**, nível **1**, referência **14**, matrícula nº **xxxxxx906,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do **Secretaria de Estado da Educação - Seduc**, no percentual correspondente a cota integral (100% do benefício), no equivalente a **60% (sessenta por cento) do valor dos proventos que a servidora teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito**, com efeitos a contar da data do requerimento, 22/04/2026, com fundamento no **artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019; artigo 27, inciso I; artigo 46, inciso II; artigo 47, inciso I; artigo 49; artigo 51, inciso I e VIII, alínea "c", item "6", da Lei Complementar nº 1.100/2021.**

2 - Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Elton Parente de Oliveira
Diretor de Previdência do Iperon
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 77032616

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO Nº 118 DE 11/09/2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON E O DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.007718/2025-14.

RESOLVEM:

1 - Conceder pensão mensal aos dependentes do servidor público estadual inativo NELSON GONÇALVES DE AZEVEDO, falecido em **28/07/2025**, inscrito no CPF sob nº **xxx.631.230-xx**, ocupante do cargo de **Médico**, classe **A**, referência **08**, matrícula nº **xxxxxx663**, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao **Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - Sesau**, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; artigo 27, inciso I; artigo 46, inciso II, artigo 47, inciso I e II; artigo 49; artigo 50; artigo 51, inciso I, II, III e VIII, da Lei Complementar nº 1.100/2021.

a) **Pensão em caráter vitalício** a **MARIA LAURINEIDE DE SOUSA** AZEVEDO (cônjuge), inscrita no CPF sob nº **xxx.578.113-xx**, em **cota parcial (50% do benefício)** do valor equivalente a **70%** (setenta por cento) do valor dos proventos de aposentadoria recebidos pelo servidor instituidor da pensão, com efeitos financeiros a contar da data do requerimento, isto é, 09/09/2025,

b) **Pensão temporária** a **MATEUS GABRIEL DE SOUSA AZEVEDO (filho)**, inscrito no CPF sob nº **xxx.921.882-xx**, em **cota parcial (50% do benefício)** do valor equivalente a **70%** (setenta por cento) do valor dos proventos de aposentadoria recebidos pelo servidor instituidor da pensão, com efeitos financeiros a contar da data do requerimento, isto é, 09/09/2025.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

2 - Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Elton Parente de Oliveira
Diretor de Previdência do Iperon
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 76535405

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO Nº 121 DE 01/10/2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON E O DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.003869/2026-84.

RESOLVEM:

1 - Conceder pensão vitalícia à MARIA APARECIDA MATOS TATAIRA SILVA **(cônjuge)**, inscrita no CPF sob nº **xxx.672.422-xx**, beneficiária do servidor ativo **SEBASTIÃO DE ATAIDE SILVA**, inscrito no CPF sob nº **xxx.159.832-xx**, falecido em **01/06/2026**, ocupante do cargo de **Técnico Judiciário**, padrão **17**, cadastro nº **xxx76**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO**, em cota integral (100% do benefício), no valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor dos proventos que o servidor teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente para o trabalho na data do óbito, com efeitos a contar do óbito, **01/06/2026**, com fundamento no **artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019; combinado com o artigo 27, inciso I; artigo 46, inciso I, artigo 47, inciso I; artigo 49; artigo 51, inciso I e VIII, alínea "c", item "6", todos da LCE nº 1.100/2021.**

2 - Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Elton Parente de Oliveira
Diretor de Previdência do Iperon
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 77243102

EDITAL Nº 10/2026/IPERON-CELE

A **COMISSÃO ELEITORAL**, designada pela Portaria n. 698 de 2 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 173, de 8 de setembro de 2026, com fundamento no art. 26 da Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES, **CONVOCA** os servidores ativos e aposentados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Rondônia - RPPS/RO à participarem do processo eleitoral destinado à escolha de representantes dos segurados no Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, nos termos deste Edital.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Edital estabelece as regras do processo eleitoral para a escolha de 2 (dois) representantes dos segurados no Conselho Fiscal do Iperon, com mandato de 3 (três) anos, compreendido entre 1º de fevereiro de 2027 e 31 de janeiro de 2030.

Art. 2º O processo eleitoral observará o disposto no art. 86, inciso III, da Lei Complementar n. 1.100, de 18 de outubro de 2021, quanto à composição do órgão colegiado e às candidaturas dos segurados vinculados aos Poderes e Órgãos Autônomos.

§ 1º Fica vedada a candidatura dos segurados vinculados ao Poder Executivo, em razão do preenchimento do limite de representação estabelecido na legislação de regência.

§ 2º Para os fins deste Edital, consideram-se segurados os aposentados, os servidores públicos civis ocupantes de cargo de provimento efetivo dos Poderes e Órgãos Autônomos do Estado de Rondônia, inclusive de suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como os membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei Complementar n. 1.100, de 18 de outubro de 2021.

CAPÍTULO II
DOS CANDIDATOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 3º Poderão candidatar-se os segurados do RPPS/RO oriundos dos Poderes e Órgãos Autônomos, excetuado o Poder Executivo, cujo vínculo funcional tenha sido formalizado até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da publicação deste Edital, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no art. 77, § 4º, da Lei Complementar n. 1.100/2021 e na Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES.

Parágrafo único. É vedada a candidatura do segurado que exerça mandato vigente no Conselho de Administração ou no Comitê de Investimentos do Iperon.

CAPÍTULO III
DOS ELEITORES

Art. 4º Serão eleitores todos os segurados do RPPS/RO, cujo vínculo tenha sido formalizado até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da publicação deste Edital e que estejam em gozo de seus direitos estatutários.

Art. 5º Cada eleitor terá direito a 1 (um) voto, que deverá ser atribuído a apenas 1 (um) candidato, independentemente do número de vagas em disputa.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ELEITORAL

Seção I
Das inscrições

Art. 6º As inscrições dos candidatos deverão ser apresentadas em formato digital, por meio do link de acesso disponível em https://vote.iperon.ro.gov.br, no período de 13 a 30 de outubro de 2026, mediante o preenchimento das informações e o envio da seguinte documentação:

I - documento de identificação oficial com foto;

II - comprovante de residência atualizado;

III - diploma de conclusão de curso em nível superior reconhecido pelo Miniestério da Educação - MEC;

IV - documento que comprove a condição de segurado do RPPS/RO, mediante apresentação de:

a) termo de posse;

b) contracheque referente ao mês da última remuneração percebida; ou

c) ficha financeira do exercício vigente;

V - para fins de comprovação de qualificação nas áreas jurídica, econômica, contábil, financeira, orçamentária, administrativa, previdenciária, atuarial, de gestão pública ou de auditoria, mediante experiência profissional ou formação acadêmica correlata, apresentação de:

a) ato de nomeação em cargos ou funções públicas correlatas;

b) diploma de curso superior reconhecido pelo MEC em área correlata; ou

c) diploma de pós-graduação, mestrado ou doutorado, reconhecido pelo MEC, em área correlata;

VI - certidões negativas de ações criminais de 1º e 2º graus, emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

VII - declaração de não incidência nas hipóteses previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 64/1990, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital; e

VIII - declaração, conforme modelo constante do Anexo III, de que não sofreu penalidade administrativa ou por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, até que haja reabilitação nos termos da legislação aplicável;

IX - termo de responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, onde deverão declarar que:

a) cumprem todos os requisitos previstos no art. 77, § 4º, V, da Lei Complementar n. 1.100/2021;

b) submetem-se ao Código de Ética do Iperon;

c) são verídicos os documentos apresentados e as declarações prestadas, sujeitando-se ao cancelamento do registro de candidatura ou à perda do mandato em caso de comprovação de falsidade ou de descumprimento ao Edital, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal;

d) comprometem-se a obter a certificação profissional de que trata o art. 77, § 4º, V, da Lei Complementar n. 1.100/2021, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da nomeação, observados os níveis, critérios e modalidades exigíveis pela legislação vigente para o exercício da função pública, sob pena de perda do mandato;

X - currículo resumido, limitado a 300 (trezentos) caracteres, no modelo indicado no Anexo V; e

XI - fotografia em alta resolução e formato digital, com fundo branco, para divulgação.

§ 1º A apresentação integral dos documentos previstos neste artigo é de inteira responsabilidade do candidato, e sua inobservância configura hipótese impeditiva para o deferimento da candidatura.

§ 2º É vedado, no nome social indicado no ato de inscrição de que trata o caput deste artigo, o uso de referência que possa caracterizar vinculação a órgão ou entidade da Administração Pública, entidade associativa ou sindical,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

pessoa pública ou atividade político-partidária.

Seção II

Da impugnação, do indeferimento ou da desistência de candidaturas

Art. 7º A Comissão Eleitoral divulgará a relação das candidaturas deferidas e indeferidas, assegurado ao candidato prejudicado o direito de interpor recurso, no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, por meio do Sistema Eletrônico de Eleição.

Art. 8º Qualquer eleitor ou candidato poderá apresentar impugnação às candidaturas deferidas, na forma estabelecida no artigo 8º deste Edital, devidamente motivada e instruída com os documentos comprobatórios, a ser apreciada pela Comissão Eleitoral.

§ 1º Apresentada a impugnação, será assegurado ao candidato impugnado o contraditório e a ampla defesa, mediante manifestação no prazo estabelecido no cronograma eleitoral.

§ 2º Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso à Presidência do Iperon, no prazo estabelecido no cronograma eleitoral.

Art. 9º Após o encerramento das inscrições, a desistência da candidatura ou o acolhimento de impugnação implicará o cancelamento do registro, não sendo admitida a sua substituição.

Art. 10. Na hipótese de morte, desistência ou impedimento de candidato eleito, antes da nomeação, será convocado para assumir o mandato o candidato subsequente mais votado.

Seção III

Da campanha eleitoral

Art. 11. É facultada ao candidato a realização de campanha eleitoral, desde que observado o período estabelecido no Anexo I deste Edital.

Parágrafo único. É vedada a realização de campanha eleitoral pelo candidato que tenha seu pedido de candidatura indeferido pela Comissão Eleitoral, ainda que pendente de julgamento de recurso.

Art. 12. Durante a campanha eleitoral, a Assessoria de Comunicação divulgará, no sítio eletrônico e demais canais oficiais do Iperon, o currículo resumido e a fotografia de divulgação dos candidatos ao Conselho de Fiscal, em condições isonômicas.

Art. 13. O Iperon não poderá custear, direta ou indiretamente, campanhas de candidatos, inclusive mediante utilização de seus recursos financeiros, materiais, humanos ou institucionais.

Art. 14. O candidato será responsável pelo conteúdo das manifestações realizadas no âmbito do processo eleitoral, devendo observar o Código de Ética do Iperon, respondendo por eventuais prejuízos que causar a terceiros ou ao Instituto.

Art. 15. Durante a campanha eleitoral, é vedada a prática das seguintes irregularidades:

I - a divulgação de informações sabidamente inverídicas;

II - a realização de campanha fora do período estabelecido no Anexo I deste Edital;

III - a utilização indevida de recursos materiais, humanos ou institucionais de órgãos ou entidades da Administração Pública, assim como de entidades sindicais ou associativas, em benefício de candidatura;

IV - o descumprimento das normas previstas neste Edital, na Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES ou no Código de Ética do Iperon;

V - a oferta, promessa ou concessão de vantagem de qualquer natureza com o objetivo de obter voto;

VI - a realização de campanha eleitoral em eventos institucionais promovidos ou patrocinados pelo Iperon;

VII - a utilização de participação em eventos custeados por órgãos ou entidades da Administração Pública para fins de promoção de candidatura; e

VIII - a utilização de cargo ou função pública para influenciar, direta ou indiretamente, o processo eleitoral.

Art. 16. O indício da prática de irregularidades pelos candidatos, formalizada mediante provocação ou de ofício pela Comissão Eleitoral, ensejará a instauração imediata de procedimento administrativo específico para apuração dos fatos.

Art. 17. Compete à Comissão Eleitoral assegurar a regular instrução do procedimento administrativo de que trata o art. 16, garantidos ao candidato o contraditório e a ampla defesa, quando constatados indícios da prática de irregularidade.

§ 1º Concluída a instrução, a Comissão Eleitoral proferirá decisão motivada sobre os fatos apurados e, comprovada a prática de irregularidade, poderá aplicar advertência, nos casos de menor gravidade, ou, quando a natureza e a gravidade da conduta assim justificarem, promover o cancelamento do registro de candidatura, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

§ 2º Na definição da medida aplicável, serão consideradas a natureza e a gravidade da irregularidade, as circunstâncias em que foi praticada, suas consequências para a regularidade do processo eleitoral e eventual reincidência do candidato.

§ 3º A decisão da Comissão Eleitoral será publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, cabendo recurso ao Presidente do Iperon no prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contado da publicação.

Seção IV

Da votação

Art. 18. A votação será realizada em turno único, por meio de voto direto e secreto, mediante o Sistema Eletrônico de Eleição, acessível por computador ou dispositivo móvel, com identificação do eleitor por CPF e data de nascimento, e emissão do respectivo código verificador, disponível no endereço eletrônico: https://vote.iperon.ro.gov.br.

Parágrafo único. Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação parametrizar o Sistema Eletrônico de Eleição, observadas as orientações estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

Art. 19. Os candidatos serão identificados no Sistema Eletrônico de Eleição pelo nome social informado no ato de inscrição e pela fotografia apresentada para fins de divulgação da candidatura.

Parágrafo único. A disposição dos candidatos no Sistema Eletrônico de Eleição observará a ordem alfabética dos nomes sociais.

Art. 20. A votação terá início às 7h30min do dia 17 de dezembro de 2026 e encerrar-se-á às 14h do dia 18 de dezembro de 2026, horário do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Na hipótese de falhas operacionais no Sistema Eletrônico de Eleição, o prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por decisão fundamentada da Comissão Eleitoral.

Art. 21. Havendo renúncia formal de candidato, homologada pela Comissão Eleitoral, os votos a ele destinados, caso existam, serão considerados nulos.

Art. 22. Encerrado o período de votação, o Sistema Eletrônico de Eleição será automaticamente bloqueado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 23. A operacionalização da apuração dos resultados eleitorais estará a cargo da Comissão de Apuração, nos termos dos artigos 17 e 18 da Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES.

Parágrafo único. É facultado ao candidato indicar 1 (um) fiscal para acompanhar a sessão de apuração, desde que a indicação seja formalizada no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, sem prejuízo de sua própria participação.

Seção V

Da apuração e da divulgação dos resultados

Art. 24. A sessão de apuração será realizada eletronicamente pela Comissão de Apuração, na sede do Iperon, no dia 18 de dezembro de 2026, a partir das 15h, asseguradas a legitimidade e a transparência do procedimento, bem como o acompanhamento pelos candidatos e respectivos fiscais durante a realização dos trabalhos.

Parágrafo único. Compete à Comissão Eleitoral presidir a sessão, promover o registro dos presentes e assegurar a gravação integral do ato.

Art. 25. Concluída a apuração, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado e lavrará a respectiva ata, que será assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e da Comissão de Apuração, no prazo de até 1 (um) dia útil, e conterá:

I - data e hora de início e fim da apuração;

II - total dos eleitores votantes;

III - total de votos válidos;

IV - total de votos nulos;

V - total de votos em branco; e

VI - eventuais ocorrências ou questionamentos formalizados durante a sessão de apuração.

Art. 26. Serão considerados eleitos os 2 (dois) candidatos mais votados para representantes dos servidores ativos e aposentados no Conselho Fiscal.

Art. 27. Caso 2 (dois) ou mais candidatos obtenham o mesmo número de votos, serão observados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - o maior tempo de segurado do RPPS/RO do candidato; e

II - a maior idade do candidato.

Art. 28. O resultado da apuração da eleição será publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia e nos meios de comunicação do Iperon, indicando a ordem de classificação dos candidatos e os seus respectivos números de votos.

CAPÍTULO V
DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Art. 29. Qualquer eleitor ou candidato poderá apresentar impugnação ao instrumento convocatório ou ao resultado da eleição, mediante requerimento fundamentado, por meio do Sistema Eletrônico de Eleição, observados os respectivos prazos estabelecidos no Anexo I.

Art. 30. A impugnação ao resultado da eleição deverá fundamentar-se em irregularidade ocorrida no período de votação ou em inobservância das disposições deste Edital pela Comissão Eleitoral e pela Comissão de Apuração.

Art. 31. A Comissão Eleitoral apreciará as impugnações de que trata o caput deste artigo e decidirá a seu respeito nos prazos previstos no cronograma eleitoral, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 32. A Comissão Eleitoral deverá apreciar todas as impugnações apresentadas, ficando vedada a homologação do resultado da eleição enquanto houver pedidos pendentes de decisão.

Art. 33. Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso, nos prazos previstos no Anexo I deste Edital, ao Presidente do Iperon.

CAPÍTULO VI
DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS, NOMEAÇÃO E DO MANDATO

Art. 34. O resultado final da eleição será publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia e nos meios de comunicação do Iperon, indicando os representantes eleitos para compor o Conselho Fiscal.

Art. 35. A Comissão Eleitoral encaminhará à Presidência do Iperon, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da homologação do resultado, os documentos do processo eleitoral, para fins de conhecimento e adoção das providências necessárias à nomeação dos representantes eleitos.

Art. 36. Os representantes eleitos serão nomeados nos termos do § 8º do art. 77 da Lei Complementar n. 1.100/2021, para mandato com início em 1º de fevereiro de 2027.

Parágrafo único. Após a homologação do resultado do processo eleitoral, os representantes eleitos somente perderão o mandato em virtude de renúncia, perda da condição de vinculado ao RPPS, processo administrativo disciplinar ou em decorrência do não cumprimento dos requisitos previstos no § 4º do art. 77 da Lei Complementar n. 1.100/2021 e da Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Presidência do Iperon, mediante prévia manifestação da Comissão Eleitoral.

Art. 38. A Comissão Eleitoral poderá, de ofício e mediante decisão fundamentada, promover as retificações ou complementações necessárias ao presente Edital, desde que destinadas a assegurar a regularidade do processo eleitoral e preservadas as regras essenciais do certame.

Art. 39. A Comissão Eleitoral poderá solicitar à Presidência do Iperon a designação de servidores do Instituto para prestar apoio operacional durante o período de votação, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES.

Parágrafo único. Os servidores designados atuarão sob a orientação da Comissão Eleitoral, exclusivamente nas atividades de apoio necessárias à realização da votação.

Art. 40. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual n. 3.830, de 27 de junho de 2016.

Art. 41. Havendo a morte, desistência ou impedimento de um dos representantes eleitos, antes da publicação do ato de nomeação, a sua votação será desconsiderada e será substituída pela do candidato que tiver obtido votação imediatamente inferior à sua.

Porto Velho, 1º de outubro de 2026.

Renan de Sousa e Silva
Presidente da Comissão Eleitoral
Alexsandro da Silva Simões
Secretário da Comissão Eleitoral
Diego Cesar Mackerte
Membro da Comissão Eleitoral

ANEXO I
Cronograma eleitoral

Impugnação ao Edital	6 a 9/10/2026
Prazo para inscrição dos candidatos	13 a 30/10/2026
Publicação da relação de candidaturas deferidas e indeferidas	3/11/2026
Prazo para impugnação de candidaturas deferidas e recurso de candidaturas indeferidas	4 a 5/11/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Prazo para defesa administrativa do candidato impugnado	9 a 10/11/2026
Julgamento das impugnações e recursos (art. 8º)	11 a 13/11/2026
Prazo para recurso ao Presidente do Iperon	16 a 17/11/2026
Julgamento dos recursos	18 a 20/11/2026
Campanha eleitoral	2/11/2026 a 16/12/2026
Publicação dos currículos dos candidatos	14/12/2026
Indicação de fiscal de apuração	14 a 15/12/2026
Período de votação	Das 7h30min do dia 17/12/2026 às 14h00min do dia 18/12/2026
Apuração	15h do dia 18/12/2026
Publicação do resultado	21/12/2026
Prazo para impugnação do resultado	22 e 23/12/2026
Julgamento das impugnações ao resultado	5 a 8/1/2027
Prazo para recurso ao Presidente do Iperon	11 e 12/1/2027
Julgamento dos recursos	13 a 15/1/2027
Homologação do Resultado	18/1/2027

ANEXO II

Modelo de declaração (art. 6º, inciso VII)

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da identidade RG sob o n. _____, devidamente inscrito(a) no CPF n._____, domiciliado em _____, na condição de candidato à função de membro do Conselho Fiscal junto à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Rondônia - RPPS/RO, **DECLARO**, para os devidos fins da prova prevista no art. 8°-B da Lei n. 9.717, de 27 de novembro de 1998, e sob as penas da lei, que que não possuo condenação criminal transitada em julgado, conforme certidões negativas criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal em anexo, e que não incido nas demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente instrumento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

ANEXO III

Modelo de declaração (art. 6º, inciso VIII)

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) do RG n. _____, devidamente inscrito(a) no CPF sob o n._____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, bem como não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive de previdência complementar ou como servidor público.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente instrumento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

ANEXO IV

Modelo de Termo de Responsabilidade (art. 6º, inciso IX)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, **DECLARO**, para os devidos fins, o cumprimento integral dos requisitos previstos no art. 77, § 4º, da Lei Complementar n. 1.100, de 18 de outubro de 2021, bem como a apresentação de todos os documentos necessários à aptidão da função pública de membro do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, nos termos da Resolução n. 02/2026/IPERON-PRES e do Edital n. 10/2026/IPERON-CELE.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Nesse sentido, assumo a inteira responsabilidade pelos documentos apresentados ao processo eleitoral, sujeitando-me ao cancelamento do registro de candidatura ou à perda do mandato em caso de comprovação de falsidade ou de descumprimento ao Edital n. 10/2026/IPERON-CELE, sem prejuízo das demais consequências cíveis e criminais.

Registra-se, ainda, estar de acordo com as disposições previstas no Decreto Estadual n. 28.434, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Código de Ética do Iperon.

Por fim, caso seja eleito, comprometo-me a apresentar a certificação profissional RPPS, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da nomeação, observados os níveis, critérios e modalidades exigíveis pela legislação vigente para o exercício da função pública, sob pena de perda imediata do mandato.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente instrumento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

ANEXO V

Modelo de currículo (art. 6º, inciso X)

NOME SOCIAL	
CURRÍCULO RESUMIDO	(máx. 280 caracteres)

ANEXO VI

CHECK-LIST (art. 6º)

DOCUMENTOS	**SITUAÇÃO**
Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH, Carteira Profissional, etc.)	
Comprovante de residência (atualizado no mês de abril de 2026)	
Diploma de conclusão de curso em nível superior (qualquer área)	
Comprovação da condição de segurado do RPPS (termo de posse, contracheque atualizado ou ficha financeira do exercício de 2026.)	
Comprovação de qualificação nas áreas jurídica, econômica, contábil, financeira, orçamentária, administrativa, previdenciária, atuarial, de gestão pública ou de auditoria. (ato de nomeação em cargos ou funções públicas correlatas, diploma de curso superior reconhecido em área correlata ou diploma de pós-graduação, mestrado ou doutorado em área correlata.)	
Certidão negativa criminal emitida pelo TJRO - 1º grau (Comarca da residência do candidato)	
Certidão negativa criminal de emitida pelo TJRO - 2º grau	
Certidão negativa criminal emitida pelo TRF 1ª Região - 1º grau (Seção Judiciária de Rondônia)	
Certidão negativa criminal emitida pelo TRF 1ª Região - 2º grau	
Declaração - modelo Anexo II	
Declaração - modelo Anexo III	
Termo de Responsabilidade - modelo Anexo IV	
Currículo resumido - modelo Anexo V	
Fotografia de divulgação (formato digital)	

Protocolo 77021184

Portaria de férias nº 14340 de 05 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 18/09/2026 a 27/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **DIEGO CESAR MACKERTE** , **ANALISTA DE PROCURADORIA**, matrícula ******650, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 27/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA
Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65045

Portaria de férias nº 14341 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/09/2026 a 17/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **EDERVANYA CARDOSO DOS SANTOS**, **TÉCNICO EM PREVIDÊNCIA**, matrícula ******440, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 17/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA
Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65046

Portaria de férias nº 14342 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDILEUZA RODRIGUES DA SILVA,** TÉCNICO EM PREVIDÊNCIA, matrícula ******382, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(01/04/2026 a 10/04/2026),**referente ao exercício de **2026,** a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(16/03/2026 a 25/03/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/04/2026 a 10/04/2026) e (01/10/2026 a 10/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65047

Portaria de férias nº 14343 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ELDENI TIMBÓ PASSOS,** ANALISTA EM PREVIDÊNCIA - AUDITOR, matrícula ******934, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(09/12/2026 a 18/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(04/11/2026 a 13/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65048

Portaria de férias nº 14344 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **GABRIEL VAZ SEVERO,** ANALISTA DE SISTEMAS LC 67/92 , matrícula ******900, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(20/01/2026 a 29/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (11/08/2026 a 20/08/2026) e (06/10/2026 a 15/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(20/01/2026 a 29/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (11/08/2026 a 20/08/2026) e (10/12/2026 a 19/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Protocolo DOC65049

Portaria de férias nº 14345 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **HARRISSON MARQUES PONTES,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******091, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, originalmente marcadas para o**23/02/2026 a 04/03/2026 e 23/03/2026 a 01/04/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**23/02/2026 a 04/03/2026 e 23/03/2026 a 01/04/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **19/10/2026 a 28/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65050

Portaria de férias nº 14346 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **LARISSA MACEDO DA SILVA MARINHO,** IPERON - ASSESSOR XI - CDS 11*, matrícula ******239, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(03/08/2026 a 12/08/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (08/09/2026 a 17/09/2026) e (09/11/2026 a 18/11/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(03/08/2026 a 12/08/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (30/10/2026 a 08/11/2026) e (09/11/2026 a 18/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65051

Portaria de férias nº 14351 de 05 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARIA LUCIA DE SOUZA LIMEIRA GOVEIA,** ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO, matrícula ******995, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (04/05/2026 a 13/05/2026) e (16/11/2026 a 25/11/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (04/05/2026 a 13/05/2026) e (09/12/2026 a 18/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65052

Portaria de férias nº 14352 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **NILSON ALVES FRANCISCO,** DIGITADOR , matrícula ******063, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(01/02/2026 a 10/02/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (20/03/2026 a 29/03/2026) e (01/10/2026 a 10/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/02/2026 a 10/02/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (20/03/2026 a 29/03/2026) e (09/12/2026 a 18/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65053

Portaria de férias nº 14347 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **LIZETE BARBOSA SODRE,** TÉCNICO EM PREVIDÊNCIA, matrícula ******855, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(01/10/2026 a 20/10/2026) e (21/10/2026 a 30/10/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(21/10/2026 a 30/10/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (14/12/2026 a 02/01/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65054

Portaria de férias nº 14348 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARCIA REGINA DOS SANTOS ROCHA,** IPERON - CHEFE DE REGIONAL - CDS 5* , matrícula ******061, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(20/07/2026 a 29/07/2026) e (05/10/2026 a 14/10/2026) e (09/12/2026 a 18/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(20/07/2026 a 29/07/2026) e (19/11/2026 a 28/11/2026) e (03/12/2026 a 12/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65055

Portaria de férias nº 14349 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARIA DE NAZARE DE BRITO PAIVA,** TÉCNICO EM PREVIDÊNCIA, matrícula ******622, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(02/03/2026 a 11/03/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (06/04/2026 a 15/04/2026) e (14/09/2026 a 23/09/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(02/03/2026 a 11/03/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (06/04/2026 a 15/04/2026) e (23/11/2026 a 02/12/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65056

Portaria de férias nº 14350 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARIA ENILSA JANUARIO FALCAO,** ANALISTA EM PREVIDÊNCIA - PSICÓLOGO, matrícula ******321, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(06/04/2026 a 15/04/2026) e (20/07/2026 a 29/07/2026) e (09/12/2026 a 18/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(06/04/2026 a 15/04/2026) e (20/07/2026 a 29/07/2026) e (30/11/2026 a 09/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65057

Portaria de férias nº 14353 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ODALEA COSTA DE MORAIS,** TÉCNICO EM PREVIDÊNCIA, matrícula ******971, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(15/06/2026 a 24/06/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (27/07/2026 a 05/08/2026) e (01/12/2026 a 10/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(15/06/2026 a 24/06/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (27/07/2026 a 05/08/2026) e (05/01/2027 a 14/01/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65058

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Portaria de férias nº 14355 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **PETTERSON LANYNE COELHO ALEXANDRE VAZ,** IPERON - ASSESSOR DE GOVERNANÇA - CDS 8*, matrícula ******213, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(15/01/2026 a 24/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (29/10/2026 a 17/11/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(15/01/2026 a 24/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (03/11/2026 a 22/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65059

Portaria de férias nº 14354 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **VINÍCIUS DE FREITAS SOUSA,** IPERON - ASSESSOR IX - CDS 9*, matrícula ******897, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(07/01/2026 a 16/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (24/03/2026 a 02/04/2026) e (05/08/2026 a 14/08/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(07/01/2026 a 16/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (24/03/2026 a 02/04/2026) e (21/10/2026 a 30/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65060

Portaria de férias nº 14356 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ERION MELO TOZZO,** IPERON - ASSESSOR IX - CDS 9*, matrícula ******478, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, originalmente marcadas para o**21/04/2025 a 30/04/2025**e que foram interrompidas a contar do dia**21/04/2025 a 30/04/2025,**referente ao exercício de **2025,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **13/10/2026 a 22/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65061

Portaria de férias nº 14357 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/01/2026 a 30/01/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **HELDER CARVALHO DA SILVA**, **IPERON - ASSESSOR V - CDS 5***, matrícula ******564, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2025**, marcadas anteriormente no período de **(01/01/2026 a 30/01/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65062

Portaria de férias nº 14358 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de janeiro de 2023 de 05/01/2023,publicada no DOE n.4, de 06/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MEIRE JANE VELOSO SEQUIM,** TÉCNICO EM PREVIDÊNCIA, matrícula ******279, pertencente ao quadro de servidores de Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, do(s) período(s) de**(21/12/2025 a 30/12/2025 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/09/2026 a 20/09/2026),**referente ao exercício de **2025,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(21/12/2025 a 30/12/2025 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/12/2026 a 20/12/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon

Protocolo DOC65063

Portaria nº 756 de 05 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Portaria nº 726, de 19 de agosto de 2025, publicada no DOE/RO nº 157 de 20 de agosto de 2025

Considerando as atribuições definidas no Artigo 94 da Lei Complementar n.° 1.100 de 18/10/2021;

Considerando o teor do Processo n.° 0016.005675/2026-13;

Considerando o teor do Memorando nº 77/2026/IPERON-DIPREV, id. 75519473;

Considerando o teor das Autorizações de Viagem e Diárias 236722 (77230231), 236719 (77230236), 236715 (77230243), 236710 (77230251) e 236704 (77230253);

RESOLVE:

Art. 1º **AUTORIZAR** o deslocamento dos servidores lotados nas unidades regionais deste Instituto ao município de Porto Velho - RO, para posterior participação no **"Curso Completo e Prático Sobre Contribuição e Aposentadoria na Administração Pública incluindo Concessão de Averbação de Tempo de Serviço e Pensão por Morte"**, a ser realizado na cidade de **Recife/PE**, nos dias **14, 15 e 16 de outubro 2026:**

NOME	MATRÍCULA	Cargo
Suely Lima Karantino e Silva	******336	Técnica em Previdência / Chefe de Regional
Elaine Martins Reis de Magalhães	******218	Aux.Serv. Gerais / Chefe de Regional
Marcia Regina dos Santos Rocha	******061	Chefe de Regional
Marceli Haase	******415	Técnico em Previdência / Chefe de Regional
Kátia Ferreira Fernandes	******236	Assistente em Previdência / Chefe da Regional

Art. 2º **AUTORIZAR** o pagamento de **1 ½ (uma e meia) diárias,** a serem concedidas em **decorrência do deslocamento rodoviário**, no período de **12 a 18 de outubro de 2026**, para os servidores acima identificados.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Iperon

Protocolo 77295041

Portaria nº 757 de 05 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Portaria nº 726, de 19 de agosto de 2025, publicada no DOE/RO nº 157 de 20 de agosto de 2025

Considerando as atribuições definidas no Artigo 94 da Lei Complementar n.° 1.100 de 18/10/2021;

Considerando o teor do Processo n.° 0016.005675/2026-13;

Considerando o teor do Memorando nº 77/2026/IPERON-DIPREV, id. 75519473;

Considerando o teor das Autorizações de Viagem e Diárias 236750 (77230216);

RESOLVE:

Art. 1º **AUTORIZAR** o deslocamento da servidora lotada em unidade regional deste Instituto, ao município de Porto Velho - RO, para posterior participação no **"Curso Completo e Prático Sobre Contribuição e Aposentadoria na Administração Pública incluindo Concessão de Averbação de Tempo de Serviço e Pensão por Morte"**, a ser realizado na cidade de **Recife/PE**, nos dias **14, 15 e 16 de outubro 2026:**

NOME	MATRÍCULA	Cargo
Marcia Aparecida Fogaça	******067	Aux.Serv. Gerais / Chefe de Regional

Art. 2º **AUTORIZAR** o pagamento de **1 (uma) diária,** a ser concedida em **decorrência do deslocamento rodoviário**, no período de **12 a 17 de outubro de 2026**, para a servidora acima identificada.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA
Presidente do Iperon

Protocolo 77297038

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

EXTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/SOPH/RO/2025

PROCESSO SEI nº 0040.000103/2025-60
CONTRATANTE: Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia- SOPH.
CONTRATADA: Empresa Bento & Frota Serviços em Segurança do Trabalho Ltda.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 008/SOPH/RO/2025, cujo objeto consiste na prestação de serviços para **elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT.**
VALOR: R$ 6.930,00 (seis mil e novecentos e trinta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE
Diretor-Presidente da SOPH

Protocolo 77134751

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026/SLC
PROCESSO N.º 1971/SEMOSP/2026

O Município de Buritis-RO, através de sua pregoeira designada pela Portaria 264/GAB/PMB/2025, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço (por item). Tendo como objeto Futura e Eventual Aquisição de materiais elétricos, de valor estimado: R$ 1.603.593,00 (Um milhão, seiscentos e três mil, quinhentos e noventa e três reais). Início da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 16/10/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br. Buritis – RO, 29 de setembro de 2026.

Verônica da Silva Apolinário
Pregoeira

Protocolo DO43518

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

PREFEITURA DE ESPIGÃO DO OESTE-RO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA FORMA ELETRÔNICO Nº 023/CCP/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5605/SEMOD/2026

O município de Espigão do Oeste, através da Coordenadoria de Compras Públicas, tornar público, que realizará na forma do disposto da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei nº 123/06 e alterações posteriores, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, do tipo “menor preço **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada em obras de engenharia civil para **Construção de pavimentação asfáltica em CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente, com drenagem, no bairro Bela Vista e outros, em uma área total de 8.248,87m² e extensão de 1.163,30m**, recursos provenientes da emenda parlamentar n° 202639450012. O custo estimado da obra é de R$ 1.501.374,02 (um milhão, quinhentos e um mil, trezentos e setenta e quatro reais e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

dois centavos), com base na pesquisa de preços conforme consta nas Especificações Técnica, memorial de cálculo e Nota de Autorização de Despesas. O prazo para execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias corridos, cadastro das propostas será a partir do dia 07/10/26 das 08h00 às 08h30 do dia 23/10/26. Abertura das propostas e disputa de lances da sessão pública será dia 23/10/26 às 09h00, horário de Brasília. Local; Sala da CCP. Obtenção do Edital: gratuitamente através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, maiores informações no Setor de Licitação endereço supracitado. Telefone/fax: (69) 99308-0534. Espigão do Oeste/RO, 01 de outubro de 2026.

Elaine Batista Santos Gundlach
Agente de Contratação/Pregoeira
Dec. 6.943/2026

Protocolo DO43506

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

EXTRATO DO CONTRATO N°0234/2026
PROCESSO N°1537/SEMSAU/2026

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Governador Jorge Teixeira - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado: CYN Farma Distribuidora LTDA - CNPJ: 10.541.396/0001-38.
Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Reagentes
Laboratoriais.
Valor: R$ 4.711,55.
Ficha: 580, E. D: 3.3.90.30.11.00; 580, E. D: 3.3.90.30.35.00.
Fiscalização: Portaria Nº 255/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 010/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 21 de setembro de 2026.
Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
Gilmar Tomaz de Souza
Prefeito

Protocolo DO43560

EXTRATO DO CONTRATO N°0241/2026
PROCESSO N°1459/SEMED/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira - CNPJ: 63.761.944/0001-00 Contratada: DS Comercio e Serviços LTDA - CNPJ: 54.634.918/0001-11.
Objeto: Aquisição de Coffee Break.
Valor: R$ 8.529,00.
Ficha: 288.
Fiscalização: Portaria N° 267/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 0006/SUPEL/2025.
Vigência: A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, terça-feira, 29 de setembro de 2026
Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
Gilmar Tomaz De Souza
Prefeito Municipal

Protocolo DO43561

EXTRATO DO CONTRATO N°0235/2026
PROCESSO N°1537/SEMSAU/2026

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Governador Jorge Teixeira - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado: GLO Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares - CNPJ: 31.580.603/0001-33.
Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Reagentes
Laboratoriais.
Valor: R$ 8.206,00 .
Ficha: 580, E. D: 3.3.90.30.11.00; 580, E. D: 3.3.90.30.35.00.
Fiscalização: Portaria Nº 255/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 010/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 21 de setembro de 2026.
Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
Gilmar Tomaz de Souza

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Prefeito

Protocolo DO43562

EXTRATO DO CONTRATO N°0236/2026
PROCESSO N°1537/SEMSAU/2026

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Governador Jorge Teixeira - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado: Life Care Diagnosticos Eireli - CNPJ: 34.637.297/0001-12.
Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Reagentes
Laboratoriais.
Valor: R$ 17.483,56.
Ficha: 580, E. D: 3.3.90.30.11.00; 580, E. D: 3.3.90.30.35.00.
Fiscalização: Portaria Nº 255/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 010/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 21 de setembro de 2026.
Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
Gilmar Tomaz de Souza
Prefeito

Protocolo DO43563

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO
Processo nº 1328/2026.
Objeto: Registro de Preços para Aquisição Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:
Valor estimado de **R$ 2.205.782,00 (dois milhões duzentos e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais).**
Data para cadastro de propostas: 06/10/2026, a partir das 9h, finalizando às 8h59min do dia 19/10/2026 Início da Sessão Pública: 19/10/2026**, às 9h** (Horário de Brasília).
Local da disputa virtual**: https://bnccompras.com/r.**
A retirada do edital completo poderá ser efetuada gratuitamente no Portal virtual **https://bnccompras.com/** site www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, E-mail. cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br ou na Comissão Permanente de Licitações, sito à Av Pedras Brancas, nº. 939, Bairro Centro, de Segunda à sexta-feira 07h30min às 13h30min, exceto feriados, informações através do tel. (69) 3524-1283.

Gov. Jorge Teixeira - RO, 05 de Outubro de 2026.
Maxson Batista Santos
Pregoeiro

Protocolo DO43544

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0003/GP/2026

PROCESSO Nº 48/SEMAS/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1097/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO.
CONTRATADA: DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.477.309/0001-65.
OBJETO: Acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) ao Contrato nº 0003/GP/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em gerenciamento de cartões por rede credenciada, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
VALOR DO ADITIVO: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
VALOR GLOBAL: O valor inicial de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) passa a ser de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 124, inciso I, alínea “b”, c/c art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme indicações e disponibilidades orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

DATA: 16 de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
Contratante

Protocolo DO43564

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0240/2026
PROCESSO N°1123/SEMSAU/2026

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Governador Jorge Teixeira - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado: Edificare Engenharia LTDA. - CNPJ: 11.656.910/0001-43.
Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, visando a execução dos serviços de reforma do Centro de Saúde Diferenciado Colina Verde.
Valor: R$ 229.000,00.
Ficha: 588.
Fiscalização: Portaria Nº 264/GP/2026.
Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 005/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 28 de setembro de 2026.
Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
Gilmar Tomaz de Souza
Prefeito

Protocolo DO43567

ATO EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N°0238/2026
PROCESSO N°1628/SEMAS/2026

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ: 11.502.951/0001-85
Contratado: J N de Jesus Santos - CNPJ: 20.755.340/0001-30.
Objeto: Aquisição de gás de cozinha.
Valor: R$ 3.407,52
Ficha: 668.
Fiscalização: Portaria Nº 259/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 031/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.
Governador Jorge Teixeira/RO, 21 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
Gilmar Tomaz de Souza
Prefeito

Protocolo DO43569

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 0221/GP/2026

PROCESSO Nº 1446/SEMED/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 460/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO.
CONTRATADA: A M G OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.204.535/0001-94.
OBJETO: Retificação da CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS do Contrato nº 0221/GP/2026, em razão da utilização de ficha orçamentária diversa da indicada pela Secretaria Municipal de Educação no Pedido de Empenho nº 291.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 274 - 020400 Secretaria Municipal de Educação - 3.3.90.39.99.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 12.361.0018.2035.0000 Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental.
RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 0221/GP/2026 que não foram alteradas pelo presente Termo Aditivo de Retificação.

Governador Jorge Teixeira/RO, 23 de setembro de 2026.
Município de Governador Jorge Teixeira/RO
Gilmar Tomaz de Souza
Prefeito

Protocolo DO43570

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 0170/GP/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

PROCESSO Nº 817/SEMSAU/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1104/2024
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO.
CONTRATADA: TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 12.704.512/0001-18.
OBJETO: Retificação da CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS do Contrato nº 0170/GP/2026, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 021602 - Fundo Municipal de Saúde - 10.0017.2043 - Incremento Temporário da Atenção Especializada - Elemento de Despesa 3.3.90.30 - Ficha 580; Elemento de Despesa 3.3.90.39 - Ficha 581.
RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 0170/GP/2026 que não foram alteradas pelo presente Termo Aditivo de Retificação.

Governador Jorge Teixeira/RO, 23 de setembro de 2026.
Município de Governador Jorge Teixeira/RO
Gilmar Tomaz de Souza
Prefeito

Protocolo DO43571

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 56/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1016/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material de consumo, refeições prontas (marmitex), para atender as necessidades das Secretarias Municipais: GABINETE, SEMOSP, SEMED, SEMSAU, SEMECELT, e SEMAGRI, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira - RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Os secretários demandantes, juntamente com o Prefeito Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a legislação vigente e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após constatada a regularidade dos atos praticados no procedimento administrativo em epígrafe, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado do Pregão Eletrônico nº 027/2026, e **AUTORIZA** a formação da Ata de Registro de Preços, conforme especificações constantes no Edital DE LICITAÇÃO de 09/07/2026 (ID 431295), Relatório licitanet de 18/09/2026 (ID 453433), Termo de Adjudicação 01 de 29/09/2026 (ID 457102) e Termo de Homologação 01 de 29/09/2026 (ID 457104) em favor das seguintes empresas.

Fornecedor: S B Januario - 39.432.993/0001-06
Valor Total: R$ 494.922,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e novecentos e vinte e dois reais).
Fornecedor: Otair Gomes da Silva - 13.534.969/0001-94
Valor Total: R$ 399.476,00 (trezentos e noventa e nove mil e quatrocentos e setenta e seis reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 29 de setembro de 2026.
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
NAIARA MAGNA SOBRINHO MATEUS
Chefe de Gabinete
ALDAIR FERREIRA DE AMORIM
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
ELVER PERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
DIEGO MAMEDIO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Saúde
ADEVANILTON DAMACENA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo
JOILSON BARBOSA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura

Protocolo DO43577

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 56/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1016/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O Município de Governador Jorge Teixeira/RO, por meio do Gabinete do Prefeito, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO** do Termo de Homologação e Adjudicação nº 56/2026 (ID 457131), de 29 de setembro de 2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 027/2026 e ao Processo Licitatório nº 1016/2026.

Onde se lê:

ADEVANILTON DAMACENA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo

Leia-se:

MOISES ALVES DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração, respondendo interinamente pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo - SEMECELT, conforme Decreto Municipal nº 12080/GAB/2026, de 08 de setembro de 2026.

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais disposições constantes do Termo de Homologação e Adjudicação nº 56/2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 29 de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA

Prefeito

Protocolo DO43576

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0237/2026
PROCESSO Nº 1594/SEMAS/2026

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado: R Costa Santos LTDA. - CNPJ: 52.611.889/0001-47.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.
Valor: R$ R$ 43.519,94
Ficha: 667.
Fiscalização: Portaria nº 258/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 040/2024.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 21 de setembro de 2026**.**

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira

Gilmar Tomaz De Souza

Prefeito

Protocolo DO43575

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0243/2026
PROCESSO Nº 1696/SEMAS/2026

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ: 19.661.239/0001-30.
Contratado: C L Santos - CNPJ: 22.277.050/0001-53.
Objeto: Contratação de serviços de locação de estruturas e equipamentos para a realização de eventos.
Valor: R$ 55.593,58.
Ficha: 666.
Fiscalização: Portaria Nº 270/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 039/2024.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 30 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira/RO

Gilmar Tomaz de Souza

Prefeito

Protocolo DO43574

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0244/2026
PROCESSO Nº 1696/SEMAS/2026

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ: 19.661.239/0001-30.
Contratado: Loca-Máquinas Locação de Máquinas Ltda - CNPJ: 08.488.130/0001-27.
Objeto: Contratação de serviços de locação de estruturas e equipamentos para a realização de eventos.
Valor: R$ 646,83.
Ficha: 666.
Fiscalização: Portaria Nº 270/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 039/2024.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 30 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira/RO

Gilmar Tomaz de Souza

Prefeito

Protocolo DO43573

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 57/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1595/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de picolés para realização do evento do dia das crianças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A secretária demandante, juntamente com o Prefeito Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a legislação vigente e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após constatada a regularidade dos atos praticados no procedimento administrativo em epígrafe, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado da Dispensa Eletrônica nº 012/2026, e **AUTORIZA** a contratação, conforme especificações constantes no Edital DE LICITAÇÃO de 24/09/2026 (ID 455395), Relatório LICITANET de 30/09/2026 (ID 457640), Termo de Adjudicação 01 de 01/10/2026 (ID 458070) e Termo de Homologação 01 de 01/10/2026 (ID 458071) em favor da seguinte empresa.

Fornecedor: 67.147.300 Miqueias Vieira Chagas - 67.147.300/0001-79
Valor Total: R$ 6.732,00 (seis mil e setecentos e trinta e dois reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 01 de outubro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

Protocolo DO43578

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/IMPREV/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026/IMPREV

O **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE – IMPREV**, Estado de Rondônia, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **02/IMPREV/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, com critério de julgamento **POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e demais normas aplicáveis. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de **assessoria e consultoria técnica previdenciária em Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, bem como para a disponibilização, implantação, parametrização, migração de dados, manutenção, suporte técnico e atualização de **software de gestão previdenciária em ambiente web**, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência. **VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 116.072,04** (cento e dezesseis mil, setenta e dois reais e quatro centavos). **INÍCIO PARA CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 06 de outubro de 2026, às **08h30min** (horário de Brasília/DF). **LIMITE PARA CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 21 de outubro de 2026, às **08h30min** (horário de Brasília/DF). **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 21 de outubro de 2026, às **09h00min** (horário de Brasília/DF). **LOCAL:** Plataforma Eletrônica **LICITANET**. www.licitanet.com.br O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados na plataforma LICITANET, no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** e nos meios oficiais de divulgação do Município, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. A Lei exige a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos no PNCP. **Informações:** (69) 3581-3278 **E-mail:** cpl@machadinho.ro.gov.br

Machadinho D'Oeste/RO, 01 de outubro de 2026.

SAMARA RAQUEL KUSS
Pregoeira
Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'Oeste – IMPREV

Protocolo DO43517

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 32/SEMADFAZ/2026

Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. Processo Administrativo nº 04/2026. Objeto: formação de registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), compreendendo o fornecimento de linhas com voz ilimitada, bem como o fornecimento de chips virgens com franquia de dados de 40GB cada, para atender a demanda das secretarias que compõe a Administração. Na forma da Lei nº. 14.133/21 e LC nº 123/2006 com suas alterações e Decreto Municipal nº 4022/2024 realizará o Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por item, Modo de Disputa: Aberto.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Valor Previsto R$ 93.549,74 (noventa e três mil quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos). Envio das propostas será das 09h00min do dia 06/10/2026 até as 08h30min do dia 21/10/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 21/10/2026. (Horários de Brasília). Local da disputa virtual: (https://www.licitanet.com.br/). Edital e anexos disponíveis no referido site e/ou no site institucional do órgão: www.machadinho.ro.gov.br. Informações Complementares na Diretoria de Compras, sediada à Avenida Rio de Janeiro, 3098, Centro, Machadinho D´Oeste – RO, em dias úteis das 07h30min, às 13h30min. Contato telefone: (69) 3581-3278 e/ou e-mail machadinhocpl@gmail.com

Machadinho D'Oeste - RO, 02/10/2026

Samara Raquel Kuss de Souza
Pregoeira

Protocolo DO43527

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026
PROCESSO N. 1-307/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
CONTRATADO: TEROS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ sob o nº 24.565.507/0001-50, no valor de R$ 173.349,00 (cento e setenta e três mil e trezentos e quarenta e nove reais).
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, compreendendo notebooks, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Secretária Municipal de Educação do Município de Cacaulândia/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.
GESTOR: Secretário Municipal de Educação.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Termo de Convênio: nº 273/2026/PGE-SEDUC., 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, 12 361 1003 1185 0000, **Ficha:** 558 e 559.

CACAULÂNDIA, 30 de setembro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
PREFEITO

Protocolo DO43537

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026
PROCESSO N. 1-307/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
CONTRATADO: SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 33.615.509/0001-06, no valor de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, compreendendo computadores desktop, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cacaulândia/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.
GESTOR: Secretário Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: PROP. 07021/2026-02 - NOTEBOOKS E COMPUTADORES, 4.4.90.52.00, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, **Ficha:** 606.

CACAULÂNDIA, 30 de setembro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
PREFEITO

Protocolo DO43526

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2026
CONTRATO Nº. 010/PGM/2025, de 21 de fevereiro de 2025.

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato nº 010/PGM/2025; Data do Termo Aditivo: 1/10/2026; Contratante: Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; Contratado (a): A SOARES DO NASCIMENTO ME, CNPJ nº 53.073.529/0001-00; Objeto: A alteração quantitativa do Contrato nº 010/PGM/2025, mediante acréscimo de serviços necessários à adequada execução do transporte escolar para atender a escola Dom João Paulo I - ROTA 03, correspondente a 24,99% (vinte e quatro virgula noventa e nove por cento) ao valor inicial do Contrato; Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Processo: ID: BF.CB2 - 0002490.02.02-2025/SEMEC; Valor Acréscimo: R$ 86.741,00 (oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e um reais); Signatários: pelo Contratante, Denair Pedro da Silva e, pelo Contratado, Adriely Soares do Nascimento.

Alto Alegre dos Parecis, 1 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva
Prefeito Municipal

Protocolo DO43538

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/CPL/2026

O Excelentíssimo Senhor **Denair Pedro da Silva**, Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, **RESOLVE: HOMOLOGAR** o procedimento licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço por item**, sob o **modo de disputa aberto**, cujo objeto é **Aquisição de material permanente para a escola Dom João Paulo I**. Processo Administrativo ID: 127.A1A - 0001181.69.02-2026 - Secretaria Municipal de Educação. **ADJUDICAR** o objeto licitado, as empresas: **CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 41.947.390/0001-99,** vencedora dos itens 1, 2, 4 e 6, perfazendo o valor total de **R$ 9.681,00** (nove mil seiscentos e oitenta e um reais); e **JED SOLUÇÃO EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ sob nº 66.942.064/0001-10,** vencedora do item 5, perfazendo o valor total de **R$ 4.925,00** (quatro mil novecentos e vinte e cinco reais)**,** por ter apresentado proposta em conformidade com o edital e que se revelou mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 11 e demais disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021. Publique-se para que produza os efeitos legais.

Alto Alegre dos Parecis - RO, em 02 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva
Prefeito Municipal

Protocolo DO43524

EXTRATO DO CONTRATO 063/PGM/2026

Espécie: Contrato 063/PGM/2026; Data do Contrato: 01/10/2026; Contratante: Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; Contratado (a): DALTO & DALTO LTDA, CNPJ nº 07.491.532/0001-18; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para a recuperação de estradas vicinais no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, compreendendo a realização de intervenções destinadas à melhoria das condições de trafegabilidade, segurança e conservação das vias, nas condições estabelecidas no Projeto Básico. Amparo: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026, Recursos provenientes da Transf. Esp. 202692240001, Plano de Ação nº 09032026- 088575/2026; Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021; Processo: 0001029.70.06-2026/SEMOB; Vigência: 30/05/2027; Valor Global: R$ 882.785,18 (oitocentos e oitenta e dois mil setecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos). Signatários: pelo Contratante, Denair Pedro da Silva e, pelo Contratado, CLAUDEMIR DALTO.

Alto Alegre dos Parecis, 02 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva
Prefeito Municipal

Protocolo DO43539

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 14/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, através do Agente de Contratação nomeado pelo **Decreto Municipal Nº 42/GP/2026**, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, com critério de julgamento menor preço global, modo de disputa aberto, destinada a **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obras de**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

implantação de bueiros celulares de concreto (aduelas), conforme termo de convênio Nº 484/2025/PGE-DERADM e projetos de engenharia em anexos. Processo Administrativo ID: FE.978 - 0002102.69.06-2025 - Secretaria Municipal de Obras. No valor global de: **R$ 2.861.874,92** (dois milhões oitocentos e sessenta e um mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos). **Data da Sessão Pública dia 26/10/2026 às 09:00 h (horário de Brasília).** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico no endereço www.licitanet.com.br. Informações e o Edital estão à disposição dos interessados no site www.altoalegre.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n.º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone-Fax (69) 3643-1255 Opção 11.

Alto Alegre dos Parecis - RO, em 05 de outubro de 2026.

Késia Ferreira da Silva Lauro

Agente de Contratação

Protocolo DO43532

PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO
CONTRATO Nº. 011/PMT/SEMUSA/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 526/SEMUSA/2024

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA CNPJ: 84.727.601/0001-90, **Parte 2:** TRIÂNGULO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 27.877.025/0001-24. **O Objeto:** Construção da Ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde do Hospital Municipal de Pequeno Porte Almerindo José do Rosário, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais **30 (Trinta) dias**, sendo o dia **01/10/2026 como data inicial e 30/10/2026 como término da vigência.** Theobroma/RO, 02 de Outubro de 2026.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES

Prefeito Municipal

Protocolo DO43535

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

EXTRATO DO PRIMEIRA TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 139/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025
PROCESSO LICITATÓRIO: 0000344.02.01-2025
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 042/2025, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL E PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAL, INCLUINDO EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO.
EMPRESA: VN SOARES - VIAJE BEM MAIS LTDA
CNPJ N° 16.826.800/0001-04
DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses, passando a vigorar de 13 de outubro de 2026 até 12 de outubro de 2027.
DO VALOR: O valor total registrado na Ata de Registro de Preços nº 139/2025 permanece inalterado, totalizando R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).
Permanece inalterada a taxa de serviço de agenciamento registrada, correspondente a 0,00%, mantidas as demais condições originalmente pactuadas.

Ivair José Fernandes
Prefeito Municipal

Protocolo DO43533

EXTRATO DO PRIMEIRA TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 140/2025

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025
PROCESSO LICITATÓRIO: 0000344.02.01-2025
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 042/2025, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL E PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAL, INCLUINDO EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO.
EMPRESA: FLY GATES VIAGENS LTDA
CNPJ N° 58.425.667/0001-16
DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses, passando a vigorar de 13 de outubro de 2026 até 12 de outubro de 2027.
DO VALOR: O valor total registrado na Ata de Registro de Preços nº 140/2025 permanece inalterado, totalizando R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Permanece inalterada a taxa de serviço de agenciamento registrada, correspondente a 9,00%, mantidas as demais condições originalmente pactuadas.

Ivair José Fernandes
Prefeito Municipal

Protocolo DO43530

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0001431.04.01-2026
MODALIDADE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº 008/SUPEL/2026

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo o Art. 71, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima, em face do parecer exarado pela Comissão de Contratação, devidamente designada e;

ADJUDICO seu objeto que trata de PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO, COM MEIO-FIO E SARJETA E SINALIZAÇÃO, COM EXTENSÃO DE 440,00M, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO – CONVÊNIO Nº 487/2026/PGE-DERADM, sob o regime de MAIOR DESCONTO (PORCENTAGEM), em favor da empresa BAS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 19.988.502/0001-09, cujo desconto foi de 1,00%, perfazendo o valor de contratação em R$ 659.187,42 (Seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos), de acordo com EDITAL, a fim de atender as necessidades da SEMOSP.

Pelo presente, autorizo a lavratura do Contrato e notifico o Licitante Homologado e Adjudicado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do após confecção do mesmo.

Monte Negro/RO, 30 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Ivair José Fernandes
Prefeito Municipal
Gestão 2025/2028

Protocolo DO43529

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0001318.04.05-2026
MODALIDADE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº 009/SUPEL/2026

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo o Art. 71, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima, em face do parecer exarado pela Comissão de Contratação, devidamente designada e;

ADJUDICO seu objeto que trata de PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, CONTEMPLANDO MEIO-FIO E SARJETA, COM EXTENSÃO DE 260,00M – AMPLIAÇÃO DE METAS – CONVÊNIO Nº 81/2024/PGE-DERADM, sob o regime de MAIOR DESCONTO (PORCENTAGEM), em favor da empresa MJ CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 07.783.504/0001-74, cujo desconto foi de 0,16%, perfazendo o valor de contratação em R$ 327.051,54 (trezentos e vinte e sete mil, cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo com EDITAL, a fim de atender as necessidades da SEMOSP.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Pelo presente, autorizo a lavratura do Contrato e notifico o Licitante Homologado e Adjudicado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do após confecção do mesmo.

Monte Negro/RO, 30 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Ivair José Fernandes
Prefeito Municipal
Gestão 2025/2028

Protocolo DO43528

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEREJEIRAS

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO.

Nos termos do artigo 33, inciso "I" e Caput do artigo 71, ambos da lei 14.133/21, realizamos a classificação na presente Licitação.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:
Concorrência Pública nº. 012/2026, do Processo Digital nº. 2.962/2026.
OBJETO:
Contratação de Empresa Especializada em Mão de Obra/Engenharia para construção do Centro de Convivência do Idoso no Município de Cerejeiras - RO, em conformidade com o Termo de Convênio nº 150/2026/PGE-SEOSP.
PESSOAS(s) JURIDICAS(s) VENCEDORAS(s)
Lote 01 – GW ENGENHARIA E REFORMA LTDA
CNPJ 48.992.851/0001-94
Endereço: Av. Dom Pedro I, 23, Sala 01 Dom Pedro I, CEP 69.040-040, Manaus – AM.
Fone/Fax: (92) 3232-6507 ou (92) 99216-6037
E-mail: wellington_furtado@hotmail.com
Valor: R$ 599.687,75 (Quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos).
Valor total da Licitação: R$ 599.687,75 (Quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos). Informamos ainda que os autos do Processo estão com vista franqueada aos interessados.

Cerejeiras - RO, 02 de outubro de 2026.

Jefferson Patricio Dietrich
Coordenador Geral de Licitações
Dec. Nº. 563/2025

Protocolo DO43523

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE ARIQUEMES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 352/2026/PREGÃO/SML/PMA
PROCESSO ADM. Nº **14508/2026/SEMSAU**
MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO ABERTA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de **Medicamentos Antimicrobianos de Uso Oral e Tópico**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses. Com valor total estimado em **R$ 2.145.757,10** (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).

A Prefeitura de Ariquemes/RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 23.383 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no COMPRAS.GOV sob o **Nº 352/2026** do tipo **MENOR PREÇO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

POR ITEM, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 06/10/2026 até às 08h59min do dia 19/10/2026. **Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 19/10/2026 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.gov.br/compras** e **www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.gov.br/compras** **(Comprasnet)**. Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021 pelo e-mail **pregaopma@hotmail.com**

Ariquemes(RO), 02 de outubro de 2026.

Jonhison José Andrade
Pregoeiro

Protocolo DO43543

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 349/2026/SML/PMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11118/2026/SEMDES
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO, RESERVA DE COTAS E LOTES EXCLUSIVOS ME/EPP/MEI

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente 2 (fita, papel A4, clipe, entre outros), para atender às necessidades das secretarias municipais de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses. Com o valor total estimado em R$ 1.180.138,81.

A Prefeitura de Ariquemes/RO, através da **Pregoeira** designada pelo Decreto nº. 23.385 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **Nº 349/2026** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **Cód. UASG: 450522,** na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Ariquemes. Envio das propostas poderá ser feito **das 09h00min do dia 14/10/2026 até às 09h00min do dia 26/10/2026. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 26/10/2026 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.gov.br/compras** e **www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.gov.br/compras** **(Comprasnet)**. Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021 pelo e-mail **pregaopma@hotmail.com**

Ariquemes(RO), 05 de outubro de 2026.

Daiane Vieira Pacífico
Pregoeira

Protocolo DO43541

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE ARIQUEMES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2026/PREGÃO/SML/PMA
PROCESSO ADM. Nº **11527/2026/SEMSAU**
MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO ABERTA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Registro De Preços Para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais destinados aos profissionais que realizam atendimentos no Centro Especializado em Reabilitação (CER) e no Centro de Especialidades (CID**), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Ariquemes, por um período estimado de 12 (doze) meses. Com valor total estimado em **R$ 283.210,79** (duzentos e oitenta e três mil, duzentos e dez reais e setenta e nove centavos).

A Prefeitura de Ariquemes/RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 23.383 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no COMPRAS.GOV sob o **Nº 353/2026** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 07/10/2026 até às 08h59min do dia 21/10/2026. **Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 21/10/2026 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.gov.br/compras** e **www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.gov.br/compras (Comprasnet)**. Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021 pelo e-mail **pregaopma@hotmail.com**

Ariquemes(RO), 02 de outubro de 2026.

Jonhison José Andrade
Pregoeiro

Protocolo DO43540

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAISO

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2-441/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº043/2026 INTERESSADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SEMSAU
OBJETO AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DE PASSEIO, TIPO HATCH, ZERO QUILÔMETRO Conforme Plano de Trabalho (SEI n°67641832) destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU.HOMOLOGO o procedimento de licitação em favor da empresa EPL COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ nº34.823.191/0001-03 Valor total adjudicado R$95.600,00 nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal nº14.133/2021.Vale do Paraíso/RO, Sexta-feira 02/10/2026

Luiz Pereira de Souza
Prefeito Municipal

Protocolo DO43525

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº102/2026 Processo nº1-252/2026
Contrato nº24/2026 Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO Interveniente Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP Contratada CONSTRUFOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob nº15.875.636/0001-54 Objeto Prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato por mais 180 dias corridos, a contar do término dos respectivos prazos atualmente vigentes Valor Não implica acréscimo ao valor contratado, permanecendo inalterado o valor global do Contrato, correspondente a R$3.140.650,00 Data da Celebração 22/09/2026.Vale do Paraíso/RO, 01/10/2026

LUIZ PEREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo DO43536

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

Aviso de Remarcação de Licitação
Pregão Eletrônico nº 30/CPL/2026
Processo Administrativo n° 430/SEMUSA/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurado o PREGÃO ELETRONICO nº 30/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Formação de Sistema de Registro de Preços visando a futura, Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 20/10/2026, até às 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site www.licitanet.com.br

Início da disputa: Dia 20/10/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico: https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=f63b21a01390fa2a30009969974e3afc&id_menu=3

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Novo Horizonte do Oeste – RO, 02 de outubro de 2026.

Marcos Antônio da silva
Pregoeiro Municipal

Protocolo DO43531

EXTRATO DO CONTRATO 61/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste publica extrato do contrato Nº 61/2026 referente ao Chamamento Público para Credenciamento nº 26/CPL/2026, Processo Administrativo Nº 763/2026, vinculado ao Processo Administrativo matriz nº 441/2026, e ao Termo de Credenciamento nº 01/2026, tendo como objeto o fornecimento de óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura do Município, em favor da empresa AUTO POSTO NH LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.248.068/0001-00, no valor total estimado de R$ 686.070,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e setenta reais), apurado com base no preço médio semanal divulgado pela ANP para o Estado de Rondônia, já aplicado o desconto de 1% (um por cento), com vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura, conforme cláusulas e condições expostas no contrato.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 05 de Outubro de 2026.

Publicado por:

Luís Carlos Morais Alfáia
Assessor Especial de Licitação

Protocolo DO43542

Aviso de Remarcação de Licitação
Pregão Eletrônico nº 25/CPL/2026
Processo Administrativo n° 554/SEMOSP/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurado o PREGÃO ELETRONICO nº 25/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Aquisição de 100,00 metros de tubos metálicos destinados à instalação em 10 (dez) pontos de estradas vicinais, conforme descrito no Convênio nº 172/2026/PGE-DERADM, Plano de Trabalho, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 21/10/2026, até 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site www.licitanet.com.br

Início da disputa: Dia 21/10/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico: https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=f63b21a01390fa2a30009969974e3afc&id_menu=3

Novo Horizonte do Oeste – RO, 05 de outubro de 2026.

Marcos Antônio da silva
Pregoeiro Municipal

Protocolo DO43559

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

AVISO DE NOVA DATA ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 16-2026

A Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO, torna público para conhecimento dos interessados, AVISO DE **NOVA DATA** ABERTURA DE LICITAÇÃO modalidade de Concorrência, sob o regime de execução indireta, empreitada por preço Global, concernente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA QUADRA DA EMEIEF DINA SFAT – LOCALIZADA NA RUA DAS VIOLETAS 6829 – BAIRRO BOA ESPERANÇA, ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO - TERMO DE CONVÊNIO Nº 220/2026/PGE-SEDUC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no projeto

detalhado de engenharia, e no edital e seus anexos. Valores estimados em R$ **497.733,06 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta e três reais e seis centavos).** A sessão de abertura será realizada no dia 20 de Outubro de 2026 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br): Processo Administrativo nº 3271/2026. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 horas às 13:30 horas, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100 ou por e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com. PEDIDOS de esclarecimento e/ou impugnação acerca desta licitação deverá ser protocolada junto a plataforma oficial de licitação para conhecimento dos interessados. O Edital na íntegra será publicado no site da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura www.rolimdemoura.ro.gov.br.

Rolim de Moura, 02 de Outubro de 2026.

Gildo Limana
Agente de Contratação
Portaria 553/2025

Protocolo DO43522

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2026/SEMUS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89139/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 827/2026

O MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, gestora do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 21.467.008/0001-32, através do Secretário Municipal de Saúde, torna público o Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 02/2026/SEMUS, com fundamento no art. 74, inciso IV, c/c o art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 59.677/2023.

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação, por item, de serviços médicos, de profissionais de saúde de nível superior não médicos, de nível técnico e de motorista, destinados às necessidades da população de Vilhena, bem como de serviços de saúde e segurança ocupacional aos servidores públicos municipais, no âmbito do SESMT da Secretaria Municipal de Administração, e de perícia e assessoramento médico à Procuradoria-Geral do Município, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS: da data de publicação do aviso no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP até o primeiro dia útil seguinte, pelo endereço eletrônico chamamento@semusvilhena.com.

INSCRIÇÕES: a partir do segundo dia útil seguinte à publicação do aviso no PNCP, em fluxo contínuo, enquanto vigente o Chamamento Público, na forma do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Requerimentos enviados antes da abertura das inscrições não serão protocolados.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO: exclusivamente por meio eletrônico, mediante envio ao endereço eletrônico chamamento@semusvilhena.com, na forma do art. 7º do Decreto Municipal nº 59.677/2023.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Diário Oficial do Município de Vilhena e sítio eletrônico oficial do Município (https://vilhena.ro.gov.br). Informações: Secretaria Municipal de Saúde, Avenida Sabino Bezerra de Queiroz, nº 5422, Jardim Eldorado, Park Shopping Vilhena/RO, CEP 76.987-046, telefone (69) 3322-2945.

Vilhena-RO, 5 de outubro de 2026.
WAGNER WASCZUK BORGES
Secretário Municipal de Saúde – SEMUS

Protocolo DO43547

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

AVISO LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 089/SML/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1468/SEMADRH/2026

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DO OBJETO: Registro de Preço para fornecimento de gasolina comum, diesel comum e diesel S10, para atender as demandas das secretarias do município, por um período de 12 (doze) meses. VALOR ESTIMADO: R$ 5.938.167,00 (cinco milhões novecentos e trinta e oito mil cento e sessenta e sete reais). DO TIPO: Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20 de outubro de 2026, às 09h10min (horário de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

Brasília). LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/

Presidente Médici, 05 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
PREGOEIRO

Protocolo DO43545

AVISO LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 085/SML/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1497/SEMUSA/2026
LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DO OBJETO: Aquisição de embalagens de isopor, tipo quentinha nº 08, com tampa, destinadas ao acondicionamento, transporte e distribuição das refeições fornecidas aos pacientes do Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. VALOR ESTIMADO: R$ 6.480,00 (Seis mil quatrocentos e oitenta reais). DO TIPO: Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22 de outubro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/

Presidente Médici, 05 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
PREGOEIRO

Protocolo DO43546

AVISO LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 084/SML/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-0956/SEMUSA/2026
LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento dos pacientes usuários do Centro de Atenção Psicossocial Viver Mais Dr. Charles Seizi Modro – CAPS I, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações. VALOR ESTIMADO: R$ 1.047.894,80 (Um milhão quarenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos). ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. DO TIPO: Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21 de outubro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/

Presidente Médici, 05 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
PREGOEIRO

Protocolo DO43558

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1983/2026

O Município de Seringueiras/RO, por intermédio de seu Agente de Contratação, SÉRGIO VILMAR KNONER, designado pela Portaria nº 48/GAB/PMS/2023, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA de retificação do Edital de Chamamento Público nº 03/2026, cujo objeto consiste no credenciamento de empresas para fornecimento de combustíveis, prestação de serviços de manutenção veicular e fornecimento de peças e acessórios para a frota municipal, em decorrência de erro material verificado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC).

1. DA RETIFICAÇÃO DO VALOR ESTIMADO GLOBAL E DO DETALHAMENTO DOS ITENS

- Onde se lê (subitem 1.2):

  "VALOR TOTAL: R$ 9.472.000,00 (nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais)."
- Leia-se (subitem 1.2):

  "VALOR TOTAL: R$ 10.922.000,00 (dez milhões, novecentos e vinte e dois mil reais), conforme detalhamento dos itens retificados na planilha abaixo:"

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QUANT	VALOR UN.	VALOR TOTAL

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

1	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVOS, ORIGINAIS, GENUÍNAS E/OU HOMOLOGADOS.	SERV.	1	R$ 3.312.000,00	R$ 3.700.000,00
2	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS.	SERV.	1	R$ 1.186.000,00	R$ 1.445.000,00
3	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL COMUM E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS) AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO.	SERV.	1	R$ 4.765.000,00	R$ 5.542.000,00
4	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE GUINCHOS.	SERV.	1	R$ 209.000,00	R$ 235.000,00
-	VALOR TOTAL GLOBAL RETIFICADO	-	-	-	R$ 10.922.000,00

2. DA MANUTENÇÃO DOS PRAZOS DE INSCRIÇÃO

Por se tratar de um procedimento de credenciamento com fluxo contínuo e de natureza não competitiva, formalizado com fulcro nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente retificação do valor estimado global visa estritamente a adequação orçamentária do certame. Portanto, a correção deste erro material não enseja a reabertura de prazos de disputa ou alteração no cronograma de recebimento de inscrições, permanecendo este inalterado e permanentemente aberto aos interessados.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas e integralmente mantidas as demais cláusulas, condições e anexos do Edital original que não foram objeto de alteração por esta errata.

Esta errata entra em vigor na data de sua publicação no Portal da Transparência, no Diário Oficial dos Municípios, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais publicações onde originalmente foram disponibilizadas.

Seringueiras – RO, 5 de outubro de 2026.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Portaria nº 48/GAB/PMS/2023

Protocolo DO43553

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n°: 046/2026

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGA, através do Processo Administrativo nº 1672/2026, a despesa com: “SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE (SEMSAU), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES”, em favor da empresa: MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA - 05.440.065/0001-71, valor total homologado de R$ 736.000,00 (setecentos e trinta e seis mil reais).

Alto Paraíso-RO, 28 de setembro de 2026.

H O M O L O G A D O
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado eletronicamente

Protocolo DO43556

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n°: 032/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGA, através do Processo Administrativo nº 1108/2026, a despesa com: "SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DISPOSITIVOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE (CGM), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES", em favor da empresa: MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 05.343.029/0001-90, valor total homologado de R$ 172.250,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Alto Paraíso-RO, 30 de setembro de 2026.

H O M O L O G A D O
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado eletronicamente

Protocolo DO43557

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1672/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO.
OBJETO: SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO MICROÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE (SEMSAU), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
FORNECEDOR REGISTRADO: MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.440.065/0001-71.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 736.000,00 (setecentos e trinta e seis mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia. A ata na íntegra encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.altoparaiso.ro.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia: www.diariomunicipal.com.br/arom, Código Identificador: AA943999, circulação em 06/10/2026

Alto Paraíso/RO, 05 de outubro de 2026.

.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Protocolo DO43555

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1108/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO.
OBJETO: SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DISPOSITIVOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE (CGM), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
FORNECEDOR REGISTRADO: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.343.029/0001-90.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 172.250,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia. A ata na íntegra encontra-se

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

disponível no endereço eletrônico: www.altoparaiso.ro.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia: www.diariomunicipal.com.br/arom, Código Identificador: 08C42DF0, circulação em 06/10/2026

Alto Paraíso/RO, 05 de outubro de 2026.

.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Protocolo DO43554

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Proc. Adm.nº**1741/26**, conforme o P. E. nº**106/26**. Após a tramitação legal, foi considerada vencedora pelo Pregoeiro, a empresa **CORES E PAPEIS COM. E SERV. LTDA - CNPJ: 59.299.244/0001-60**, vencedora dos itens licitados, perfazendo o valor total de R$ **24.000,60 (vinte e quatro mil reais e sessenta centavos).** Cumpridas as exigências do P. E. apresentado os menores preços para o item de acordo com a Ata Final do Pregoeiro, Termo de Adjudicação, Homologação Chupinguaia-RO, 05 de outubro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Protocolo DO43565

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 07/PGM/2026
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto dar continuidade às atividades da APAE, objetivando a melhoria dos atendimentos diários aos assistidos matriculados, mediante a contratação de recursos humanos, conforme Plano de Trabalho integrante do Proc. Adm. nº 1631/26. VALOR:R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de Subvenção Social, a ser repassado em parcela única. DOT. ORÇ. Ficha 832; Unidade 021000 – Fundo M. de Assistência Social; funcional 08.242.0040.1970.0008 – Repasse APAE; Classificação 3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais. VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada mediante Termo Aditivo. DATA DA ASSINATURA:21 de setembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Protocolo DO43568

EXTRATO DO DECIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.216/2024
MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA. E PECON SERVICOS DE ENGENHARIA CIVIL, PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA.

DAS ALTERAÇÕES: Cláusula quinta do contrato nº. 216/2024 DO PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 216/2024 por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do término da vigência atualmente estabelecida. Assim, o novo período deverá compreender 06/10/2026 a 04/11/2026. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº 216/2024, não expressamente modificadas por este Termo Aditivo. DATA DA ASSIN DO TERMO: 05 de outubro de 2026. Chupinguaia - RO, 05 de outubro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

Protocolo DO43572

CONSÓRCIOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 004/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº4/2026/CIMCERO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-342/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DE RONDÔNIA CIMCERO, TORNA PÚBLICO neste ato representado pelo Secretário Executivo, Dr. Bartolomeu Souza de Oliveira Júnior, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Homologar o resultado do Chamamento Público nº 004/2026 de credenciamento, declarando como **HABILITADOS** e **CREDENCIADOS** os seguintes proponentes: **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**, CNPJ **76.591.569/0001-30** e **MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ **21.474.357/0001-81**. O valor total estimado é de **R$ 403.380,00 (quatrocentos e três mil, trezentos e oitenta reais).** O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, estando ainda disponível no site: http://www.consorciopublico.ro.gov.br.

Ji-Paraná-RO, 02 de outubro de 2026.

ANELISE TORRES GOMES ANDERSON
Pregoeira
Portaria nº 169/2025

Protocolo DO43534

AVULSOS

SOCIEDADE FOGAS LTDA

SOLICITAÇÃO LICENÇA AMBIENTAL

SOCIEDADE FOGÁS LTDA de CNPJ 04.563.672/0260-41 localizada na AV BRASIL, nº 2614, Centro, Santa Luzia D'Oeste torna público que recebeu da SEDAM em 15/09/2026 a Licença Prévia, de Instalação e de Operação para atividades de Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo.

Responsável Técnico:
Eng. Civil Michelle Garcia Ledesma

Protocolo DO43519

SOLICITAÇÃO LICENÇA AMBIENTAL

SOCIEDADE FOGÁS LTDA de CNPJ 04.563.672/0344-94 localizada na RUA PRATA, 4287, JARDIM PAULISTA, CACOAL torna público que recebeu da SEMMA, em 25/08/2026 a Licença Ambiental para atividades de Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo.

Responsável Técnico
Eng. Civil Michelle Garcia Ledesma

Protocolo DO43520

GRUM PUBLICIDADE LTDA

AVISO DE CISÃO PARCIAL E INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL
B&A PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA – CNPJ 02.060.801/0001-78 C. S. COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E PERFUMARIA LTDA – CNPJ 15.540.157/0001-87 NUPLAN PATRIMONIAL LTDA – CNPJ 30.131.239/0001-61

Tornam-se públicos os atos de cisão parcial da B&A PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.060.801/0001-78, registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER sob o NIRE nº 11200310479, com sede na R. Joaquim Nabuco, nº 2170-B, Bairro KM 1, Porto Velho/RO ("B&A"), e da C. S. COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E PERFUMARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.540.157/0001-87, registrada na JUCER sob o NIRE nº 11200593357, com sede na R. Salgado Filho, nº 2446, Bairro São Cristóvão, Porto Velho/RO ("C.S."), ambas cindidas, com versão de parcelas de seus patrimônios líquidos para a NUPLAN PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.131.239/0001-61, registrada na JUCER sob o NIRE nº 11201271221, com sede na R. Joaquim Nabuco, nº 2170, Bairro Centro, Porto Velho/RO, incorporadora, deliberados em 08/07/2026 por unanimidade dos sócios de cada sociedade ("Nuplan"). Pela 34ª Alteração Contratual da B&A, aprovou-se a cisão parcial com versão de patrimônio para a incorporadora, a redução do capital social e a consolidação do contrato social, registrada na JUCER em 01/09/2026 sob nº 20260310956. Pela 15ª Alteração Contratual da C. S., aprovou-se a cisão parcial com versão de patrimônio para a incorporadora, a redução do capital social e a consolidação do contrato social, registrada na JUCER em 01/09/2026 sob nº 20260283940. Pela 29ª Alteração do Contrato Social da NUPLAN, aprovou-se a incorporação das parcelas cindidas das duas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

sociedades acima, o aumento do capital social e a consolidação do contrato social, registrada na JUCER em 01/09/2026 sob nº 20260283991.

ANTÔNIO PAULO SALDANHA DA GAMA GUIMARÃES
Administrador
BERNARDO DA COSTA SENA
Administrador

Protocolo DO43505

DECISAO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - ME

PEDIDO ALTERAÇÃO TITULARIDADE E RENOVAÇÃO OUTORGA ATIVIDADE PISCICULTURA

O Empreendedor: BRUNO MAROTO TERRA; Domiciliado no Sítio Nossa Senhora Aparecida Linha 610, km12, Lote Rural 63 da Gleba 55, Lote Rural 64/B1 Gleba 55; Município de Jaru – RO, Torna Público que requereu junto ao NUCOF/SEDAM – RO, a Alteração de Titularidade e Renovação da Licença de Operação – LO; para atividade de Piscicultura, com Lâmina de água de 5,900 há, Coordenadas Geográficas: S 10°24’30,54”W 62°20’31,91”

Jaru – RO, 01 de outubro de 2026
Proprietário
Bruno Maroto Terra

Protocolo DO43521

AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

GOVERNADORIA
MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

VICEGOV
SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA

CASA CIVIL
ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

OGE
ERASMO MEIRELES E SA

CASA MILITAR
VALDEMIR CARLOS GOES

SECOM
RENAN FERNANDES BARRETO

PGE
THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA

CGE
JOSE ABRANTES ALVES DE AQUINO

SUGESP
SEMAYRA GOMES ZILLIG

SETIC
DELNER FREIRE

SIBRA
AUGUSTO LEONEL DE SOUZA MARQUES

SEPOG
BEATRIZ BASILIO MENDES

SEGEP
JOSE MARIA GISBERT BEZERRA

SUPEL
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

SEPAT
DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO

COGES
JURANDIR CLAUDIO DADDA

SEFIN
FRANCO MAEGAKI ONO

SESDEC
JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA

PM
GLAUBER ILTON DE SOUSA SOUTO

CBM
DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA

PC
JEREMIAS MENDES DE SOUZA

SEJUS
MARCUS CASTELO BRANCO A.S.RITO

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO
DOMINGOS SAVIO OLIVEIRA DA SILVA

SESAU
EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

HBAP
JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II
RAFAELA GARCIA DANCINI JENSEN

HICD
FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA

COHREC
JAQUELINE TEIXEIRA TEMO

HRC
LODOVICO BENLOLO MOREIRA

HEURO
ANDERSON FERREIRA DA COSTA

HRSF
JESSICA TEZORI

HRE
JEANE PATRICIA LIMA COSTA

POC
GEANE SOCORRO LOPES DA SILVA

CEMETRON
EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

FHEMERON
ANILTO FUNEZ JUNIOR

AGEVISA
GILVANDER GREGORIO DE LIMA

CONEPODFESPREN
DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO

IESPRO
MARCELA MILREA ARAUJO BARROS

LEPAC
PAULO JOSE GIROLDI

SEDUC
MASSUD JORGE BADRA NETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40

FUNCER
LEONILDO NERY RODRIGUES

IDEP
IASMIN BRANDAO NOGUEIRA

SEJUCEL
PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

SI
GASODÁ SURUI

SEAS
LUANA NUNES OLIVEIRA ROCHA SANTOS

FEASE
ELZA GUARDA BELLO FREITAS

SEAGRI
LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

IDARON
JULIO CESAR ROCHA PERES

SEDAM
MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS

SEDEC
CELIO DOS SANTOS FERREIRA

SETUR
GILVAN JOSÉ PEREIRA JUNIOR

SEOSP
ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

DER
EDER ANDRE FERNANDES DIAS

JUCER
CLÉBIO BILLIANY DE MATTOS

IPEM
MARCELO SILVA DOS SANTOS

FAPERO
PAULO RENATO HADDAD

DETRAN
SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

CETRAN
ANDRÉ FRANC ARAÚJO GALEAZZI

EMATER
ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA

IPERON
TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

AGERO
SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS

CAERD
CLEVERSON BRANCALHÃO DA SILVA

CMR
ANÍBAL DE JESUS RODRIGUES

SOPH
FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31604
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 05/10/2026, às 15:40